

Justiça do Trabalho

Justiça

em números

2013



2013 Conselho Nacional de Justiça

Presidente	Ministro Joaquim Barbosa
Corregedor Nacional de Justiça	Ministro Francisco Falcão
Conselheiros	Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
	Ana Maria Duarte Amarante Brito
	Deborah Ciocci
	Emmanoel Campelo
	Fabiano Augusto Martins Silveira
	Flavio Portinho Sirangelo
	Gilberto Valente Martins
	Gisela Gondin Ramos
	Guilherme Calmon Nogueira da Gama
	Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira
	Rubens Curado Silveira
	Saulo José Casali Bahia
Secretário-Geral Adjunto	Marivaldo Dantas de Araújo
Diretor-Geral	Sérgio José Américo Pedreira

Departamento de Pesquisas Judiciárias

Diretora Executiva	Janaina Lima Penalva da Silva
Diretora de Projetos	Fernanda Paixão Araújo Pinto
Diretora Técnica	Thamara Duarte Cunha Medeiros
Pesquisadores	Ganem Amiden
	Gustavo Sanches
	Santiago Varella
	Paula Ballesteros

Estatísticos	Gabriela Moreira
	Igor Stemler

Apoio à Pesquisa	Carlos Alberto de Araújo
	Daniel Veloso Ferreira
	Mariana Cardoso
	Meyse Reis Meira
	Monike Nunes de Abreu Souza
	Pâmela Tieme Barbosa Aoyama
	Pedro Amorim
	Raquel da Veiga Araújo de Meneses
	Ricardo Marques
	Thaís Nascimento

Estagiárias	Etienne Silva
	Rhayssa Maia

Organizadora	Fernanda Paixão Araújo Pinto
---------------------	------------------------------

Sumário

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.	6
1.1. Recursos Financeiros	6
1.1.1. G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB	6
1.1.2. G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública	9
1.1.3a. DRH - Despesa com Recursos Humanos	12
1.1.3b. G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	15
1.1.4. G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça	18
1.1.5. G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça	21
1.1.6. G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça	24
1.1.7. G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça	27
1.1.8. G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça	30
1.1.9. G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)	33
1.1.10. Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça	36
1.1.11. I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça	39
1.1.12. I2b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça	42
1.1.13. I3 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça	45
1.1.14. I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça	48
1.1.15. I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	51
1.1.16. I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça	54
1.1.17. I7 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça	57
1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos	60
1.2.1. MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes	60
1.2.2. Mag - Total de Magistrados	63
1.2.3. SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária	66
1.2.4. TS - Total de Servidores	69
1.2.5. FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados	72
1.2.6. F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes	75
1.2.7. F2 - Magistrados por 100.000 habitantes	78
1.2.8. F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes	81
1.2.9. F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes	84
1.2.10. F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes	87
1.2.11. F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes	90
1.2.12. F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes	93
1.2.13. Inf2 - Número de Computadores por Usuário	96
1.2.14. Dm ² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)	99
1.2.15. Pm ² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)	102
1.2.16. ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)	105

2. Litigiosidade.	108
2.1. Litigiosidade de 2º grau	108
2.1.1. Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau	108
2.1.2. Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau	111
2.1.3. Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau	114
2.1.4. K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau	117
2.1.5. TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau	120
2.1.6. DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau	123
2.1.7. ProcEl2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau	126
2.1.8. TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau	129
2.1.9. Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau	132
2.1.10. RxAl2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST	135
2.1.11. Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau	138
2.1.12. Rin2ºa - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau	141
2.1.13. Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau	144
2.1.14. Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau	147
2.2. Litigiosidade de 1º grau	150
2.2.1. CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	150
2.2.2. CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	153
2.2.3. CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	156
2.2.4. CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	159
2.2.5. TBaixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	162
2.2.6. TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau	165
2.2.7. SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	168
2.2.8. SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau	171
2.2.9. IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau	174
2.2.10. IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau	177
2.2.11. ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau	180
2.2.12. Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau	183
2.2.13. Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau	186
2.2.14. Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau	189
2.2.15. PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau	192
2.2.16. PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau	195
2.2.17. PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau	198
2.2.18. KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau	201
2.2.19. KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau	204
2.2.20. K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau	207
2.2.21. TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau	210
2.2.22. TCEX1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau	213
2.2.23. TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau	216
2.2.24. SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau	219
2.2.25. SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau	222
2.2.26. SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau	225
2.2.27. ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau	228
2.2.28. TbCnC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau	231
2.2.29. TbCnEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau	234
2.2.30. TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau	237
2.2.31. RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau	240
2.2.32. RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau	243
2.2.33. Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau	246
2.2.34. Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau	249

2.3. Litigiosidade Total	252
2.3.1. Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes	252
2.3.2. Cm - Casos Novos por Magistrado	255
2.3.3. Cs - Casos Novos por Servidor	258
2.3.4. K - Carga de Trabalho dos Magistrados	261
2.3.5. TC - Taxa de Congestionamento	264
2.3.6. SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado	267
2.3.7. ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos	270
2.3.8. TbCn - Processos Baixados por Caso Novo	273
3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.	276
3.1. A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho	276
3.2. A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)	279
3.3. Dem - Demandantes	282
3.4. Poder Público como Demandante.	285
3.4.1. DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:	285
3.4.2. DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:	288
3.5. Poder Público como Demandado.	291
3.5.1. DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:	291
3.5.2. DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:	294

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

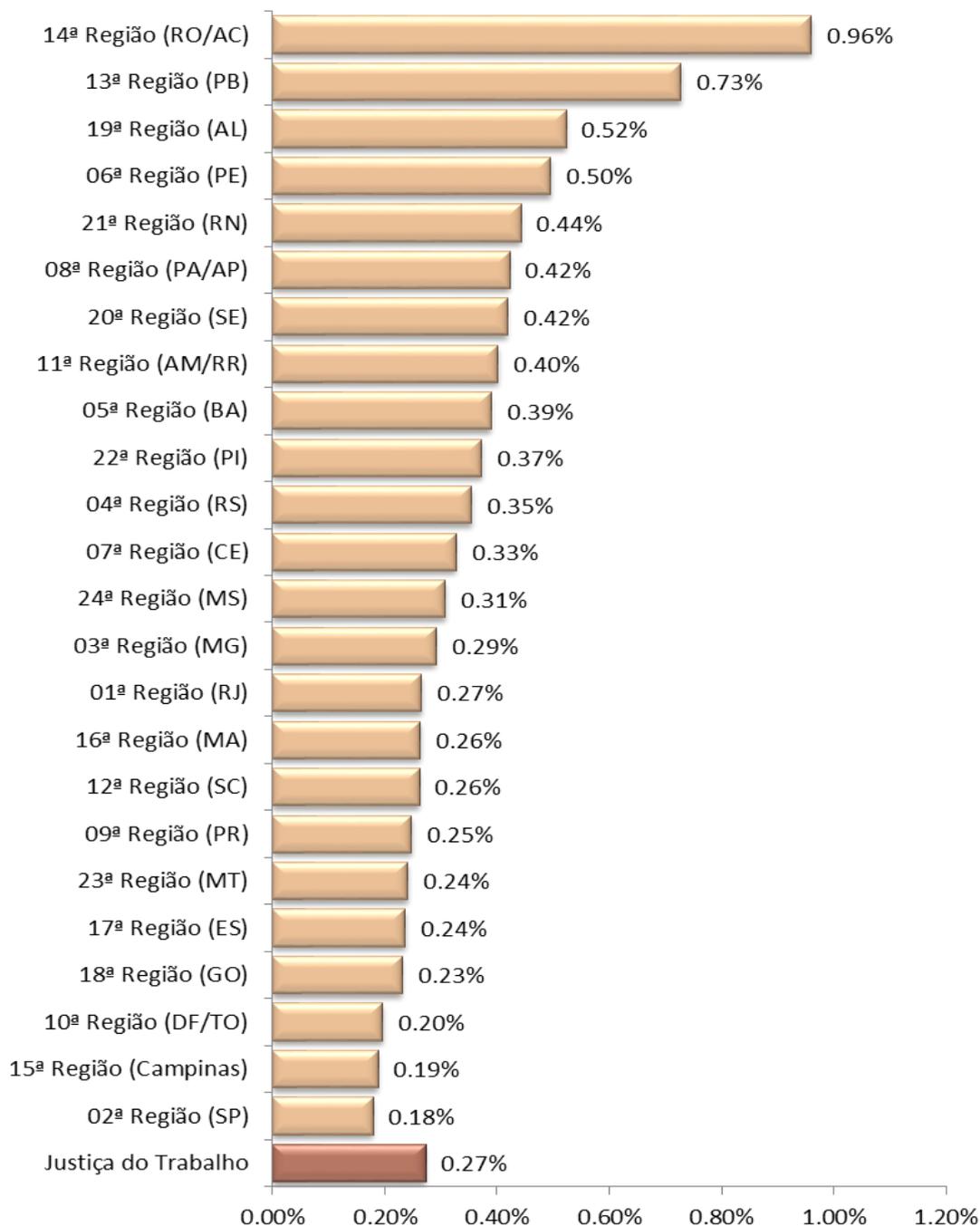
1.1.1. G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB

Tabela 1.1 G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB

Tribunal Regional do Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	PIB - Produto Interno Bruto	G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB
01ª Região (RJ)	1.277.967.218	480.940.802.901	0,27%
02ª Região (SP)	1.581.117.836	880.434.390.298	0,18%
03ª Região (MG)	1.137.201.029	390.123.963.180	0,29%
04ª Região (RS)	1.041.131.559	293.371.466.052	0,35%
05ª Região (BA)	726.006.900	186.292.385.770	0,39%
06ª Região (PE)	527.935.988	106.588.595.554	0,50%
07ª Região (CE)	292.229.922	89.295.201.284	0,33%
08ª Região (PA/AP)	377.815.895	89.434.447.922	0,42%
09ª Região (PR)	640.316.507	258.210.019.378	0,25%
10ª Região (DF/TO)	389.188.921	198.502.109.534	0,20%
11ª Região (AM/RR)	301.797.413	75.030.505.962	0,40%
12ª Região (SC)	462.149.811	176.414.191.252	0,26%
13ª Região (PB)	283.906.908	39.030.232.188	0,73%
14ª Região (RO/AC)	360.256.078	37.540.747.789	0,96%
15ª Região (Campinas)	1.114.494.868	593.264.562.057	0,19%
16ª Região (MA)	142.326.947	54.164.804.890	0,26%
17ª Região (ES)	214.078.810	90.734.785.517	0,24%
18ª Região (GO)	269.051.895	116.356.191.775	0,23%
19ª Região (AL)	151.104.926	28.859.523.026	0,52%
20ª Região (SE)	112.540.952	26.864.644.187	0,42%
21ª Região (RN)	167.963.920	37.924.489.514	0,44%
22ª Região (PI)	96.413.771	25.866.489.824	0,37%
23ª Região (MT)	187.322.964	77.866.112.629	0,24%
24ª Região (MS)	152.259.062	49.426.337.517	0,31%
Justiça do Trabalho	12.006.580.102	4.402.537.000.000	0,27%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 1.1 G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB



Glossário:

G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB

Finalidade: Medir quanto a despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias representa em relação ao PIB produzido na respectiva Região no ano-base.

Fórmula: $G1 = D_{pj} / PIB$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **D_{pj} - Despesa Total da Justiça do Trabalho:** As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- **PIB - Produto Interno Bruto:** Representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos na região sob jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho durante um período determinado (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

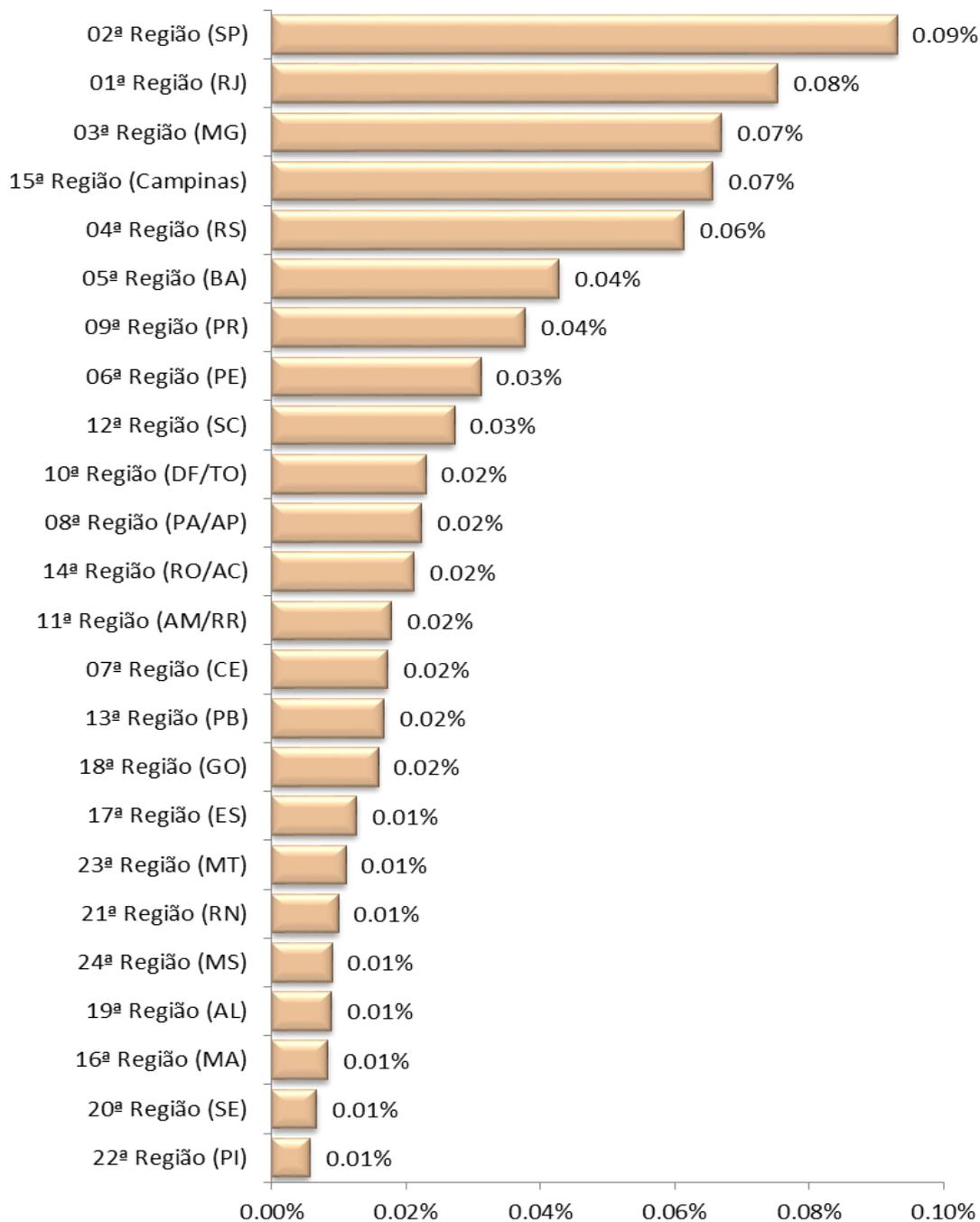
1.1.2. G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública

Tabela 1.2 G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública

Tribunal Regional do Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	GT - Gastos Totais	G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública
01ª Região (RJ)	1.277.967.218	1.697.398.750.256	0,08%
02ª Região (SP)	1.581.117.836	1.697.398.750.256	0,09%
03ª Região (MG)	1.137.201.029	1.697.398.750.256	0,07%
04ª Região (RS)	1.041.131.559	1.697.398.750.256	0,06%
05ª Região (BA)	726.006.900	1.697.398.750.256	0,04%
06ª Região (PE)	527.935.988	1.697.398.750.256	0,03%
07ª Região (CE)	292.229.922	1.697.398.750.256	0,02%
08ª Região (PA/AP)	377.815.895	1.697.398.750.256	0,02%
09ª Região (PR)	640.316.507	1.697.398.750.256	0,04%
10ª Região (DF/TO)	389.188.921	1.697.398.750.256	0,02%
11ª Região (AM/RR)	301.797.413	1.697.398.750.256	0,02%
12ª Região (SC)	462.149.811	1.697.398.750.256	0,03%
13ª Região (PB)	283.906.908	1.697.398.750.256	0,02%
14ª Região (RO/AC)	360.256.078	1.697.398.750.256	0,02%
15ª Região (Campinas)	1.114.494.868	1.697.398.750.256	0,07%
16ª Região (MA)	142.326.947	1.697.398.750.256	0,01%
17ª Região (ES)	214.078.810	1.697.398.750.256	0,01%
18ª Região (GO)	269.051.895	1.697.398.750.256	0,02%
19ª Região (AL)	151.104.926	1.697.398.750.256	0,01%
20ª Região (SE)	112.540.952	1.697.398.750.256	0,01%
21ª Região (RN)	167.963.920	1.697.398.750.256	0,01%
22ª Região (PI)	96.413.771	1.697.398.750.256	0,01%
23ª Região (MT)	187.322.964	1.697.398.750.256	0,01%
24ª Região (MS)	152.259.062	1.697.398.750.256	0,01%
Justiça do Trabalho	12.006.580.102	1.697.398.750.256	0,71%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 1.2 G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública



Glossário:

G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública

Finalidade: Medir quanto a despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias representa em relação à despesa pública total da União no ano-base.

Fórmula: $G2 = Dpj / GT$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- GT - Gastos Totais: O total da Despesa Pública da União (Fonte: STN).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

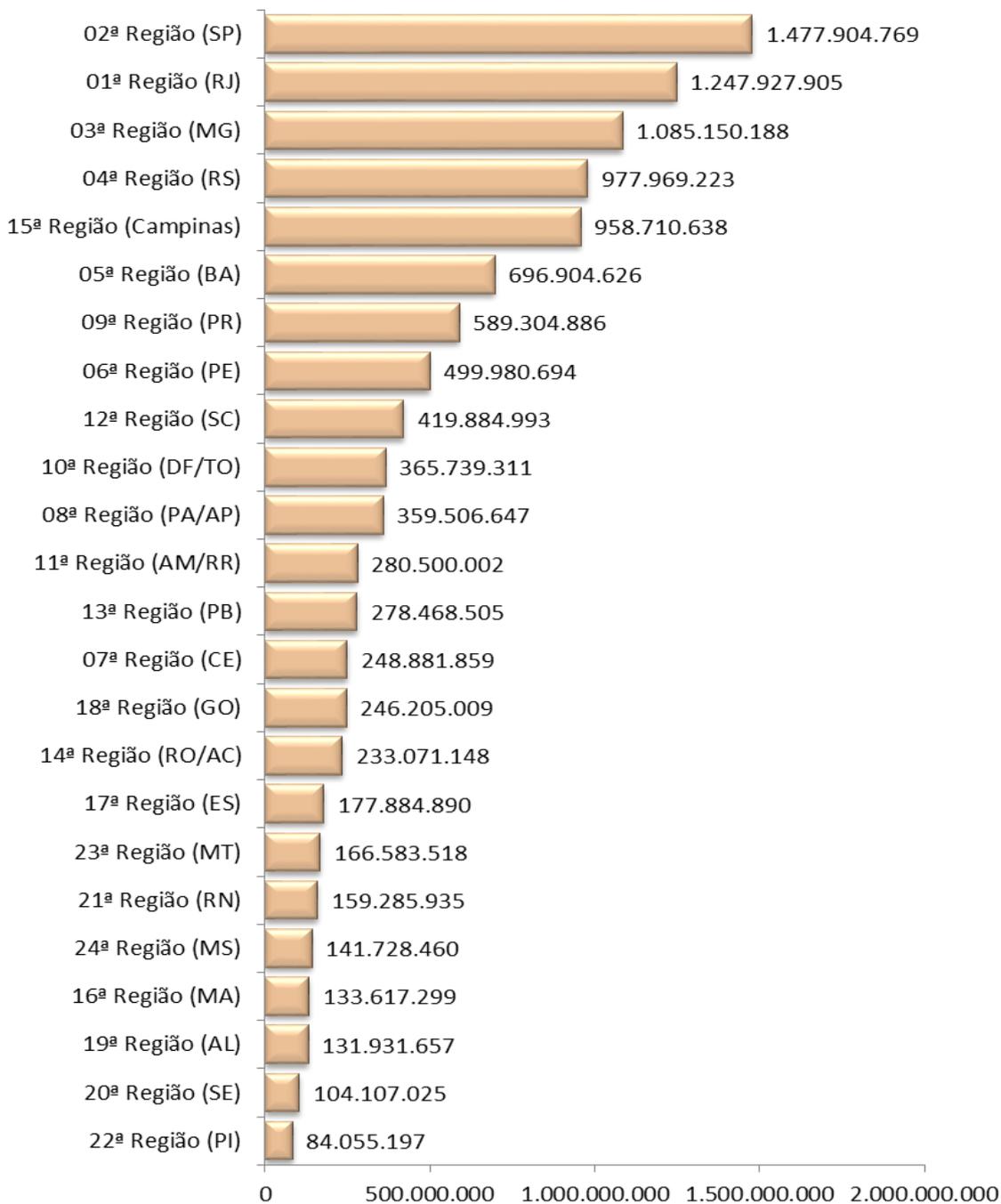
1.1.3a. DRH - Despesa com Recursos Humanos

Tabela 1.3 DRH - Despesa com Recursos Humanos

Tribunal Regional do Trabalho	DRem - Despesas com Remuneração, Proventos e Pensão	DBen - Despesas com Benefícios	DEnc - Despesas com Encargos	DTer+DEst - Despesas com Terceirizados e Estagiários	Dip - Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos
01ª Região (RJ)	1.019.812.693	56.755.791	117.129.291	47.080.651	7.149.478
02ª Região (SP)	1.199.976.498	77.860.335	156.594.280	33.587.167	9.886.488
03ª Região (MG)	896.486.141	49.218.149	106.170.182	25.474.814	7.800.902
04ª Região (RS)	806.596.977	48.857.894	98.202.882	14.461.678	9.849.792
05ª Região (BA)	564.868.145	36.634.424	73.541.561	15.783.641	6.076.855
06ª Região (PE)	407.511.647	25.160.427	53.931.413	9.197.953	4.179.254
07ª Região (CE)	200.797.434	13.505.890	26.179.243	6.128.494	2.270.798
08ª Região (PA/AP)	290.678.919	16.199.310	35.622.618	11.153.493	5.852.307
09ª Região (PR)	472.810.763	31.537.934	66.682.391	11.467.596	6.806.202
10ª Região (DF/TO)	291.159.156	19.073.772	39.628.010	11.886.289	3.992.083
11ª Região (AM/RR)	229.250.954	14.117.758	31.068.013	5.352.515	710.762
12ª Região (SC)	348.001.123	18.176.983	46.384.097	4.936.954	2.385.836
13ª Região (PB)	224.414.382	15.098.279	32.869.911	4.249.868	1.836.065
14ª Região (RO/AC)	190.520.555	10.133.664	24.763.213	4.312.009	3.341.707
15ª Região (Campinas)	758.131.210	52.983.407	110.243.969	24.413.642	12.938.410
16ª Região (MA)	99.988.352	8.142.093	16.231.922	5.580.045	3.674.887
17ª Região (ES)	137.660.714	10.797.061	22.226.862	4.851.525	2.348.729
18ª Região (GO)	186.104.837	17.000.782	29.728.389	9.146.324	4.224.678
19ª Região (AL)	99.653.910	8.316.440	16.514.805	5.086.405	2.360.097
20ª Região (SE)	80.898.346	5.815.841	12.948.725	2.730.548	1.713.565
21ª Região (RN)	123.882.516	10.053.059	20.357.558	3.882.023	1.110.779
22ª Região (PI)	64.213.222	5.506.816	11.158.735	1.959.186	1.217.237
23ª Região (MT)	127.052.325	10.189.811	20.880.761	5.739.482	2.721.139
24ª Região (MS)	109.176.010	9.316.363	18.217.796	2.350.015	2.668.276
Justiça do Trabalho	8.929.646.828	570.452.281	1.187.276.629	270.812.318	107.116.326

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 1.3 DRH - Despesa com Recursos Humanos



Glossário:

DRH - Despesa com Recursos Humanos

Fórmula: $DRH = DRem + DBen + DEnc + DTer + DEst + Dip$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **DRem - Despesas com Remuneração, Proventos e Pensão:** As despesas efetivamente realizadas com remuneração, proventos e pensão, independentemente da nomenclatura adotada (subsídio, vencimentos, gratificações, vantagens pessoais; adicionais; abonos, parcelas incorporadas, férias), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DBen - Despesas com Benefícios:** As despesas efetivamente realizadas com benefícios, independentemente da nomenclatura adotada (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidez, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DEnc - Despesas com Encargos:** As despesas efetivamente realizadas com encargos incidentes sobre a folha de pessoal, referentes a magistrados e servidores ativos, inclusive os servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DTer+DEst - Despesas com Terceirizados e Estagiários:** As despesas efetivamente realizadas com terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal) e estagiários, incluída, no caso de autônomos, a contribuição patronal pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores e os contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.).
- **Dip - Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos:** As despesas efetivamente realizadas com indenizações (ajuda de custo, diárias, transporte, auxílio moradia, licença-prêmio convertida em pecúnia) e as indiretas relacionadas a recursos humanos (passagens e locomoção, gastos com cursos de treinamento e de capacitação), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

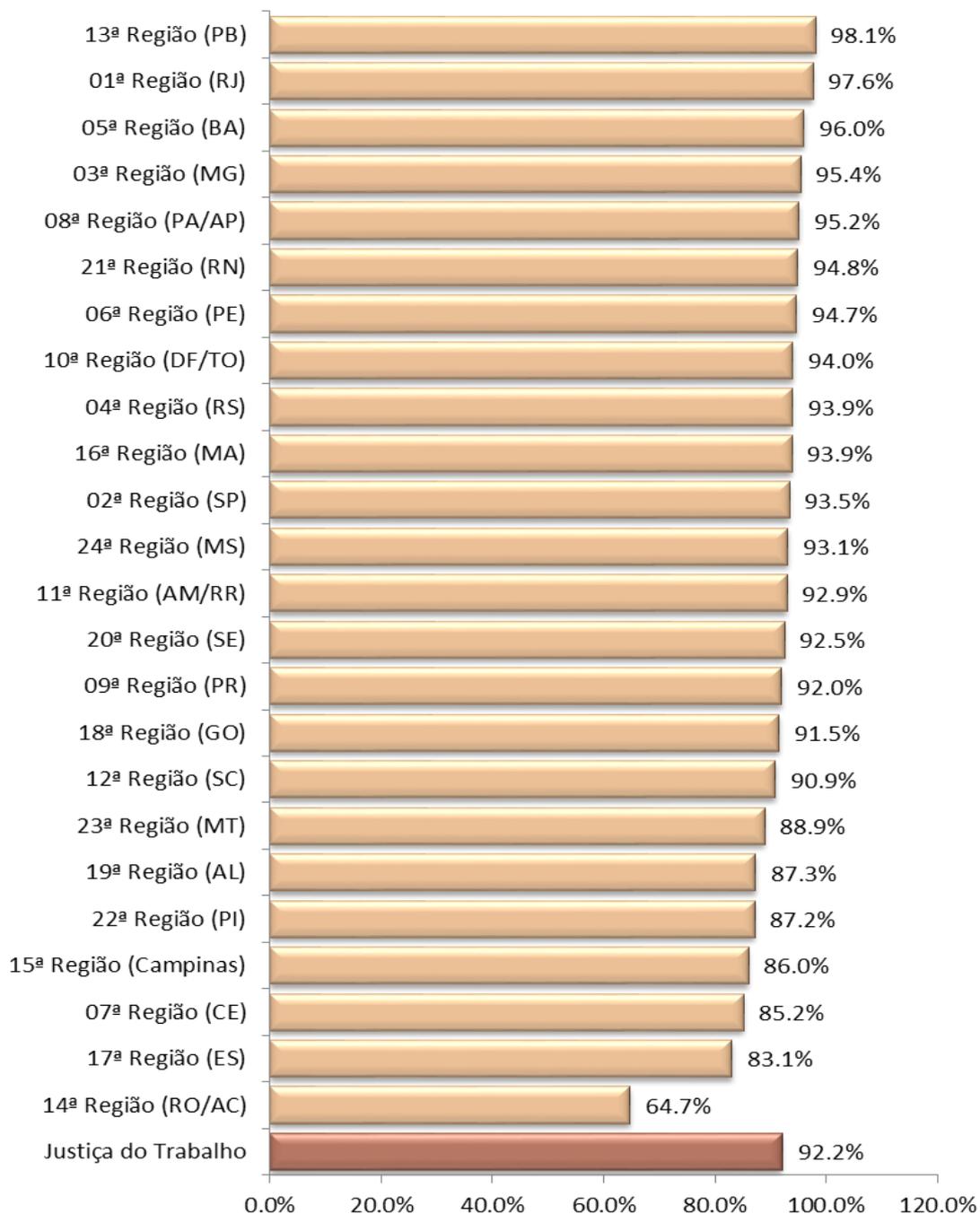
1.1.3b. G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.4 G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DRH - Despesa com Recursos Humanos	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	1.247.927.905	1.277.967.218	97,6%
02ª Região (SP)	1.477.904.769	1.581.117.836	93,5%
03ª Região (MG)	1.085.150.188	1.137.201.029	95,4%
04ª Região (RS)	977.969.223	1.041.131.559	93,9%
05ª Região (BA)	696.904.626	726.006.900	96,0%
06ª Região (PE)	499.980.694	527.935.988	94,7%
07ª Região (CE)	248.881.859	292.229.922	85,2%
08ª Região (PA/AP)	359.506.647	377.815.895	95,2%
09ª Região (PR)	589.304.886	640.316.507	92,0%
10ª Região (DF/TO)	365.739.311	389.188.921	94,0%
11ª Região (AM/RR)	280.500.002	301.797.413	92,9%
12ª Região (SC)	419.884.993	462.149.811	90,9%
13ª Região (PB)	278.468.505	283.906.908	98,1%
14ª Região (RO/AC)	233.071.148	360.256.078	64,7%
15ª Região (Campinas)	958.710.638	1.114.494.868	86,0%
16ª Região (MA)	133.617.299	142.326.947	93,9%
17ª Região (ES)	177.884.890	214.078.810	83,1%
18ª Região (GO)	246.205.009	269.051.895	91,5%
19ª Região (AL)	131.931.657	151.104.926	87,3%
20ª Região (SE)	104.107.025	112.540.952	92,5%
21ª Região (RN)	159.285.935	167.963.920	94,8%
22ª Região (PI)	84.055.197	96.413.771	87,2%
23ª Região (MT)	166.583.518	187.322.964	88,9%
24ª Região (MS)	141.728.460	152.259.062	93,1%
Justiça do Trabalho	11.065.304.383	12.006.580.102	92,2%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 1.4 G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa com recursos humanos representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $G3 = DRH / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· DRH - Despesas com Recursos Humanos: As despesas com recursos humanos efetivamente realizadas, independentemente da nomenclatura adotada (remuneração, ajuda de custo, diárias, passagens e locomoções, auxílio moradia, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio pré-escolar, auxílio-funeral, auxílio-natalidade, assistência médica e odontológica, encargos, gastos com cursos de treinamento e de capacitação, e outros benefícios assistenciais), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), estagiários e terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores e os contratos de prestação de serviços que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas etc.).

· Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

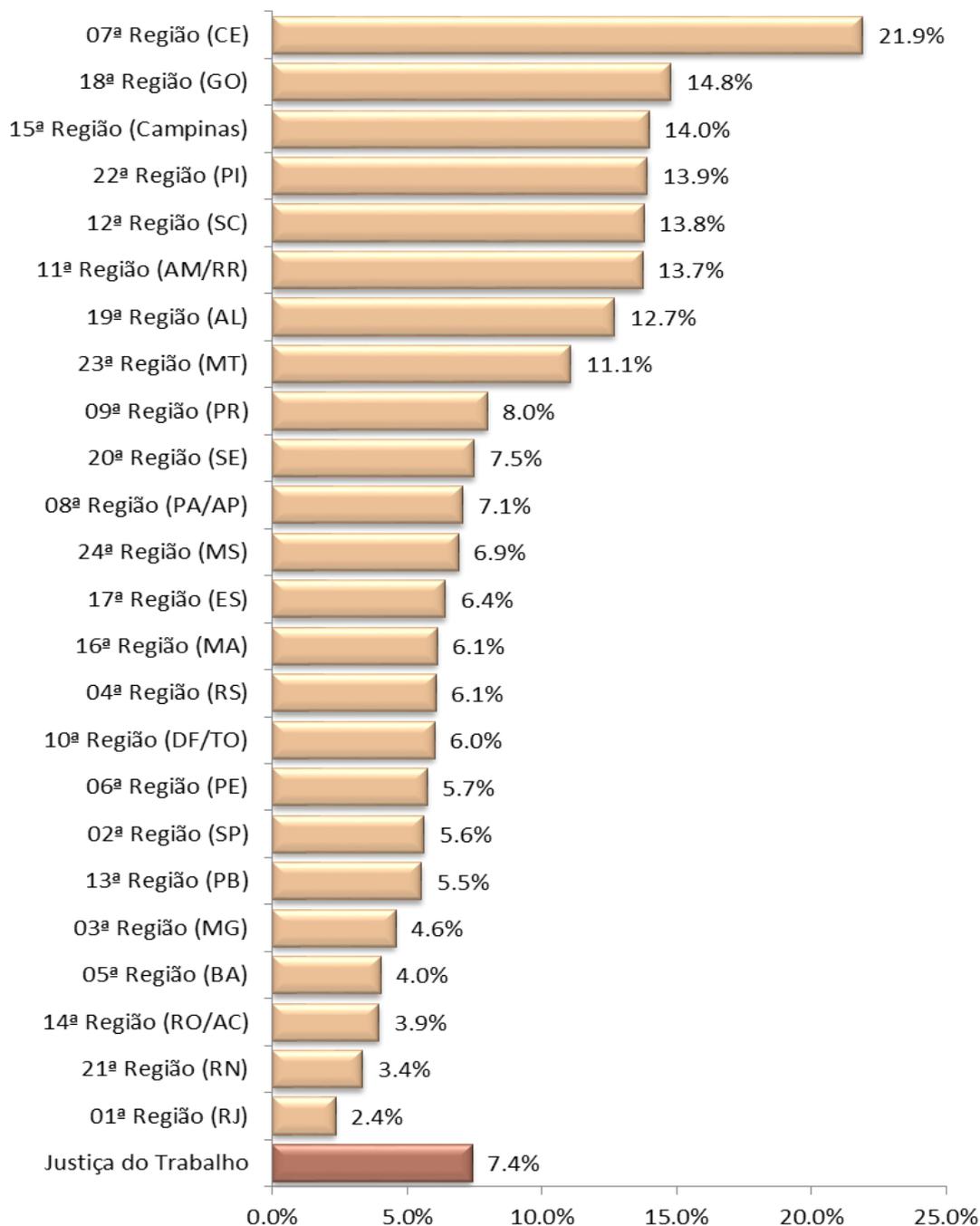
1.1.4. G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.5 G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DBS - Despesa com Bens e Serviços e de Capital	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	30.039.314	1.277.967.218	2,4%
02ª Região (SP)	89.060.619	1.581.117.836	5,6%
03ª Região (MG)	52.050.841	1.137.201.029	4,6%
04ª Região (RS)	63.162.336	1.041.131.559	6,1%
05ª Região (BA)	29.102.274	726.006.900	4,0%
06ª Região (PE)	30.318.994	527.935.988	5,7%
07ª Região (CE)	64.062.994	292.229.922	21,9%
08ª Região (PA/AP)	26.716.537	377.815.895	7,1%
09ª Região (PR)	51.011.621	640.316.507	8,0%
10ª Região (DF/TO)	23.449.611	389.188.921	6,0%
11ª Região (AM/RR)	41.478.446	301.797.413	13,7%
12ª Região (SC)	63.712.435	462.149.811	13,8%
13ª Região (PB)	15.708.520	283.906.908	5,5%
14ª Região (RO/AC)	14.212.944	360.256.078	3,9%
15ª Região (Campinas)	155.784.230	1.114.494.868	14,0%
16ª Região (MA)	8.686.198	142.326.947	6,1%
17ª Região (ES)	13.730.706	214.078.810	6,4%
18ª Região (GO)	39.804.205	269.051.895	14,8%
19ª Região (AL)	19.173.269	151.104.926	12,7%
20ª Região (SE)	8.433.927	112.540.952	7,5%
21ª Região (RN)	5.628.749	167.963.920	3,4%
22ª Região (PI)	13.398.165	96.413.771	13,9%
23ª Região (MT)	20.739.446	187.322.964	11,1%
24ª Região (MS)	10.530.602	152.259.062	6,9%
Justiça do Trabalho	889.996.981	12.006.580.102	7,4%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 1.5 G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com bens e serviços e de capital representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $G4 = DBS / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DBS - Despesa com Bens e Serviços e de Capital: As despesas com bens e serviços e de capital, incluídas as inscritas em “restos a pagar”, realizadas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores e as despesas que, embora relacionadas a bens e serviços e de capital, já foram consideradas no conceito de despesas com recursos humanos - DRH (contratos de terceirização de mão de obra e de estagiários, passagens e locomoção, gastos com cursos de treinamento e de capacitação).
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

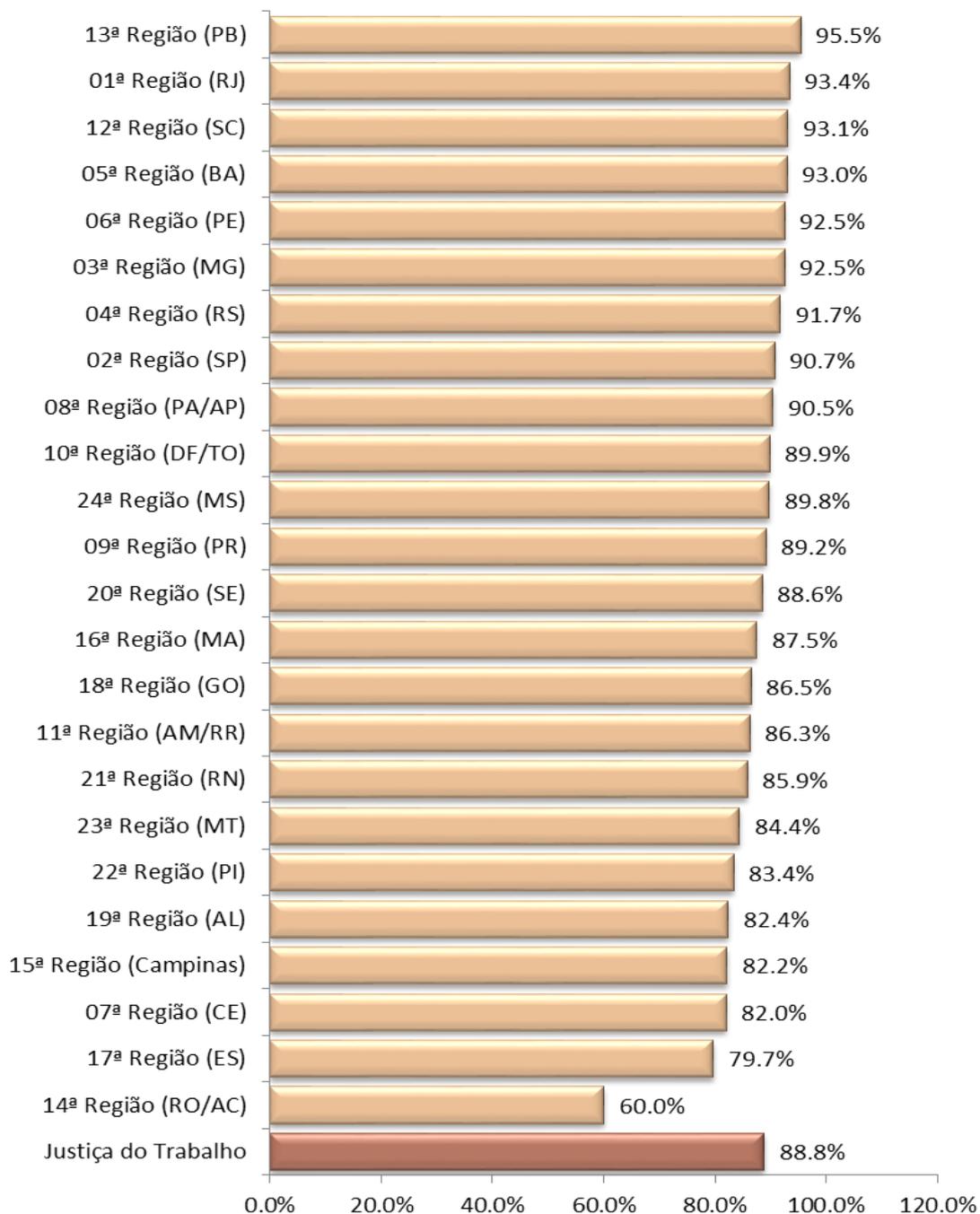
1.1.5. G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.6 G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DPE - Despesa com Pessoal e Encargos	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	1.193.697.775	1.277.967.218	93,4%
02ª Região (SP)	1.434.431.114	1.581.117.836	90,7%
03ª Região (MG)	1.051.874.472	1.137.201.029	92,5%
04ª Região (RS)	954.631.314	1.041.131.559	91,7%
05ª Região (BA)	675.044.131	726.006.900	93,0%
06ª Região (PE)	488.454.205	527.935.988	92,5%
07ª Região (CE)	239.648.705	292.229.922	82,0%
08ª Região (PA/AP)	341.737.757	377.815.895	90,5%
09ª Região (PR)	571.031.088	640.316.507	89,2%
10ª Região (DF/TO)	349.860.938	389.188.921	89,9%
11ª Região (AM/RR)	260.318.967	301.797.413	86,3%
12ª Região (SC)	430.272.770	462.149.811	93,1%
13ª Região (PB)	271.079.106	283.906.908	95,5%
14ª Região (RO/AC)	216.329.920	360.256.078	60,0%
15ª Região (Campinas)	916.195.421	1.114.494.868	82,2%
16ª Região (MA)	124.469.361	142.326.947	87,5%
17ª Região (ES)	170.684.636	214.078.810	79,7%
18ª Região (GO)	232.834.007	269.051.895	86,5%
19ª Região (AL)	124.485.155	151.104.926	82,4%
20ª Região (SE)	99.662.912	112.540.952	88,6%
21ª Região (RN)	144.216.916	167.963.920	85,9%
22ª Região (PI)	80.395.169	96.413.771	83,4%
23ª Região (MT)	158.122.897	187.322.964	84,4%
24ª Região (MS)	136.710.170	152.259.062	89,8%
Justiça do Trabalho	10.666.188.905	12.006.580.102	88,8%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 1.6 G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal e encargos representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $G5 = DPE / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· DPE - Despesa com Pessoal e Encargos: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com todos os servidores e magistrados do quadro permanente, ativos e inativos, e com os instituidores de pensão e os servidores requisitados, além dos benefícios sociais (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidéz, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica) e dos encargos, excluídas as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base.

· Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

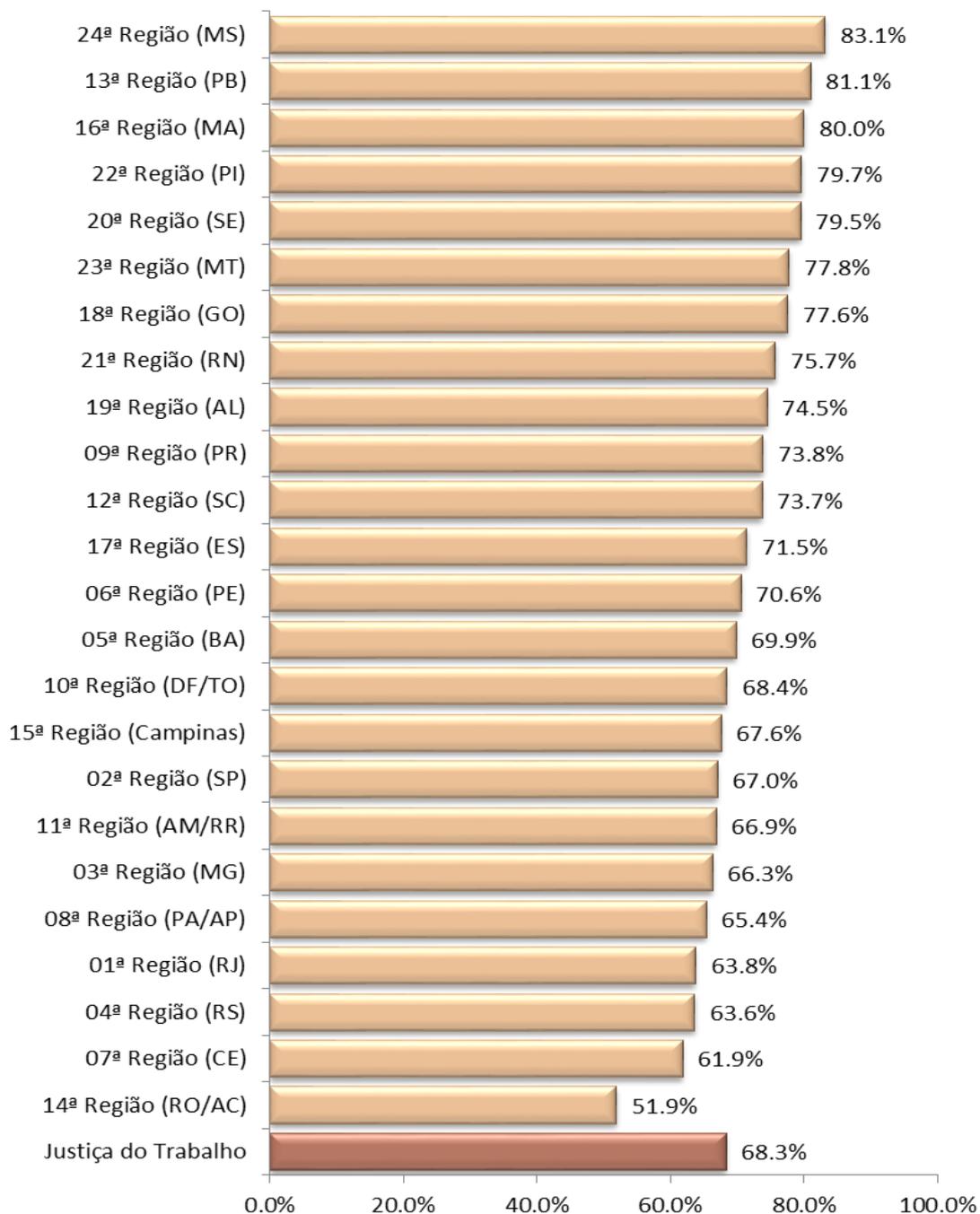
1.1.6. G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.7 G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DPEA - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	814.906.292	1.277.967.218	63,8%
02ª Região (SP)	1.060.054.043	1.581.117.836	67,0%
03ª Região (MG)	753.957.668	1.137.201.029	66,3%
04ª Região (RS)	662.150.975	1.041.131.559	63,6%
05ª Região (BA)	507.313.764	726.006.900	69,9%
06ª Região (PE)	372.900.760	527.935.988	70,6%
07ª Região (CE)	180.819.274	292.229.922	61,9%
08ª Região (PA/AP)	246.921.122	377.815.895	65,4%
09ª Região (PR)	472.856.909	640.316.507	73,8%
10ª Região (DF/TO)	266.216.862	389.188.921	68,4%
11ª Região (AM/RR)	201.840.300	301.797.413	66,9%
12ª Região (SC)	340.813.432	462.149.811	73,7%
13ª Região (PB)	230.129.745	283.906.908	81,1%
14ª Região (RO/AC)	186.891.101	360.256.078	51,9%
15ª Região (Campinas)	753.571.018	1.114.494.868	67,6%
16ª Região (MA)	113.881.775	142.326.947	80,0%
17ª Região (ES)	153.050.790	214.078.810	71,5%
18ª Região (GO)	208.779.057	269.051.895	77,6%
19ª Região (AL)	112.566.353	151.104.926	74,5%
20ª Região (SE)	89.490.339	112.540.952	79,5%
21ª Região (RN)	127.225.787	167.963.920	75,7%
22ª Região (PI)	76.814.571	96.413.771	79,7%
23ª Região (MT)	145.763.914	187.322.964	77,8%
24ª Região (MS)	126.578.747	152.259.062	83,1%
Justiça do Trabalho	8.205.494.598	12.006.580.102	68,3%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 1.7 G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal ativo e encargos representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $G5a = DPEA / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPEA - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com servidores e magistrados ativos do quadro permanente, incluídos os servidores requisitados, além dos benefícios sociais (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidéz, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica) e dos encargos, excluídas as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

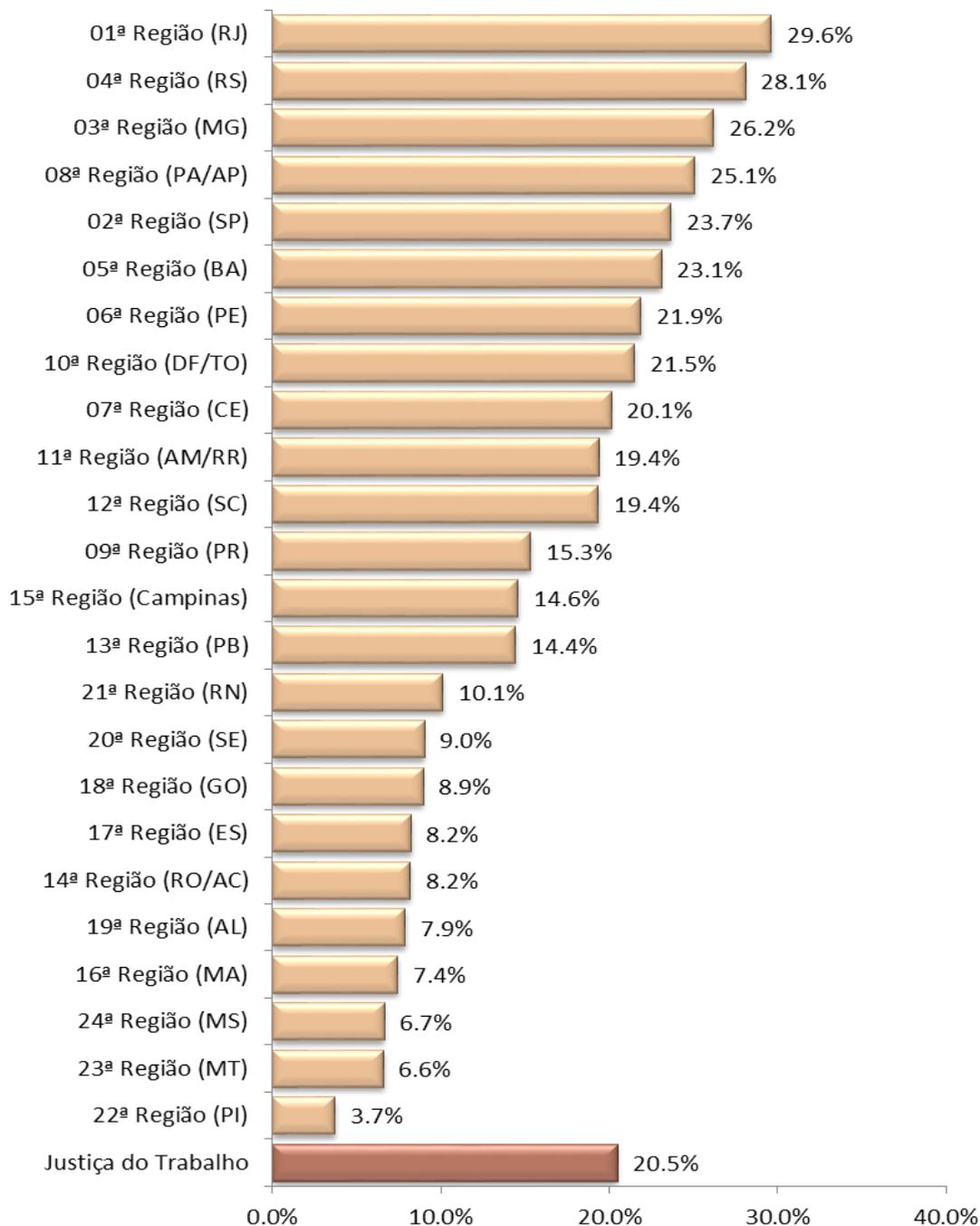
1.1.7. G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.8 G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DPeI - Despesa com Pessoal do Quadro Inativo	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	378.791.483	1.277.967.218	29,6%
02ª Região (SP)	374.377.070	1.581.117.836	23,7%
03ª Região (MG)	297.916.804	1.137.201.029	26,2%
04ª Região (RS)	292.480.338	1.041.131.559	28,1%
05ª Região (BA)	167.730.367	726.006.900	23,1%
06ª Região (PE)	115.553.445	527.935.988	21,9%
07ª Região (CE)	58.829.431	292.229.922	20,1%
08ª Região (PA/AP)	94.816.635	377.815.895	25,1%
09ª Região (PR)	98.174.179	640.316.507	15,3%
10ª Região (DF/TO)	83.644.076	389.188.921	21,5%
11ª Região (AM/RR)	58.478.667	301.797.413	19,4%
12ª Região (SC)	89.459.338	462.149.811	19,4%
13ª Região (PB)	40.949.361	283.906.908	14,4%
14ª Região (RO/AC)	29.438.819	360.256.078	8,2%
15ª Região (Campinas)	162.624.403	1.114.494.868	14,6%
16ª Região (MA)	10.587.587	142.326.947	7,4%
17ª Região (ES)	17.633.845	214.078.810	8,2%
18ª Região (GO)	24.054.951	269.051.895	8,9%
19ª Região (AL)	11.918.802	151.104.926	7,9%
20ª Região (SE)	10.172.573	112.540.952	9,0%
21ª Região (RN)	16.991.129	167.963.920	10,1%
22ª Região (PI)	3.580.599	96.413.771	3,7%
23ª Região (MT)	12.358.983	187.322.964	6,6%
24ª Região (MS)	10.131.422	152.259.062	6,7%
Justiça do Trabalho	2.460.694.307	12.006.580.102	20,5%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 1.8 G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal inativo e com instituidores de pensão representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $G5b = DPel / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPel - Despesa com Pessoal do Quadro Inativo: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com servidores e magistrados inativos, e com instituidores de pensão, além dos benefícios sociais (assistência médica e odontológica, plano de saúde, auxílio-saúde, auxílio-natalidade, auxílio-funeral e auxílio-creche). Excluem-se as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

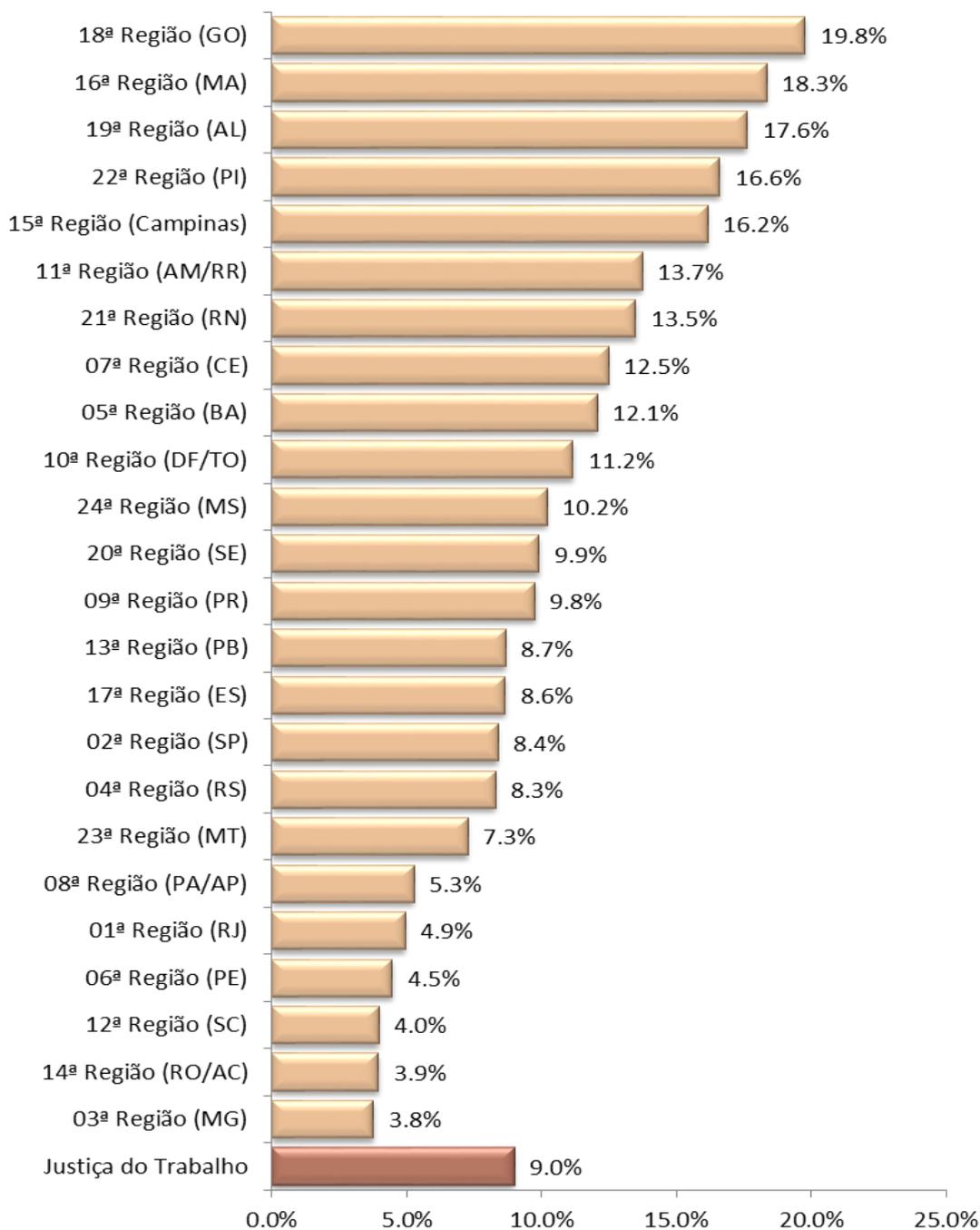
1.1.8. G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.9 G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	DCt - Despesa com Custeio	Dk - Despesa com Capital	G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	1.277.967.218	50.287.009	12.844.615	4,9%
02ª Região (SP)	1.581.117.836	104.767.987	27.766.287	8,4%
03ª Região (MG)	1.137.201.029	28.372.249	14.520.918	3,8%
04ª Região (RS)	1.041.131.559	65.470.492	21.029.753	8,3%
05ª Região (BA)	726.006.900	77.486.356	10.110.837	12,1%
06ª Região (PE)	527.935.988	14.978.408	8.586.193	4,5%
07ª Região (CE)	292.229.922	30.815.495	5.683.780	12,5%
08ª Região (PA/AP)	377.815.895	11.153.493	8.737.931	5,3%
09ª Região (PR)	640.316.507	42.611.582	19.867.635	9,8%
10ª Região (DF/TO)	389.188.921	37.602.684	5.841.773	11,2%
11ª Região (AM/RR)	301.797.413	37.379.378	4.099.068	13,7%
12ª Região (SC)	462.149.811	4.848.837	13.538.571	4,0%
13ª Região (PB)	283.906.908	20.814.874	3.817.473	8,7%
14ª Região (RO/AC)	360.256.078	9.774.843	4.438.100	3,9%
15ª Região (Campinas)	1.114.494.868	72.063.009	108.134.864	16,2%
16ª Região (MA)	142.326.947	22.869.372	3.237.301	18,3%
17ª Região (ES)	214.078.810	14.558.102	3.945.712	8,6%
18ª Região (GO)	269.051.895	42.956.490	10.218.717	19,8%
19ª Região (AL)	151.104.926	15.309.576	11.310.194	17,6%
20ª Região (SE)	112.540.952	9.002.131	2.152.980	9,9%
21ª Região (RN)	167.963.920	20.642.030	1.994.195	13,5%
22ª Região (PI)	96.413.771	7.947.225	8.071.377	16,6%
23ª Região (MT)	187.322.964	5.913.062	7.718.215	7,3%
24ª Região (MS)	152.259.062	11.366.656	4.182.237	10,2%
Justiça do Trabalho	12.006.580.102	758.991.341	321.848.725	9,0%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 1.9 G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com custeio e capital, incluindo as relativas a pessoal e encargos dos servidores que não integram o quadro permanente, representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $G6 = DCCa / Dpj$ $DCCa = Dct + Dk$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV’s) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- Dct - Despesa com Custeio: As despesas com custeio, abrangendo as despesas com remuneração, benefícios e encargos referentes a estagiários, terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal) e a contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- Dk - Despesa com Capital: As despesas com capital pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

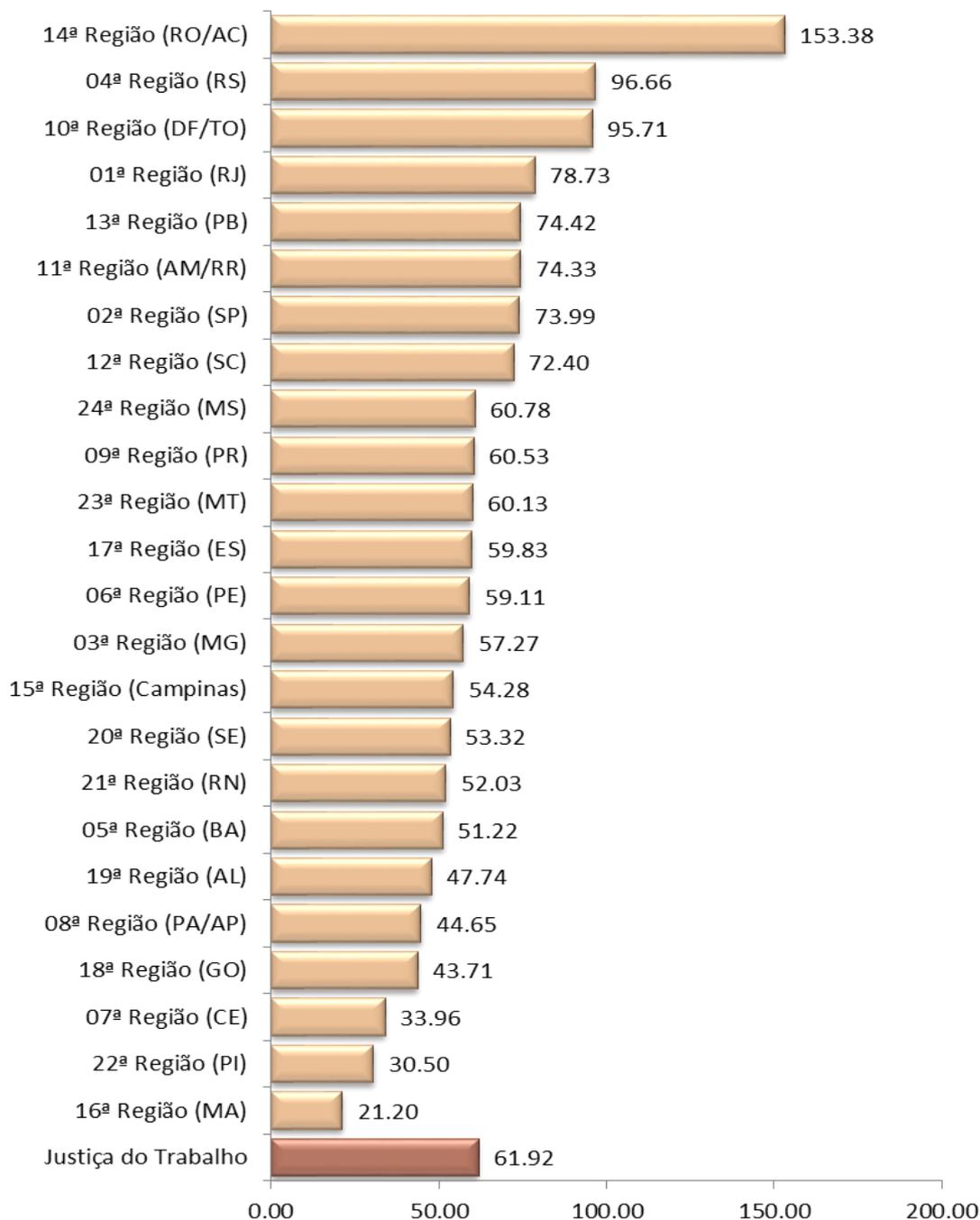
1.1.9. G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)

Tabela 1.10 G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)

Tribunal Regional do Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	h1 - Número de Habitantes	G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)
01ª Região (RJ)	1.277.967.218	16.231.365	78,73
02ª Região (SP)	1.581.117.836	21.369.016	73,99
03ª Região (MG)	1.137.201.029	19.855.332	57,27
04ª Região (RS)	1.041.131.559	10.770.603	96,66
05ª Região (BA)	726.006.900	14.175.341	51,22
06ª Região (PE)	527.935.988	8.931.028	59,11
07ª Região (CE)	292.229.922	8.606.005	33,96
08ª Região (PA/AP)	377.815.895	8.461.360	44,65
09ª Região (PR)	640.316.507	10.577.755	60,53
10ª Região (DF/TO)	389.188.921	4.066.226	95,71
11ª Região (AM/RR)	301.797.413	4.060.509	74,33
12ª Região (SC)	462.149.811	6.383.286	72,40
13ª Região (PB)	283.906.908	3.815.171	74,42
14ª Região (RO/AC)	360.256.078	2.348.797	153,38
15ª Região (Campinas)	1.114.494.868	20.532.203	54,28
16ª Região (MA)	142.326.947	6.714.314	21,20
17ª Região (ES)	214.078.810	3.578.067	59,83
18ª Região (GO)	269.051.895	6.154.996	43,71
19ª Região (AL)	151.104.926	3.165.472	47,74
20ª Região (SE)	112.540.952	2.110.867	53,32
21ª Região (RN)	167.963.920	3.228.198	52,03
22ª Região (PI)	96.413.771	3.160.748	30,50
23ª Região (MT)	187.322.964	3.115.336	60,13
24ª Região (MS)	152.259.062	2.505.088	60,78
Justiça do Trabalho	12.006.580.102	193.917.083	61,92

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 1.10 G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)



Glossário:

G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)

Finalidade: Medir a despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias em relação à população da Região no ano-base.

Fórmula: $G7 = D_{pj} / h1$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- D_{pj} - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- $h1$ - Número de Habitantes: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

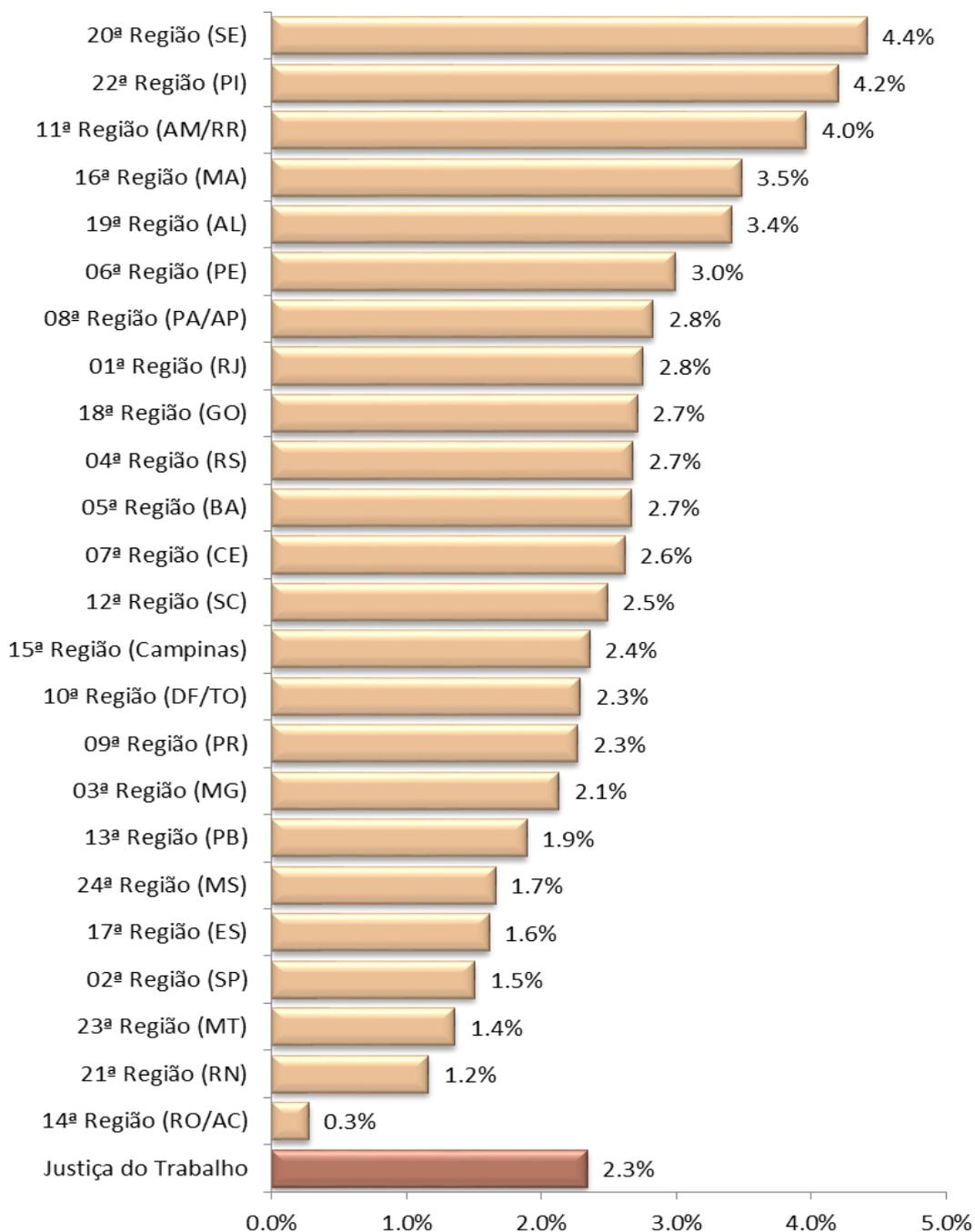
1.1.10. Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.11 Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DInf1 - Despesa com Aquisições em Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho	DInf2 - Despesa com Custeio da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho	DInf3 - Despesa com Contratos da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	6.816.316	25.053.795	3.339.281	1.277.967.218	2,8%
02ª Região (SP)	18.059.662	1.887.545	3.857.206	1.581.117.836	1,5%
03ª Região (MG)	6.052.816	16.949.661	1.211.834	1.137.201.029	2,1%
04ª Região (RS)	11.998.381	12.163.289	3.737.871	1.041.131.559	2,7%
05ª Região (BA)	4.558.381	11.817.713	3.007.510	726.006.900	2,7%
06ª Região (PE)	4.008.915	10.861.873	944.514	527.935.988	3,0%
07ª Região (CE)	2.738.735	4.619.630	300.559	292.229.922	2,6%
08ª Região (PA/AP)	3.022.814	6.623.416	1.039.627	377.815.895	2,8%
09ª Região (PR)	9.434.121	1.148.328	3.961.641	640.316.507	2,3%
10ª Região (DF/TO)	2.322.687	5.181.296	1.407.554	389.188.921	2,3%
11ª Região (AM/RR)	2.997.294	5.987.468	2.978.207	301.797.413	4,0%
12ª Região (SC)	975.802	2.876.934	7.641.293	462.149.811	2,5%
13ª Região (PB)	400.698	4.080.517	893.710	283.906.908	1,9%
14ª Região (RO/AC)	294.071	157.628	540.734	360.256.078	0,3%
15ª Região (Campinas)	10.421.386	13.934.659	1.936.879	1.114.494.868	2,4%
16ª Região (MA)	1.240.994	3.282.491	432.463	142.326.947	3,5%
17ª Região (ES)	2.405.698	635.447	414.864	214.078.810	1,6%
18ª Região (GO)	2.116.459	4.678.696	501.062	269.051.895	2,7%
19ª Região (AL)	4.503.074	34.936	612.421	151.104.926	3,4%
20ª Região (SE)	764.516	3.741.797	459.863	112.540.952	4,4%
21ª Região (RN)	1.013.967	270.932	665.197	167.963.920	1,2%
22ª Região (PI)	840.087	2.627.157	584.245	96.413.771	4,2%
23ª Região (MT)	1.378.461	531.834	634.205	187.322.964	1,4%
24ª Região (MS)	1.242.328	838.599	446.375	152.259.062	1,7%
Justiça do Trabalho	99.607.662	139.985.640	41.549.113	12.006.580.102	2,3%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 1.11 Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que a despesa com a área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $Inf1 = (DInf1 + DInf2 + DInf3) / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DInf1 - Despesa com Aquisições em Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, com aquisição de software (pronto) e hardware de informática na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- DInf2 - Despesa com Custeio da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base, com o custo de funcionamento e de manutenção da área de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), abrangendo as despesas com compras de suprimentos, despesas de pessoal com servidores do quadro efetivo e não efetivo, terceirizados, estagiários, diárias, deslocamentos, cursos de capacitação e treinamento, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- DInf3 - Despesa com Contratos da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base, com contratos de prestação de serviços para o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

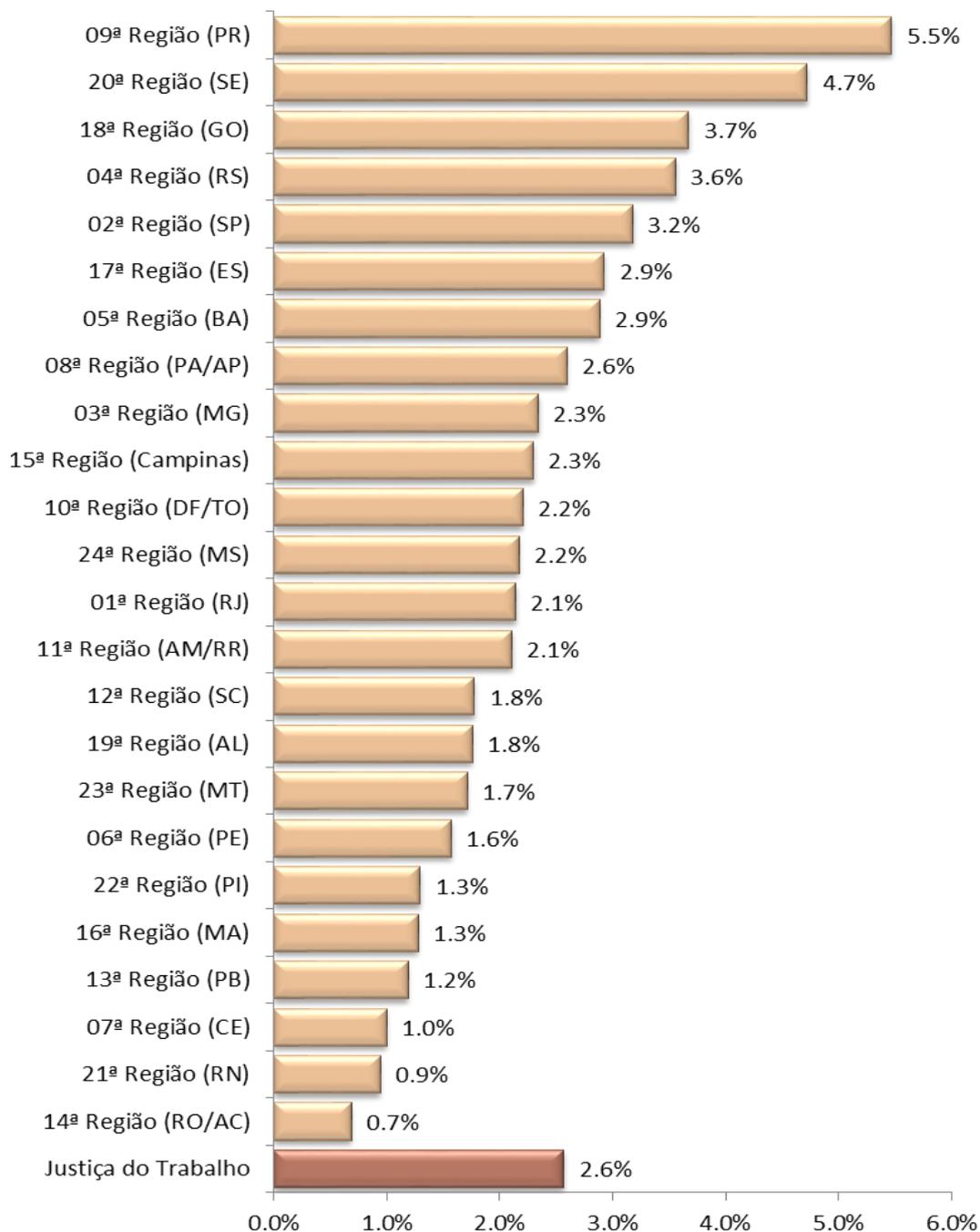
1.1.11. I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.12 I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	R - Recolhimentos Diversos	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	27.347.343	1.277.967.218	2,1%
02ª Região (SP)	50.280.635	1.581.117.836	3,2%
03ª Região (MG)	26.629.855	1.137.201.029	2,3%
04ª Região (RS)	37.058.969	1.041.131.559	3,6%
05ª Região (BA)	20.950.680	726.006.900	2,9%
06ª Região (PE)	8.294.442	527.935.988	1,6%
07ª Região (CE)	2.912.963	292.229.922	1,0%
08ª Região (PA/AP)	9.804.580	377.815.895	2,6%
09ª Região (PR)	35.046.773	640.316.507	5,5%
10ª Região (DF/TO)	8.576.098	389.188.921	2,2%
11ª Região (AM/RR)	6.360.565	301.797.413	2,1%
12ª Região (SC)	8.193.479	462.149.811	1,8%
13ª Região (PB)	3.377.456	283.906.908	1,2%
14ª Região (RO/AC)	2.466.427	360.256.078	0,7%
15ª Região (Campinas)	25.606.610	1.114.494.868	2,3%
16ª Região (MA)	1.818.196	142.326.947	1,3%
17ª Região (ES)	6.262.823	214.078.810	2,9%
18ª Região (GO)	9.880.712	269.051.895	3,7%
19ª Região (AL)	2.655.221	151.104.926	1,8%
20ª Região (SE)	5.317.494	112.540.952	4,7%
21ª Região (RN)	1.578.612	167.963.920	0,9%
22ª Região (PI)	1.247.575	96.413.771	1,3%
23ª Região (MT)	3.203.895	187.322.964	1,7%
24ª Região (MS)	3.301.818	152.259.062	2,2%
Justiça do Trabalho	308.173.223	12.006.580.102	2,6%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 1.12 11 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que a arrecadação com custas e emolumentos pela Justiça do Trabalho representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $I1 = R / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- R - Recolhimentos Diversos: Todos os recolhimentos arrecadados pela Justiça do Trabalho com custas (incluindo as da fase de execução) e emolumentos no ano-base e eventuais taxas.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.12. I2b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça

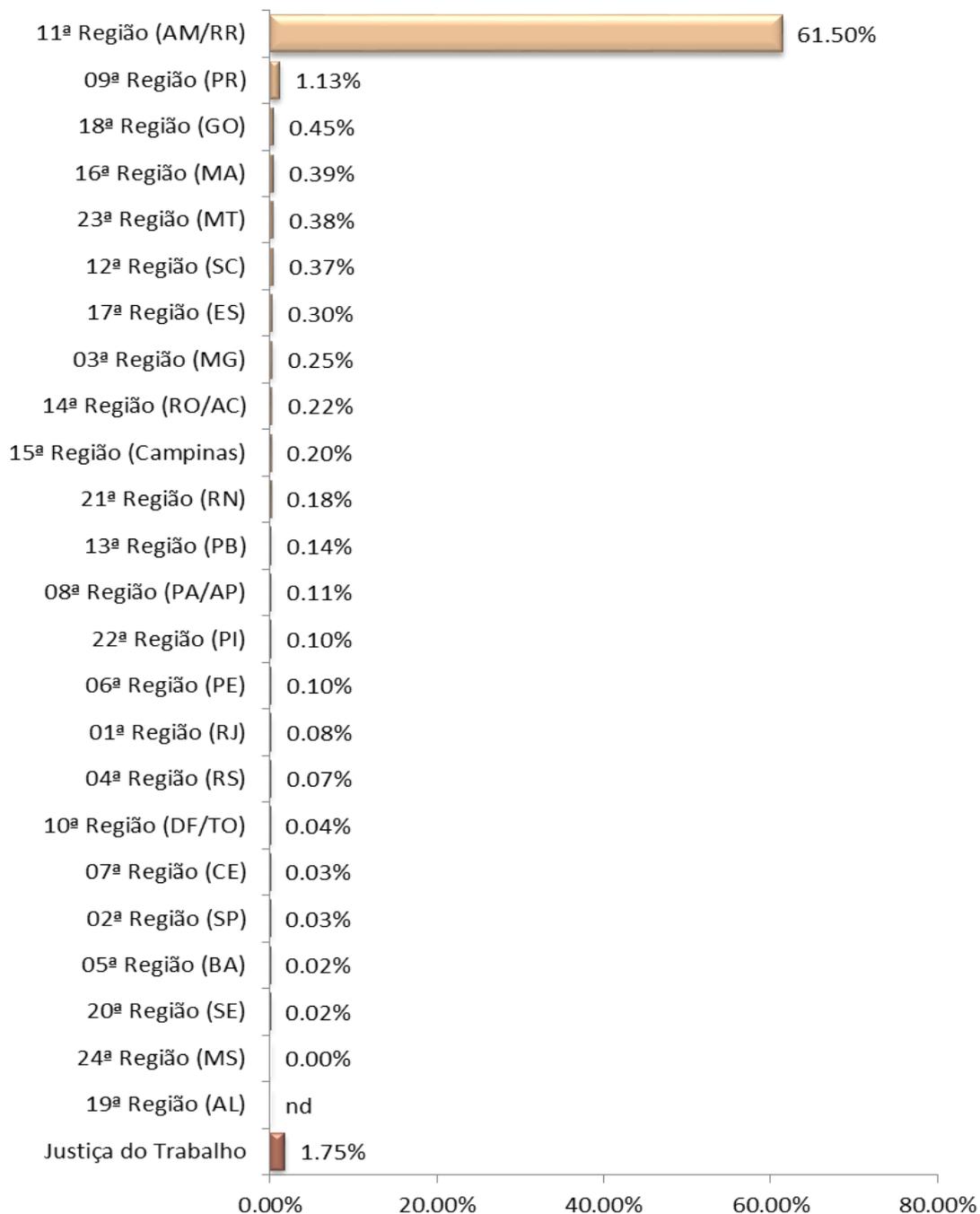
Tabela 1.13 I2b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	RERT - Receitas decorrentes de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I2b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	1.077.362	1.277.967.218	0,08%
02ª Região (SP)	437.519	1.581.117.836	0,03%
03ª Região (MG)	2.827.850	1.137.201.029	0,25%
04ª Região (RS)	685.357	1.041.131.559	0,07%
05ª Região (BA)	181.001	726.006.900	0,02%
06ª Região (PE)	504.945	527.935.988	0,10%
07ª Região (CE)	90.473	292.229.922	0,03%
08ª Região (PA/AP)	407.017	377.815.895	0,11%
09ª Região (PR)	7.255.585	640.316.507	1,13%
10ª Região (DF/TO)	143.783	389.188.921	0,04%
11ª Região (AM/RR)	185.595.905	301.797.413	61,50%
12ª Região (SC)	1.728.705	462.149.811	0,37%
13ª Região (PB)	394.676	283.906.908	0,14%
14ª Região (RO/AC)	778.912	360.256.078	0,22%
15ª Região (Campinas)	2.217.259	1.114.494.868	0,20%
16ª Região (MA)	553.189	142.326.947	0,39%
17ª Região (ES)	642.293	214.078.810	0,30%
18ª Região (GO)	1.206.141	269.051.895	0,45%
19ª Região (AL)	nd	151.104.926	nd
20ª Região (SE)	17.692	112.540.952	0,02%
21ª Região (RN)	308.277	167.963.920	0,18%
22ª Região (PI)	93.848	96.413.771	0,10%
23ª Região (MT)	714.481	187.322.964	0,38%
24ª Região (MS)	0	152.259.062	0,00%
Justiça do Trabalho	207.862.269	12.006.580.102	1,75%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.13 12b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

I2b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que a arrecadação fiscal da Justiça do Trabalho com a execução das penalidades impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $I2b = RERT / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RERT - Receitas decorrentes de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho: As receitas transferidas aos cofres da União em decorrência da atividade da Justiça do Trabalho de execução das penalidades impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

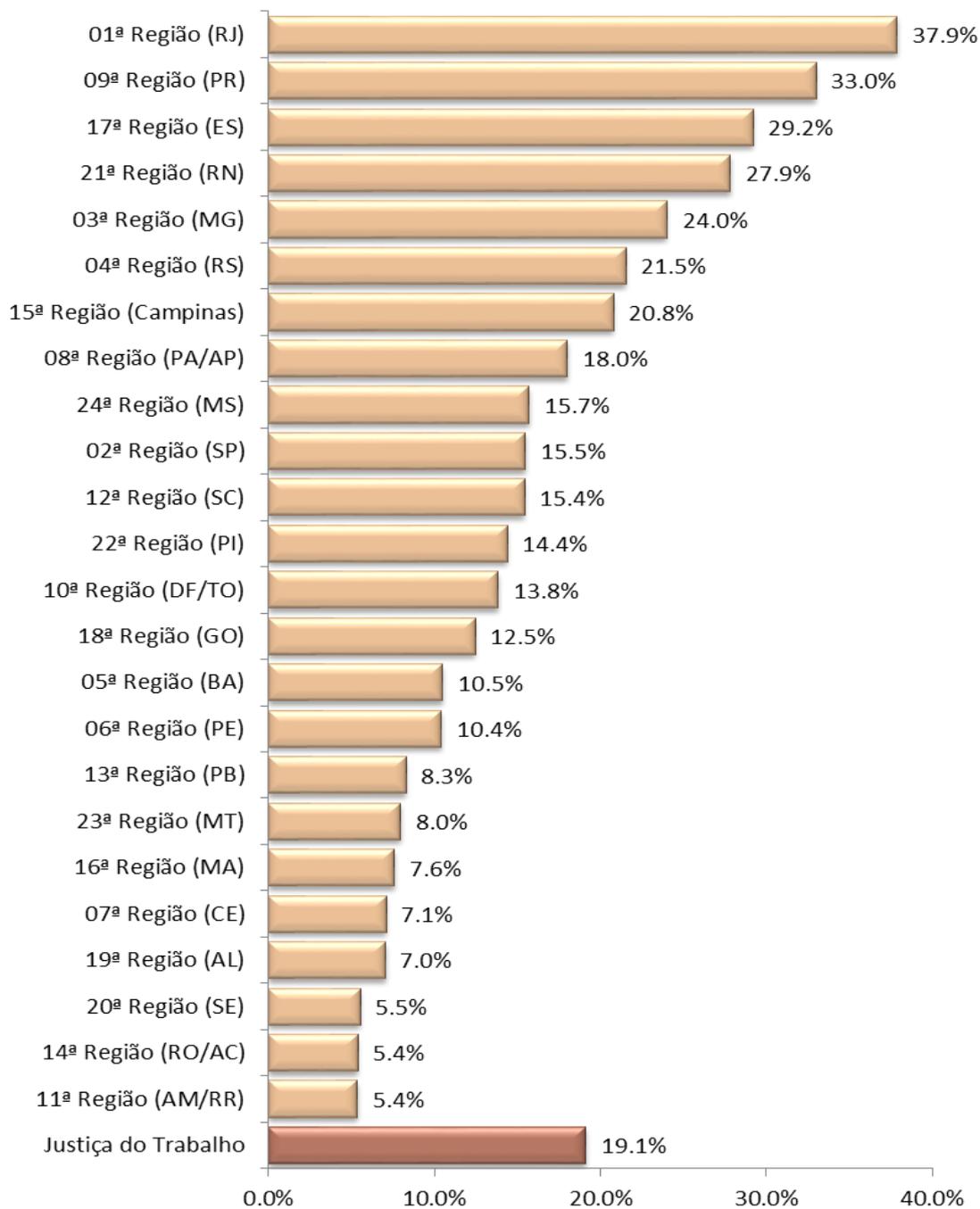
1.1.13. I3 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.14 I3 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	RPrev - Receitas de Execução Previdenciária	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I3 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	484.231.804	1.277.967.218	37,9%
02ª Região (SP)	244.919.029	1.581.117.836	15,5%
03ª Região (MG)	273.133.351	1.137.201.029	24,0%
04ª Região (RS)	224.299.997	1.041.131.559	21,5%
05ª Região (BA)	76.161.883	726.006.900	10,5%
06ª Região (PE)	55.056.624	527.935.988	10,4%
07ª Região (CE)	20.697.694	292.229.922	7,1%
08ª Região (PA/AP)	67.971.867	377.815.895	18,0%
09ª Região (PR)	211.274.705	640.316.507	33,0%
10ª Região (DF/TO)	53.879.817	389.188.921	13,8%
11ª Região (AM/RR)	16.155.134	301.797.413	5,4%
12ª Região (SC)	71.337.754	462.149.811	15,4%
13ª Região (PB)	23.491.022	283.906.908	8,3%
14ª Região (RO/AC)	19.352.535	360.256.078	5,4%
15ª Região (Campinas)	231.684.998	1.114.494.868	20,8%
16ª Região (MA)	10.791.898	142.326.947	7,6%
17ª Região (ES)	62.517.929	214.078.810	29,2%
18ª Região (GO)	33.521.933	269.051.895	12,5%
19ª Região (AL)	10.649.958	151.104.926	7,0%
20ª Região (SE)	6.244.797	112.540.952	5,5%
21ª Região (RN)	46.779.292	167.963.920	27,9%
22ª Região (PI)	13.869.418	96.413.771	14,4%
23ª Região (MT)	14.916.742	187.322.964	8,0%
24ª Região (MS)	23.876.743	152.259.062	15,7%
Justiça do Trabalho	2.296.816.924	12.006.580.102	19,1%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 1.14 13 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

I3 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que a arrecadação da Justiça do Trabalho com a execução das contribuições previdenciárias representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $I3 = RPrev / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RPrev - Receitas de Execução Previdenciária: As receitas transferidas pela Justiça do Trabalho aos cofres públicos em decorrência da execução das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, da Constituição, e seus acréscimos legais, no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

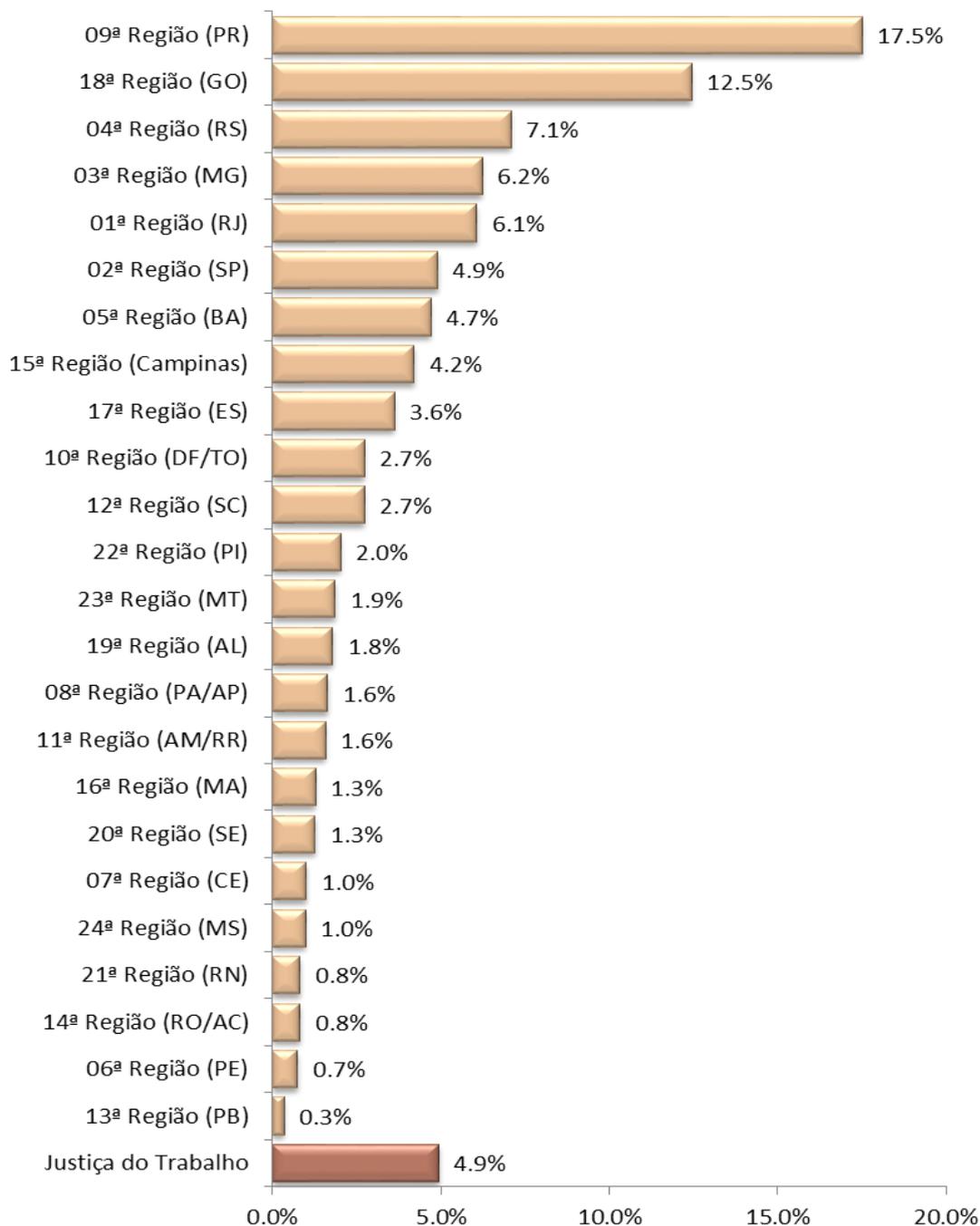
1.1.14. I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.15 I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	RIR - Receitas de Arrecadação de Imposto de Renda	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	77.456.679	1.277.967.218	6,1%
02ª Região (SP)	77.451.550	1.581.117.836	4,9%
03ª Região (MG)	70.853.014	1.137.201.029	6,2%
04ª Região (RS)	73.685.953	1.041.131.559	7,1%
05ª Região (BA)	34.107.840	726.006.900	4,7%
06ª Região (PE)	3.890.091	527.935.988	0,7%
07ª Região (CE)	2.929.591	292.229.922	1,0%
08ª Região (PA/AP)	6.187.473	377.815.895	1,6%
09ª Região (PR)	112.118.274	640.316.507	17,5%
10ª Região (DF/TO)	10.628.503	389.188.921	2,7%
11ª Região (AM/RR)	4.739.913	301.797.413	1,6%
12ª Região (SC)	12.582.987	462.149.811	2,7%
13ª Região (PB)	970.264	283.906.908	0,3%
14ª Região (RO/AC)	2.918.630	360.256.078	0,8%
15ª Região (Campinas)	46.831.050	1.114.494.868	4,2%
16ª Região (MA)	1.808.033	142.326.947	1,3%
17ª Região (ES)	7.755.230	214.078.810	3,6%
18ª Região (GO)	33.499.354	269.051.895	12,5%
19ª Região (AL)	2.689.453	151.104.926	1,8%
20ª Região (SE)	1.415.026	112.540.952	1,3%
21ª Região (RN)	1.369.167	167.963.920	0,8%
22ª Região (PI)	1.950.577	96.413.771	2,0%
23ª Região (MT)	3.487.090	187.322.964	1,9%
24ª Região (MS)	1.482.659	152.259.062	1,0%
Justiça do Trabalho	592.808.402	12.006.580.102	4,9%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 1.15 I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que a arrecadação da Justiça do Trabalho com a retenção de imposto de renda representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $I4 = RIR / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RIR - Receitas de Arrecadação de Imposto de Renda: As receitas de imposto de renda transferidas aos cofres públicos decorrentes da atividade jurisdicional da Justiça do Trabalho no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

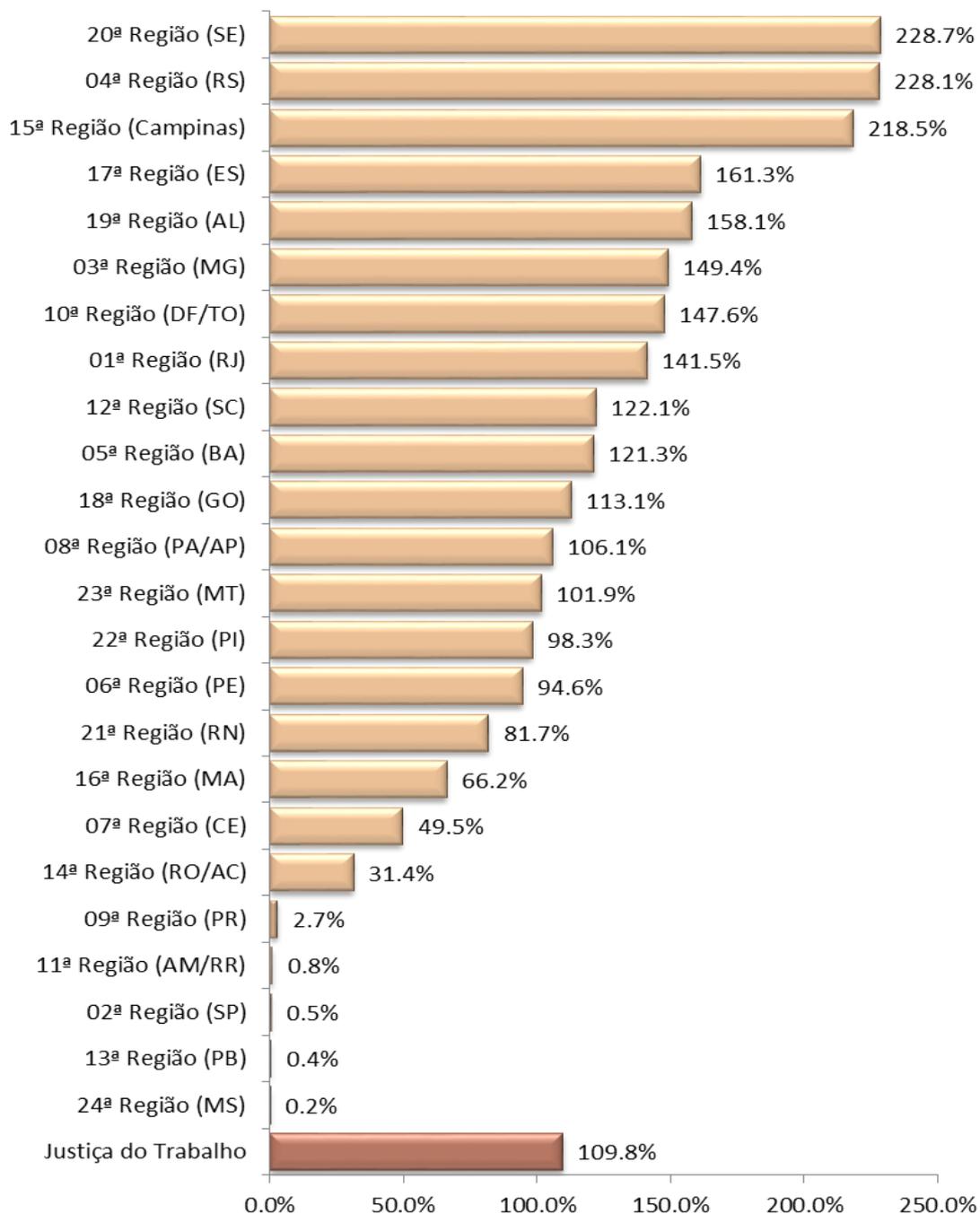
1.1.15. I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.16 I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	VPag - Valores Pagos aos Jurisdicionados	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	1.808.385.989	1.277.967.218	141,5%
02ª Região (SP)	8.001.767	1.581.117.836	0,5%
03ª Região (MG)	1.698.937.943	1.137.201.029	149,4%
04ª Região (RS)	2.375.183.389	1.041.131.559	228,1%
05ª Região (BA)	880.974.777	726.006.900	121,3%
06ª Região (PE)	499.423.896	527.935.988	94,6%
07ª Região (CE)	144.777.791	292.229.922	49,5%
08ª Região (PA/AP)	400.972.612	377.815.895	106,1%
09ª Região (PR)	17.089.821	640.316.507	2,7%
10ª Região (DF/TO)	574.526.701	389.188.921	147,6%
11ª Região (AM/RR)	2.424.456	301.797.413	0,8%
12ª Região (SC)	564.330.918	462.149.811	122,1%
13ª Região (PB)	1.105.942	283.906.908	0,4%
14ª Região (RO/AC)	112.971.987	360.256.078	31,4%
15ª Região (Campinas)	2.434.643.779	1.114.494.868	218,5%
16ª Região (MA)	94.157.554	142.326.947	66,2%
17ª Região (ES)	345.305.253	214.078.810	161,3%
18ª Região (GO)	304.194.894	269.051.895	113,1%
19ª Região (AL)	238.833.023	151.104.926	158,1%
20ª Região (SE)	257.378.974	112.540.952	228,7%
21ª Região (RN)	137.236.877	167.963.920	81,7%
22ª Região (PI)	94.801.114	96.413.771	98,3%
23ª Região (MT)	190.944.600	187.322.964	101,9%
24ª Região (MS)	236.097	152.259.062	0,2%
Justiça do Trabalho	13.186.840.153	12.006.580.102	109,8%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 1.16 15 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que o montante dos valores pagos aos jurisdicionados em decorrência da atividade da Justiça do Trabalho representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base.

Fórmula: $I5 = VPag / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- VPag - Valores Pagos aos Jurisdicionados: Total dos valores pagos aos demandantes em decorrência da atividade da Justiça do Trabalho durante o ano-base, inclusive os decorrentes de Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV's). Excluem-se os valores atinentes aos executivos fiscais e aos recolhimentos previdenciários e fiscais.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em "restos a pagar". Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

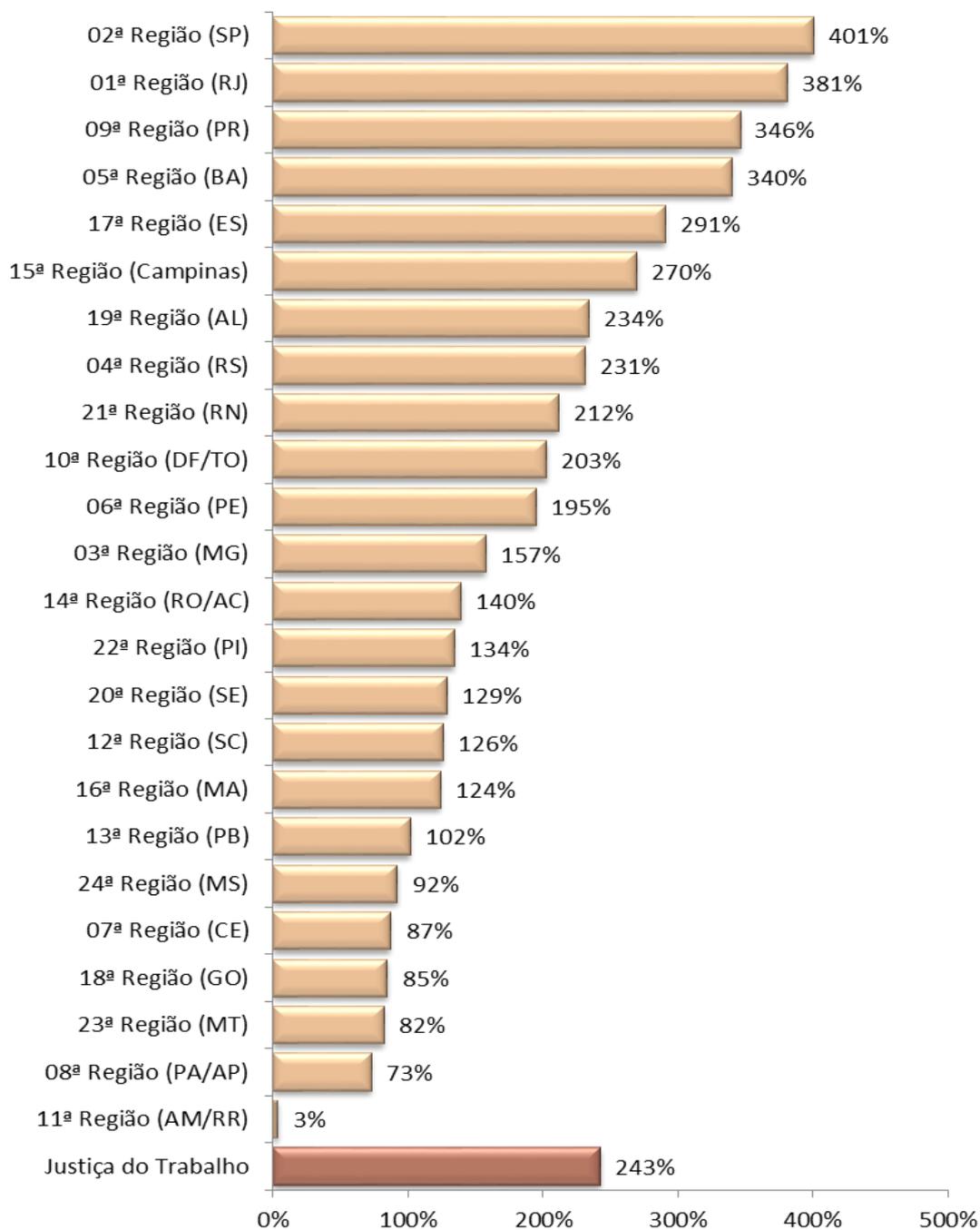
1.1.16. I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.17 I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DepJud - Saldo de Depósitos Judiciais	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	4.869.076.289	1.277.967.218	381%
02ª Região (SP)	6.335.249.127	1.581.117.836	401%
03ª Região (MG)	1.790.473.089	1.137.201.029	157%
04ª Região (RS)	2.404.935.081	1.041.131.559	231%
05ª Região (BA)	2.468.063.083	726.006.900	340%
06ª Região (PE)	1.027.990.693	527.935.988	195%
07ª Região (CE)	254.430.868	292.229.922	87%
08ª Região (PA/AP)	274.983.033	377.815.895	73%
09ª Região (PR)	2.217.509.334	640.316.507	346%
10ª Região (DF/TO)	789.500.381	389.188.921	203%
11ª Região (AM/RR)	10.373.738	301.797.413	3%
12ª Região (SC)	582.912.596	462.149.811	126%
13ª Região (PB)	288.821.109	283.906.908	102%
14ª Região (RO/AC)	503.053.601	360.256.078	140%
15ª Região (Campinas)	3.004.558.470	1.114.494.868	270%
16ª Região (MA)	176.460.682	142.326.947	124%
17ª Região (ES)	622.671.442	214.078.810	291%
18ª Região (GO)	227.489.080	269.051.895	85%
19ª Região (AL)	353.561.170	151.104.926	234%
20ª Região (SE)	144.914.045	112.540.952	129%
21ª Região (RN)	355.491.834	167.963.920	212%
22ª Região (PI)	129.396.508	96.413.771	134%
23ª Região (MT)	154.014.695	187.322.964	82%
24ª Região (MS)	140.032.692	152.259.062	92%
Justiça do Trabalho	29.125.962.641	12.006.580.102	243%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 1.17 16 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que o montante dos valores dos depósitos judiciais no final do ano-base representam em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias

Fórmula: $I6 = \text{DepJud} / \text{Dpj}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DepJud - Saldo de Depósitos Judiciais: Saldo total de depósitos judiciais na Justiça do Trabalho no final do ano-base, incluindo os depósitos dos executivos fiscais.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.17. I7 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça

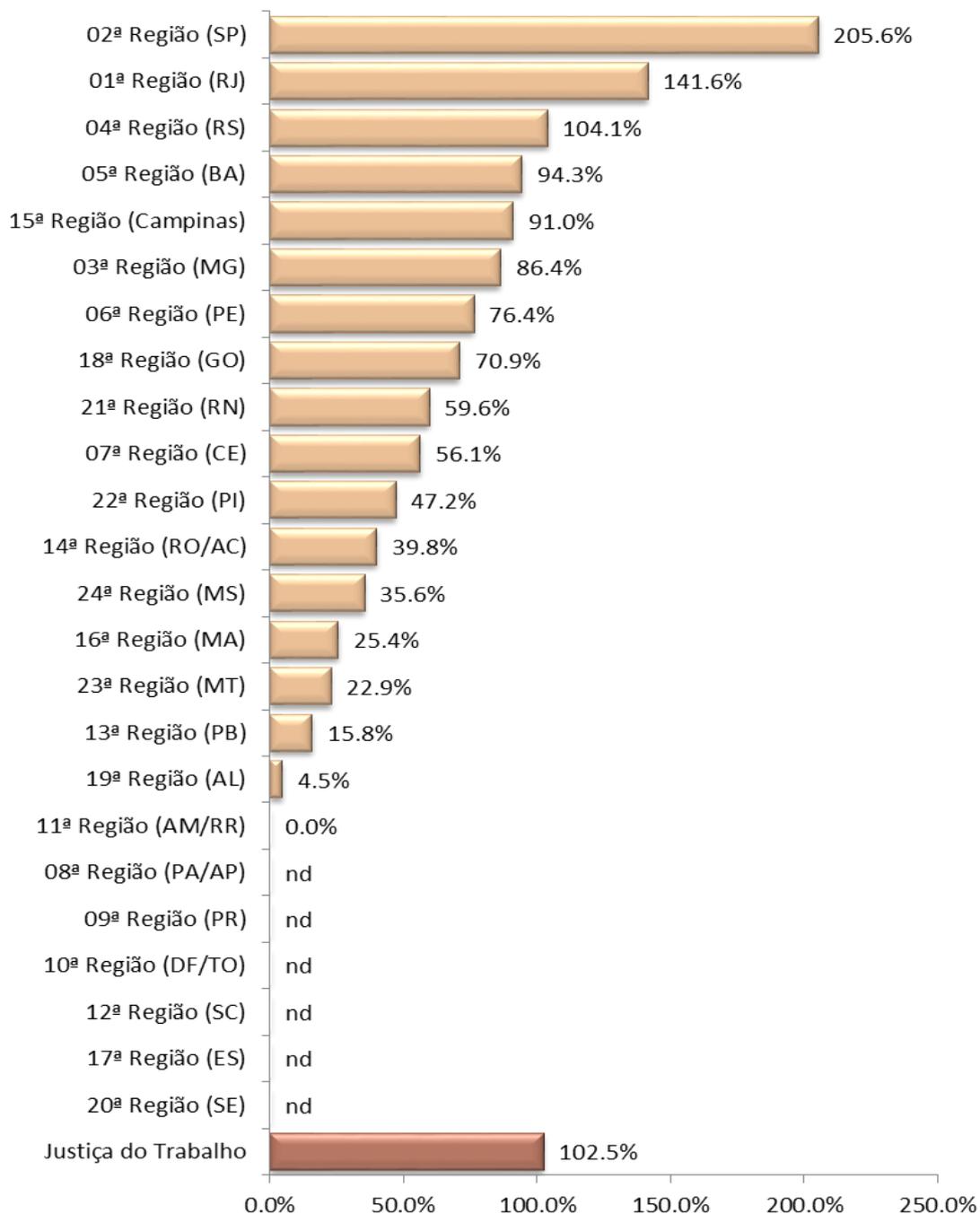
Tabela 1.18 I7 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DepRecP - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I7 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	1.809.007.224	1.277.967.218	141,6%
02ª Região (SP)	3.250.679.469	1.581.117.836	205,6%
03ª Região (MG)	982.056.801	1.137.201.029	86,4%
04ª Região (RS)	1.083.336.470	1.041.131.559	104,1%
05ª Região (BA)	684.926.533	726.006.900	94,3%
06ª Região (PE)	403.162.700	527.935.988	76,4%
07ª Região (CE)	164.032.713	292.229.922	56,1%
08ª Região (PA/AP)	nd	377.815.895	nd
09ª Região (PR)	nd	640.316.507	nd
10ª Região (DF/TO)	nd	389.188.921	nd
11ª Região (AM/RR)	0	301.797.413	0,0%
12ª Região (SC)	nd	462.149.811	nd
13ª Região (PB)	44.753.167	283.906.908	15,8%
14ª Região (RO/AC)	143.532.181	360.256.078	39,8%
15ª Região (Campinas)	1.013.848.908	1.114.494.868	91,0%
16ª Região (MA)	36.213.122	142.326.947	25,4%
17ª Região (ES)	nd	214.078.810	nd
18ª Região (GO)	190.883.047	269.051.895	70,9%
19ª Região (AL)	6.857.923	151.104.926	4,5%
20ª Região (SE)	nd	112.540.952	nd
21ª Região (RN)	100.165.102	167.963.920	59,6%
22ª Região (PI)	45.475.452	96.413.771	47,2%
23ª Região (MT)	42.808.840	187.322.964	22,9%
24ª Região (MS)	54.141.579	152.259.062	35,6%
Justiça do Trabalho	10.055.881.231	12.006.580.102	102,5%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.18 17 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

I7 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que o montante dos valores dos depósitos recursais pendentes de liberação pela Justiça do Trabalho no final do ano-base representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias.

Fórmula: $I7 = \text{DepRecP} / \text{Dpj}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DepRecP - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes: Saldo total de depósitos recursais pendentes de liberação pela Justiça do Trabalho no termo final do ano-base, incluindo o resíduo de depósitos recursais dos anos anteriores e aqueles realizados fora de conta vinculada em virtude de controvérsia sobre a existência de vínculo empregatício ou relação de trabalho.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

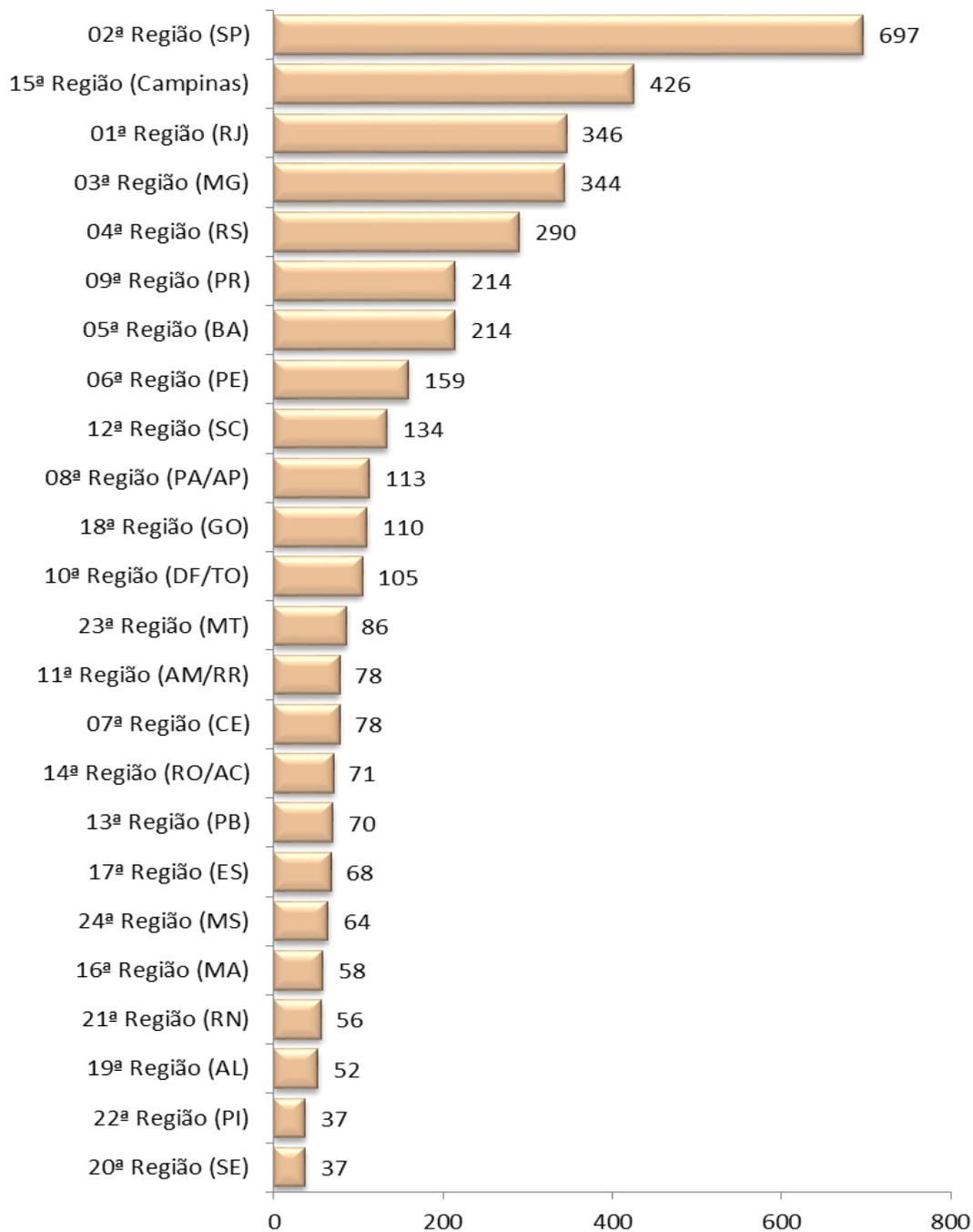
1.2.1. MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes

Tabela 1.19 MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes

Tribunal Regional do Trabalho	MagE2º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau	MagE1º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 1º Grau	MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes
01ª Região (RJ)	54	292	346
02ª Região (SP)	94	603	697
03ª Região (MG)	49	295	344
04ª Região (RS)	48	242	290
05ª Região (BA)	29	185	214
06ª Região (PE)	19	140	159
07ª Região (CE)	14	64	78
08ª Região (PA/AP)	23	90	113
09ª Região (PR)	31	183	214
10ª Região (DF/TO)	17	88	105
11ª Região (AM/RR)	14	64	78
12ª Região (SC)	18	116	134
13ª Região (PB)	10	60	70
14ª Região (RO/AC)	8	63	71
15ª Região (Campinas)	55	371	426
16ª Região (MA)	8	50	58
17ª Região (ES)	12	56	68
18ª Região (GO)	14	96	110
19ª Região (AL)	8	44	52
20ª Região (SE)	8	29	37
21ª Região (RN)	10	46	56
22ª Região (PI)	8	29	37
23ª Região (MT)	8	78	86
24ª Região (MS)	8	56	64
Justiça do Trabalho	567	3.340	3.907

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 1.19 MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes



Glossário:

MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes

Finalidade: Indicar o número de cargos de magistrado existentes, providos ou não, em cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

Fórmula: $\text{MagE} = \text{MagE}^{2^\circ} + \text{MagE}^{1^\circ}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **MagE^{2º}** - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau: Número de cargos de Magistrado existentes no 2º Grau da Justiça do Trabalho no final do ano-base, providos ou não.
- **MagE^{1º}** - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 1º Grau: Número de cargos de Magistrado existentes, providos ou não, no 1º Grau da Justiça do Trabalho no final do ano-base. Incluem-se os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

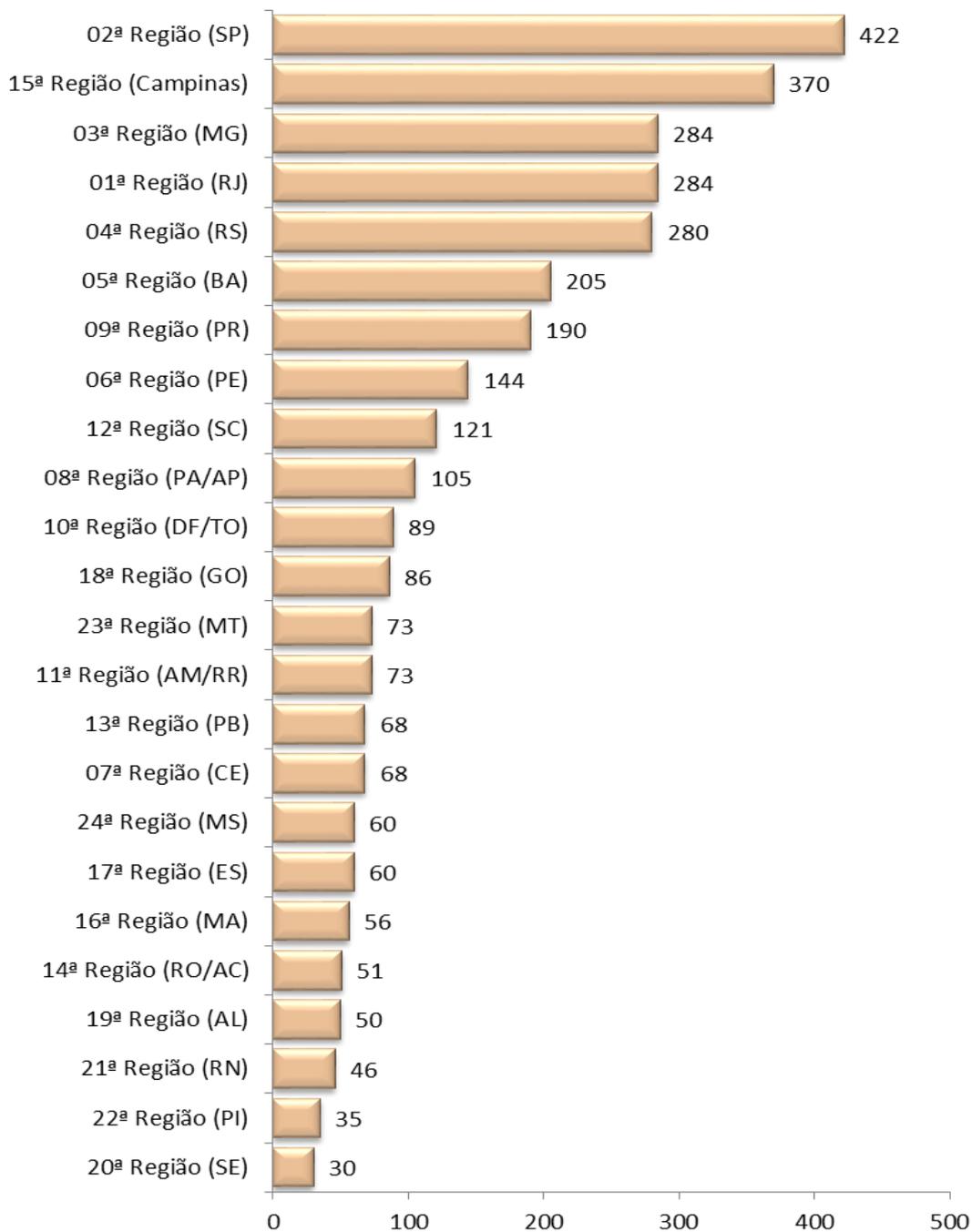
1.2.2. Mag - Total de Magistrados

Tabela 1.20 Mag - Total de Magistrados

Tribunal Regional do Trabalho	MagP2º - Número de Cargos Providos de Magistrado no 2º Grau	MagP1º - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau	MagAJ1º - Número de Magistrados Afastados da Jurisdição no 1º Grau	Mag - Total de Magistrados
01ª Região (RJ)	54	235	5	284
02ª Região (SP)	85	348	11	422
03ª Região (MG)	34	257	7	284
04ª Região (RS)	42	246	8	280
05ª Região (BA)	29	178	2	205
06ª Região (PE)	17	128	1	144
07ª Região (CE)	9	60	1	68
08ª Região (PA/AP)	23	82	0	105
09ª Região (PR)	30	162	2	190
10ª Região (DF/TO)	15	83	9	89
11ª Região (AM/RR)	11	63	1	73
12ª Região (SC)	18	106	3	121
13ª Região (PB)	10	60	2	68
14ª Região (RO/AC)	8	47	4	51
15ª Região (Campinas)	51	337	18	370
16ª Região (MA)	8	49	1	56
17ª Região (ES)	12	52	4	60
18ª Região (GO)	13	74	1	86
19ª Região (AL)	7	43	0	50
20ª Região (SE)	8	22	0	30
21ª Região (RN)	7	41	2	46
22ª Região (PI)	8	27	0	35
23ª Região (MT)	7	71	5	73
24ª Região (MS)	8	54	2	60
Justiça do Trabalho	514	2.825	89	3.250

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 1.20 Mag - Total de Magistrados



Glossário:

Mag - Total de Magistrados

Finalidade: Indicar o número de cargos de magistrado providos, exceto aqueles afastados da atividade, em cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

Fórmula: $Mag = MagP2^{\circ} + MagP1^{\circ} - MagAJ1^{\circ}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **MagP2º** - Número de Cargos Providos de Magistrado no 2º Grau: Número de cargos de Magistrado providos no 2º Grau no final do período-base (semestre), providos ou não. Excluem-se os Juízes Substitutos em 2º grau.
- **MagP1º** - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau: Número de cargos de Magistrado providos no 1º grau da Justiça do Trabalho no final do período-base (semestre), incluídos os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos. Indicadores relacionados: Mag.
- **MagAJ1º** - Número de Magistrados Afastados da Jurisdição no 1º Grau: Número de Magistrados da Justiça do Trabalho afastados da jurisdição de 1º grau, durante todo o período-base (semestre). Incluem-se os convocados para outro órgão.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

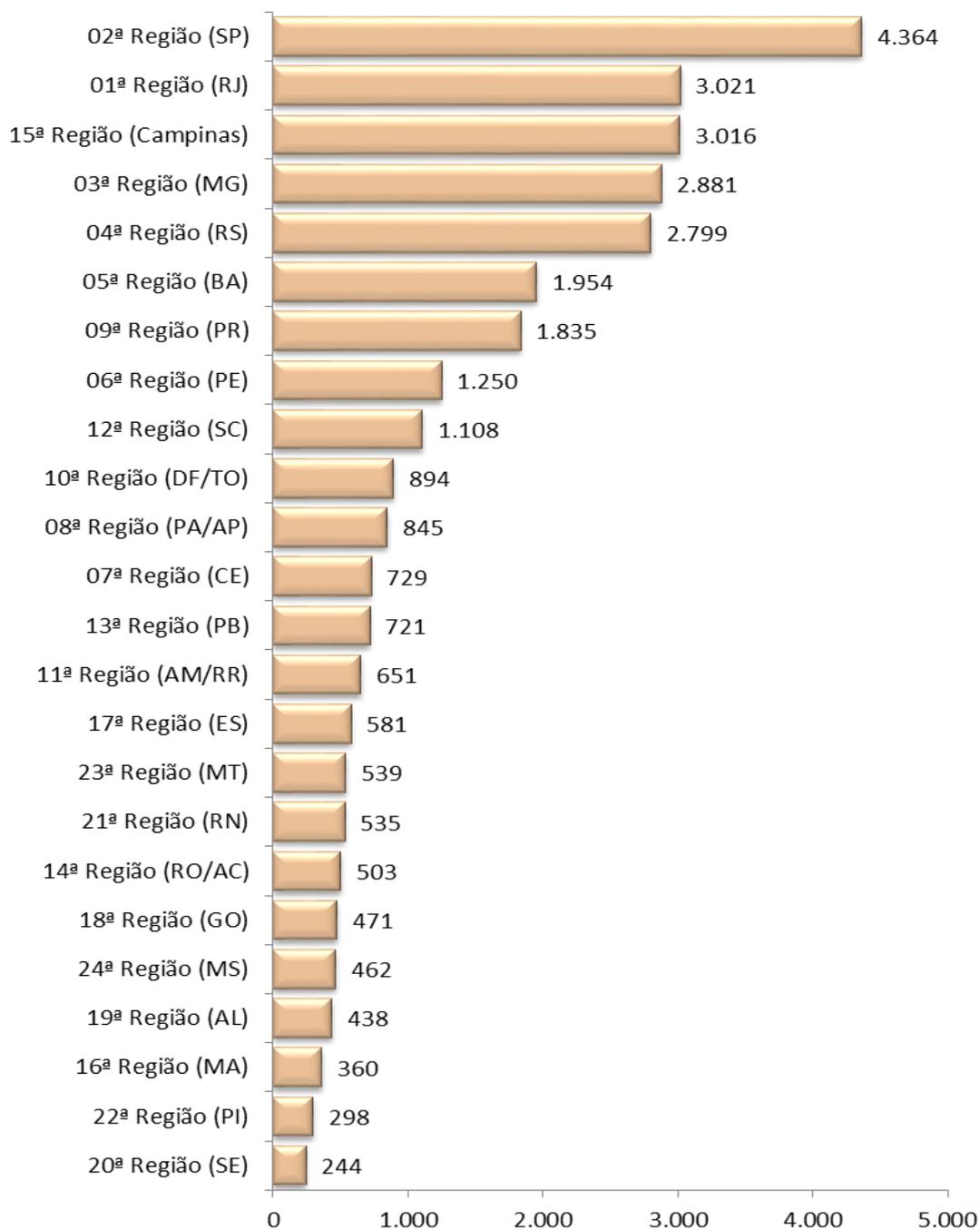
1.2.3. SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária

Tabela 1.21 SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária

Tribunal Regional do Trabalho	SaJud2º - Número de Servidores da Área Judiciária do 2º Grau	SaJud1º - Número de Servidores da Área Judiciária no 1º Grau	SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária
01ª Região (RJ)	890	2.131	3.021
02ª Região (SP)	1.182	3.182	4.364
03ª Região (MG)	729	2.152	2.881
04ª Região (RS)	780	2.019	2.799
05ª Região (BA)	416	1.538	1.954
06ª Região (PE)	294	956	1.250
07ª Região (CE)	249	480	729
08ª Região (PA/AP)	191	654	845
09ª Região (PR)	549	1.286	1.835
10ª Região (DF/TO)	308	586	894
11ª Região (AM/RR)	287	364	651
12ª Região (SC)	315	793	1.108
13ª Região (PB)	269	452	721
14ª Região (RO/AC)	124	379	503
15ª Região (Campinas)	695	2.321	3.016
16ª Região (MA)	124	236	360
17ª Região (ES)	211	370	581
18ª Região (GO)	152	319	471
19ª Região (AL)	104	334	438
20ª Região (SE)	61	183	244
21ª Região (RN)	174	361	535
22ª Região (PI)	132	166	298
23ª Região (MT)	189	350	539
24ª Região (MS)	141	321	462
Justiça do Trabalho	8.566	21.933	30.499

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 1.21 SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária



Glossário:

SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária

Finalidade: Indicar o número total de servidores lotados na área judiciária em efetiva atividade no final do período-base (semestre).

Fórmula: $SaJud = SaJud2 + SaJud1$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- SaJud2º - Número de Servidores da Área Judiciária do 2º Grau: Número total de servidores lotados na área judiciária do 2º grau da Justiça do Trabalho, em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.
- SaJud1º - Número de Servidores da Área Judiciária no 1º Grau: Número total de servidores lotados na área judiciária no 1º grau da Justiça do Trabalho, e que estão em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

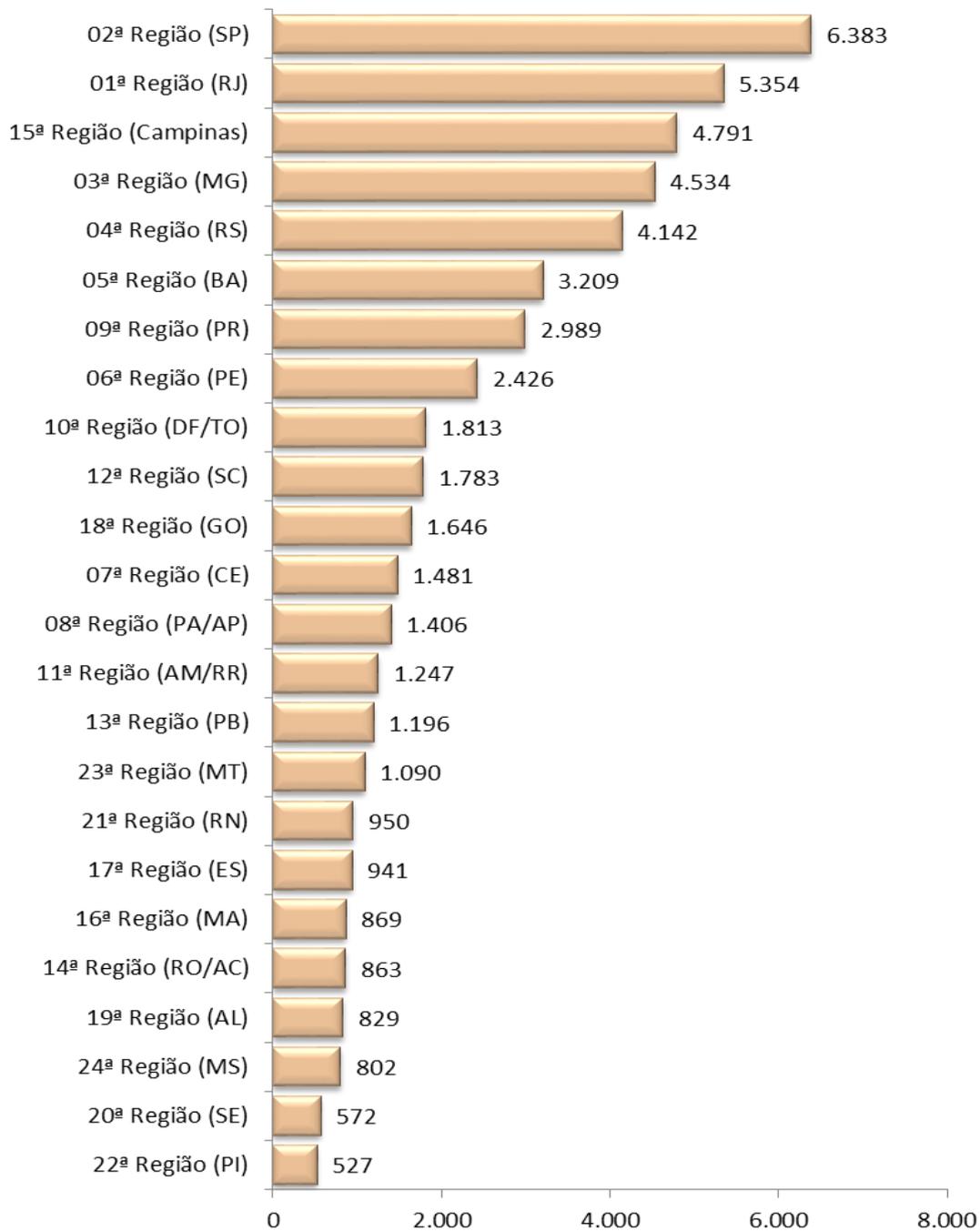
1.2.4. TS - Total de Servidores

Tabela 1.22 TS - Total de Servidores

Tribunal Regional do Trabalho	TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo	TPCed - Total de Pessoal Cedido	TPReq - Total de Pessoal Requisitado	TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar	TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo	TS - Total de Servidores
01ª Região (RJ)	3.917	203	226	1.386	28	5.354
02ª Região (SP)	5.533	414	217	1.036	11	6.383
03ª Região (MG)	3.167	20	297	1.077	13	4.534
04ª Região (RS)	3.422	11	3	726	2	4.142
05ª Região (BA)	2.252	132	307	771	11	3.209
06ª Região (PE)	1.711	41	186	561	9	2.426
07ª Região (CE)	848	73	223	475	8	1.481
08ª Região (PA/AP)	1.067	31	23	336	11	1.406
09ª Região (PR)	2.267	138	132	719	9	2.989
10ª Região (DF/TO)	1.060	135	246	640	2	1.813
11ª Região (AM/RR)	1.044	9	56	150	6	1.247
12ª Região (SC)	1.463	63	81	300	2	1.783
13ª Região (PB)	930	18	77	196	11	1.196
14ª Região (RO/AC)	758	45	19	129	2	863
15ª Região (Campinas)	3.223	20	402	1.173	13	4.791
16ª Região (MA)	466	6	37	360	12	869
17ª Região (ES)	596	75	167	251	2	941
18ª Região (GO)	1.105	13	176	377	1	1.646
19ª Região (AL)	494	65	160	237	3	829
20ª Região (SE)	401	32	61	140	2	572
21ª Região (RN)	598	54	115	275	16	950
22ª Região (PI)	324	35	104	124	10	527
23ª Região (MT)	802	91	122	257	0	1.090
24ª Região (MS)	544	43	117	181	3	802
Justiça do Trabalho	37.992	1.767	3.554	11.877	187	51.843

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 1.22 TS - Total de Servidores



Glossário:

TS - Total de Servidores

Finalidade: Indicar o número de servidores em atividade em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula: $TS = TPEfet - TPCed + TPREq + TFAux + TPSV$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo:** Número total de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base, incluídos os cedidos a outros órgãos.
- **TPCed - Total de Pessoal Cedido:** Número total de servidores cedidos a outros órgãos, ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- **TPReq - Total de Pessoal Requisitado:** Número total de servidores requisitados de órgãos do Poder Judiciário e de órgãos fora do Poder Judiciário, que estão em atividade no Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- **TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar:** Número total de terceirizados e estagiários do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- **TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo:** Número total de servidores ocupantes apenas de cargo em comissão do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

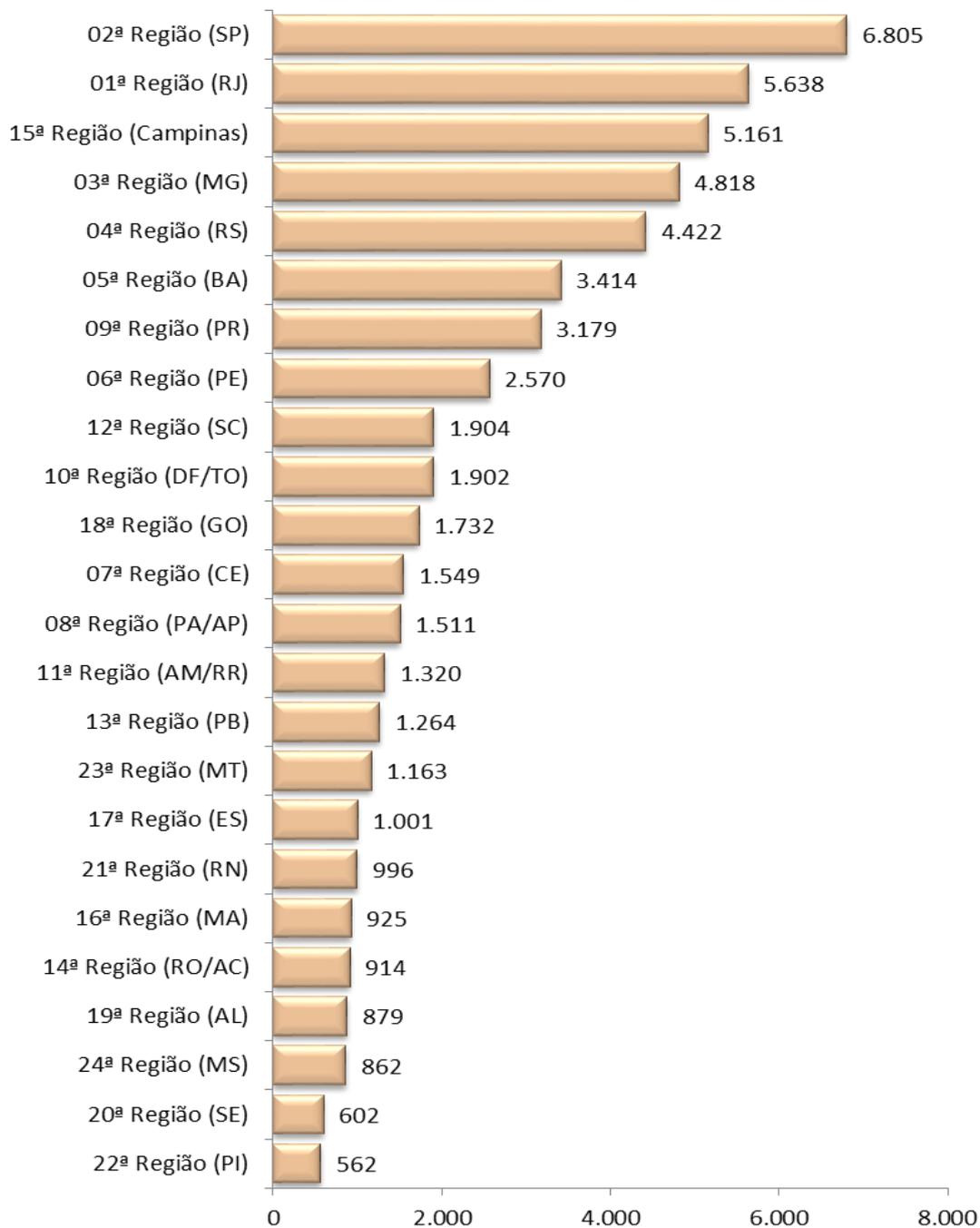
1.2.5. FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados

Tabela 1.23 FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados

Tribunal Regional do Trabalho	TS - Total de Servidores	Mag - Total de Magistrados	FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados
01ª Região (RJ)	5.354	284	5.638
02ª Região (SP)	6.383	422	6.805
03ª Região (MG)	4.534	284	4.818
04ª Região (RS)	4.142	280	4.422
05ª Região (BA)	3.209	205	3.414
06ª Região (PE)	2.426	144	2.570
07ª Região (CE)	1.481	68	1.549
08ª Região (PA/AP)	1.406	105	1.511
09ª Região (PR)	2.989	190	3.179
10ª Região (DF/TO)	1.813	89	1.902
11ª Região (AM/RR)	1.247	73	1.320
12ª Região (SC)	1.783	121	1.904
13ª Região (PB)	1.196	68	1.264
14ª Região (RO/AC)	863	51	914
15ª Região (Campinas)	4.791	370	5.161
16ª Região (MA)	869	56	925
17ª Região (ES)	941	60	1.001
18ª Região (GO)	1.646	86	1.732
19ª Região (AL)	829	50	879
20ª Região (SE)	572	30	602
21ª Região (RN)	950	46	996
22ª Região (PI)	527	35	562
23ª Região (MT)	1.090	73	1.163
24ª Região (MS)	802	60	862
Justiça do Trabalho	51.843	3.250	55.093

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 1.23 FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados



Glossário:

FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados

Finalidade: Indicar Número total da força de trabalho em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base

Fórmula: $FTT = TS + Mag$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TS = TPEfet - TPCed + TPReq + TFAux + TPSV$
- $Mag = MagP2º + MagP1º - MagAJ1º$

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

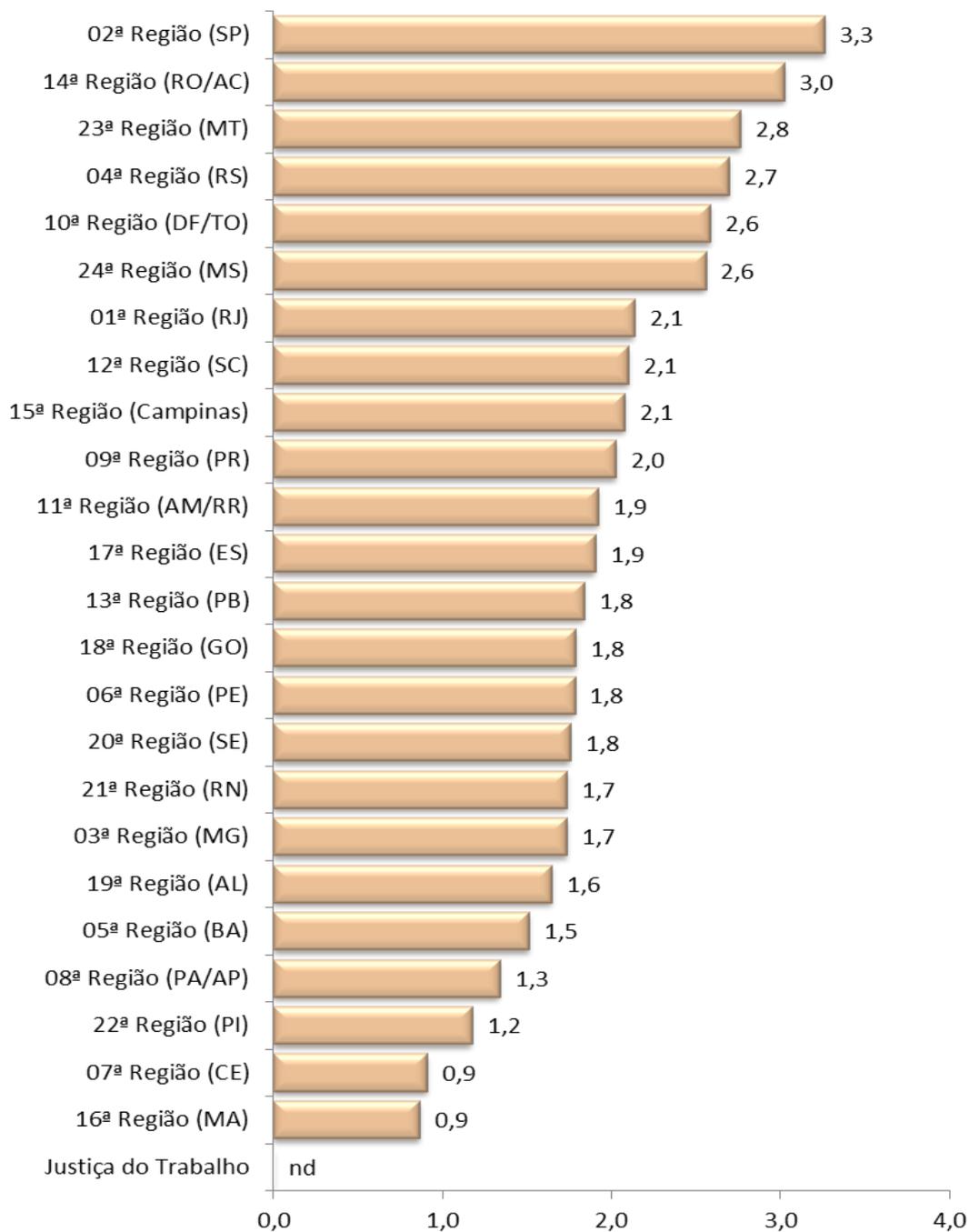
1.2.6. F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Tabela 1.24 F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	346	162	2,1
02ª Região (SP)	697	214	3,3
03ª Região (MG)	344	199	1,7
04ª Região (RS)	290	108	2,7
05ª Região (BA)	214	142	1,5
06ª Região (PE)	159	89	1,8
07ª Região (CE)	78	86	0,9
08ª Região (PA/AP)	113	85	1,3
09ª Região (PR)	214	106	2,0
10ª Região (DF/TO)	105	41	2,6
11ª Região (AM/RR)	78	41	1,9
12ª Região (SC)	134	64	2,1
13ª Região (PB)	70	38	1,8
14ª Região (RO/AC)	71	23	3,0
15ª Região (Campinas)	426	205	2,1
16ª Região (MA)	58	67	0,9
17ª Região (ES)	68	36	1,9
18ª Região (GO)	110	62	1,8
19ª Região (AL)	52	32	1,6
20ª Região (SE)	37	21	1,8
21ª Região (RN)	56	32	1,7
22ª Região (PI)	37	32	1,2
23ª Região (MT)	86	31	2,8
24ª Região (MS)	64	25	2,6
Justiça do Trabalho	3.907	1.939	nd

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 1.24 F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes



Glossário:

F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o número de cargos de magistrados existentes, providos ou não, em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula: $F1 = (\text{MagE}) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{MagE} = \text{MagE2}^\circ + \text{MagE1}^\circ$
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

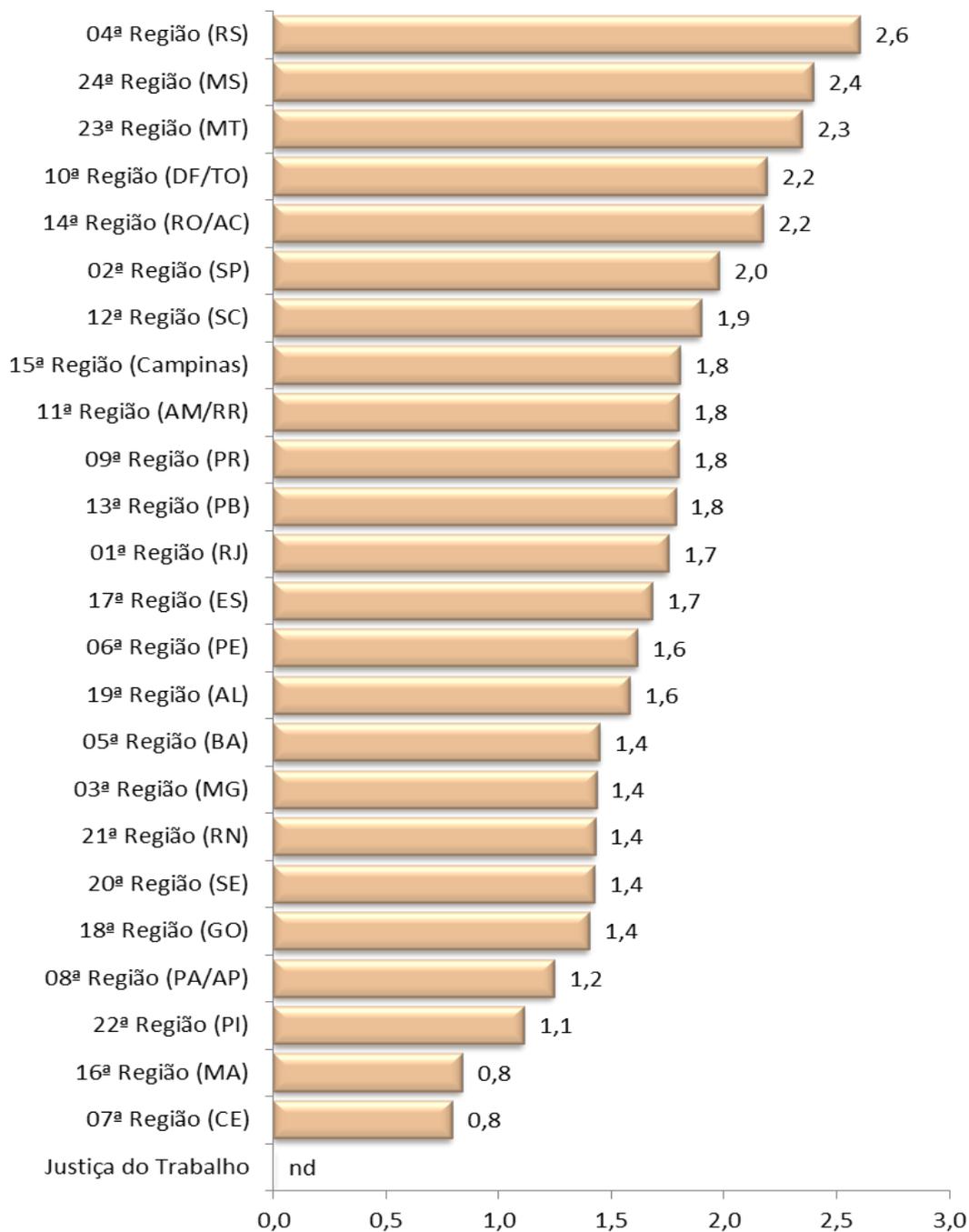
1.2.7. F2 - Magistrados por 100.000 habitantes

Tabela 1.25 F2 - Magistrados por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	Mag - Total de Magistrados	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F2 - Magistrados por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	284	162	1,7
02ª Região (SP)	422	214	2,0
03ª Região (MG)	284	199	1,4
04ª Região (RS)	280	108	2,6
05ª Região (BA)	205	142	1,4
06ª Região (PE)	144	89	1,6
07ª Região (CE)	68	86	0,8
08ª Região (PA/AP)	105	85	1,2
09ª Região (PR)	190	106	1,8
10ª Região (DF/TO)	89	41	2,2
11ª Região (AM/RR)	73	41	1,8
12ª Região (SC)	121	64	1,9
13ª Região (PB)	68	38	1,8
14ª Região (RO/AC)	51	23	2,2
15ª Região (Campinas)	370	205	1,8
16ª Região (MA)	56	67	0,8
17ª Região (ES)	60	36	1,7
18ª Região (GO)	86	62	1,4
19ª Região (AL)	50	32	1,6
20ª Região (SE)	30	21	1,4
21ª Região (RN)	46	32	1,4
22ª Região (PI)	35	32	1,1
23ª Região (MT)	73	31	2,3
24ª Região (MS)	60	25	2,4
Justiça do Trabalho	3.250	1.939	nd

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 1.25 F2 - Magistrados por 100.000 habitantes



Glossário:

F2 - Magistrados por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o número de magistrados em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula: $F2 = (\text{Mag}) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{Mag} = \text{MagP2}^{\circ} + \text{MagP1}^{\circ} - \text{MagAJ1}^{\circ}$
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

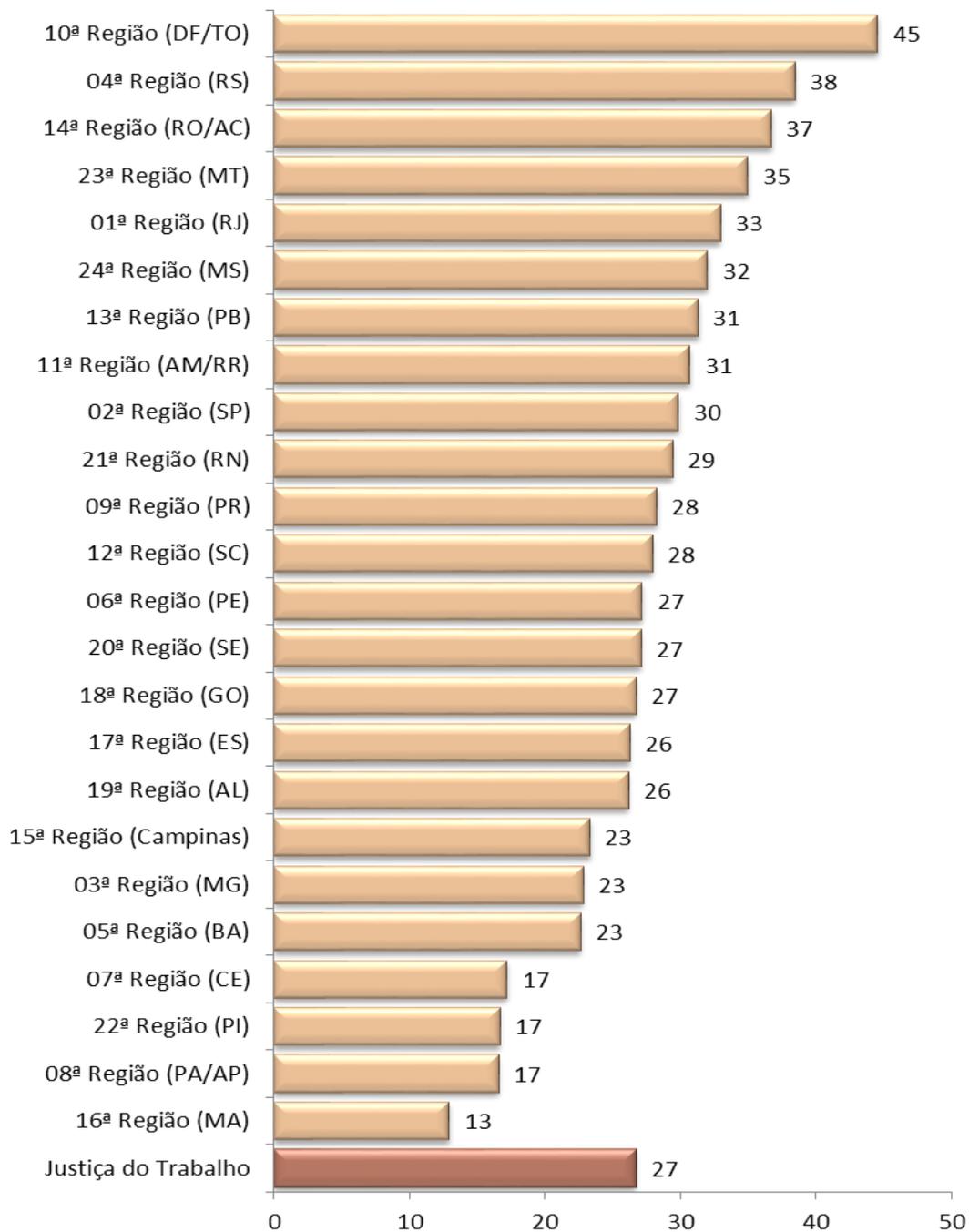
1.2.8. F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes

Tabela 1.26 F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	TS - Total de Servidores	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	5.354	162	33
02ª Região (SP)	6.383	214	30
03ª Região (MG)	4.534	199	23
04ª Região (RS)	4.142	108	38
05ª Região (BA)	3.209	142	23
06ª Região (PE)	2.426	89	27
07ª Região (CE)	1.481	86	17
08ª Região (PA/AP)	1.406	85	17
09ª Região (PR)	2.989	106	28
10ª Região (DF/TO)	1.813	41	45
11ª Região (AM/RR)	1.247	41	31
12ª Região (SC)	1.783	64	28
13ª Região (PB)	1.196	38	31
14ª Região (RO/AC)	863	23	37
15ª Região (Campinas)	4.791	205	23
16ª Região (MA)	869	67	13
17ª Região (ES)	941	36	26
18ª Região (GO)	1.646	62	27
19ª Região (AL)	829	32	26
20ª Região (SE)	572	21	27
21ª Região (RN)	950	32	29
22ª Região (PI)	527	32	17
23ª Região (MT)	1.090	31	35
24ª Região (MS)	802	25	32
Justiça do Trabalho	51.843	1.939	27

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 1.26 F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes



Glossário:

F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de força de trabalho total disponível em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula: $F3 = TS / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TS = TPEfet - TPCed + TPReq + TFAux + TPSV$
- $h2$ - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

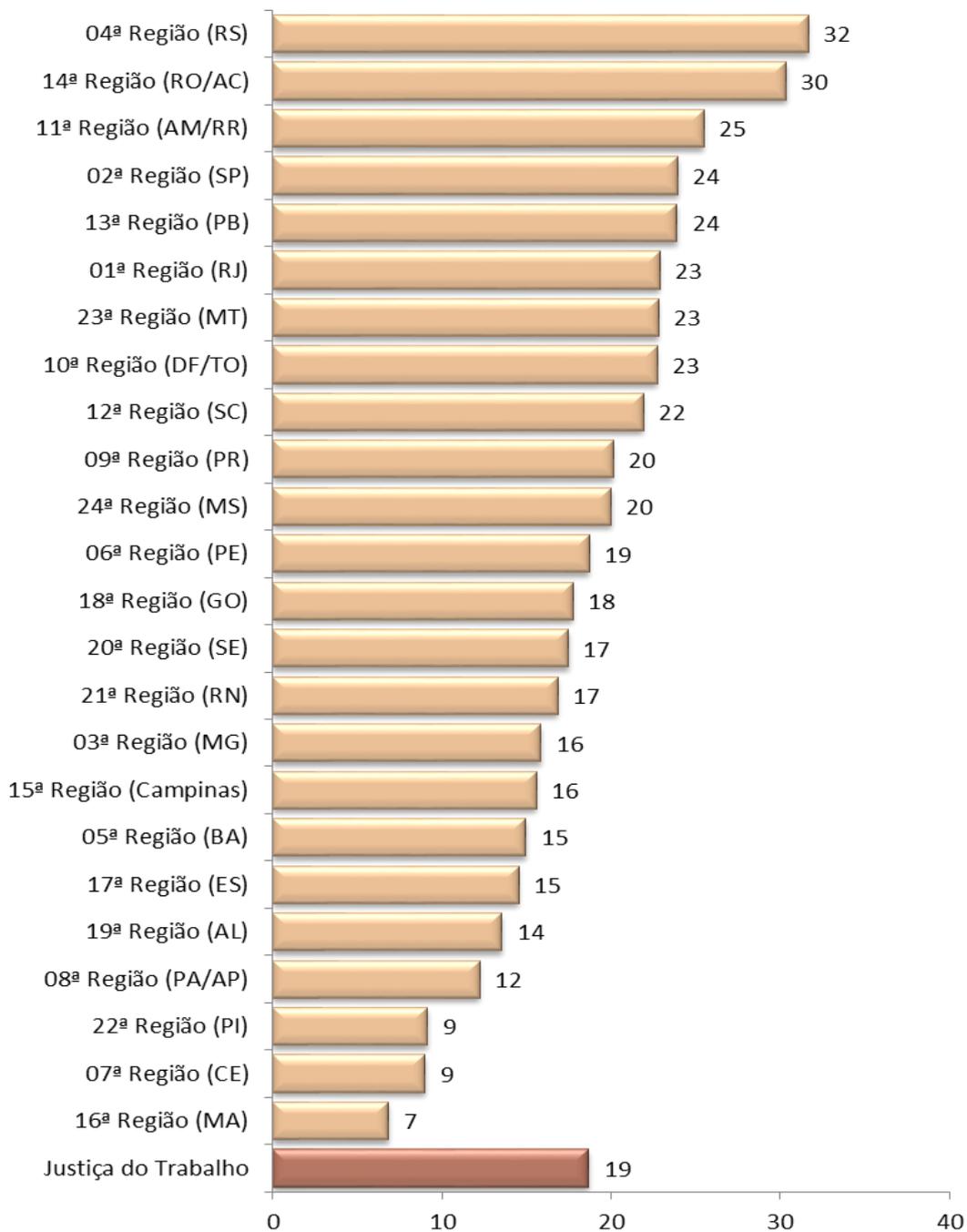
1.2.9. F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes

Tabela 1.27 F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo	TPCed - Total de Pessoal Cedido	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	3.917	203	162	23
02ª Região (SP)	5.533	414	214	24
03ª Região (MG)	3.167	20	199	16
04ª Região (RS)	3.422	11	108	32
05ª Região (BA)	2.252	132	142	15
06ª Região (PE)	1.711	41	89	19
07ª Região (CE)	848	73	86	9
08ª Região (PA/AP)	1.067	31	85	12
09ª Região (PR)	2.267	138	106	20
10ª Região (DF/TO)	1.060	135	41	23
11ª Região (AM/RR)	1.044	9	41	25
12ª Região (SC)	1.463	63	64	22
13ª Região (PB)	930	18	38	24
14ª Região (RO/AC)	758	45	23	30
15ª Região (Campinas)	3.223	20	205	16
16ª Região (MA)	466	6	67	7
17ª Região (ES)	596	75	36	15
18ª Região (GO)	1.105	13	62	18
19ª Região (AL)	494	65	32	14
20ª Região (SE)	401	32	21	17
21ª Região (RN)	598	54	32	17
22ª Região (PI)	324	35	32	9
23ª Região (MT)	802	91	31	23
24ª Região (MS)	544	43	25	20
Justiça do Trabalho	37.992	1.767	1.939	19

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 1.27 F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes



Glossário:

F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de servidores do quadro efetivo de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula: $F4a = (TPEfet - TPCed) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo: Número total de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base, incluídos os cedidos a outros órgãos.
- TPCed - Total de Pessoal Cedido: Número total de servidores cedidos a outros órgãos, ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

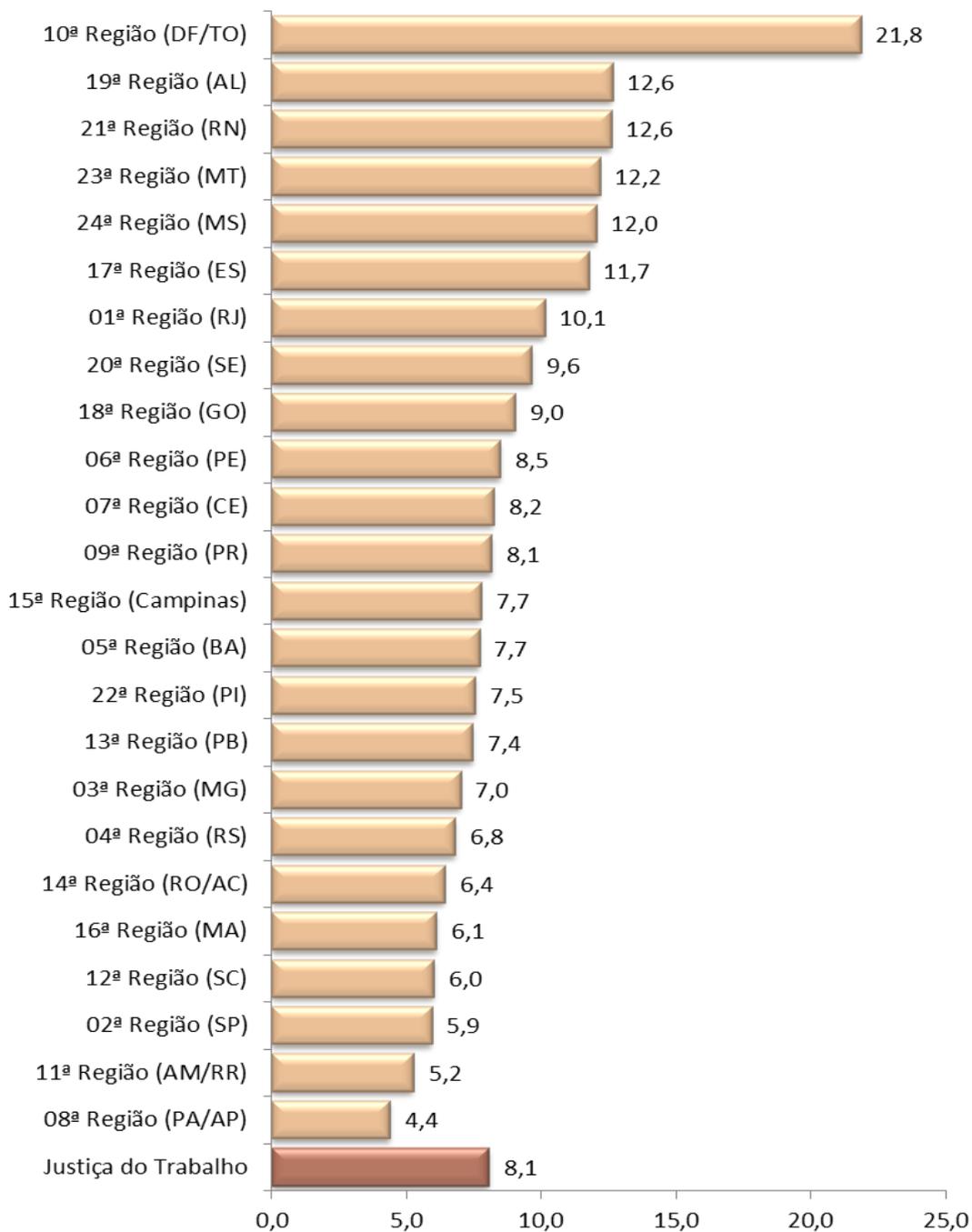
1.2.10. F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes

Tabela 1.28 F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo	TPReq - Total de Pessoal Requisitado	TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	28	226	1.386	162	10,1
02ª Região (SP)	11	217	1.036	214	5,9
03ª Região (MG)	13	297	1.077	199	7,0
04ª Região (RS)	2	3	726	108	6,8
05ª Região (BA)	11	307	771	142	7,7
06ª Região (PE)	9	186	561	89	8,5
07ª Região (CE)	8	223	475	86	8,2
08ª Região (PA/AP)	11	23	336	85	4,4
09ª Região (PR)	9	132	719	106	8,1
10ª Região (DF/TO)	2	246	640	41	21,8
11ª Região (AM/RR)	6	56	150	41	5,2
12ª Região (SC)	2	81	300	64	6,0
13ª Região (PB)	11	77	196	38	7,4
14ª Região (RO/AC)	2	19	129	23	6,4
15ª Região (Campinas)	13	402	1.173	205	7,7
16ª Região (MA)	12	37	360	67	6,1
17ª Região (ES)	2	167	251	36	11,7
18ª Região (GO)	1	176	377	62	9,0
19ª Região (AL)	3	160	237	32	12,6
20ª Região (SE)	2	61	140	21	9,6
21ª Região (RN)	16	115	275	32	12,6
22ª Região (PI)	10	104	124	32	7,5
23ª Região (MT)	0	122	257	31	12,2
24ª Região (MS)	3	117	181	25	12,0
Justiça do Trabalho	187	3.554	11.877	1.939	8,1

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 1.28 F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes



Glossário:

F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de força de trabalho auxiliar de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula: $F4b = (TPSV + TPReq + TFAux) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo:** Número total de servidores ocupantes apenas de cargo em comissão do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- **TPReq - Total de Pessoal Requisitado:** Número total de servidores requisitados de órgãos do Poder Judiciário e de órgãos fora do Poder Judiciário, que estão em atividade no Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- **TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar:** Número total de terceirizados e estagiários do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- **h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000:** Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

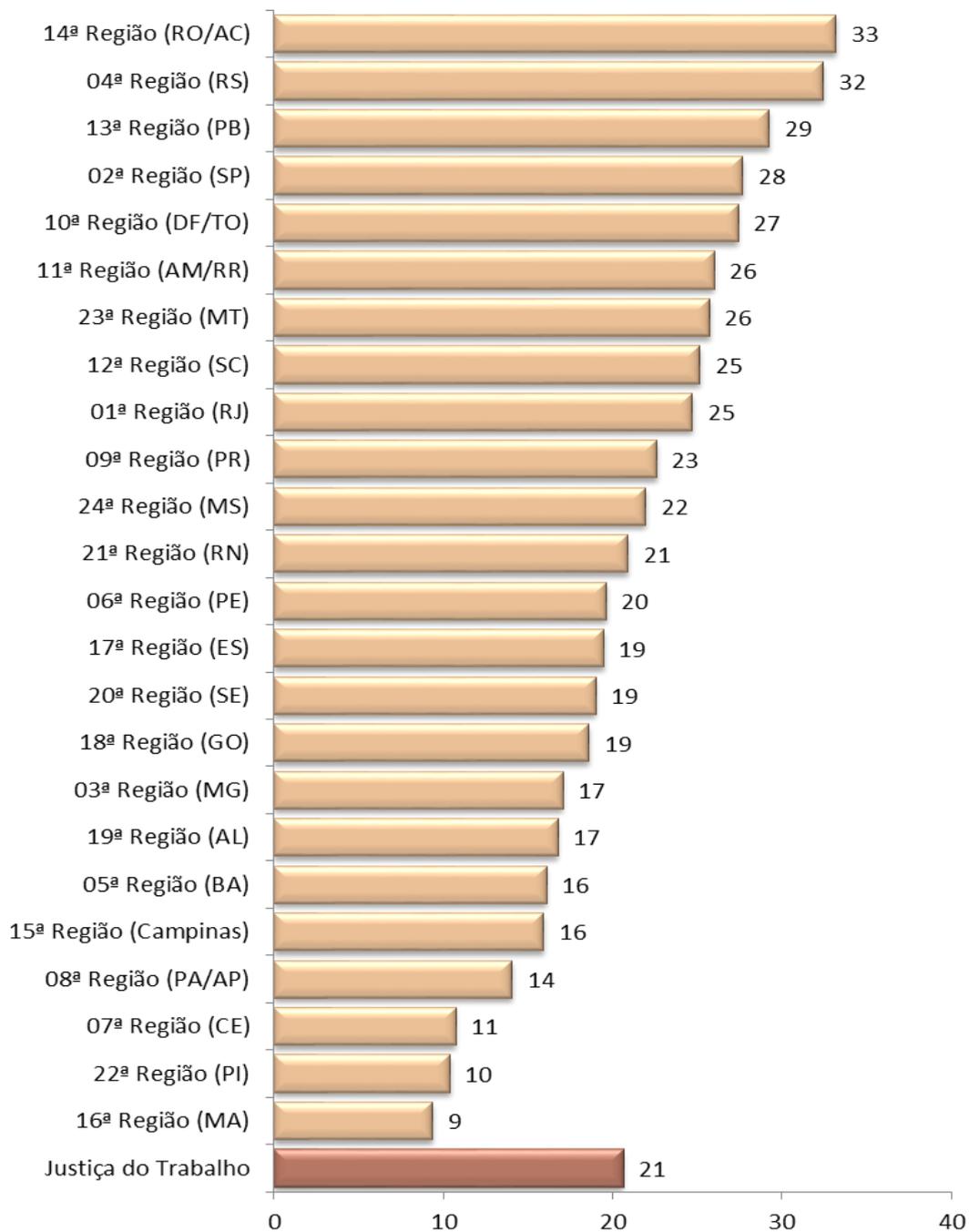
1.2.11. F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes

Tabela 1.29 F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	4.012	162	25
02ª Região (SP)	5.919	214	28
03ª Região (MG)	3.390	199	17
04ª Região (RS)	3.497	108	32
05ª Região (BA)	2.284	142	16
06ª Região (PE)	1.754	89	20
07ª Região (CE)	924	86	11
08ª Região (PA/AP)	1.190	85	14
09ª Região (PR)	2.392	106	23
10ª Região (DF/TO)	1.115	41	27
11ª Região (AM/RR)	1.056	41	26
12ª Região (SC)	1.606	64	25
13ª Região (PB)	1.116	38	29
14ª Região (RO/AC)	780	23	33
15ª Região (Campinas)	3.270	205	16
16ª Região (MA)	628	67	9
17ª Região (ES)	697	36	19
18ª Região (GO)	1.146	62	19
19ª Região (AL)	531	32	17
20ª Região (SE)	401	21	19
21ª Região (RN)	675	32	21
22ª Região (PI)	329	32	10
23ª Região (MT)	802	31	26
24ª Região (MS)	550	25	22
Justiça do Trabalho	40.064	1.939	21

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 1.29 F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes



Glossário:

F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de cargos de provimento efetivo existentes no quadro de pessoal de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula: $F4c = TCEfet / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes: Número total de cargos de provimento efetivo de servidor existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

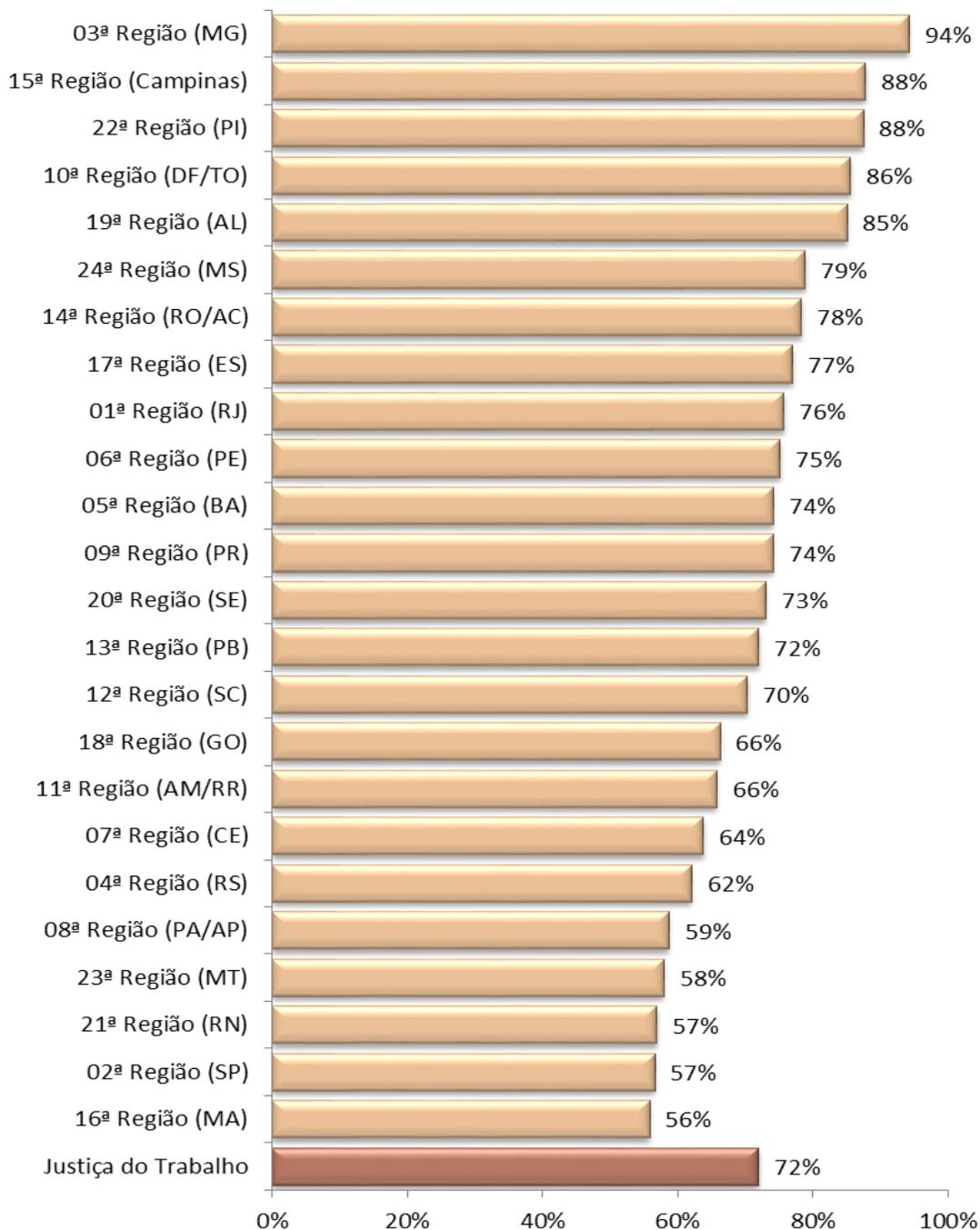
1.2.12. F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes

Tabela 1.30 F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes

Tribunal Regional do Trabalho	TCC - Total de Cargos em Comissão Existentes	TFc - Total de Funções Comissionadas Existentes	TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes	F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes
01ª Região (RJ)	494	2.546	4.012	76%
02ª Região (SP)	705	2.648	5.919	57%
03ª Região (MG)	247	2.949	3.390	94%
04ª Região (RS)	316	1.855	3.497	62%
05ª Região (BA)	160	1.534	2.284	74%
06ª Região (PE)	162	1.157	1.754	75%
07ª Região (CE)	81	509	924	64%
08ª Região (PA/AP)	110	589	1.190	59%
09ª Região (PR)	309	1.465	2.392	74%
10ª Região (DF/TO)	96	858	1.115	86%
11ª Região (AM/RR)	72	623	1.056	66%
12ª Região (SC)	238	892	1.606	70%
13ª Região (PB)	80	724	1.116	72%
14ª Região (RO/AC)	71	540	780	78%
15ª Região (Campinas)	345	2.526	3.270	88%
16ª Região (MA)	51	300	628	56%
17ª Região (ES)	57	480	697	77%
18ª Região (GO)	87	673	1.146	66%
19ª Região (AL)	54	398	531	85%
20ª Região (SE)	42	251	401	73%
21ª Região (RN)	57	327	675	57%
22ª Região (PI)	38	250	329	88%
23ª Região (MT)	79	386	802	58%
24ª Região (MS)	51	383	550	79%
Justiça do Trabalho	4.002	24.863	40.064	72%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 1.30 F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes



Glossário:

F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes

Finalidade: Indicar a proporção do número total de cargos em comissão e de funções comissionadas existentes no quadro de pessoal de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, em relação ao número total de cargos de provimento efetivo existentes no ano-base.

Fórmula: $F4d = (TCC + TFc) / TCEfet$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TCC - Total de Cargos em Comissão Existentes: Número total de cargos em comissão existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.
- TFc - Total de Funções Comissionadas Existentes: Número de funções comissionadas existentes, providas ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.
- TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes: Número total de cargos de provimento efetivo de servidor existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

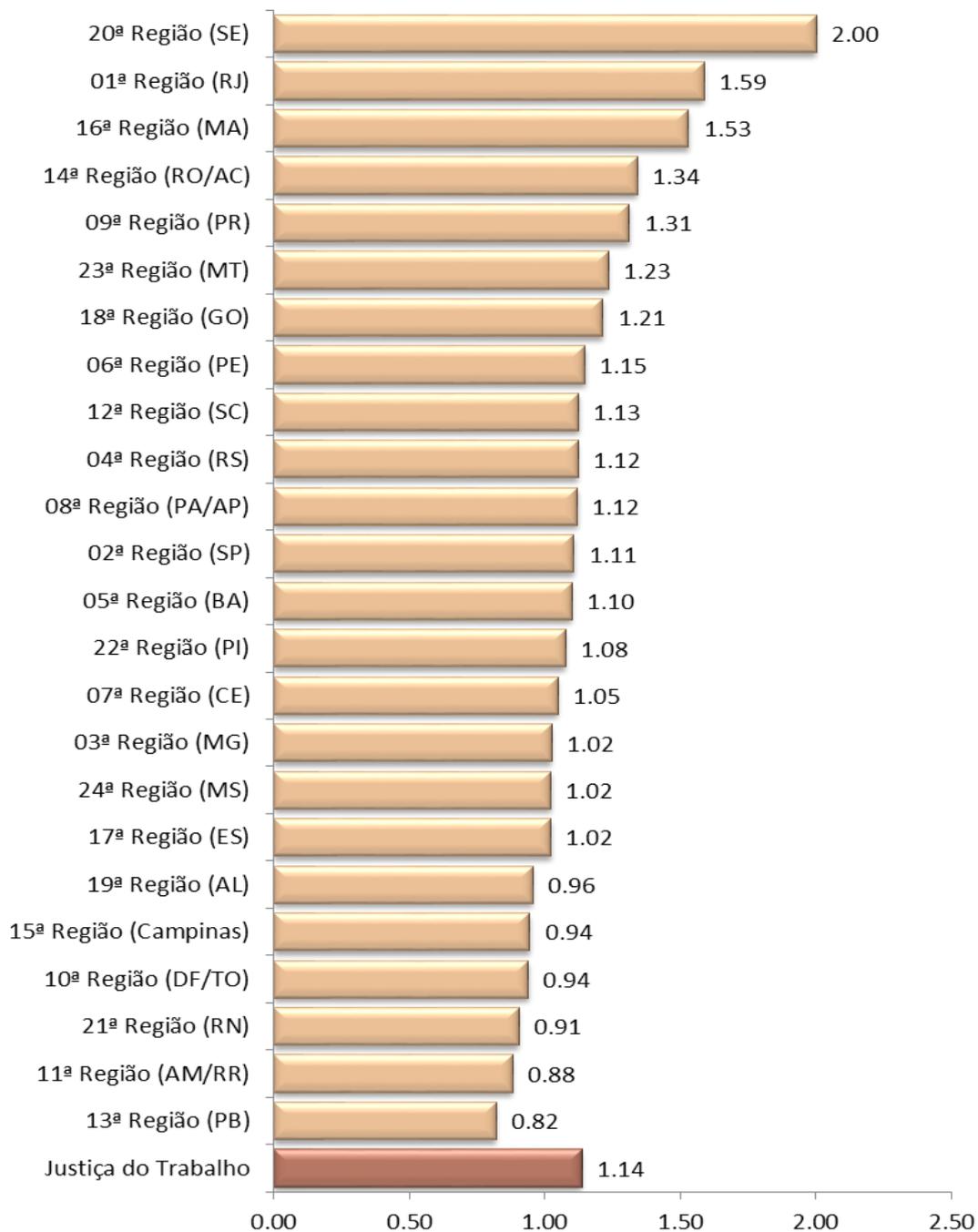
1.2.13. Inf2 - Número de Computadores por Usuário

Tabela 1.31 Inf2 - Número de Computadores por Usuário

Tribunal Regional do Trabalho	Comp - Número de computadores de uso pessoal	Ui - Usuários de computador	Inf2 - Número de Computadores por Usuário
01ª Região (RJ)	7.628	4.800	1,59
02ª Região (SP)	6.911	6.238	1,11
03ª Região (MG)	4.372	4.268	1,02
04ª Região (RS)	4.984	4.439	1,12
05ª Região (BA)	3.718	3.379	1,10
06ª Região (PE)	2.072	1.805	1,15
07ª Região (CE)	1.433	1.367	1,05
08ª Região (PA/AP)	1.582	1.412	1,12
09ª Região (PR)	3.554	2.708	1,31
10ª Região (DF/TO)	1.625	1.730	0,94
11ª Região (AM/RR)	1.100	1.250	0,88
12ª Região (SC)	1.800	1.600	1,13
13ª Região (PB)	915	1.114	0,82
14ª Região (RO/AC)	1.150	857	1,34
15ª Região (Campinas)	5.006	5.300	0,94
16ª Região (MA)	995	650	1,53
17ª Região (ES)	1.106	1.082	1,02
18ª Região (GO)	2.008	1.653	1,21
19ª Região (AL)	770	805	0,96
20ª Região (SE)	863	431	2,00
21ª Região (RN)	906	1.001	0,91
22ª Região (PI)	610	567	1,08
23ª Região (MT)	1.263	1.023	1,23
24ª Região (MS)	813	795	1,02
Justiça do Trabalho	57.184	50.274	1,14

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 1.31 Inf2 - Número de Computadores por Usuário



Glossário:

Inf2 - Número de Computadores por Usuário

Finalidade: Indicar o número de equipamentos de informática (microcomputadores e notebooks) para cada usuário em cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $Inf2 = Comp / Ui$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **Comp** - Número de computadores de uso pessoal: O número de microcomputadores e de notebooks, em condições de uso, existentes no Tribunal Regional do Trabalho e em suas respectivas unidades judiciárias no ano-base. Excluem-se os terminais de consulta.
- **Ui** - Usuários de computador: Número total de magistrados, servidores do quadro permanente, terceirizados, estagiários e contratados que utilizam de forma contínua computadores e notebooks no Tribunal Regional do Trabalho e em suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

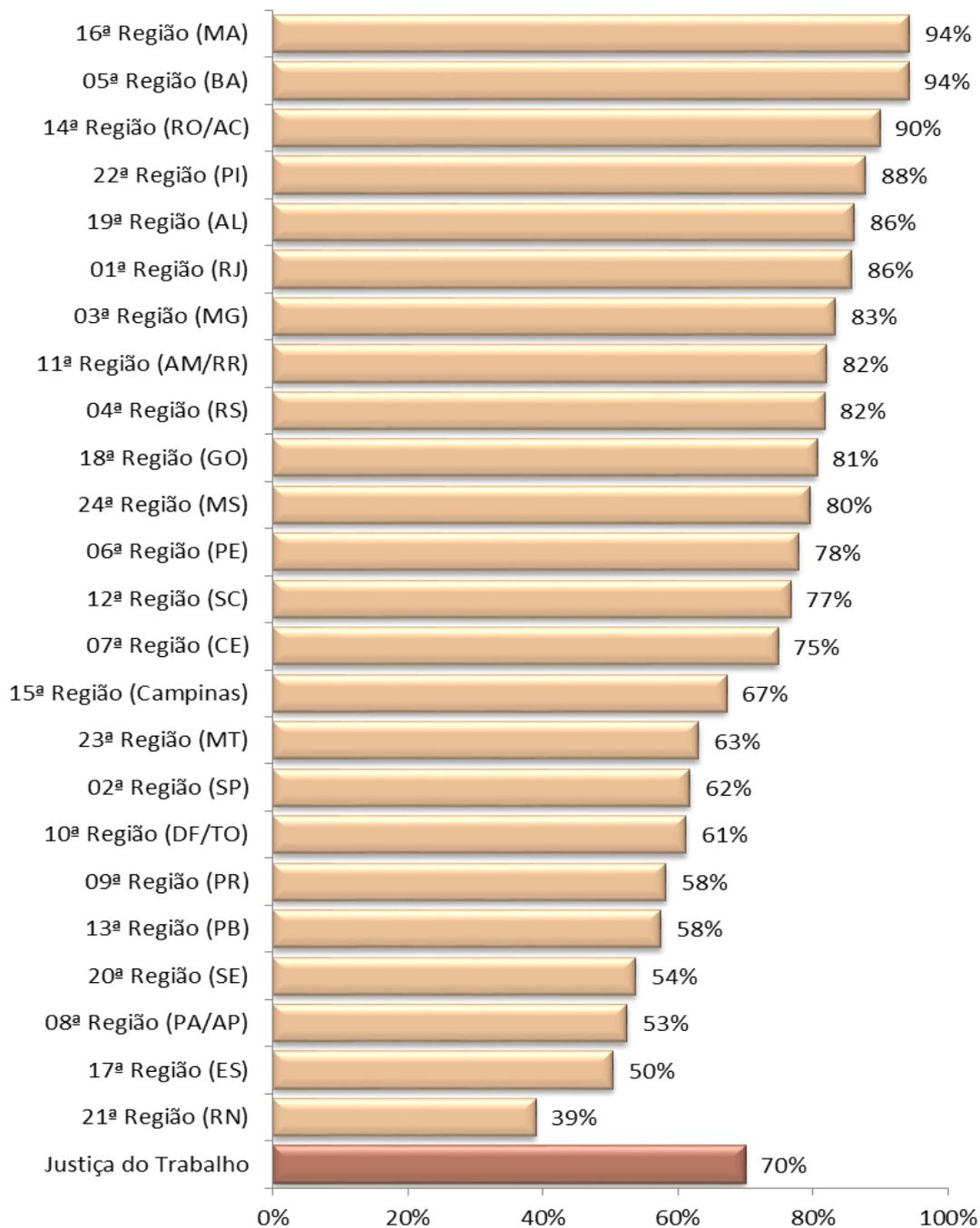
1.2.14. Dm² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)

Tabela 1.32 Dm² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)

Tribunal Regional do Trabalho	m ² Util - Área útil em metros quadrados	m ² Total - Área total em metros quadrados	Dm ² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)
01ª Região (RJ)	101.583	118.362	86%
02ª Região (SP)	148.423	240.460	62%
03ª Região (MG)	103.095	123.714	83%
04ª Região (RS)	100.372	122.727	82%
05ª Região (BA)	57.974	61.514	94%
06ª Região (PE)	58.275	74.796	78%
07ª Região (CE)	36.400	48.621	75%
08ª Região (PA/AP)	36.410	69.348	53%
09ª Região (PR)	97.700	167.802	58%
10ª Região (DF/TO)	34.128	55.777	61%
11ª Região (AM/RR)	23.471	28.599	82%
12ª Região (SC)	54.305	70.756	77%
13ª Região (PB)	26.942	46.840	58%
14ª Região (RO/AC)	26.360	29.298	90%
15ª Região (Campinas)	146.525	217.828	67%
16ª Região (MA)	28.784	30.532	94%
17ª Região (ES)	17.611	34.909	50%
18ª Região (GO)	27.121	33.624	81%
19ª Região (AL)	18.763	21.789	86%
20ª Região (SE)	16.464	30.646	54%
21ª Região (RN)	29.459	75.658	39%
22ª Região (PI)	12.307	14.009	88%
23ª Região (MT)	30.620	48.515	63%
24ª Região (MS)	27.635	34.684	80%
Justiça do Trabalho	1.260.727	1.800.808	70%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 1.32 Dm² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)



Glossário:

Dm² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)

Finalidade: Indicar o número de metros quadrados de área útil em relação à área total existente nos prédios dos órgãos integrantes da estrutura de cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $Dm^2 = m^2_{\text{util}} / m^2_{\text{total}}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- m²Util - Área útil em metros quadrados: A área construída (própria ou não) destinada pelos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias à atividade-fim e à atividade de apoio administrativo no ano-base, desconsideradas as áreas utilizadas como jardins, creche, áreas de lazer, estacionamentos e museus.
- m²Total - Área total em metros quadrados: A área total de todos os prédios dos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, independentemente da finalidade, incluindo área para arquivos, depósitos, auditórios, museus, estacionamentos privativos e jardins, existente no final do ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

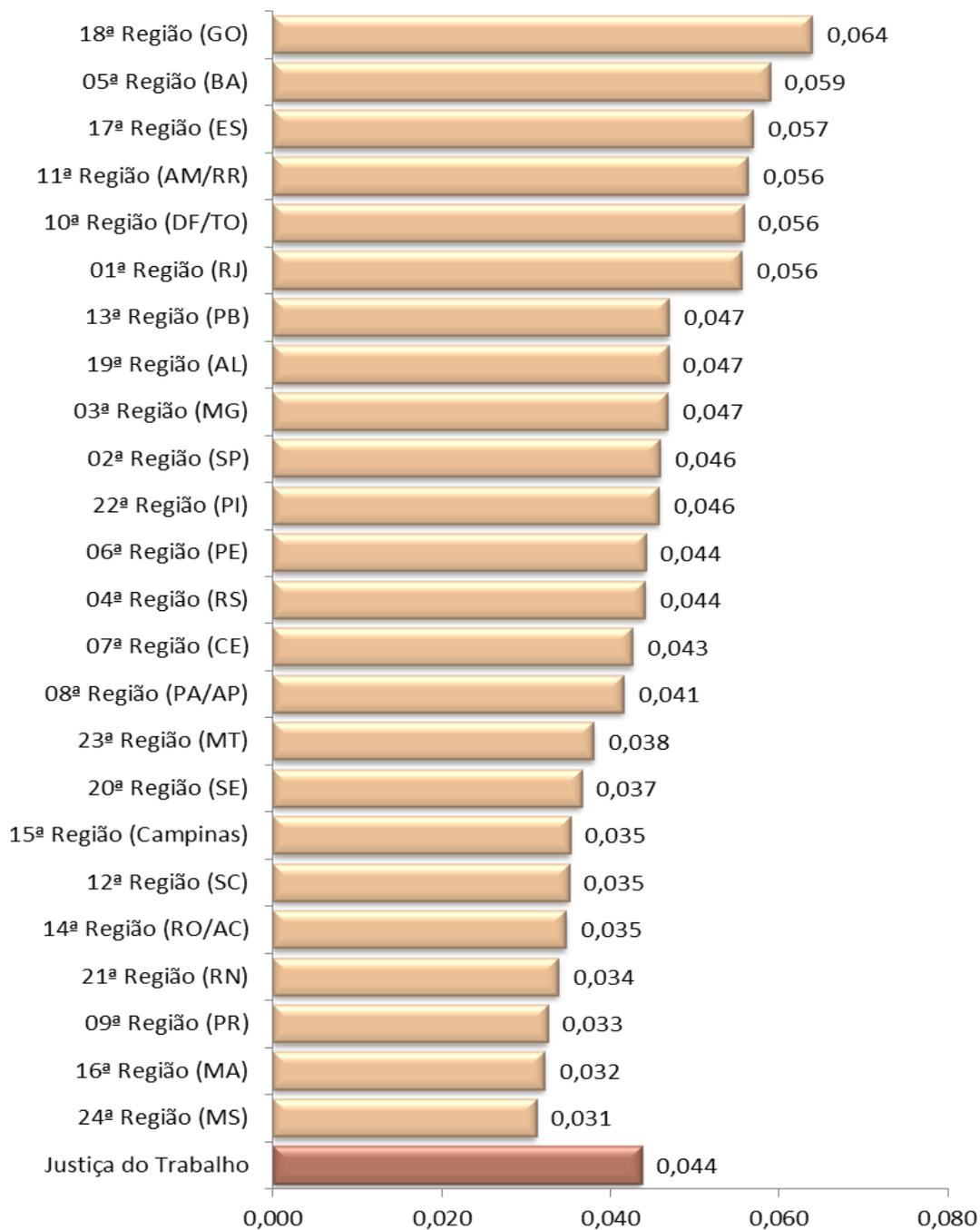
1.2.15. Pm² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)

Tabela 1.33 Pm² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)

Tribunal Regional do Trabalho	FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados	m ² Util - Área útil em metros quadrados	Pm ² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)
01ª Região (RJ)	5.638	101.583	0,056
02ª Região (SP)	6.805	148.423	0,046
03ª Região (MG)	4.818	103.095	0,047
04ª Região (RS)	4.422	100.372	0,044
05ª Região (BA)	3.414	57.974	0,059
06ª Região (PE)	2.570	58.275	0,044
07ª Região (CE)	1.549	36.400	0,043
08ª Região (PA/AP)	1.511	36.410	0,041
09ª Região (PR)	3.179	97.700	0,033
10ª Região (DF/TO)	1.902	34.128	0,056
11ª Região (AM/RR)	1.320	23.471	0,056
12ª Região (SC)	1.904	54.305	0,035
13ª Região (PB)	1.264	26.942	0,047
14ª Região (RO/AC)	914	26.360	0,035
15ª Região (Campinas)	5.161	146.525	0,035
16ª Região (MA)	925	28.784	0,032
17ª Região (ES)	1.001	17.611	0,057
18ª Região (GO)	1.732	27.121	0,064
19ª Região (AL)	879	18.763	0,047
20ª Região (SE)	602	16.464	0,037
21ª Região (RN)	996	29.459	0,034
22ª Região (PI)	562	12.307	0,046
23ª Região (MT)	1.163	30.620	0,038
24ª Região (MS)	862	27.635	0,031
Justiça do Trabalho	55.093	1.260.727	0,044

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 1.33 Pm² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)



Glossário:

Pm² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)

Finalidade: Indicar o número total de força de trabalho em atividade (incluindo servidores efetivos, auxiliares e magistrados) em relação à área útil existente nos prédios dos órgãos integrantes da estrutura de cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $Pm^2 = FTT / m^2\text{util}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· $FTT = TS + Mag$

· m²Util - Área útil em metros quadrados: A área construída (própria ou não) destinada pelos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias à atividade-fim e à atividade de apoio administrativo no ano-base, desconsideradas as áreas utilizadas como jardins, creche, áreas de lazer, estacionamentos e museus.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.16. ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)

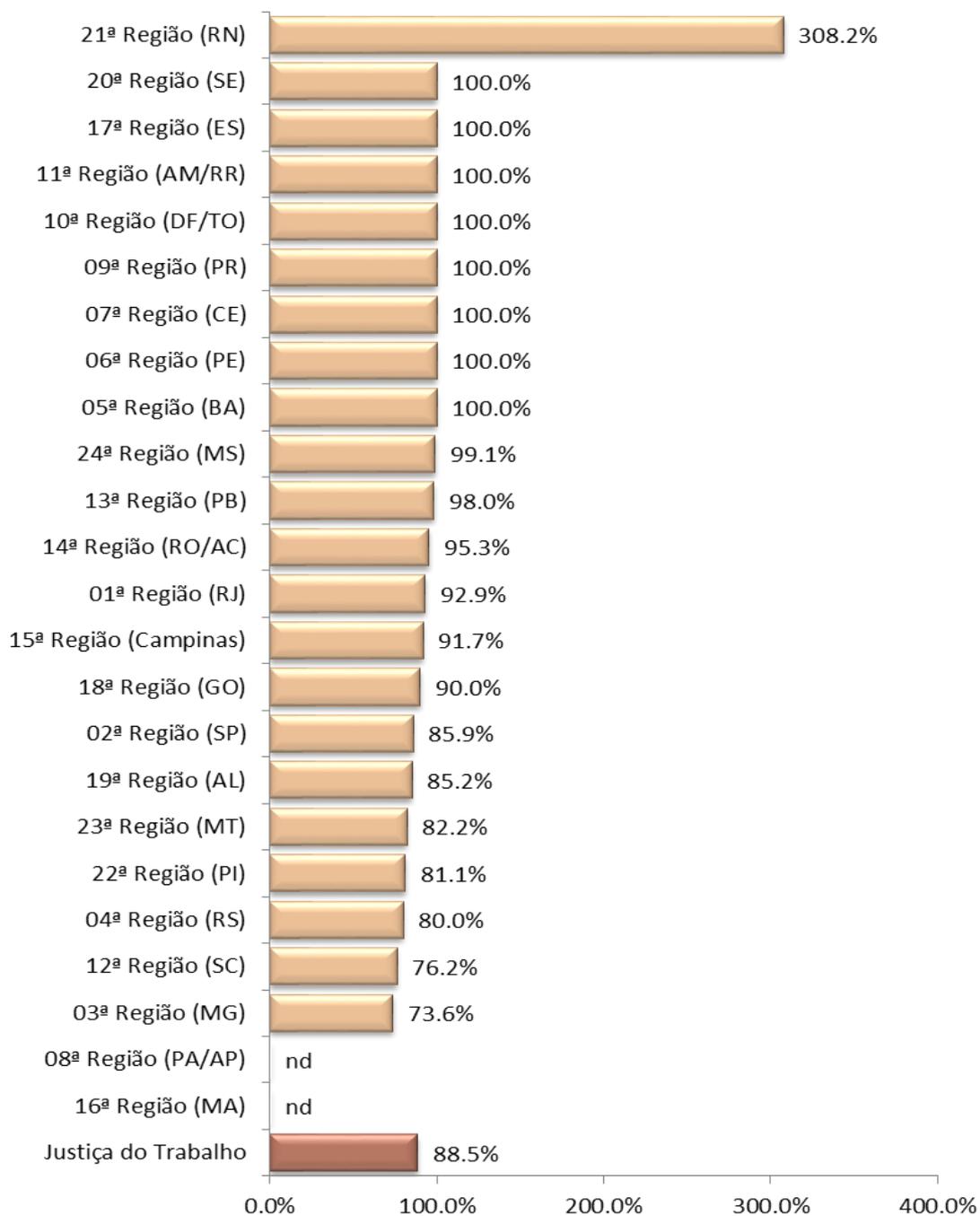
Tabela 1.34 ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)

Tribunal Regional do Trabalho	MLUtilArq - Espaço utilizado com arquivo em metros lineares	MLDispArq - Espaço disponível de arquivo em metros lineares	ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)
01ª Região (RJ)	26.876	28.927	92,9%
02ª Região (SP)	57.897	67.416	85,9%
03ª Região (MG)	27.950	37.950	73,6%
04ª Região (RS)	71.159	88.949	80,0%
05ª Região (BA)	12.917	12.917	100,0%
06ª Região (PE)	15.188	15.188	100,0%
07ª Região (CE)	3.909	3.909	100,0%
08ª Região (PA/AP)	nd	nd	nd
09ª Região (PR)	39.306	39.306	100,0%
10ª Região (DF/TO)	10.942	10.942	100,0%
11ª Região (AM/RR)	354	354	100,0%
12ª Região (SC)	5.974	7.841	76,2%
13ª Região (PB)	14.627	14.924	98,0%
14ª Região (RO/AC)	2.834	2.974	95,3%
15ª Região (Campinas)	16.199	17.665	91,7%
16ª Região (MA)	nd	nd	nd
17ª Região (ES)	1.843	1.843	100,0%
18ª Região (GO)	1.062	1.180	90,0%
19ª Região (AL)	1.028	1.207	85,2%
20ª Região (SE)	2.649	2.649	100,0%
21ª Região (RN)	2.684	871	308,2%
22ª Região (PI)	1.920	2.368	81,1%
23ª Região (MT)	8.316	10.117	82,2%
24ª Região (MS)	11.164	11.271	99,1%
Justiça do Trabalho	336.798	380.768	88,5%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.34 ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)

Finalidade: Indicar a proporção, em metros lineares, do espaço utilizado com arquivamento de processos judiciais em relação ao espaço para arquivo disponível em cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias. Consideram-se os documentos acondicionados na posição vertical (caixas de papelão ou de plástico, pastas "A" a "Z" ou suspensas, etc.),

Fórmula: $\text{ProcML} = \text{MLUtilArq} / \text{MLDispArq}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- MLUtilArq - Espaço utilizado com arquivo em metros lineares: espaço utilizado para arquivo de processos judiciais em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base. A metragem linear tem por base o comprimento das estantes e/ou a profundidade das gavetas dos arquivos de aço. E, ainda, para a documentação empacotada, amarrada ou amontoada utilizar-se-á a metragem cúbica, ou seja, comprimento \times altura \times largura das pilhas de documentos. Para conversão em metros lineares, multiplique o resultado obtido em m³ por 12 (Fonte: Arquivo Nacional).
- MLDispArq - Espaço disponível de arquivo em metros lineares: espaço disponibilizado para arquivo de processos judiciais em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base. A metragem linear tem por base o comprimento das estantes e/ou a profundidade das gavetas dos arquivos de aço. E, ainda, para a documentação empacotada, amarrada ou amontoada utilizar-se-á a metragem cúbica, ou seja, comprimento \times altura \times largura das pilhas de documentos. Para conversão em metros lineares, multiplique o resultado obtido em m³ por 12 (Fonte: Arquivo Nacional).

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

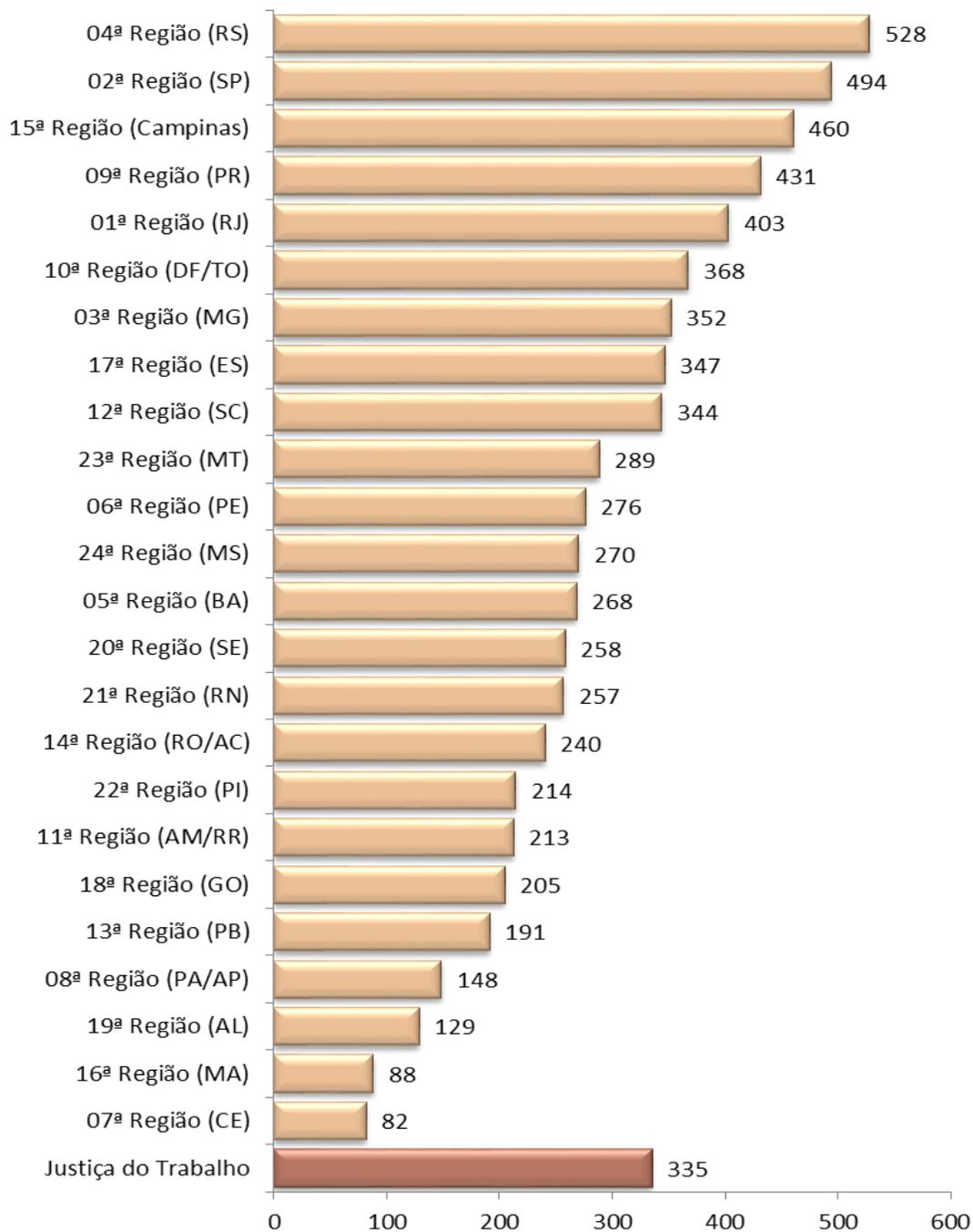
2.1.1. Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau

Tabela 2.1 - Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau
01ª Região (RJ)	65.446	162	403
02ª Região (SP)	105.619	214	494
03ª Região (MG)	69.958	199	352
04ª Região (RS)	56.859	108	528
05ª Região (BA)	38.060	142	268
06ª Região (PE)	24.648	89	276
07ª Região (CE)	7.058	86	82
08ª Região (PA/AP)	12.539	85	148
09ª Região (PR)	45.635	106	431
10ª Região (DF/TO)	14.944	41	368
11ª Região (AM/RR)	8.640	41	213
12ª Região (SC)	21.943	64	344
13ª Região (PB)	7.294	38	191
14ª Região (RO/AC)	5.647	23	240
15ª Região (Campinas)	94.514	205	460
16ª Região (MA)	5.923	67	88
17ª Região (ES)	12.403	36	347
18ª Região (GO)	12.602	62	205
19ª Região (AL)	4.075	32	129
20ª Região (SE)	5.456	21	258
21ª Região (RN)	8.288	32	257
22ª Região (PI)	6.778	32	214
23ª Região (MT)	8.995	31	289
24ª Região (MS)	6.761	25	270
Justiça do Trabalho	650.085	1.939	335

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.1 - Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau



Glossário:

Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 2º Grau da Justiça do Trabalho para cada 100.000 habitantes no período-base (semestre).

Fórmula: $Ch2^\circ = Cn2^\circ / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

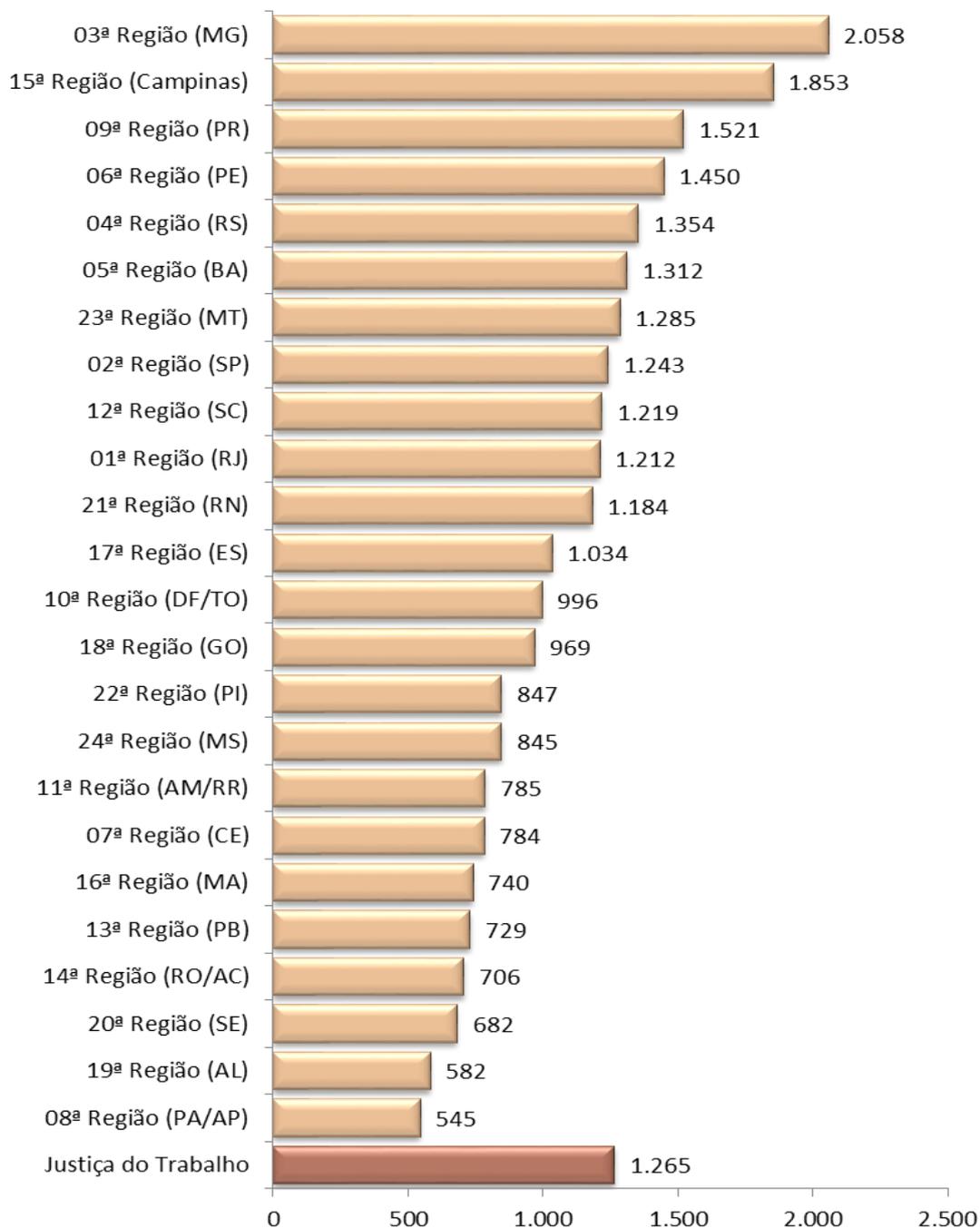
2.1.2. Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau

Tabela 2.2 - Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau	Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau
01ª Região (RJ)	65.446	54	1.212
02ª Região (SP)	105.619	85	1.243
03ª Região (MG)	69.958	34	2.058
04ª Região (RS)	56.859	42	1.354
05ª Região (BA)	38.060	29	1.312
06ª Região (PE)	24.648	17	1.450
07ª Região (CE)	7.058	9	784
08ª Região (PA/AP)	12.539	23	545
09ª Região (PR)	45.635	30	1.521
10ª Região (DF/TO)	14.944	15	996
11ª Região (AM/RR)	8.640	11	785
12ª Região (SC)	21.943	18	1.219
13ª Região (PB)	7.294	10	729
14ª Região (RO/AC)	5.647	8	706
15ª Região (Campinas)	94.514	51	1.853
16ª Região (MA)	5.923	8	740
17ª Região (ES)	12.403	12	1.034
18ª Região (GO)	12.602	13	969
19ª Região (AL)	4.075	7	582
20ª Região (SE)	5.456	8	682
21ª Região (RN)	8.288	7	1.184
22ª Região (PI)	6.778	8	847
23ª Região (MT)	8.995	7	1.285
24ª Região (MS)	6.761	8	845
Justiça do Trabalho	650.085	514	1.265

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.2 - Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau



Glossário:

Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 2º Grau, para cada magistrado na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $Cm2º = Cn2º / Mag2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- Mag2º = MagP2º

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

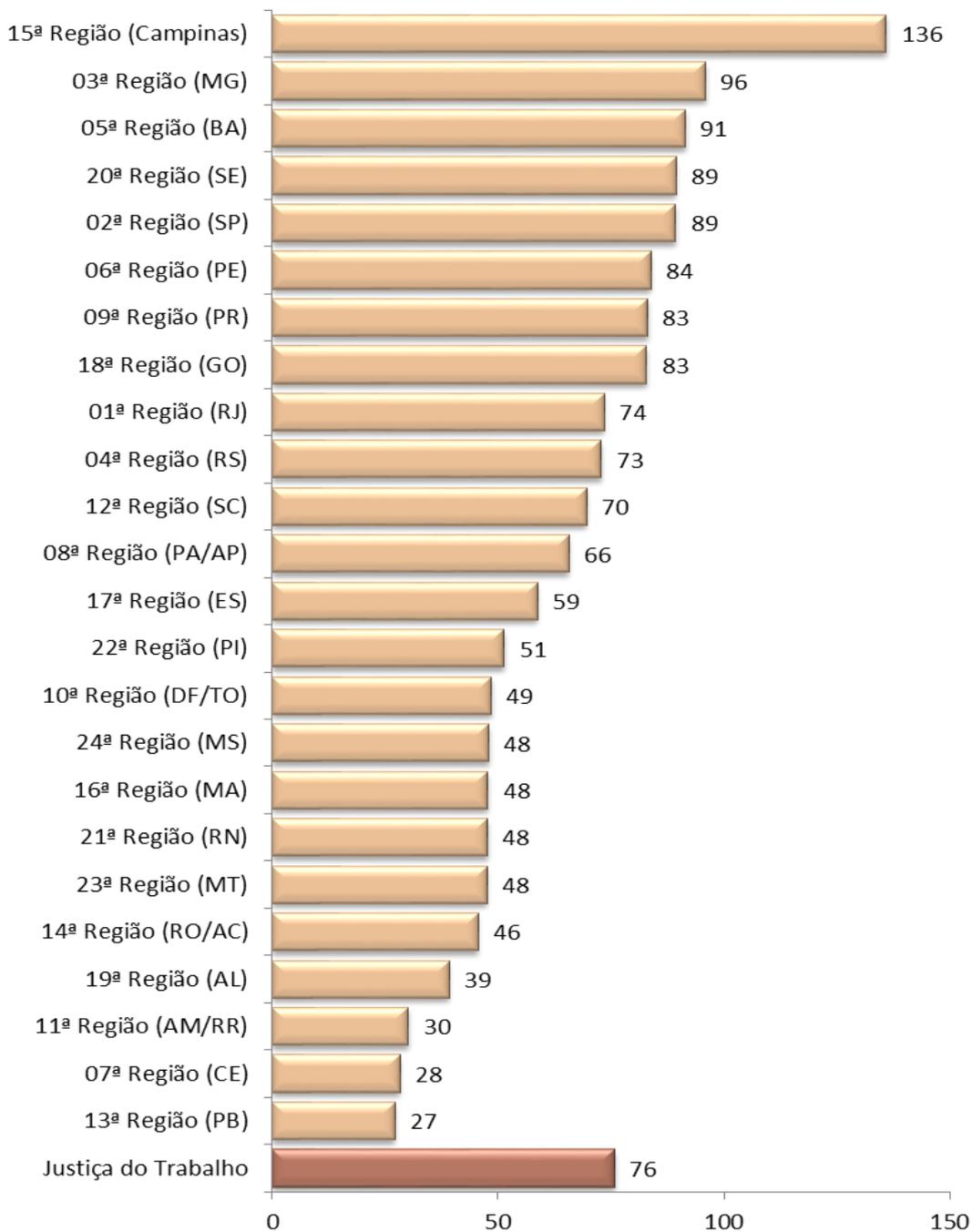
2.1.3. Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau

Tabela 2.3 - Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	SaJud2º - Número de Servidores da Área Judiciária do 2º Grau	Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau
01ª Região (RJ)	65.446	890	74
02ª Região (SP)	105.619	1.182	89
03ª Região (MG)	69.958	729	96
04ª Região (RS)	56.859	780	73
05ª Região (BA)	38.060	416	91
06ª Região (PE)	24.648	294	84
07ª Região (CE)	7.058	249	28
08ª Região (PA/AP)	12.539	191	66
09ª Região (PR)	45.635	549	83
10ª Região (DF/TO)	14.944	308	49
11ª Região (AM/RR)	8.640	287	30
12ª Região (SC)	21.943	315	70
13ª Região (PB)	7.294	269	27
14ª Região (RO/AC)	5.647	124	46
15ª Região (Campinas)	94.514	695	136
16ª Região (MA)	5.923	124	48
17ª Região (ES)	12.403	211	59
18ª Região (GO)	12.602	152	83
19ª Região (AL)	4.075	104	39
20ª Região (SE)	5.456	61	89
21ª Região (RN)	8.288	174	48
22ª Região (PI)	6.778	132	51
23ª Região (MT)	8.995	189	48
24ª Região (MS)	6.761	141	48
Justiça do Trabalho	650.085	8.566	76

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.3 - Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau



Glossário:

Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados Justiça do Trabalho de 2º Grau para cada servidor lotado na área judiciária da Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $Cs2º = Cn2º / SaJud2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- SaJud2º - Número de Servidores da Área Judiciária do 2º Grau: Número total de servidores lotados na área judiciária do 2º grau da Justiça do Trabalho, em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.

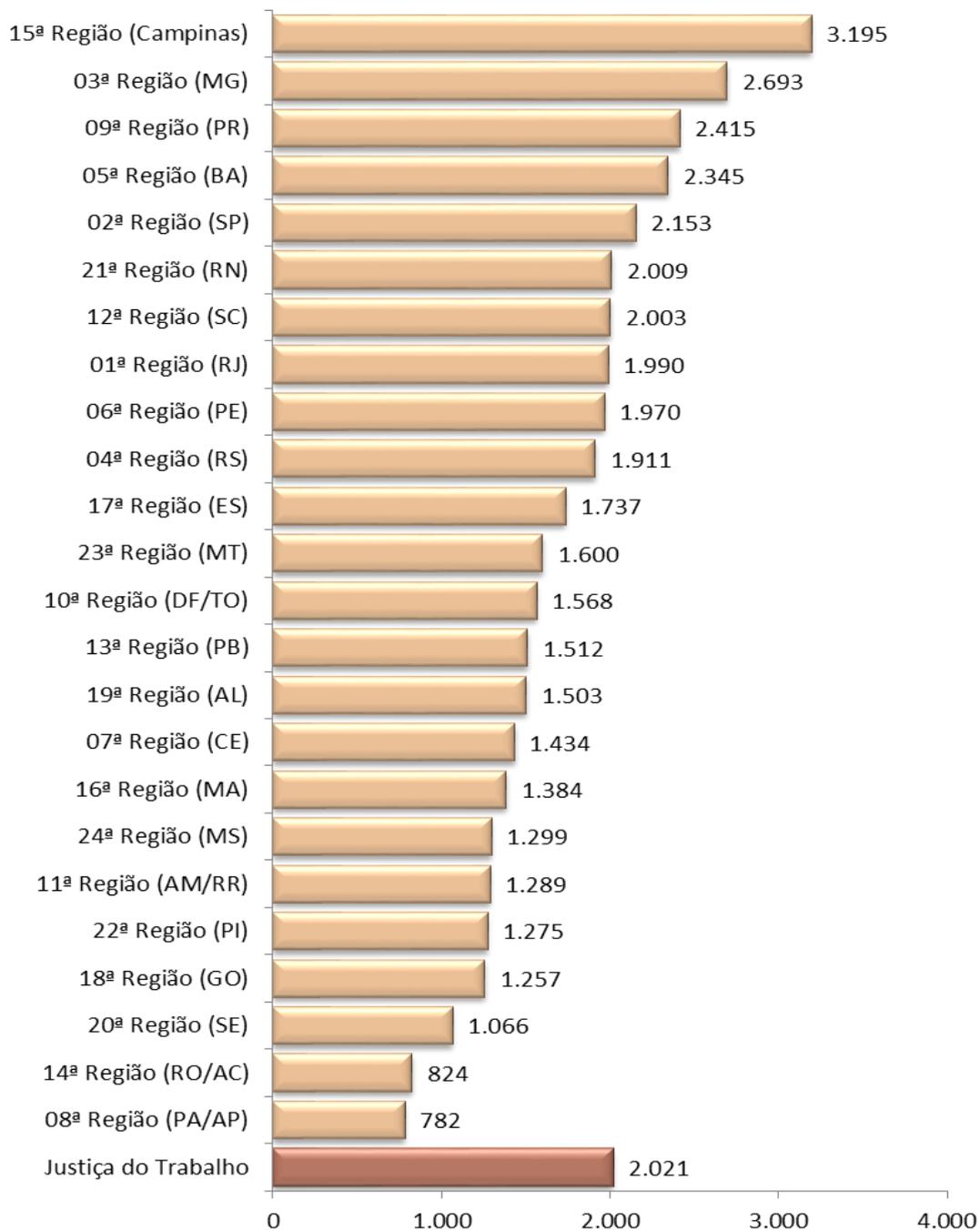
2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.4. K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau

Tabela 2.4 - K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau	RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau	RIntP2º - Recursos Internos Pendentes no 2º Grau	Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau	K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau
01ª Região (RJ)	65.446	22.822	17.125	2.066	54	1.990
02ª Região (SP)	105.619	37.340	31.541	8.518	85	2.153
03ª Região (MG)	69.958	5.257	15.799	544	34	2.693
04ª Região (RS)	56.859	10.594	12.252	552	42	1.911
05ª Região (BA)	38.060	20.225	8.815	891	29	2.345
06ª Região (PE)	24.648	4.411	4.127	297	17	1.970
07ª Região (CE)	7.058	4.091	1.550	206	9	1.434
08ª Região (PA/AP)	12.539	3.027	2.383	46	23	782
09ª Região (PR)	45.635	14.287	12.121	407	30	2.415
10ª Região (DF/TO)	14.944	2.967	5.066	538	15	1.568
11ª Região (AM/RR)	8.640	3.999	1.518	25	11	1.289
12ª Região (SC)	21.943	6.475	6.757	871	18	2.003
13ª Região (PB)	7.294	5.265	1.551	1.005	10	1.512
14ª Região (RO/AC)	5.647	33	913	0	8	824
15ª Região (Campinas)	94.514	46.850	20.058	1.521	51	3.195
16ª Região (MA)	5.923	4.394	665	92	8	1.384
17ª Região (ES)	12.403	2.409	4.371	1.661	12	1.737
18ª Região (GO)	12.602	1.571	2.089	76	13	1.257
19ª Região (AL)	4.075	5.374	1.055	15	7	1.503
20ª Região (SE)	5.456	1.415	1.597	56	8	1.066
21ª Região (RN)	8.288	4.257	1.191	328	7	2.009
22ª Região (PI)	6.778	1.802	1.538	85	8	1.275
23ª Região (MT)	8.995	1.130	778	298	7	1.600
24ª Região (MS)	6.761	2.192	1.329	112	8	1.299
Justiça do Trabalho	650.085	212.187	156.189	20.210	514	2.021

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.4 - K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau



Glossário:

K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos Magistrados da Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $K2^\circ = (Cn2^\circ + Cp2^\circ + RInt2^\circ + RIntP2^\circ) / Mag2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau: Saldo residual de processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau: Os recursos interpostos de decisão de 2º Grau para julgamento no mesmo grau de jurisdição, no período-base (semestre), abrangendo os embargos de declaração, os agravos regimentais e os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- RIntP2º - Recursos Internos Pendentes no 2º Grau: Saldo residual de recursos interpostos contra decisão do 2º Grau, até o final do período anterior ao período-base (semestre), para julgamento no mesmo grau de jurisdição e que não foram decididos até o final do período anterior ao período-base (semestre), abrangendo embargos de declaração e infringentes, os agravos regimentais, os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- $Mag2^\circ = MagP2^\circ$

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

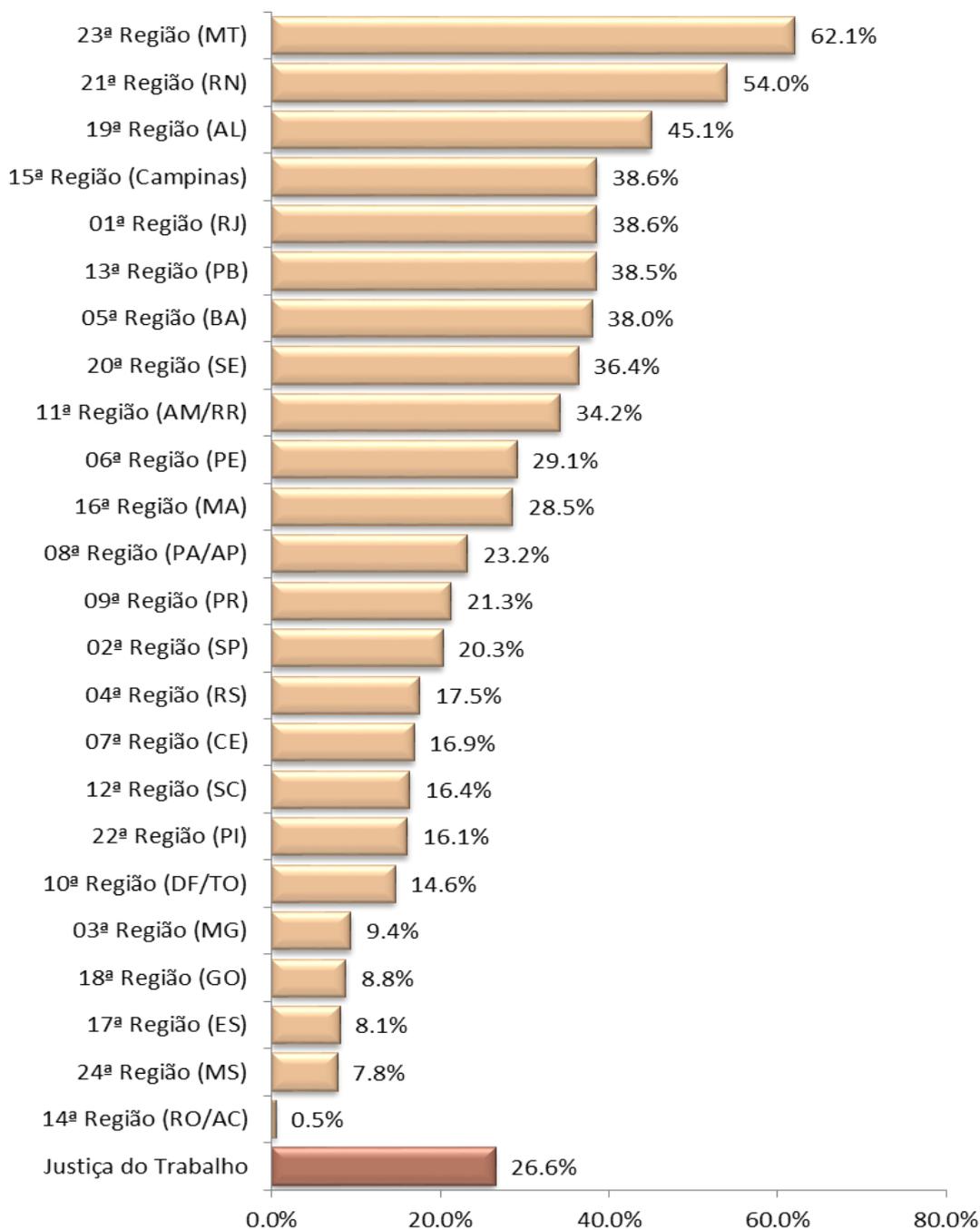
2.1.5. TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau

Tabela 2.5 - TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau	TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau
01ª Região (RJ)	54.240	65.446	22.822	38,6%
02ª Região (SP)	113.949	105.619	37.340	20,3%
03ª Região (MG)	68.156	69.958	5.257	9,4%
04ª Região (RS)	55.648	56.859	10.594	17,5%
05ª Região (BA)	36.132	38.060	20.225	38,0%
06ª Região (PE)	20.613	24.648	4.411	29,1%
07ª Região (CE)	9.268	7.058	4.091	16,9%
08ª Região (PA/AP)	11.956	12.539	3.027	23,2%
09ª Região (PR)	47.186	45.635	14.287	21,3%
10ª Região (DF/TO)	15.290	14.944	2.967	14,6%
11ª Região (AM/RR)	8.314	8.640	3.999	34,2%
12ª Região (SC)	23.761	21.943	6.475	16,4%
13ª Região (PB)	7.726	7.294	5.265	38,5%
14ª Região (RO/AC)	5.650	5.647	33	0,5%
15ª Região (Campinas)	86.827	94.514	46.850	38,6%
16ª Região (MA)	7.372	5.923	4.394	28,5%
17ª Região (ES)	13.610	12.403	2.409	8,1%
18ª Região (GO)	12.928	12.602	1.571	8,8%
19ª Região (AL)	5.192	4.075	5.374	45,1%
20ª Região (SE)	4.372	5.456	1.415	36,4%
21ª Região (RN)	5.773	8.288	4.257	54,0%
22ª Região (PI)	7.202	6.778	1.802	16,1%
23ª Região (MT)	3.837	8.995	1.130	62,1%
24ª Região (MS)	8.255	6.761	2.192	7,8%
Justiça do Trabalho	633.257	650.085	212.187	26,6%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.5 - TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau



Glossário:

TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento no 2º Grau da Justiça do Trabalho.

Fórmula: $TC2^\circ = 1 - (TBaix2^\circ / (Cn2^\circ + Cp2^\circ))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· **TBaix2º** - Total de Processos Baixados no 2º Grau : Os processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram baixados pela Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável Cn2º - Casos Novos no 2º grau.

· **Cn2º** - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

· **Cp2º** - Casos Pendentes no 2º Grau: Saldo residual de processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

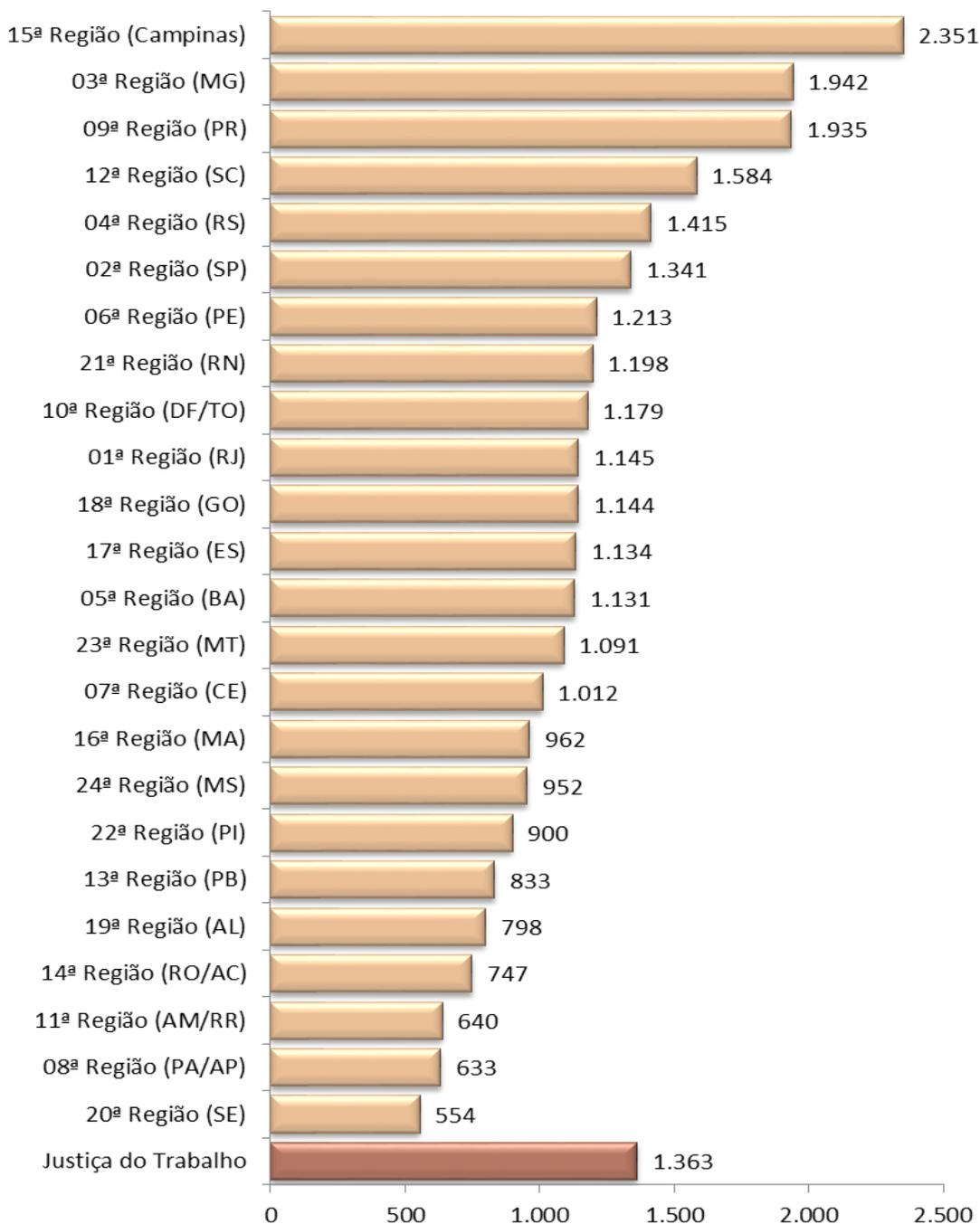
2.1.6. DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau

Tabela 2.6 - DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Dec2º - Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau	Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau	DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau
01ª Região (RJ)	61.821	54	1.145
02ª Região (SP)	113.949	85	1.341
03ª Região (MG)	66.018	34	1.942
04ª Região (RS)	59.432	42	1.415
05ª Região (BA)	32.804	29	1.131
06ª Região (PE)	20.613	17	1.213
07ª Região (CE)	9.105	9	1.012
08ª Região (PA/AP)	14.549	23	633
09ª Região (PR)	58.044	30	1.935
10ª Região (DF/TO)	17.687	15	1.179
11ª Região (AM/RR)	7.036	11	640
12ª Região (SC)	28.503	18	1.584
13ª Região (PB)	8.327	10	833
14ª Região (RO/AC)	5.978	8	747
15ª Região (Campinas)	119.914	51	2.351
16ª Região (MA)	7.694	8	962
17ª Região (ES)	13.610	12	1.134
18ª Região (GO)	14.875	13	1.144
19ª Região (AL)	5.588	7	798
20ª Região (SE)	4.435	8	554
21ª Região (RN)	8.388	7	1.198
22ª Região (PI)	7.202	8	900
23ª Região (MT)	7.636	7	1.091
24ª Região (MS)	7.617	8	952
Justiça do Trabalho	700.825	514	1.363

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.6 - DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau



Glossário:

DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau

Finalidade: Indicar a média de decisões terminativas de processo por Magistrado de 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $DTM2^\circ = Dec2^\circ / Mag2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dec2º - Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau: Todas as decisões colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual no 2º Grau, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração no período-base (semestre). Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas na variável Cn2º - Casos Novos no 2º Grau.

- Mag2º = MagP2º

2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.7. ProcElet2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau

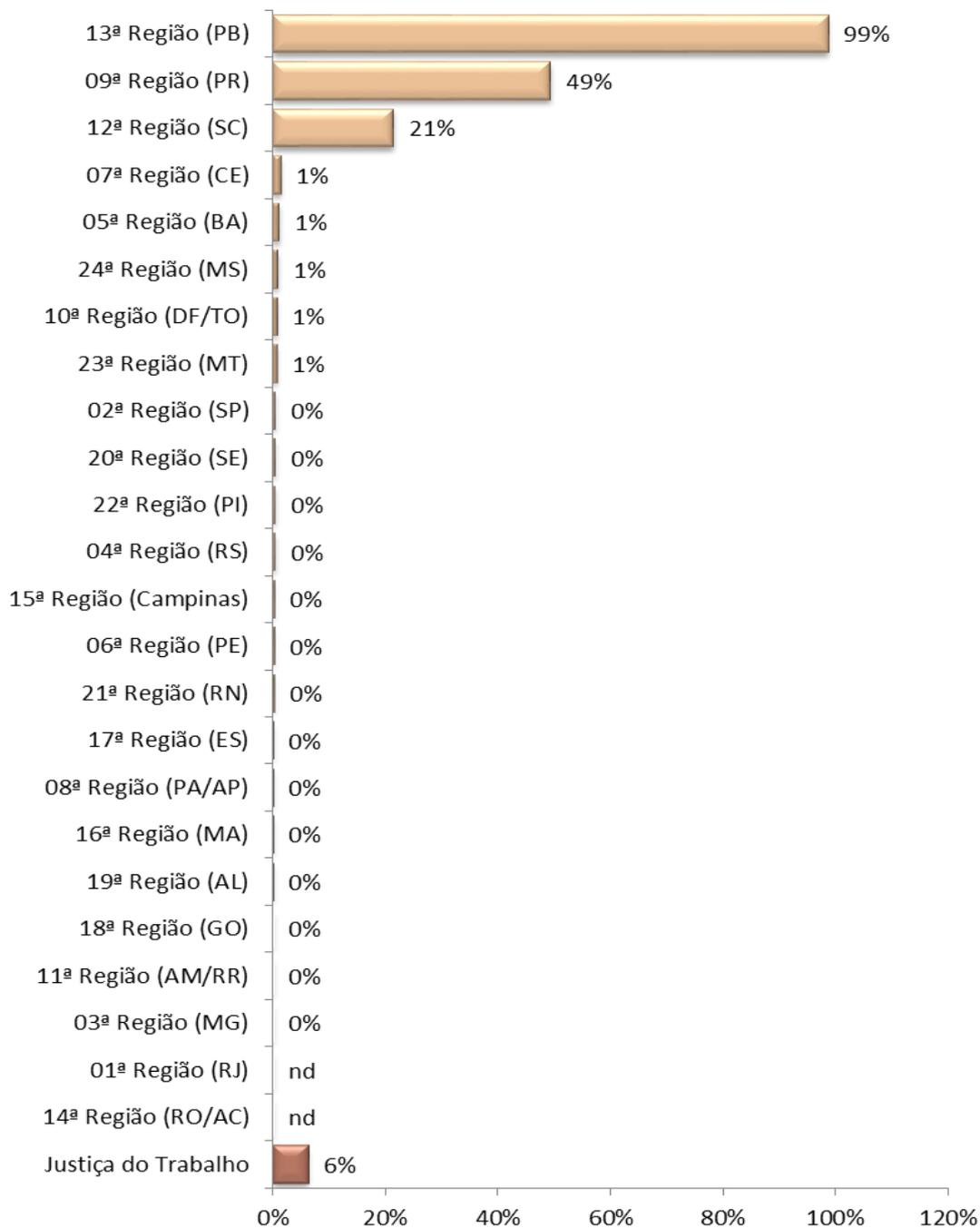
Tabela 2.7 - ProcElet2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnElet2º - Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	ProcElet2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau
01ª Região (RJ)	nd	65.446	nd
02ª Região (SP)	470	105.619	0%
03ª Região (MG)	0	69.958	0%
04ª Região (RS)	216	56.859	0%
05ª Região (BA)	409	38.060	1%
06ª Região (PE)	81	24.648	0%
07ª Região (CE)	99	7.058	1%
08ª Região (PA/AP)	8	12.539	0%
09ª Região (PR)	22.533	45.635	49%
10ª Região (DF/TO)	114	14.944	1%
11ª Região (AM/RR)	0	8.640	0%
12ª Região (SC)	4.704	21.943	21%
13ª Região (PB)	7.205	7.294	99%
14ª Região (RO/AC)	nd	5.647	nd
15ª Região (Campinas)	324	94.514	0%
16ª Região (MA)	2	5.923	0%
17ª Região (ES)	9	12.403	0%
18ª Região (GO)	0	12.602	0%
19ª Região (AL)	1	4.075	0%
20ª Região (SE)	23	5.456	0%
21ª Região (RN)	23	8.288	0%
22ª Região (PI)	26	6.778	0%
23ª Região (MT)	68	8.995	1%
24ª Região (MS)	59	6.761	1%
Justiça do Trabalho	36.374	650.085	6%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.7 - ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau

Finalidade: Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no 2º grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ProcEI2º} = \text{CnElet2º} / \text{Cn2º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnElet2º - Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau: Os processos eletrônicos, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que ingressaram na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cn2º - Casos Novos de 2º Grau.
- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

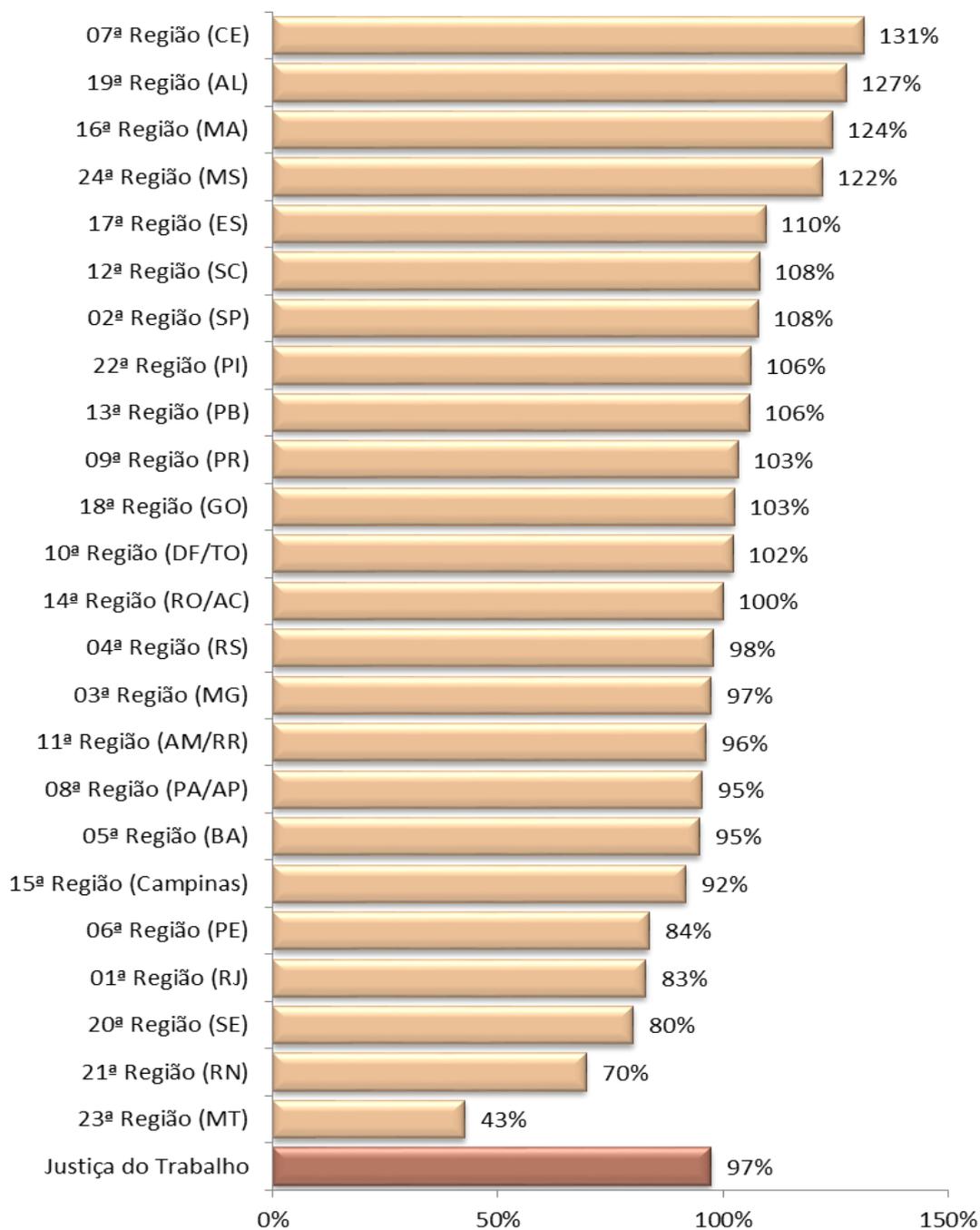
2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.8. TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau

Tabela 2.8 - TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau
01ª Região (RJ)	54.240	65.446	83%
02ª Região (SP)	113.949	105.619	108%
03ª Região (MG)	68.156	69.958	97%
04ª Região (RS)	55.648	56.859	98%
05ª Região (BA)	36.132	38.060	95%
06ª Região (PE)	20.613	24.648	84%
07ª Região (CE)	9.268	7.058	131%
08ª Região (PA/AP)	11.956	12.539	95%
09ª Região (PR)	47.186	45.635	103%
10ª Região (DF/TO)	15.290	14.944	102%
11ª Região (AM/RR)	8.314	8.640	96%
12ª Região (SC)	23.761	21.943	108%
13ª Região (PB)	7.726	7.294	106%
14ª Região (RO/AC)	5.650	5.647	100%
15ª Região (Campinas)	86.827	94.514	92%
16ª Região (MA)	7.372	5.923	124%
17ª Região (ES)	13.610	12.403	110%
18ª Região (GO)	12.928	12.602	103%
19ª Região (AL)	5.192	4.075	127%
20ª Região (SE)	4.372	5.456	80%
21ª Região (RN)	5.773	8.288	70%
22ª Região (PI)	7.202	6.778	106%
23ª Região (MT)	3.837	8.995	43%
24ª Região (MS)	8.255	6.761	122%
Justiça do Trabalho	633.257	650.085	97%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.8 - TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau



Glossário:

TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos baixados em relação ao total de casos novos no 2º grau no período-base (semestre).

Fórmula: $TbCn2^\circ = TBaix2^\circ / Cn2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau : Os processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram baixados pela Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável Cn2º - Casos Novos no 2º grau.
- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

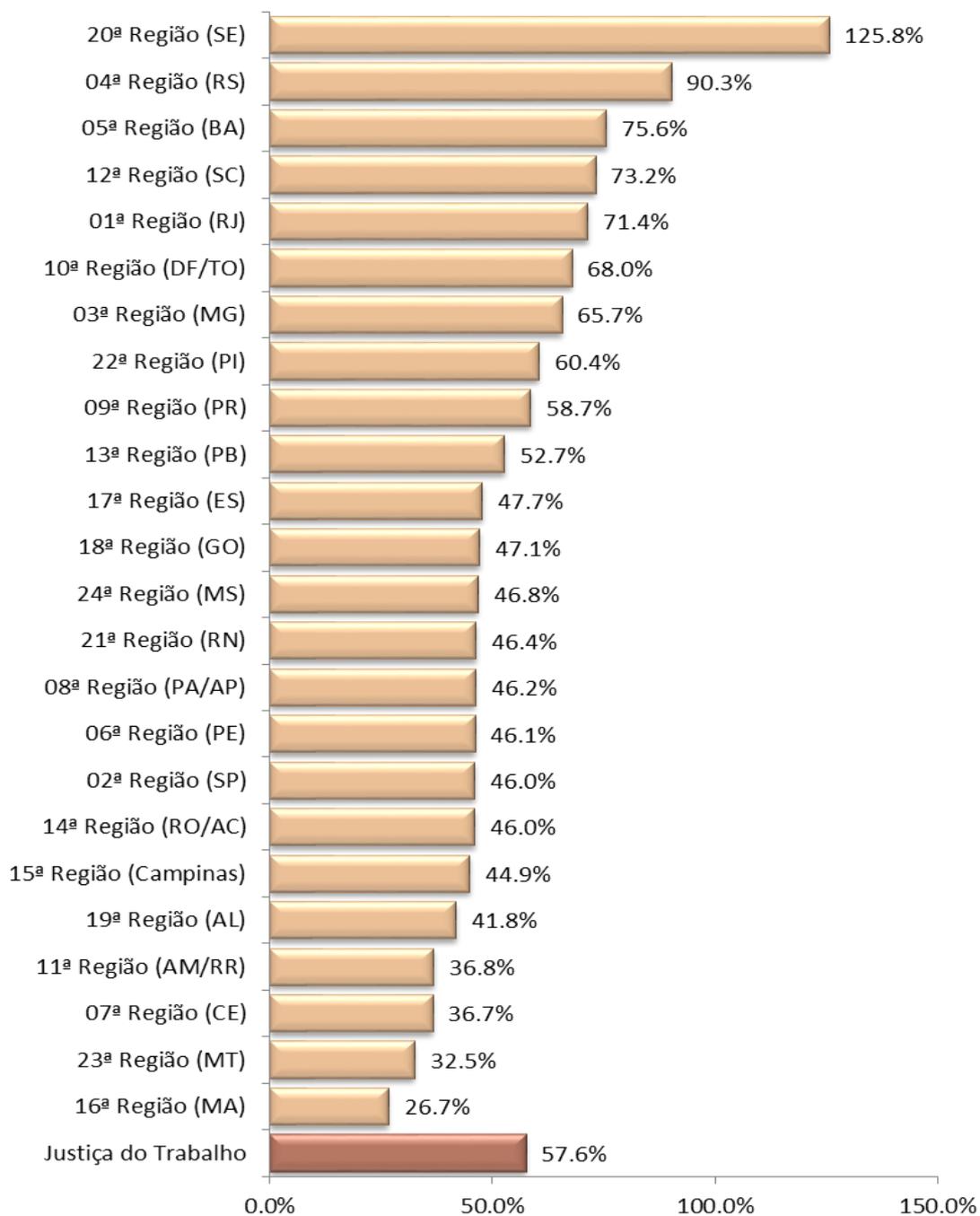
2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.9. Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau

Tabela 2.9 - Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau

Tribunal Regional do Trabalho	Rsup2º - Recursos à Instância Superior no 2º Grau	Apublic2º - Acórdãos Publicados no 2º Grau	Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau
01ª Região (RJ)	39.433	55.250	71,4%
02ª Região (SP)	54.713	118.906	46,0%
03ª Região (MG)	42.688	65.018	65,7%
04ª Região (RS)	46.066	51.024	90,3%
05ª Região (BA)	22.606	29.883	75,6%
06ª Região (PE)	8.571	18.589	46,1%
07ª Região (CE)	3.429	9.355	36,7%
08ª Região (PA/AP)	5.716	12.369	46,2%
09ª Região (PR)	29.625	50.511	58,7%
10ª Região (DF/TO)	10.590	15.580	68,0%
11ª Região (AM/RR)	2.764	7.504	36,8%
12ª Região (SC)	17.439	23.810	73,2%
13ª Região (PB)	4.065	7.709	52,7%
14ª Região (RO/AC)	2.444	5.317	46,0%
15ª Região (Campinas)	45.548	101.551	44,9%
16ª Região (MA)	1.963	7.363	26,7%
17ª Região (ES)	6.161	12.908	47,7%
18ª Região (GO)	6.174	13.102	47,1%
19ª Região (AL)	1.887	4.517	41,8%
20ª Região (SE)	4.868	3.871	125,8%
21ª Região (RN)	3.792	8.180	46,4%
22ª Região (PI)	3.726	6.164	60,4%
23ª Região (MT)	2.321	7.133	32,5%
24ª Região (MS)	3.087	6.599	46,8%
Justiça do Trabalho	369.676	642.213	57,6%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.9 - Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau



Glossário:

Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau

Finalidade: Indicar o número de recursos endereçados aos Tribunais Superiores em relação ao número de acórdãos publicados pelos Tribunais Regionais do Trabalho passíveis de recurso no período-base (semestre).

Fórmula: $Rx2º = R_{sup2º} / A_{public2º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **Rsup2º** - Recursos à Instância Superior no 2º Grau: Os recursos interpostos de acórdãos em processos judiciais de Tribunais de 2º Grau e endereçados aos Tribunais Superiores no período-base (semestre).
- **Apublic2º** - Acórdãos Publicados no 2º Grau: Os acórdãos em processos judiciais publicados pelo tribunal de 2º Grau passíveis de recurso para os Tribunais Superiores no período-base (semestre), excluídos os acórdãos proferidos em embargos de declaração.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

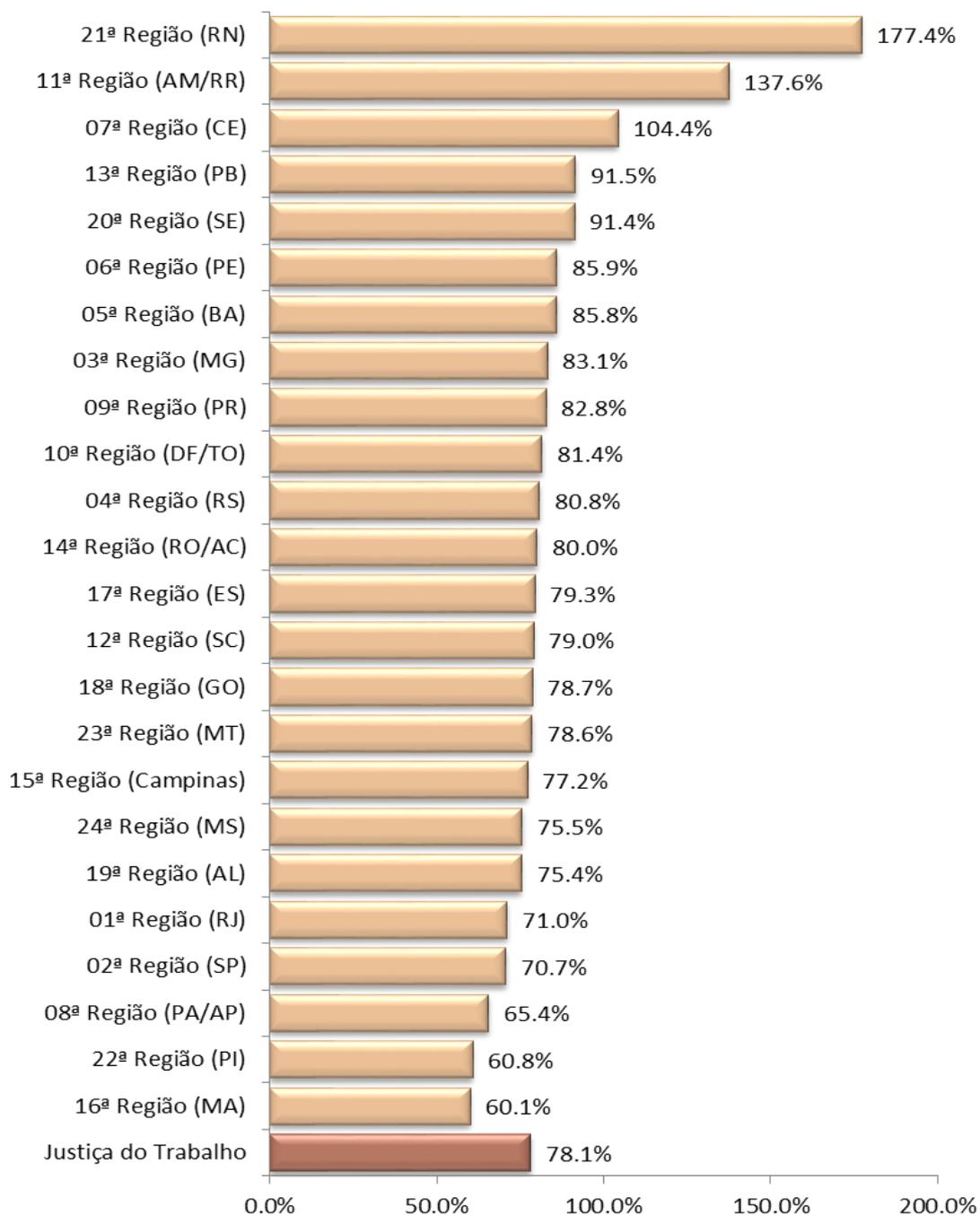
2.1.10. RxAI2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST

Tabela 2.10 - RxAI2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST

Tribunal Regional do Trabalho	AI2º - Agravos às Decisões Denegatórias de Admissibilidade de Recurso de Revista e Recurso Ordinário para o TST	DA2º - Decisões denegatórias de admissibilidade de Recurso de Revista e de Recurso Ordinário para o TST	RxAI2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST
01ª Região (RJ)	14.521	20.455	71,0%
02ª Região (SP)	47.885	67.709	70,7%
03ª Região (MG)	20.009	24.066	83,1%
04ª Região (RS)	16.476	20.398	80,8%
05ª Região (BA)	9.553	11.128	85,8%
06ª Região (PE)	5.927	6.897	85,9%
07ª Região (CE)	2.225	2.131	104,4%
08ª Região (PA/AP)	2.904	4.440	65,4%
09ª Região (PR)	10.801	13.049	82,8%
10ª Região (DF/TO)	5.297	6.507	81,4%
11ª Região (AM/RR)	2.912	2.116	137,6%
12ª Região (SC)	4.930	6.241	79,0%
13ª Região (PB)	1.746	1.908	91,5%
14ª Região (RO/AC)	1.387	1.734	80,0%
15ª Região (Campinas)	17.721	22.949	77,2%
16ª Região (MA)	630	1.049	60,1%
17ª Região (ES)	3.791	4.778	79,3%
18ª Região (GO)	3.373	4.288	78,7%
19ª Região (AL)	1.311	1.739	75,4%
20ª Região (SE)	2.309	2.527	91,4%
21ª Região (RN)	2.377	1.340	177,4%
22ª Região (PI)	1.182	1.945	60,8%
23ª Região (MT)	1.474	1.876	78,6%
24ª Região (MS)	1.749	2.317	75,5%
Justiça do Trabalho	182.490	233.587	78,1%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.10 - RxAI2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST



Glossário:

RxAI2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST

Finalidade: Indicar o número de recursos de agravo de instrumento interpostos ao Tribunal Superior do Trabalho em relação ao número de decisões denegatórias de seguimento a recursos proferidas pelo 2º Grau da Justiça do Trabalho.

Fórmula: $RxAI2^\circ = AI2^\circ / DA2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- AI2º - Agravos às Decisões Denegatórias de Admissibilidade de Recurso de Revista e Recurso Ordinário para o TST: Os recursos de agravos de instrumento interpostos contra as decisões proferidas pela Justiça do Trabalho de 2º Grau denegatórias de admissibilidade de recursos para o TST (de revista e recurso ordinário) no período-base (semestre).
- DA2º - Decisões denegatórias de admissibilidade de Recurso de Revista e de Recurso Ordinário para o TST: O número de decisões proferidas pela Justiça do Trabalho de 2º Grau denegatórias de seguimento a recursos de revista e a recursos ordinários para o TST no período-base (semestre).

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

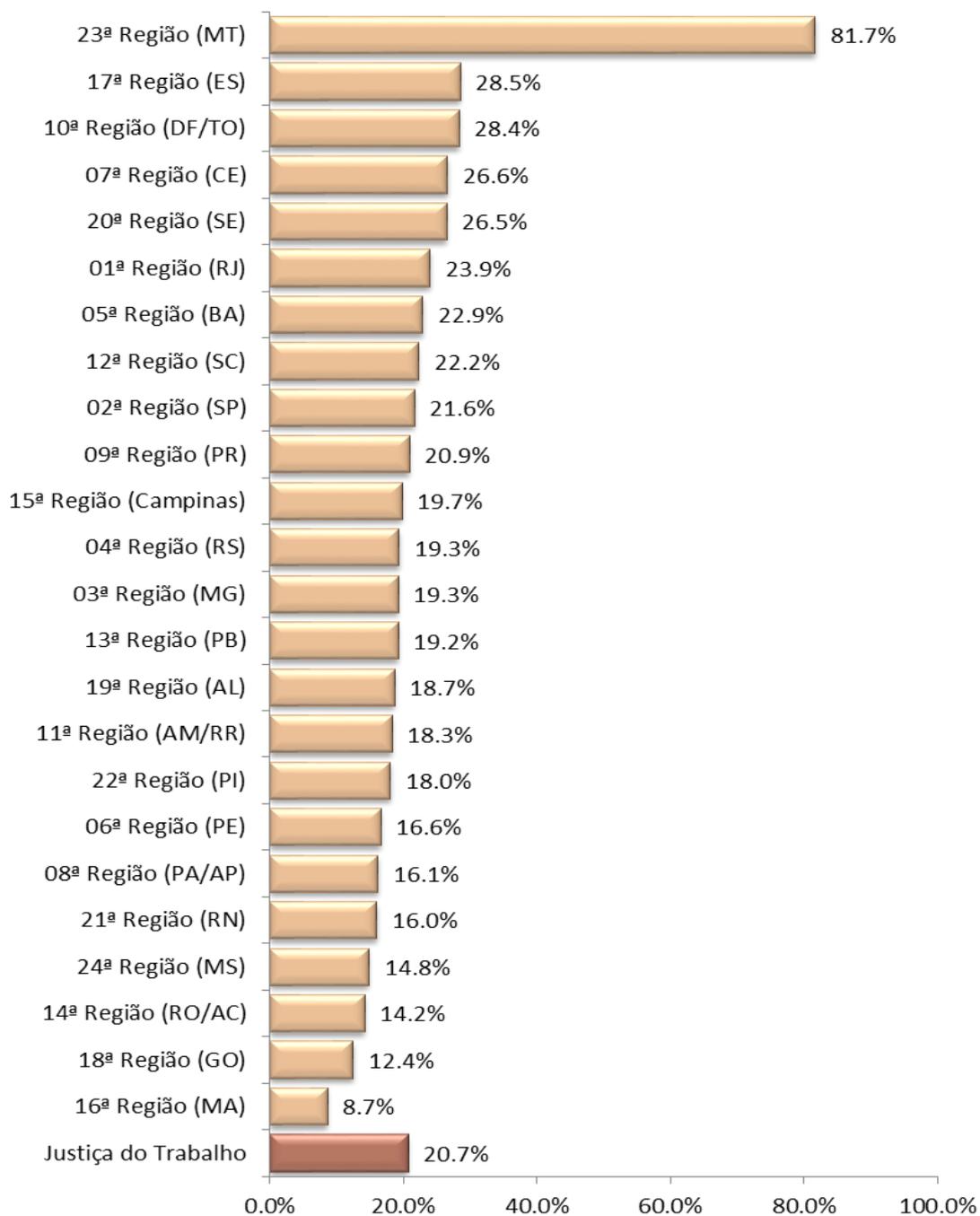
2.1.11. Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau

Tabela 2.11 - Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau	DeRInt2º - Decisões Passíveis de Recurso Interno no 2º Grau	Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau
01ª Região (RJ)	17.125	71.532	23,9%
02ª Região (SP)	31.541	145.889	21,6%
03ª Região (MG)	15.799	82.071	19,3%
04ª Região (RS)	12.252	63.482	19,3%
05ª Região (BA)	8.815	38.523	22,9%
06ª Região (PE)	4.127	24.794	16,6%
07ª Região (CE)	1.550	5.824	26,6%
08ª Região (PA/AP)	2.383	14.757	16,1%
09ª Região (PR)	12.121	57.999	20,9%
10ª Região (DF/TO)	5.066	17.867	28,4%
11ª Região (AM/RR)	1.518	8.314	18,3%
12ª Região (SC)	6.757	30.389	22,2%
13ª Região (PB)	1.551	8.072	19,2%
14ª Região (RO/AC)	913	6.436	14,2%
15ª Região (Campinas)	20.058	101.574	19,7%
16ª Região (MA)	665	7.676	8,7%
17ª Região (ES)	4.371	15.334	28,5%
18ª Região (GO)	2.089	16.852	12,4%
19ª Região (AL)	1.055	5.651	18,7%
20ª Região (SE)	1.597	6.033	26,5%
21ª Região (RN)	1.191	7.450	16,0%
22ª Região (PI)	1.538	8.521	18,0%
23ª Região (MT)	778	952	81,7%
24ª Região (MS)	1.329	8.974	14,8%
Justiça do Trabalho	156.189	754.966	20,7%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.11 - Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau



Glossário:

Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos internos interpostos na Justiça do Trabalho de 2º Grau em relação ao número de decisões proferidas pelo 2º Grau da Justiça do Trabalho.

Fórmula: $Rin2^\circ = RInt2^\circ / DeRint2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau: Os recursos interpostos de decisão de 2º Grau para julgamento no mesmo grau de jurisdição, no período-base (semestre), abrangendo os embargos de declaração, os agravos regimentais e os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- DeRInt2º - Decisões Passíveis de Recurso Interno no 2º Grau: As decisões, colegiadas e monocráticas, proferidas no âmbito da Justiça do Trabalho de 2º Grau, das quais caiba recurso (embargos de declaração, agravos regimentais, agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais) para o próprio Tribunal no período-base (semestre), incluídas as decisões proferidas nestes recursos.

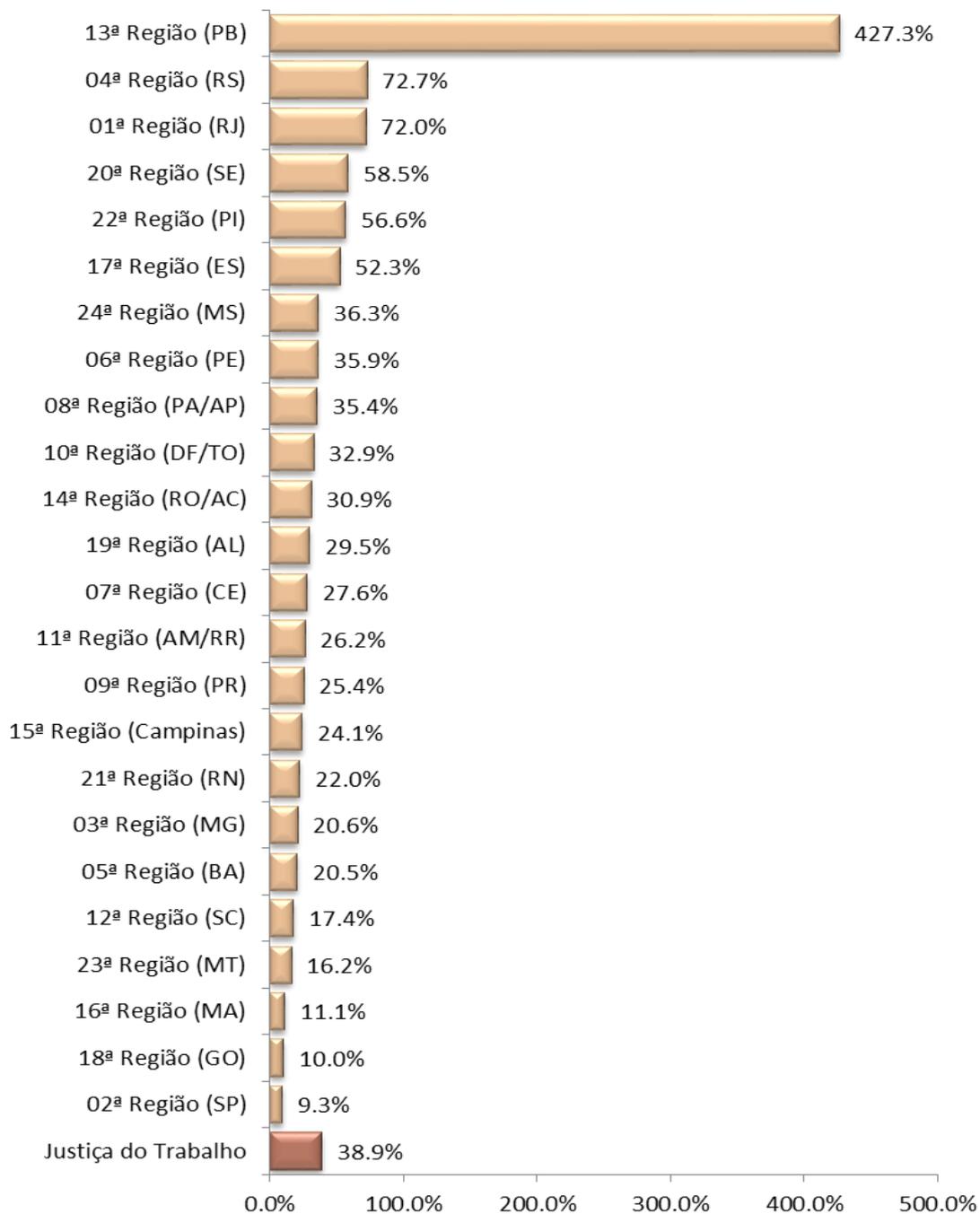
2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.12. Rin2ªa - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau

Tabela 2.12 - Rin2ªa - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Ag2º - Agravos de Recursos e Agravos do art. 557 de 2º Grau	DeMono2º - Decisões Monocráticas no 2º Grau	Rin2ªa - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau
01ª Região (RJ)	590	820	72,0%
02ª Região (SP)	182	1.958	9,3%
03ª Região (MG)	166	807	20,6%
04ª Região (RS)	629	865	72,7%
05ª Região (BA)	157	765	20,5%
06ª Região (PE)	127	354	35,9%
07ª Região (CE)	62	225	27,6%
08ª Região (PA/AP)	210	594	35,4%
09ª Região (PR)	172	677	25,4%
10ª Região (DF/TO)	165	501	32,9%
11ª Região (AM/RR)	202	770	26,2%
12ª Região (SC)	236	1.353	17,4%
13ª Região (PB)	1.551	363	427,3%
14ª Região (RO/AC)	155	502	30,9%
15ª Região (Campinas)	374	1.549	24,1%
16ª Região (MA)	35	316	11,1%
17ª Região (ES)	146	279	52,3%
18ª Região (GO)	52	522	10,0%
19ª Região (AL)	51	173	29,5%
20ª Região (SE)	38	65	58,5%
21ª Região (RN)	24	109	22,0%
22ª Região (PI)	47	83	56,6%
23ª Região (MT)	42	260	16,2%
24ª Região (MS)	53	146	36,3%
Justiça do Trabalho	5.466	14.056	38,9%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.12 - Rin2ªa - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau



Glossário:

Rin2^ªa - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2^º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos de agravos (regimentais ou do art. 557 do CPC) interpostos na Justiça do Trabalho de 2^º Grau em relação ao número de decisões monocráticas proferidas pelo 2^º Grau da Justiça do Trabalho.

Fórmula: $Rin2^{ª}a = Ag2^{º} / DeMono2^{º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **Ag2^º** - Agravos de Recursos e Agravos do art. 557 de 2^º Grau: Os Agravos Regimentais e os Agravos do art. 557 interpostos na Justiça do Trabalho de 2^º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os agravos regimentais em decisões correicionais.
- **DeMono2^º** - Decisões Monocráticas no 2^º Grau: As decisões monocráticas proferidas na Justiça do Trabalho de 2^º Grau que solucionem processos originários ou recursos no período-base (semestre). Devem ser excluídas as decisões de natureza correicionais.

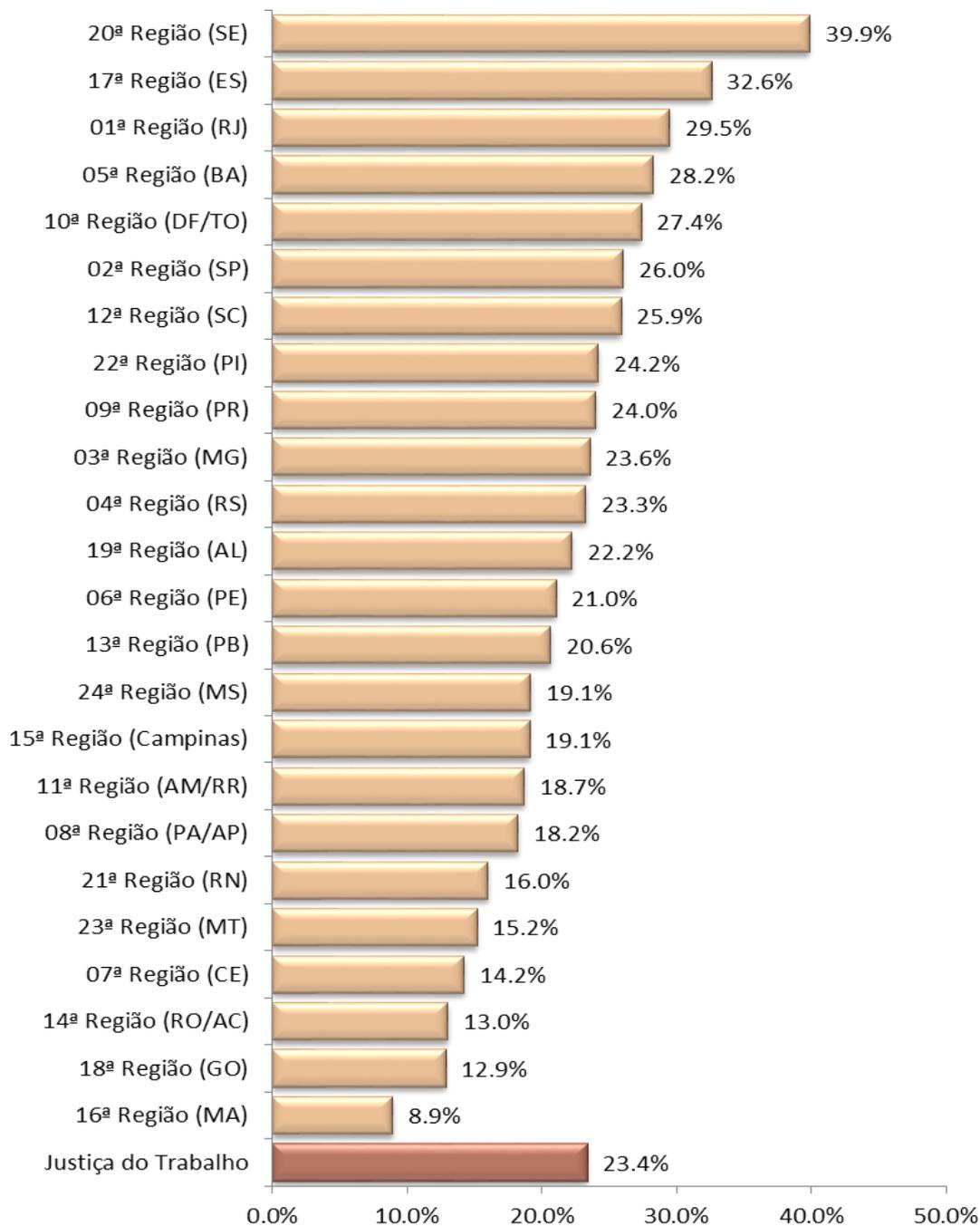
2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.13. Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau

Tabela 2.13 - Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Ed2º - Embargos de Declaração no 2º Grau	DePub2º - Decisões no 2º Grau Publicadas	Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau
01ª Região (RJ)	16.535	56.070	29,5%
02ª Região (SP)	31.359	120.561	26,0%
03ª Região (MG)	15.424	65.433	23,6%
04ª Região (RS)	12.066	51.870	23,3%
05ª Região (BA)	8.658	30.648	28,2%
06ª Região (PE)	4.000	19.003	21,0%
07ª Região (CE)	1.409	9.897	14,2%
08ª Região (PA/AP)	2.253	12.369	18,2%
09ª Região (PR)	12.121	50.511	24,0%
10ª Região (DF/TO)	4.978	18.171	27,4%
11ª Região (AM/RR)	1.316	7.036	18,7%
12ª Região (SC)	6.521	25.163	25,9%
13ª Região (PB)	1.400	6.788	20,6%
14ª Região (RO/AC)	758	5.816	13,0%
15ª Região (Campinas)	19.684	103.015	19,1%
16ª Região (MA)	626	7.023	8,9%
17ª Região (ES)	4.225	12.962	32,6%
18ª Região (GO)	2.037	15.822	12,9%
19ª Região (AL)	1.004	4.517	22,2%
20ª Região (SE)	1.559	3.909	39,9%
21ª Região (RN)	1.162	7.271	16,0%
22ª Região (PI)	1.491	6.164	24,2%
23ª Região (MT)	1.092	7.188	15,2%
24ª Região (MS)	1.276	6.668	19,1%
Justiça do Trabalho	152.954	653.875	23,4%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.13 - Rin2^{ob} - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau



Glossário:

Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos no 2º Grau em relação ao número de decisões monocráticas ou colegiadas proferidas pelo 2º Grau.

Fórmula: $Rin2ºb = ED2º / DePub2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Ed2º - Embargos de Declaração no 2º Grau: Os embargos de declaração opostos na Justiça do Trabalho de 2º Grau para julgamento no período-base (semestre).
- DePub2º - Decisões no 2º Grau Publicadas: As decisões, colegiadas ou monocráticas, proferidas no âmbito da Justiça do Trabalho de 2º Grau, publicadas no período-base (semestre). Excluem-se as decisões proferidas em embargos de declaração.

2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.14. Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau

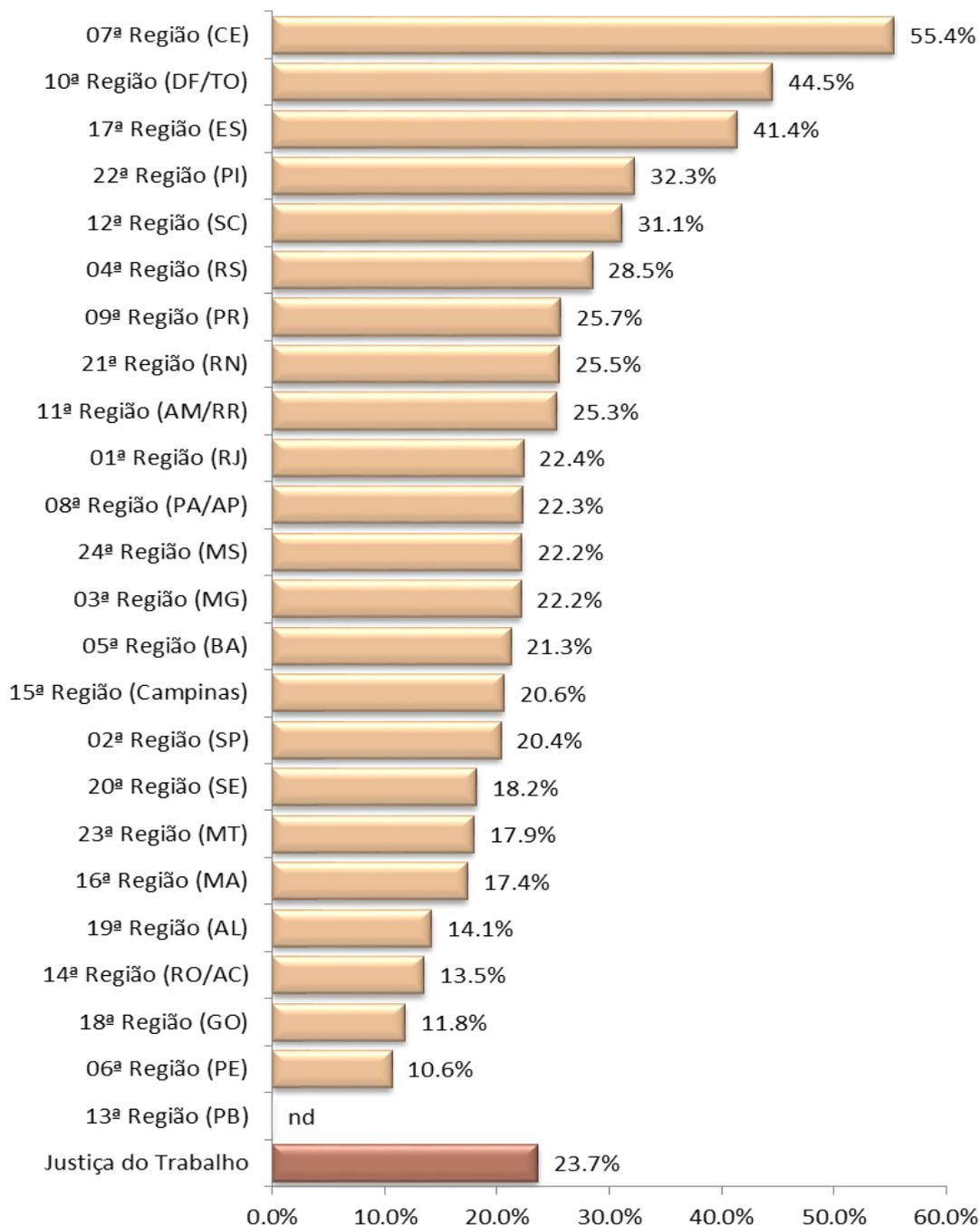
Tabela 2.14 - Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Rp2º - Recursos das Decisões de 2º Grau Providos pelo TST(ainda que parcialmente)	Rj2º - Recursos Julgados pelo TST	Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau
01ª Região (RJ)	2.188	9.774	22,4%
02ª Região (SP)	6.216	30.525	20,4%
03ª Região (MG)	5.767	26.029	22,2%
04ª Região (RS)	6.821	23.938	28,5%
05ª Região (BA)	1.976	9.296	21,3%
06ª Região (PE)	976	9.188	10,6%
07ª Região (CE)	2.468	4.455	55,4%
08ª Região (PA/AP)	1.032	4.636	22,3%
09ª Região (PR)	3.634	14.161	25,7%
10ª Região (DF/TO)	1.791	4.021	44,5%
11ª Região (AM/RR)	433	1.711	25,3%
12ª Região (SC)	2.235	7.178	31,1%
13ª Região (PB)	nd	nd	nd
14ª Região (RO/AC)	231	1.710	13,5%
15ª Região (Campinas)	4.437	21.529	20,6%
16ª Região (MA)	129	743	17,4%
17ª Região (ES)	847	2.047	41,4%
18ª Região (GO)	536	4.545	11,8%
19ª Região (AL)	229	1.619	14,1%
20ª Região (SE)	231	1.270	18,2%
21ª Região (RN)	805	3.155	25,5%
22ª Região (PI)	407	1.262	32,3%
23ª Região (MT)	223	1.244	17,9%
24ª Região (MS)	558	2.515	22,2%
Justiça do Trabalho	44.170	186.551	23,7%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.14 - Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau

Finalidade: Indicar a proporção de recursos interpostos contra decisões da Justiça do Trabalho de 2º Grau e providos pelo TST, ainda que parcialmente, em relação ao número de recursos interpostos contra decisões da Justiça do Trabalho de 2º Grau, no período-base (semestre).

Fórmula: $Rd2^\circ = (RpAI2^\circ + RpRR2^\circ + RpRO2^\circ) / (RjAI2^\circ + RjRR2^\circ + RjRO2^\circ)$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· Rp2º - Recursos das Decisões de 2º Grau Providos pelo TST (ainda que parcialmente): Os acórdãos e decisões monocráticas julgados providos pelo TST, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).

$Rp2^\circ = (RpAI2^\circ + RpRR2^\circ + RpRO2^\circ)$

· Rj2º - Recursos Julgados pelo TST: O número total de acórdãos e de decisões monocráticas proferidos pelo TST no período-base (semestre).

$RJ2^\circ = (RjAI2^\circ + RjRR2^\circ + RjRO2^\circ)$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

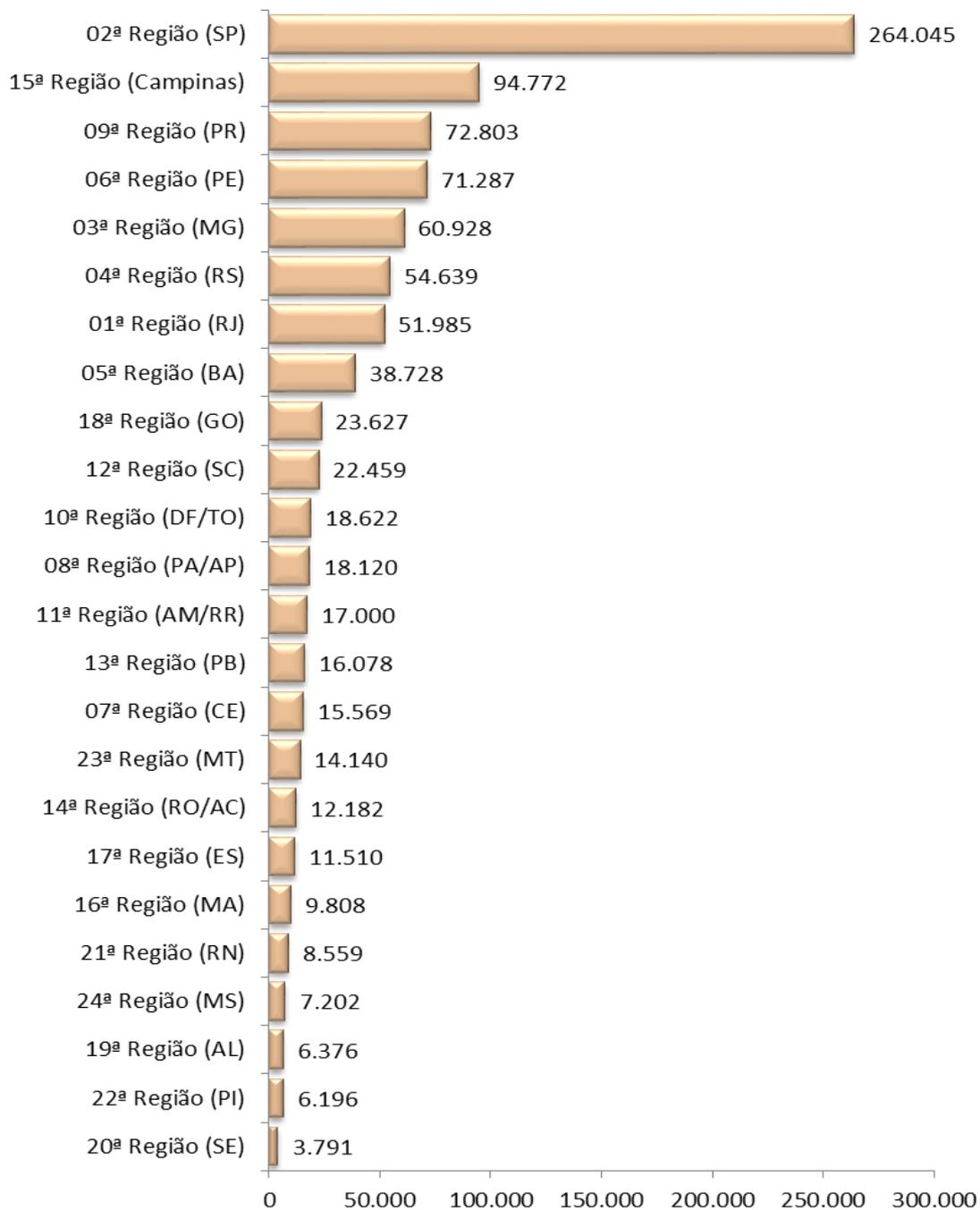
2.2.1. CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau

Tabela 2.15 - CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	ExeJud1º - Execuções Judiciais em 1º Grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau
01ª Região (RJ)	2.107	49.878	51.985
02ª Região (SP)	35.113	228.932	264.045
03ª Região (MG)	1.789	59.139	60.928
04ª Região (RS)	1.046	53.593	54.639
05ª Região (BA)	505	38.223	38.728
06ª Região (PE)	601	70.686	71.287
07ª Região (CE)	216	15.353	15.569
08ª Região (PA/AP)	661	17.459	18.120
09ª Região (PR)	5.515	67.288	72.803
10ª Região (DF/TO)	938	17.684	18.622
11ª Região (AM/RR)	1.135	15.865	17.000
12ª Região (SC)	954	21.505	22.459
13ª Região (PB)	63	16.015	16.078
14ª Região (RO/AC)	130	12.052	12.182
15ª Região (Campinas)	2.615	92.157	94.772
16ª Região (MA)	461	9.347	9.808
17ª Região (ES)	289	11.221	11.510
18ª Região (GO)	486	23.141	23.627
19ª Região (AL)	278	6.098	6.376
20ª Região (SE)	143	3.648	3.791
21ª Região (RN)	253	8.306	8.559
22ª Região (PI)	55	6.141	6.196
23ª Região (MT)	557	13.583	14.140
24ª Região (MS)	202	7.000	7.202
Justiça do Trabalho	56.112	864.314	920.426

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.15 - CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau



Glossário:

CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais que iniciaram no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $CnEx1^\circ = CnExt1^\circ + ExeJud1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$
- ExeJud1º - Execuções Judiciais em 1º Grau: Os processos de execução de título judicial que ingressaram ou foram protocolizados no período-base (semestre), inclusive os decorrentes de certidões de crédito trabalhista. Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.2. CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

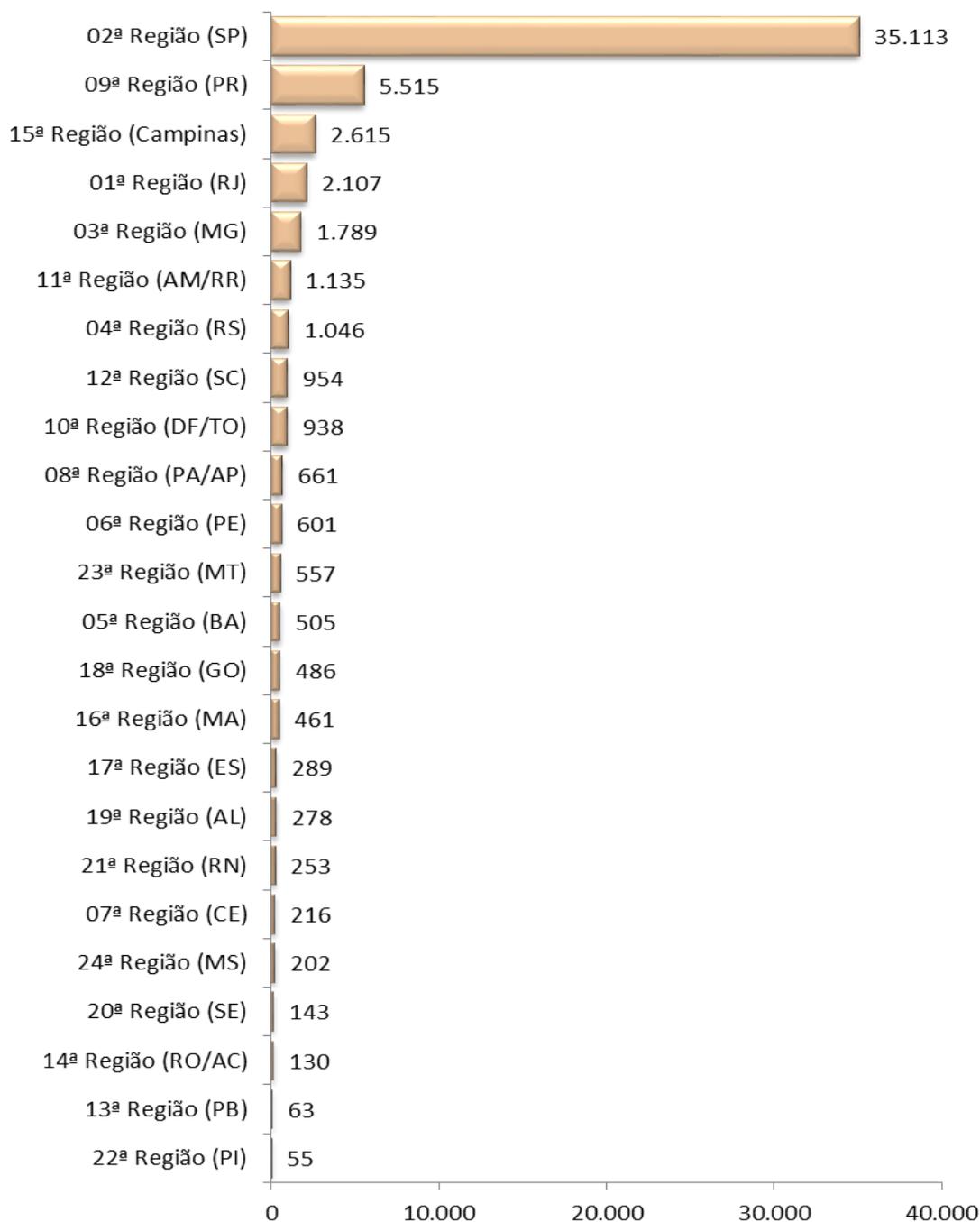
Tabela 2.16 - CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	CnExtNFisc1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau
01ª Região (RJ)	1.747	360	2.107
02ª Região (SP)	35.113	nd	35.113
03ª Região (MG)	1.521	268	1.789
04ª Região (RS)	548	498	1.046
05ª Região (BA)	426	79	505
06ª Região (PE)	345	256	601
07ª Região (CE)	210	6	216
08ª Região (PA/AP)	586	75	661
09ª Região (PR)	4.857	658	5.515
10ª Região (DF/TO)	348	590	938
11ª Região (AM/RR)	1.129	6	1.135
12ª Região (SC)	366	588	954
13ª Região (PB)	8	55	63
14ª Região (RO/AC)	130	nd	130
15ª Região (Campinas)	1.900	715	2.615
16ª Região (MA)	457	4	461
17ª Região (ES)	244	45	289
18ª Região (GO)	449	37	486
19ª Região (AL)	267	11	278
20ª Região (SE)	132	11	143
21ª Região (RN)	220	33	253
22ª Região (PI)	48	7	55
23ª Região (MT)	514	43	557
24ª Região (MS)	150	52	202
Justiça do Trabalho	51.715	4.397	56.112

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.16 - CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos de execução de títulos executivos extrajudiciais que iniciaram no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau: As execuções fiscais que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).
- CnExtNFisc1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais: As execuções de títulos executivos extrajudiciais (exceto execuções fiscais) que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.3. CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

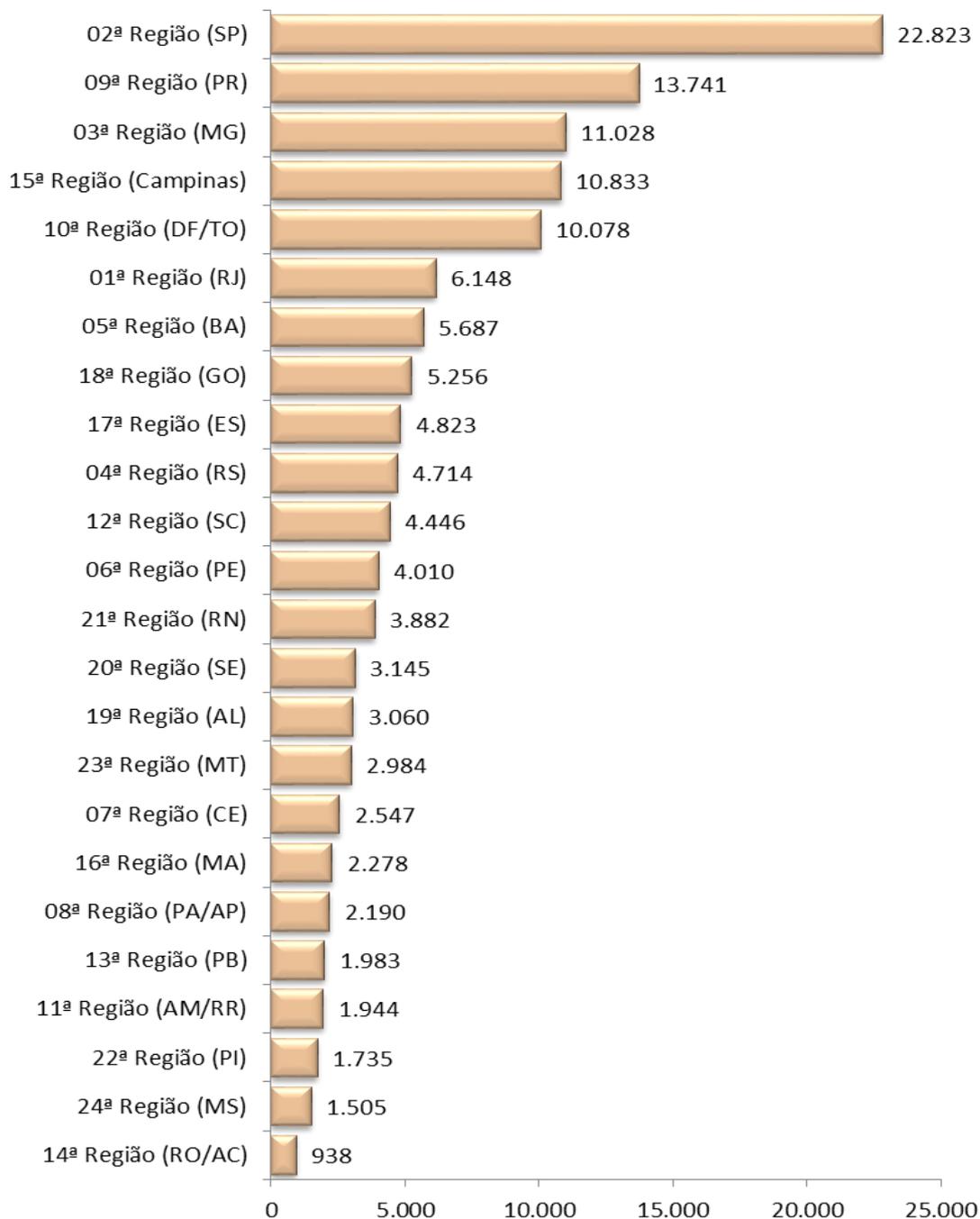
Tabela 2.17 - CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	CpExtNFisc1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau
01ª Região (RJ)	4.238	1.910	6.148
02ª Região (SP)	22.823	nd	22.823
03ª Região (MG)	10.663	365	11.028
04ª Região (RS)	3.711	1.003	4.714
05ª Região (BA)	5.055	632	5.687
06ª Região (PE)	1.450	2.560	4.010
07ª Região (CE)	2.423	124	2.547
08ª Região (PA/AP)	821	1.369	2.190
09ª Região (PR)	12.057	1.684	13.741
10ª Região (DF/TO)	9.617	461	10.078
11ª Região (AM/RR)	1.944	0	1.944
12ª Região (SC)	3.516	930	4.446
13ª Região (PB)	1.662	321	1.983
14ª Região (RO/AC)	938	nd	938
15ª Região (Campinas)	6.749	4.084	10.833
16ª Região (MA)	2.278	nd	2.278
17ª Região (ES)	4.608	215	4.823
18ª Região (GO)	5.009	247	5.256
19ª Região (AL)	2.954	106	3.060
20ª Região (SE)	3.135	10	3.145
21ª Região (RN)	3.254	628	3.882
22ª Região (PI)	1.651	84	1.735
23ª Região (MT)	1.747	1.237	2.984
24ª Região (MS)	1.321	184	1.505
Justiça do Trabalho	113.624	18.154	131.778

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.17 - CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes de execução de títulos executivos extrajudiciais no 1º Grau da Justiça do Trabalho no início do período-base (semestre).

Fórmula: $CpExt1^\circ = CpExtFisc1^\circ + CpExtNFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau: Saldo residual de processos de execução fiscal (inclusive os recebidos da Justiça Comum) que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)
- CpExtNFisc1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais: Saldo residual de processos de execução de títulos executivos extrajudiciais, exceto execuções fiscais, (inclusive os recebidos da Justiça Comum) que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

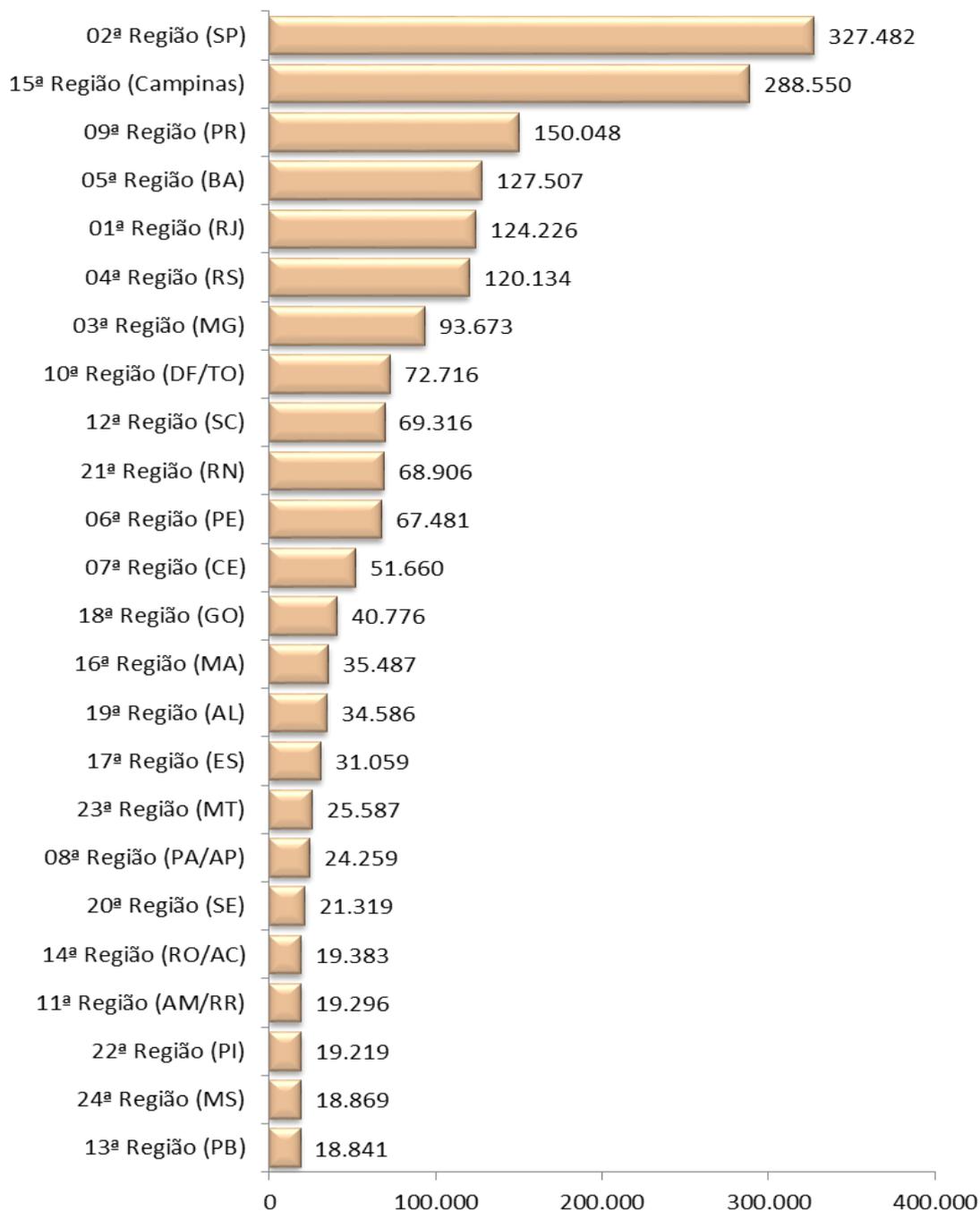
2.2.4. CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau

Tabela 2.18 - CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	ExeJudP1º - Execuções Judiciais pendentes em 1º Grau	CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau
01ª Região (RJ)	6.148	118.078	124.226
02ª Região (SP)	22.823	304.659	327.482
03ª Região (MG)	11.028	82.645	93.673
04ª Região (RS)	4.714	115.420	120.134
05ª Região (BA)	5.687	121.820	127.507
06ª Região (PE)	4.010	63.471	67.481
07ª Região (CE)	2.547	49.113	51.660
08ª Região (PA/AP)	2.190	22.069	24.259
09ª Região (PR)	13.741	136.307	150.048
10ª Região (DF/TO)	10.078	62.638	72.716
11ª Região (AM/RR)	1.944	17.352	19.296
12ª Região (SC)	4.446	64.870	69.316
13ª Região (PB)	1.983	16.858	18.841
14ª Região (RO/AC)	938	18.445	19.383
15ª Região (Campinas)	10.833	277.717	288.550
16ª Região (MA)	2.278	33.209	35.487
17ª Região (ES)	4.823	26.236	31.059
18ª Região (GO)	5.256	35.520	40.776
19ª Região (AL)	3.060	31.526	34.586
20ª Região (SE)	3.145	18.174	21.319
21ª Região (RN)	3.882	65.024	68.906
22ª Região (PI)	1.735	17.484	19.219
23ª Região (MT)	2.984	22.603	25.587
24ª Região (MS)	1.505	17.364	18.869
Justiça do Trabalho	131.778	1.738.602	1.870.380

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.18 - CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau



Glossário:

CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes de execução de títulos judiciais e extrajudiciais no 1º Grau da Justiça do Trabalho no início do período-base (semestre).

Fórmula: $CpEx1^\circ = CpExt1^\circ + ExeJudP1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CpExt1^\circ = CpExtFisc1^\circ + CpExtNFisc1^\circ$
- ExeJudP1º - Execuções Judiciais pendentes em 1º Grau: Saldo residual de processos de execução de título judicial que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), inclusive os decorrentes de certidões de crédito trabalhista, e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.5. TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

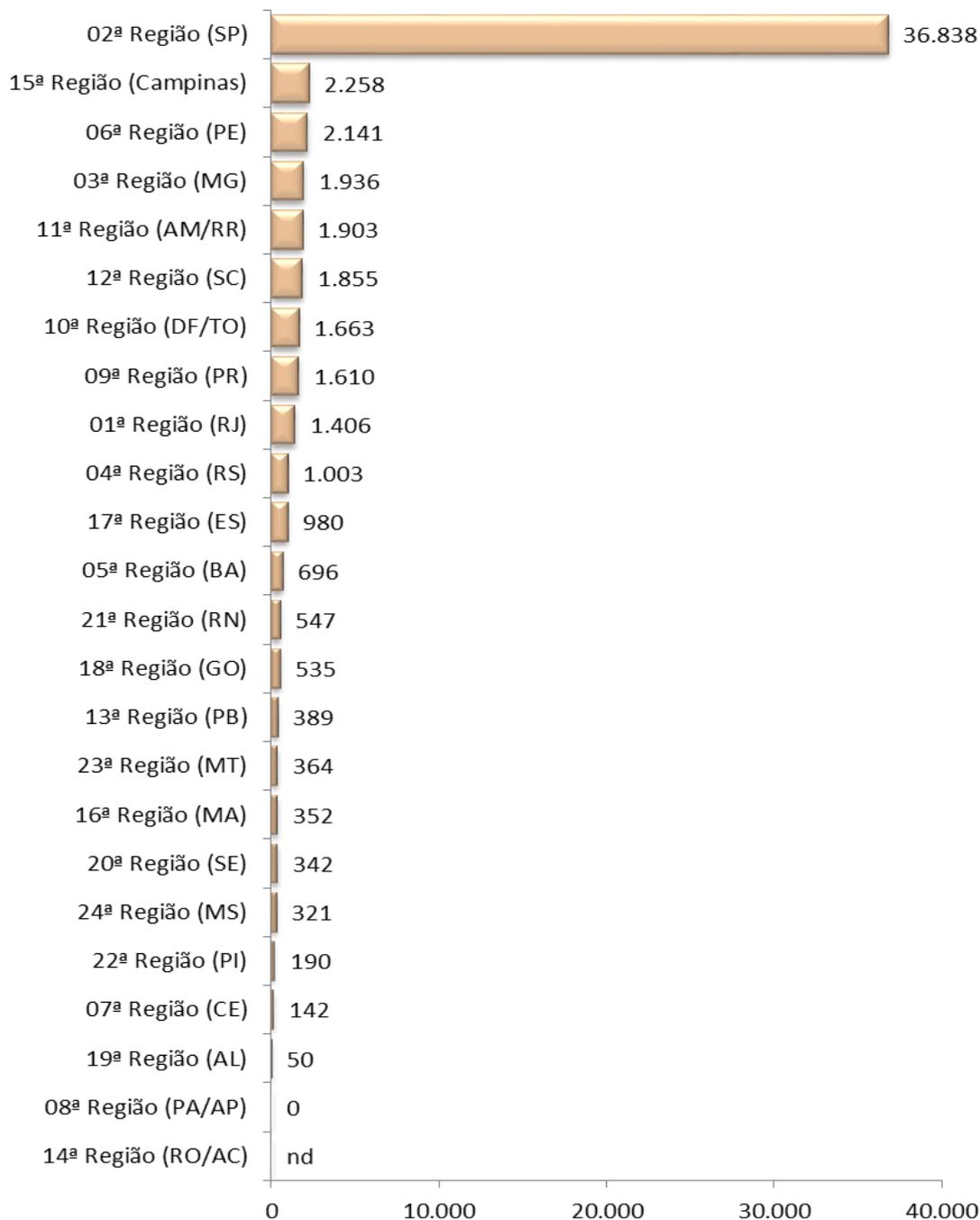
Tabela 2.19 - TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBAixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	TBAixExtNFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais	TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau
01ª Região (RJ)	995	411	1.406
02ª Região (SP)	36.838	nd	36.838
03ª Região (MG)	1.764	172	1.936
04ª Região (RS)	644	359	1.003
05ª Região (BA)	648	48	696
06ª Região (PE)	464	1.677	2.141
07ª Região (CE)	129	13	142
08ª Região (PA/AP)	0	0	0
09ª Região (PR)	883	727	1.610
10ª Região (DF/TO)	1.351	312	1.663
11ª Região (AM/RR)	1.903	0	1.903
12ª Região (SC)	1.332	523	1.855
13ª Região (PB)	277	112	389
14ª Região (RO/AC)	nd	nd	nd
15ª Região (Campinas)	1.640	618	2.258
16ª Região (MA)	352	nd	352
17ª Região (ES)	889	91	980
18ª Região (GO)	479	56	535
19ª Região (AL)	43	7	50
20ª Região (SE)	334	8	342
21ª Região (RN)	497	50	547
22ª Região (PI)	172	18	190
23ª Região (MT)	271	93	364
24ª Região (MS)	248	73	321
Justiça do Trabalho	52.153	5.368	57.521

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.19 - TBaixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TBaixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de processos de execução de títulos executivos extrajudiciais que foram baixados no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $TBaixExt1º = TBaixExtFisc1º + TBaixExtNFisc1º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· TBaixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau: Os processos de execuções fiscais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

· TBaixExtNFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais: Os processos de execução de títulos executivos extrajudiciais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Excluem-se as execuções fiscais. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnEx1ºNFisc - Casos novos de execução de título extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.6. T BaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau

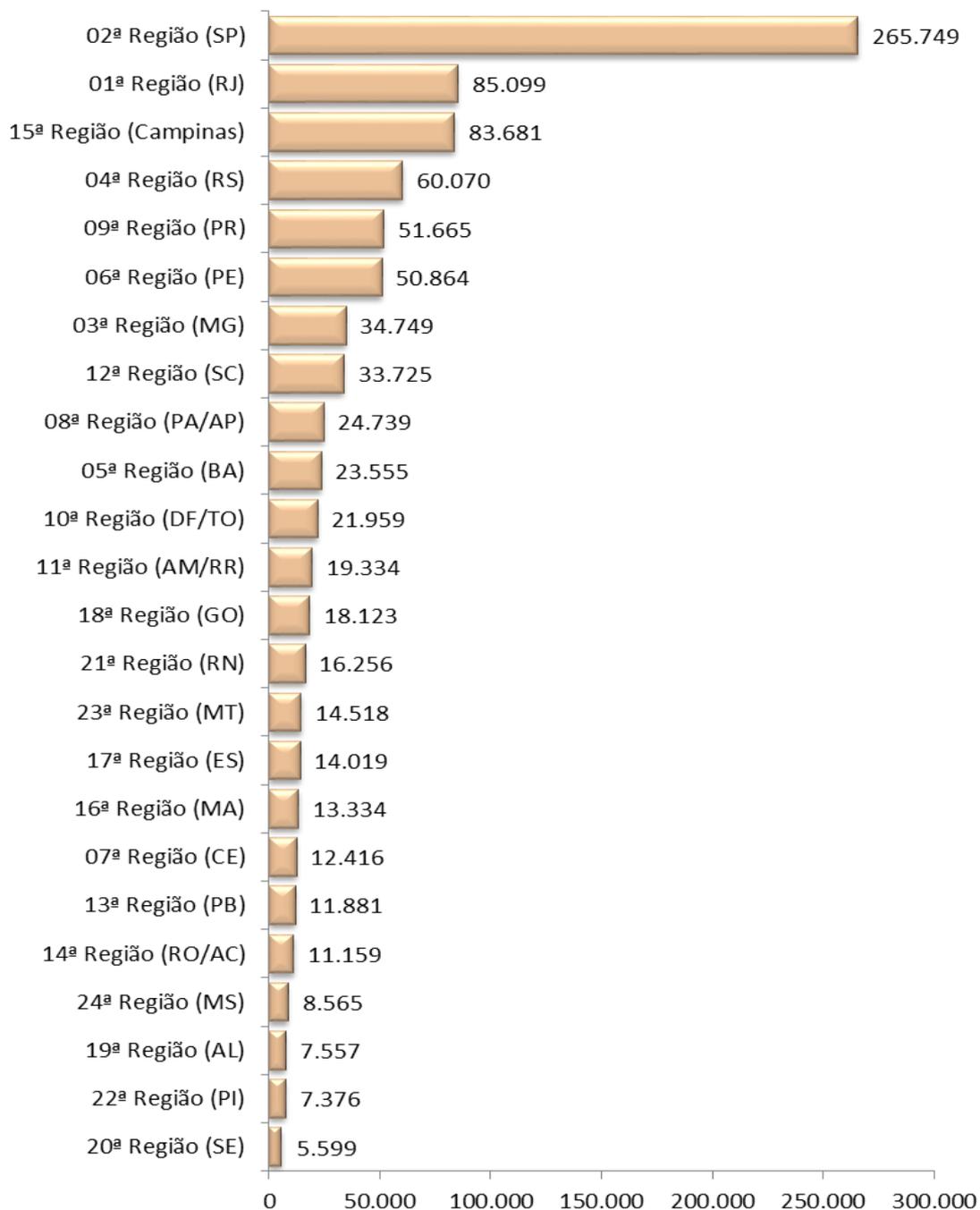
Tabela 2.20 - T BaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	T BaixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	T BaixJud1º - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau	T BaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau
01ª Região (RJ)	1.406	83.693	85.099
02ª Região (SP)	36.838	228.911	265.749
03ª Região (MG)	1.936	32.813	34.749
04ª Região (RS)	1.003	59.067	60.070
05ª Região (BA)	696	22.859	23.555
06ª Região (PE)	2.141	48.723	50.864
07ª Região (CE)	142	12.274	12.416
08ª Região (PA/AP)	0	24.739	24.739
09ª Região (PR)	1.610	50.055	51.665
10ª Região (DF/TO)	1.663	20.296	21.959
11ª Região (AM/RR)	1.903	17.431	19.334
12ª Região (SC)	1.855	31.870	33.725
13ª Região (PB)	389	11.492	11.881
14ª Região (RO/AC)	nd	11.159	11.159
15ª Região (Campinas)	2.258	81.423	83.681
16ª Região (MA)	352	12.982	13.334
17ª Região (ES)	980	13.039	14.019
18ª Região (GO)	535	17.588	18.123
19ª Região (AL)	50	7.507	7.557
20ª Região (SE)	342	5.257	5.599
21ª Região (RN)	547	15.709	16.256
22ª Região (PI)	190	7.186	7.376
23ª Região (MT)	364	14.154	14.518
24ª Região (MS)	321	8.244	8.565
Justiça do Trabalho	57.521	838.471	895.992

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.20 - TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais que foram baixados no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $TBaixEx1^\circ = TBaixExt1^\circ + TBaixJud1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TBaixExt1^\circ = TBaixExtFisc1^\circ + TBaixExtNFisc1^\circ$
- $TBaixJud1^\circ$ - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau: Os processos de execução judicial que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável ExeJud1º - Execuções Judiciais no 1º Grau.

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.7. SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

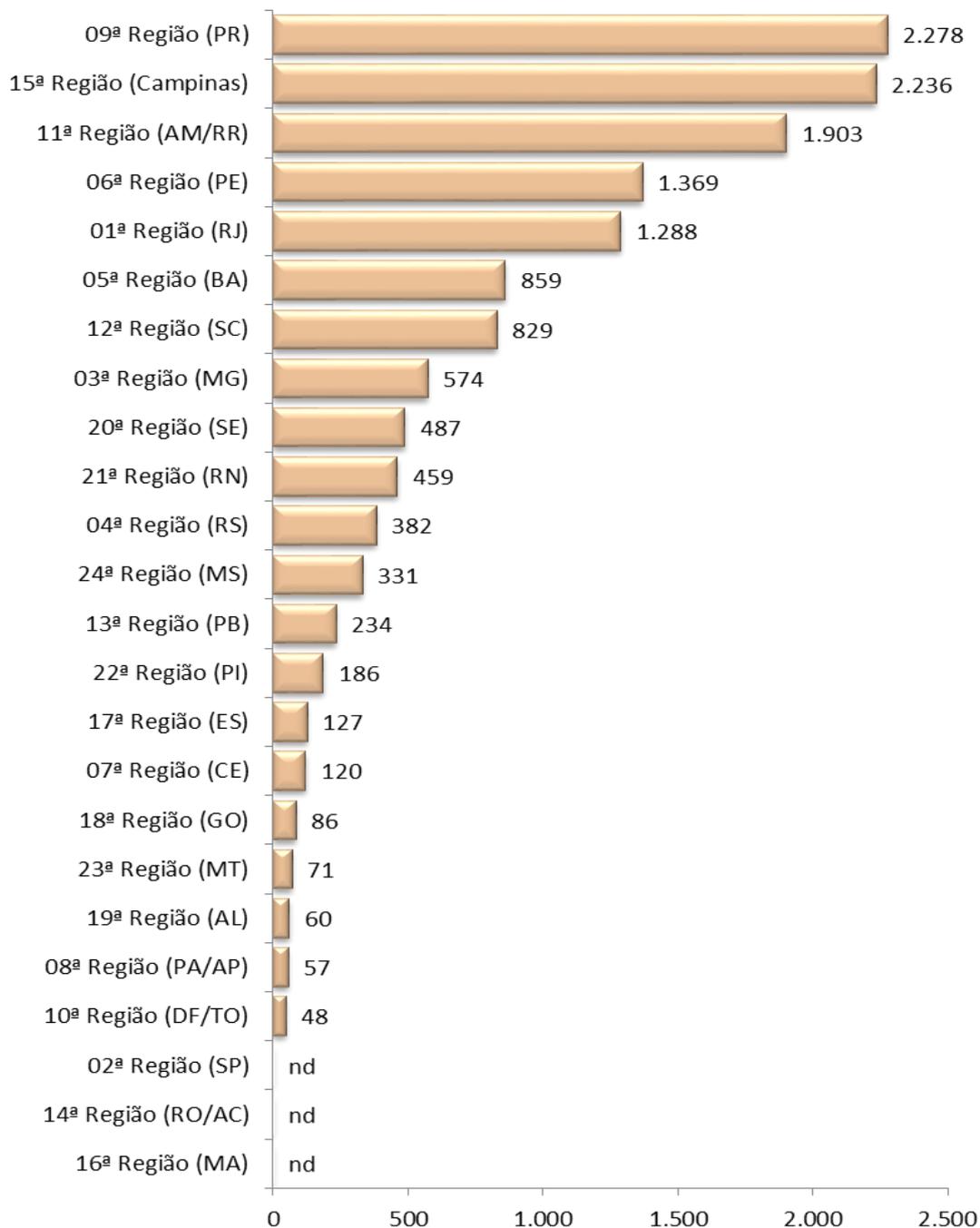
Tabela 2.21 - SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	SentExtFisc1º - Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau	SentExtNFisc1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal	SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau
01ª Região (RJ)	919	369	1.288
02ª Região (SP)	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	309	265	574
04ª Região (RS)	338	44	382
05ª Região (BA)	794	65	859
06ª Região (PE)	847	522	1.369
07ª Região (CE)	94	26	120
08ª Região (PA/AP)	11	46	57
09ª Região (PR)	1.141	1.137	2.278
10ª Região (DF/TO)	33	15	48
11ª Região (AM/RR)	1.903	0	1.903
12ª Região (SC)	292	537	829
13ª Região (PB)	149	85	234
14ª Região (RO/AC)	nd	nd	nd
15ª Região (Campinas)	1.644	592	2.236
16ª Região (MA)	nd	nd	nd
17ª Região (ES)	102	25	127
18ª Região (GO)	71	15	86
19ª Região (AL)	56	4	60
20ª Região (SE)	477	10	487
21ª Região (RN)	421	38	459
22ª Região (PI)	166	20	186
23ª Região (MT)	30	41	71
24ª Região (MS)	251	80	331
Justiça do Trabalho	10.048	3.936	13.984

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.21 - SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de sentenças em execução de títulos executivos extrajudiciais que foram proferidas no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $SentExt1^\circ = SentExtFisc1^\circ + SentExtNFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- SentExtFisc1º - Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau: Todas as sentenças em execução fiscal proferidas no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas.
- SentExtNFisc1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal: Todas as sentenças em títulos executivos extrajudiciais proferidas no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre). Excluem-se as sentenças proferidas em execuções fiscais. Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnExNFisc1º - Casos novos de execução de título extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais:

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.8. SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau

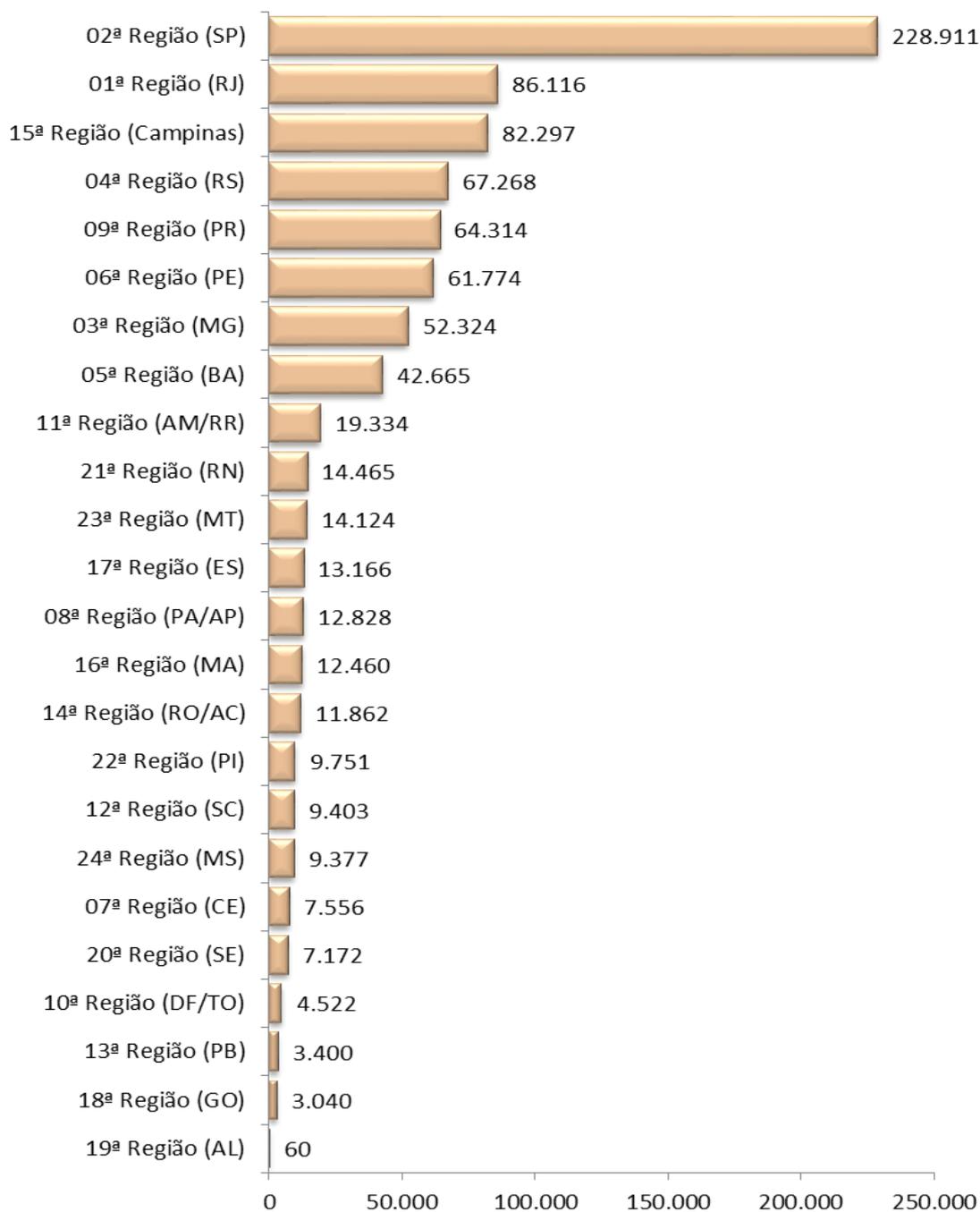
Tabela 2.22 - SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	SentJud1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º grau	SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau
01ª Região (RJ)	1.288	84.828	86.116
02ª Região (SP)	nd	228.911	228.911
03ª Região (MG)	574	51.750	52.324
04ª Região (RS)	382	66.886	67.268
05ª Região (BA)	859	41.806	42.665
06ª Região (PE)	1.369	60.405	61.774
07ª Região (CE)	120	7.436	7.556
08ª Região (PA/AP)	57	12.771	12.828
09ª Região (PR)	2.278	62.036	64.314
10ª Região (DF/TO)	48	4.474	4.522
11ª Região (AM/RR)	1.903	17.431	19.334
12ª Região (SC)	829	8.574	9.403
13ª Região (PB)	234	3.166	3.400
14ª Região (RO/AC)	nd	11.862	11.862
15ª Região (Campinas)	2.236	80.061	82.297
16ª Região (MA)	nd	12.460	12.460
17ª Região (ES)	127	13.039	13.166
18ª Região (GO)	86	2.954	3.040
19ª Região (AL)	60	nd	60
20ª Região (SE)	487	6.685	7.172
21ª Região (RN)	459	14.006	14.465
22ª Região (PI)	186	9.565	9.751
23ª Região (MT)	71	14.053	14.124
24ª Região (MS)	331	9.046	9.377
Justiça do Trabalho	13.984	824.205	838.189

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.22 - SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de sentenças em execução de títulos judiciais e extrajudiciais no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $SentEx1^\circ = SentExt1^\circ + SentJud1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $SentExt1^\circ = SentExtFisc1^\circ + SentExtNFisc1^\circ$
- **SentJud1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º grau:** Todas as sentenças em execução judicial proferidas no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável ExeJud1º - Execuções judiciais no 1º Grau.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.9. IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau

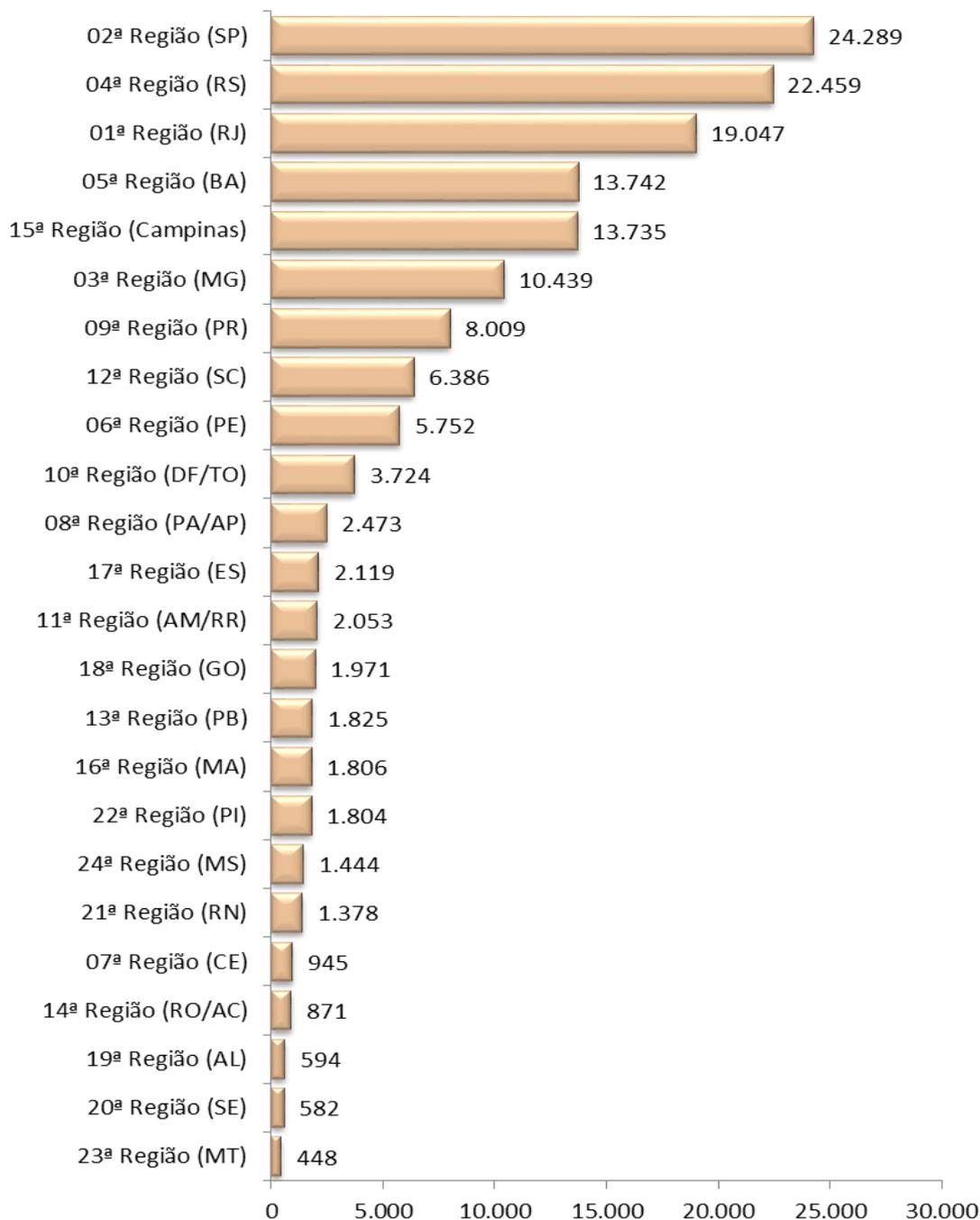
Tabela 2.23 - IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	IncExFisc1º - Incidentes de Execução Fiscal no 1º Grau	IncExNFisc1º - Incidentes de Execução no 1º Grau, exceto em execuções fiscais	IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau
01ª Região (RJ)	2	19.045	19.047
02ª Região (SP)	nd	24.289	24.289
03ª Região (MG)	8	10.431	10.439
04ª Região (RS)	0	22.459	22.459
05ª Região (BA)	0	13.742	13.742
06ª Região (PE)	2	5.750	5.752
07ª Região (CE)	945	nd	945
08ª Região (PA/AP)	48	2.425	2.473
09ª Região (PR)	100	7.909	8.009
10ª Região (DF/TO)	31	3.693	3.724
11ª Região (AM/RR)	0	2.053	2.053
12ª Região (SC)	94	6.292	6.386
13ª Região (PB)	2	1.823	1.825
14ª Região (RO/AC)	nd	871	871
15ª Região (Campinas)	8	13.727	13.735
16ª Região (MA)	nd	1.806	1.806
17ª Região (ES)	115	2.004	2.119
18ª Região (GO)	64	1.907	1.971
19ª Região (AL)	18	576	594
20ª Região (SE)	0	582	582
21ª Região (RN)	4	1.374	1.378
22ª Região (PI)	10	1.794	1.804
23ª Região (MT)	41	407	448
24ª Região (MS)	5	1.439	1.444
Justiça do Trabalho	1.497	146.398	147.895

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.23 - IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de incidentes de execução no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{IncEx1}^\circ = \text{IncExFisc1}^\circ + \text{IncExNFisc1}^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- IncExFisc1º - Incidentes de Execução Fiscal no 1º Grau: Os embargos à adjudicação e os embargos à arrematação, ambos em relação às execuções fiscais, opostos na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre).
- IncExNFisc1º - Incidentes de Execução no 1º Grau, exceto em execuções fiscais: Os embargos à execução de títulos judiciais, as impugnações ao cumprimento de sentença, os embargos à adjudicação e os embargos à arrematação opostos na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os incidentes em execuções fiscais.

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.10. IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau

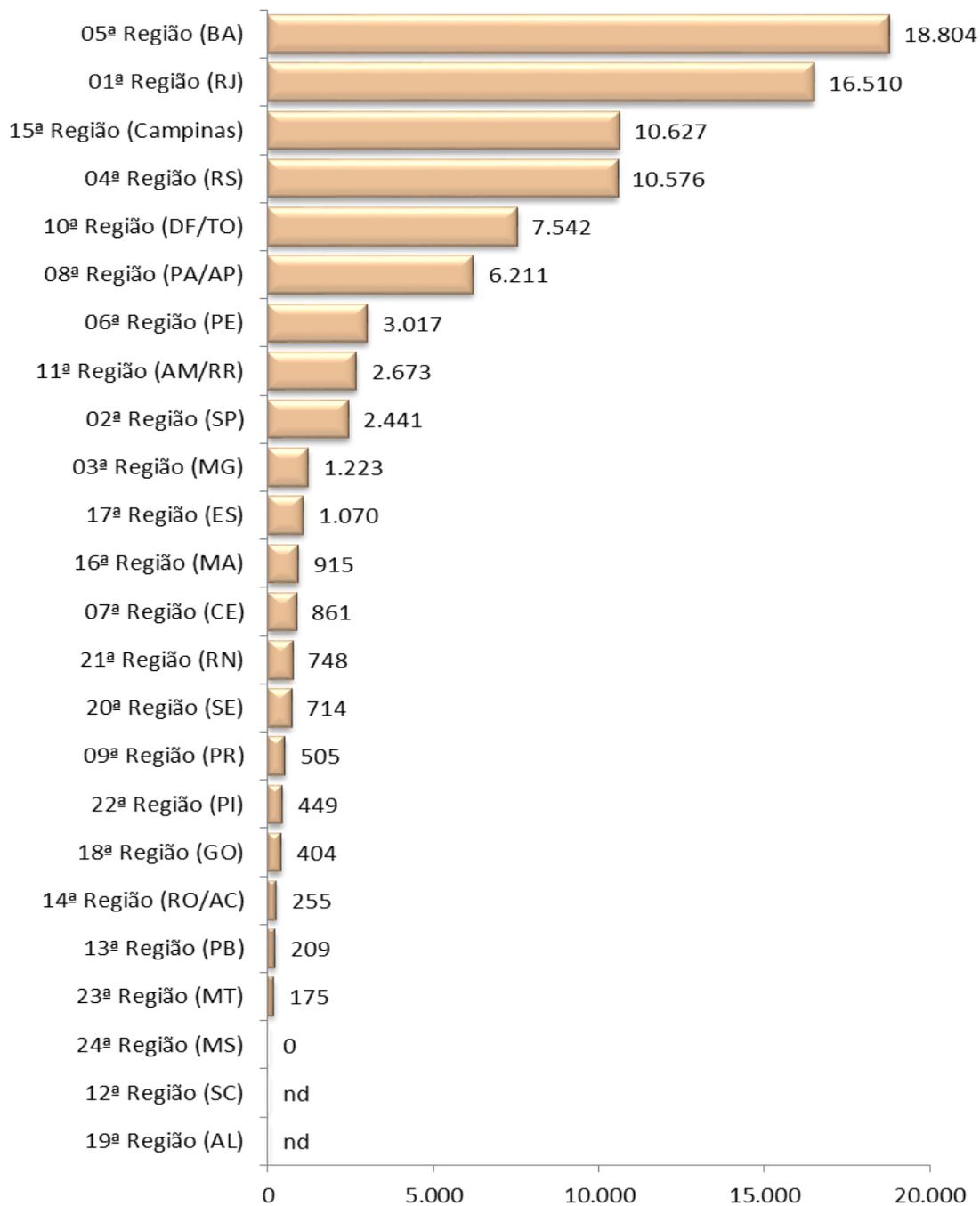
Tabela 2.24 - IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	IncExPFisc1º - Incidentes de Execução Fiscal Pendentes no 1º Grau	IncExPNFisc1º - Incidentes de Execução Pendentes no 1º Grau, exceto em execuções fiscais	IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau
01ª Região (RJ)	2	16.508	16.510
02ª Região (SP)	nd	2.441	2.441
03ª Região (MG)	1	1.222	1.223
04ª Região (RS)	3	10.573	10.576
05ª Região (BA)	2	18.802	18.804
06ª Região (PE)	0	3.017	3.017
07ª Região (CE)	861	nd	861
08ª Região (PA/AP)	49	6.162	6.211
09ª Região (PR)	10	495	505
10ª Região (DF/TO)	71	7.471	7.542
11ª Região (AM/RR)	1.944	729	2.673
12ª Região (SC)	nd	nd	nd
13ª Região (PB)	0	209	209
14ª Região (RO/AC)	nd	255	255
15ª Região (Campinas)	11	10.616	10.627
16ª Região (MA)	nd	915	915
17ª Região (ES)	233	837	1.070
18ª Região (GO)	18	386	404
19ª Região (AL)	nd	nd	nd
20ª Região (SE)	0	714	714
21ª Região (RN)	4	744	748
22ª Região (PI)	12	437	449
23ª Região (MT)	18	157	175
24ª Região (MS)	0	0	0
Justiça do Trabalho	3.239	82.690	85.929

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.24 - IncExp1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

IncExp1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de incidentes de execução pendentes no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{IncExp1}^\circ = \text{IncExpPFisc1}^\circ + \text{IncExpPNFisc1}^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- IncExpPFisc1º - Incidentes de Execução Fiscal Pendentes no 1º Grau: Saldo residual dos embargos à adjudicação e dos embargos à arrematação, ambos em relação às execuções fiscais, opostos na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre).
- IncExpPNFisc1º - Incidentes de Execução Pendentes no 1º Grau, exceto em execuções fiscais: Saldo residual dos embargos à execução de títulos judiciais, das impugnações ao cumprimento de sentença, dos embargos à adjudicação e dos embargos à arrematação opostos na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os incidentes em execuções fiscais.

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.11. ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau

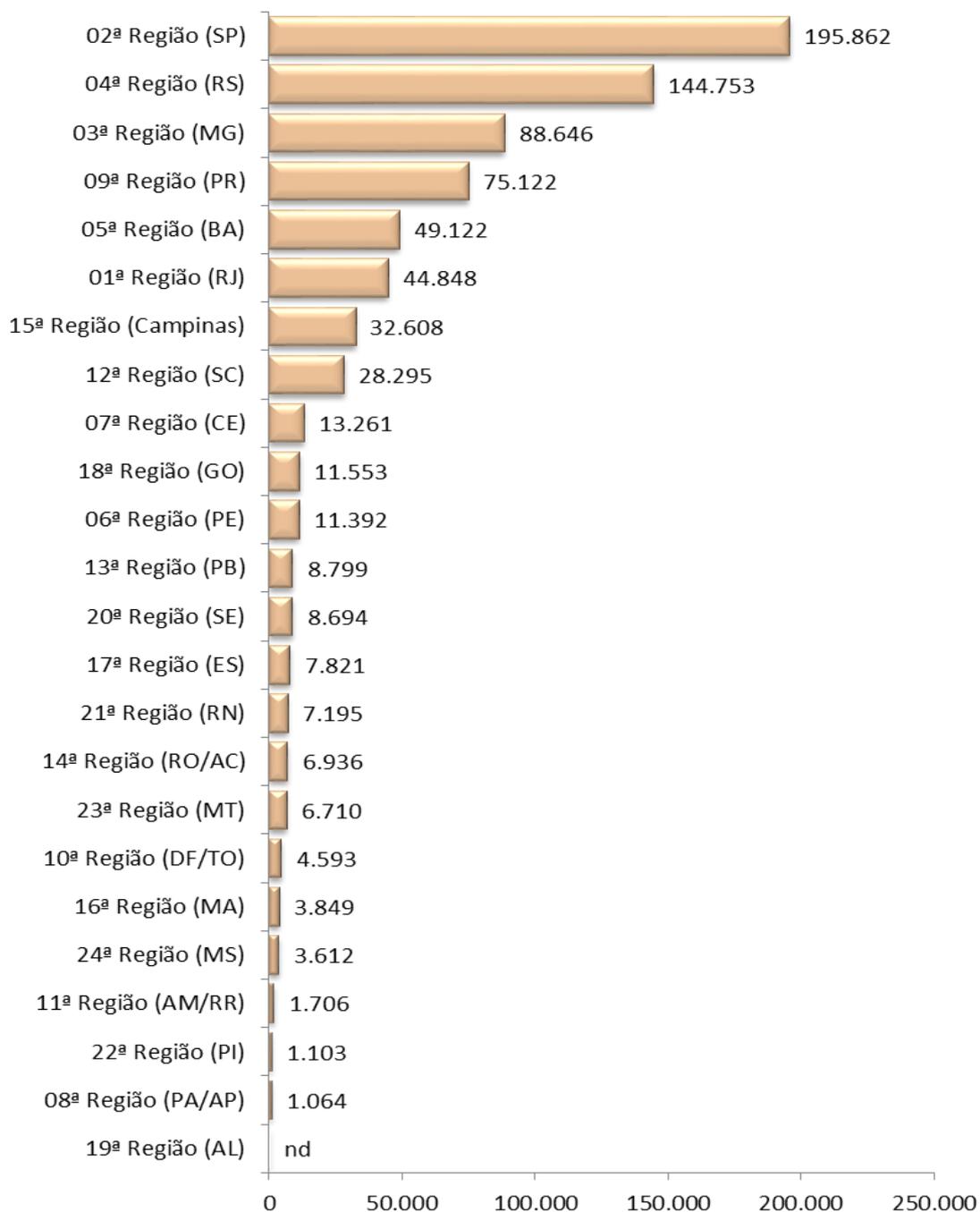
Tabela 2.25 - ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	ExeSuSFisc1º - Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	ExeSuSNfisc1º - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais	ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau
01ª Região (RJ)	1.571	43.277	44.848
02ª Região (SP)	nd	195.862	195.862
03ª Região (MG)	2.525	86.121	88.646
04ª Região (RS)	2.294	142.459	144.753
05ª Região (BA)	1.253	47.869	49.122
06ª Região (PE)	154	11.238	11.392
07ª Região (CE)	808	12.453	13.261
08ª Região (PA/AP)	9	1.055	1.064
09ª Região (PR)	4.289	70.833	75.122
10ª Região (DF/TO)	175	4.418	4.593
11ª Região (AM/RR)	0	1.706	1.706
12ª Região (SC)	2.450	25.845	28.295
13ª Região (PB)	1.247	7.552	8.799
14ª Região (RO/AC)	508	6.428	6.936
15ª Região (Campinas)	0	32.608	32.608
16ª Região (MA)	nd	3.849	3.849
17ª Região (ES)	2.962	4.859	7.821
18ª Região (GO)	2.771	8.782	11.553
19ª Região (AL)	nd	nd	nd
20ª Região (SE)	1.935	6.759	8.694
21ª Região (RN)	554	6.641	7.195
22ª Região (PI)	165	938	1.103
23ª Região (MT)	211	6.499	6.710
24ª Região (MS)	464	3.148	3.612
Justiça do Trabalho	26.345	731.199	757.544

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.25 - ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em arquivo provisório no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $ExeSuS1^\circ = ExeSuSFisc1^\circ + ExeSuSNFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ExeSuSFisc1º - Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório: Os processos de execução fiscal ingressados na Justiça do Trabalho de 1º Grau que se encontram sobrestados ou suspensos ou em arquivo provisório no final do período-base.
- ExeSuSNfisc1º - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais: Os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais ingressados na Justiça do Trabalho de 1º Grau que se encontram sobrestados ou suspensos ou em arquivo provisório no final do período-base (semestre). Excluem-se as execuções fiscais.

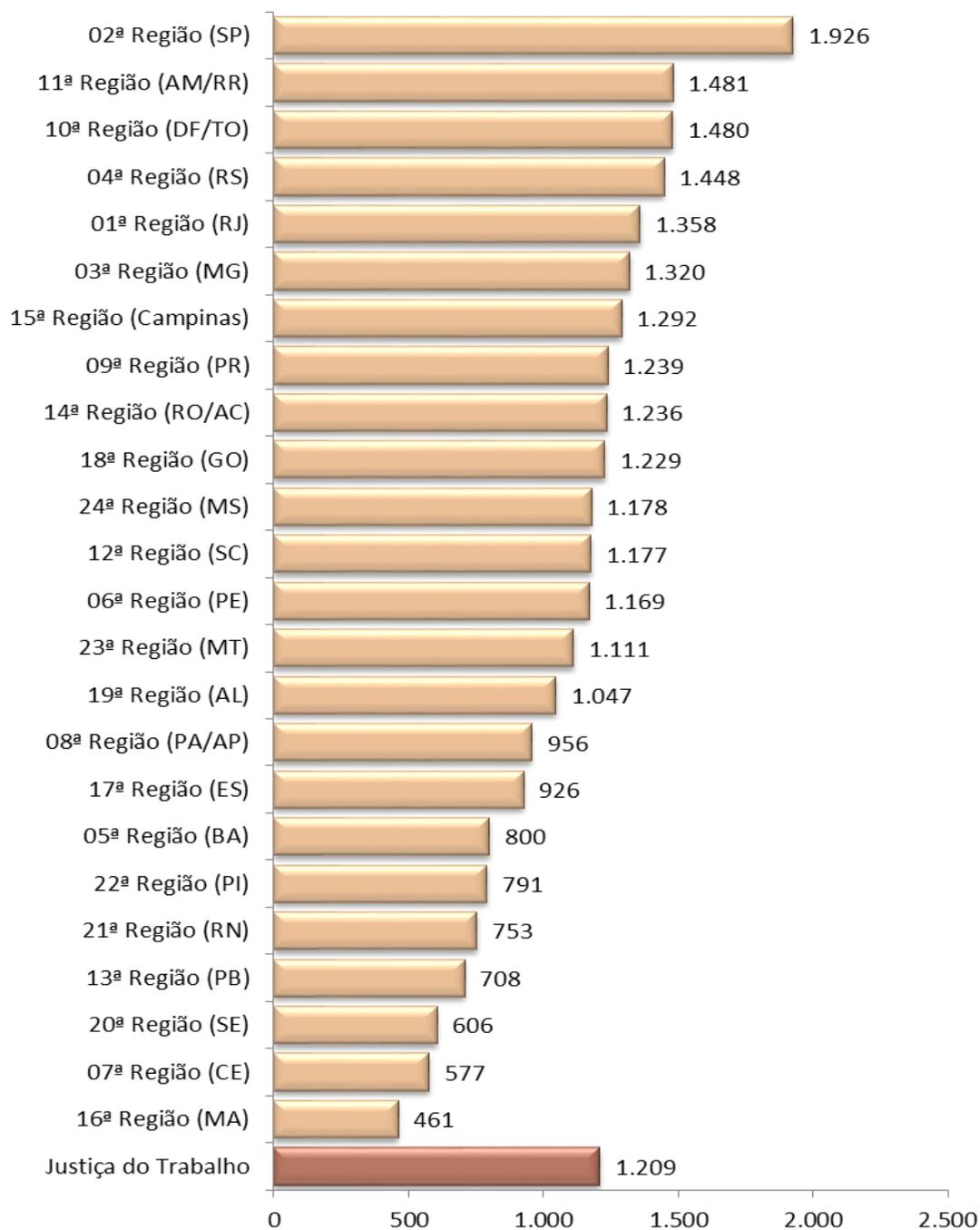
2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.12. Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau

Tabela 2.26 - Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau
01ª Região (RJ)	218.331	2.107	162	1.358
02ª Região (SP)	376.497	35.113	214	1.926
03ª Região (MG)	260.249	1.789	199	1.320
04ª Região (RS)	154.901	1.046	108	1.448
05ª Região (BA)	112.953	505	142	800
06ª Região (PE)	103.776	601	89	1.169
07ª Região (CE)	49.427	216	86	577
08ª Região (PA/AP)	80.270	661	85	956
09ª Região (PR)	125.496	5.515	106	1.239
10ª Região (DF/TO)	59.233	938	41	1.480
11ª Região (AM/RR)	58.996	1.135	41	1.481
12ª Região (SC)	74.155	954	64	1.177
13ª Região (PB)	26.956	63	38	708
14ª Região (RO/AC)	28.903	130	23	1.236
15ª Região (Campinas)	262.577	2.615	205	1.292
16ª Região (MA)	30.507	461	67	461
17ª Região (ES)	32.859	289	36	926
18ª Região (GO)	75.141	486	62	1.229
19ª Região (AL)	32.876	278	32	1.047
20ª Região (SE)	12.647	143	21	606
21ª Região (RN)	24.063	253	32	753
22ª Região (PI)	24.951	55	32	791
23ª Região (MT)	34.039	557	31	1.111
24ª Região (MS)	29.307	202	25	1.178
Justiça do Trabalho	2.289.110	56.112	1.939	1.209

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.26 - Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau



Glossário:

Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos na fase de conhecimento e de execução, que ingressaram no 1º Grau da Justiça do Trabalho para cada 100.000 habitantes da Região no período-base (semestre).

Fórmula: $Ch1^\circ = (CnC1^\circ + CnExt1^\circ) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

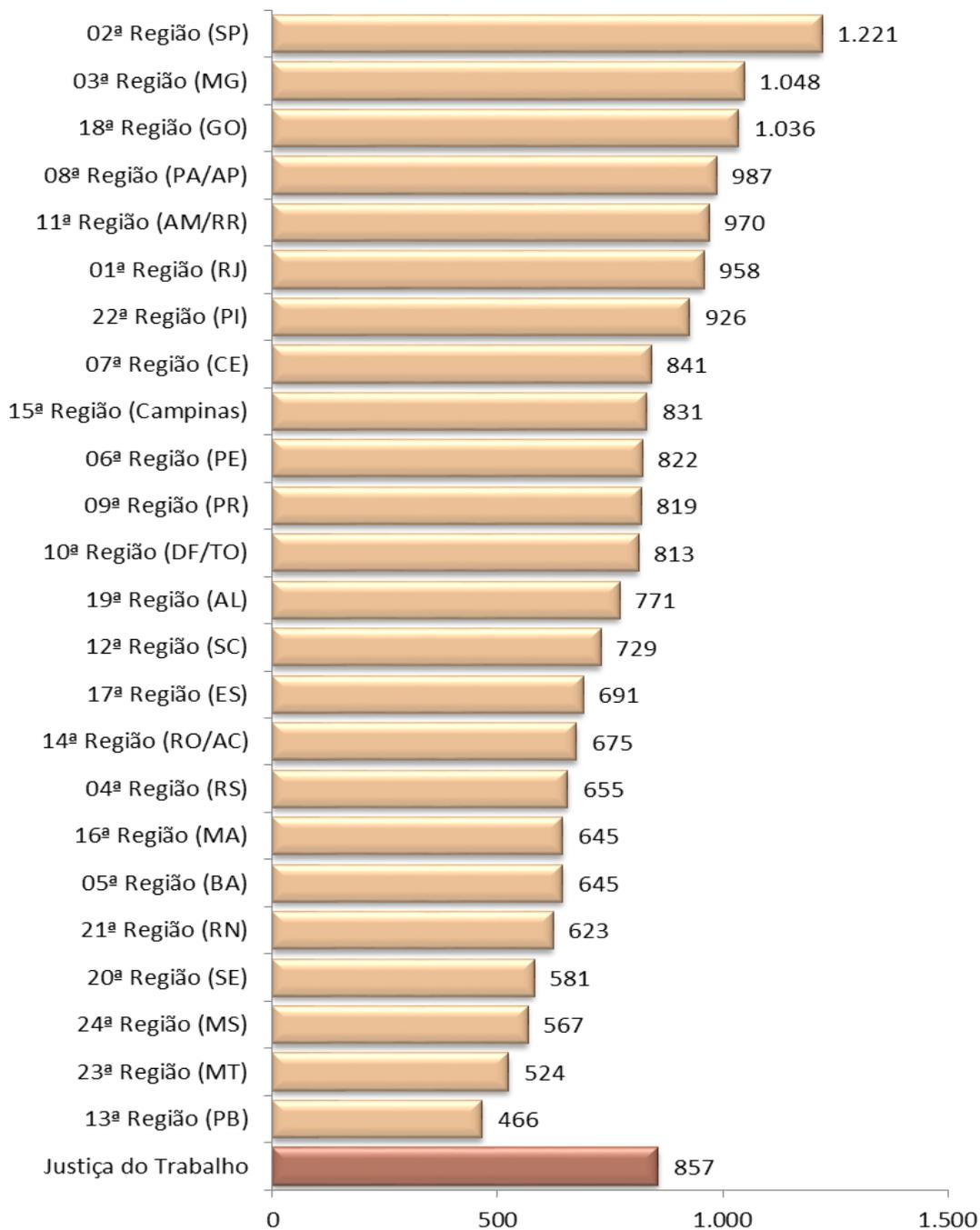
2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.13. Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau

Tabela 2.27 - Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau
01ª Região (RJ)	218.331	2.107	230	958
02ª Região (SP)	376.497	35.113	337	1.221
03ª Região (MG)	260.249	1.789	250	1.048
04ª Região (RS)	154.901	1.046	238	655
05ª Região (BA)	112.953	505	176	645
06ª Região (PE)	103.776	601	127	822
07ª Região (CE)	49.427	216	59	841
08ª Região (PA/AP)	80.270	661	82	987
09ª Região (PR)	125.496	5.515	160	819
10ª Região (DF/TO)	59.233	938	74	813
11ª Região (AM/RR)	58.996	1.135	62	970
12ª Região (SC)	74.155	954	103	729
13ª Região (PB)	26.956	63	58	466
14ª Região (RO/AC)	28.903	130	43	675
15ª Região (Campinas)	262.577	2.615	319	831
16ª Região (MA)	30.507	461	48	645
17ª Região (ES)	32.859	289	48	691
18ª Região (GO)	75.141	486	73	1.036
19ª Região (AL)	32.876	278	43	771
20ª Região (SE)	12.647	143	22	581
21ª Região (RN)	24.063	253	39	623
22ª Região (PI)	24.951	55	27	926
23ª Região (MT)	34.039	557	66	524
24ª Região (MS)	29.307	202	52	567
Justiça do Trabalho	2.289.110	56.112	2.736	857

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.27 - Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau



Glossário:

Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos, na fase de conhecimento e de execução, que ingressaram ou foram protocolizados no 1º Grau para cada magistrado da Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $Cm1^\circ = (CnC1^\circ + CnExt1^\circ) / Mag1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$
- $Mag1^\circ = MagP1^\circ - MagAj1^\circ$

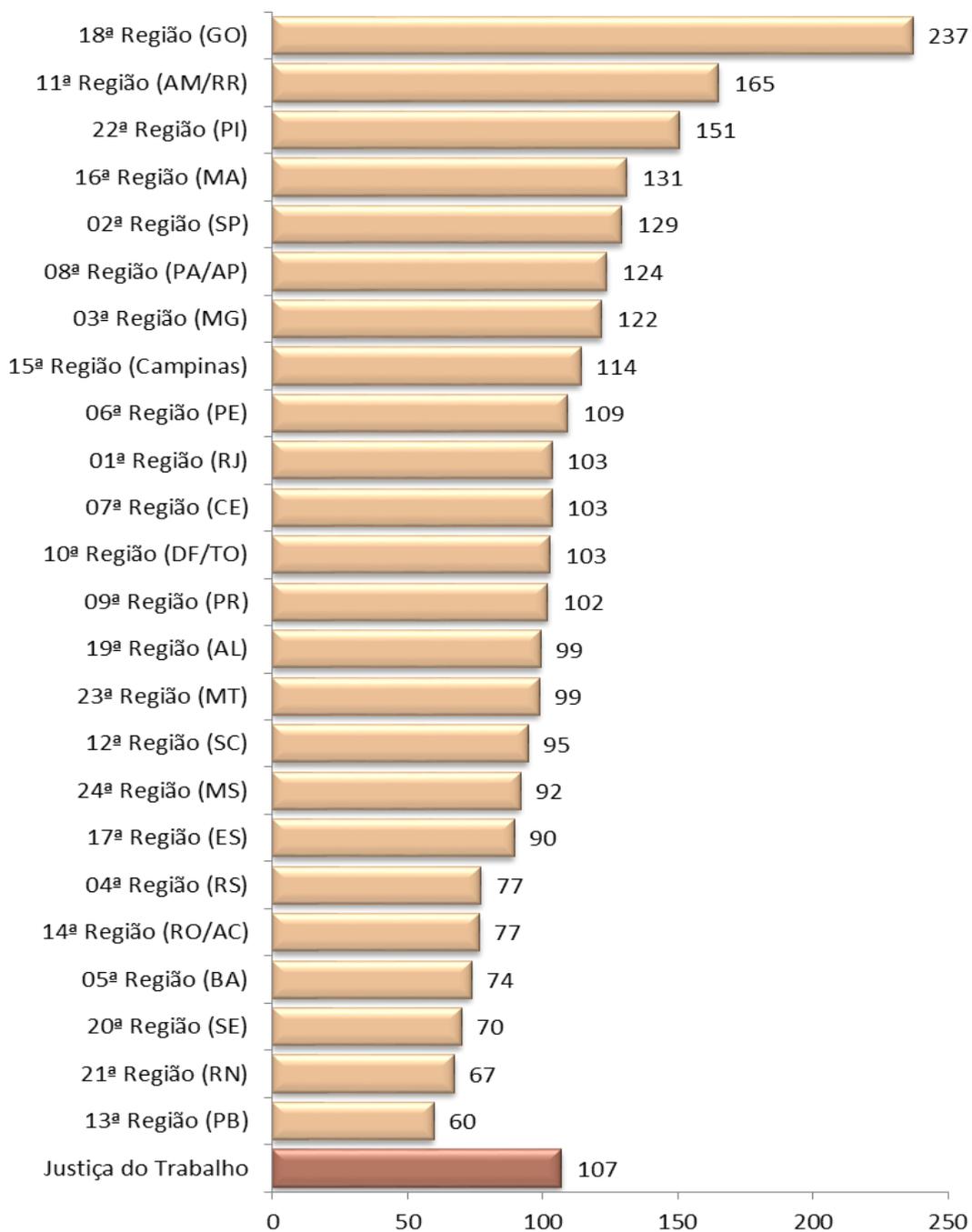
2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.14. Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau

Tabela 2.28 - Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	SaJud1º - Número de Servidores da Área Judiciária no 1º Grau	Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau
01ª Região (RJ)	218.331	2.107	2.131	103
02ª Região (SP)	376.497	35.113	3.182	129
03ª Região (MG)	260.249	1.789	2.152	122
04ª Região (RS)	154.901	1.046	2.019	77
05ª Região (BA)	112.953	505	1.538	74
06ª Região (PE)	103.776	601	956	109
07ª Região (CE)	49.427	216	480	103
08ª Região (PA/AP)	80.270	661	654	124
09ª Região (PR)	125.496	5.515	1.286	102
10ª Região (DF/TO)	59.233	938	586	103
11ª Região (AM/RR)	58.996	1.135	364	165
12ª Região (SC)	74.155	954	793	95
13ª Região (PB)	26.956	63	452	60
14ª Região (RO/AC)	28.903	130	379	77
15ª Região (Campinas)	262.577	2.615	2.321	114
16ª Região (MA)	30.507	461	236	131
17ª Região (ES)	32.859	289	370	90
18ª Região (GO)	75.141	486	319	237
19ª Região (AL)	32.876	278	334	99
20ª Região (SE)	12.647	143	183	70
21ª Região (RN)	24.063	253	361	67
22ª Região (PI)	24.951	55	166	151
23ª Região (MT)	34.039	557	350	99
24ª Região (MS)	29.307	202	321	92
Justiça do Trabalho	2.289.110	56.112	21.933	107

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.28 - Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau



Glossário:

Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau, por servidor lotado na área judiciária da Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $Cs1^\circ = (CnC1^\circ + CnExt1^\circ) / SaJud1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$
- SaJud1º - Número de Servidores da Área Judiciária no 1º Grau: Número total de servidores lotados na área judiciária no 1º grau da Justiça do Trabalho, e que estão em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.

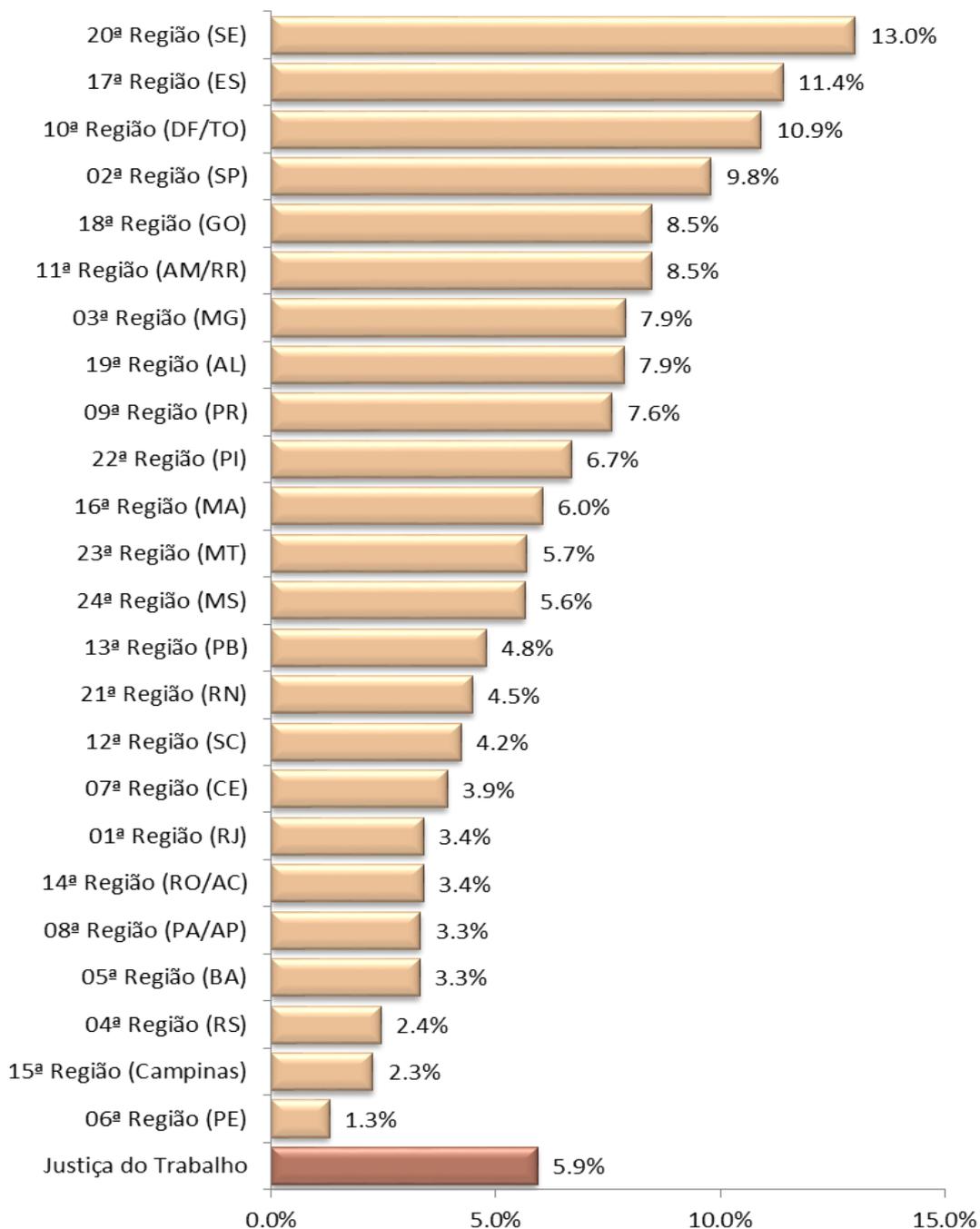
2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.15. PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau

Tabela 2.29 - PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau
01ª Região (RJ)	1.747	4.238	51.985	124.226	3,4%
02ª Região (SP)	35.113	22.823	264.045	327.482	9,8%
03ª Região (MG)	1.521	10.663	60.928	93.673	7,9%
04ª Região (RS)	548	3.711	54.639	120.134	2,4%
05ª Região (BA)	426	5.055	38.728	127.507	3,3%
06ª Região (PE)	345	1.450	71.287	67.481	1,3%
07ª Região (CE)	210	2.423	15.569	51.660	3,9%
08ª Região (PA/AP)	586	821	18.120	24.259	3,3%
09ª Região (PR)	4.857	12.057	72.803	150.048	7,6%
10ª Região (DF/TO)	348	9.617	18.622	72.716	10,9%
11ª Região (AM/RR)	1.129	1.944	17.000	19.296	8,5%
12ª Região (SC)	366	3.516	22.459	69.316	4,2%
13ª Região (PB)	8	1.662	16.078	18.841	4,8%
14ª Região (RO/AC)	130	938	12.182	19.383	3,4%
15ª Região (Campinas)	1.900	6.749	94.772	288.550	2,3%
16ª Região (MA)	457	2.278	9.808	35.487	6,0%
17ª Região (ES)	244	4.608	11.510	31.059	11,4%
18ª Região (GO)	449	5.009	23.627	40.776	8,5%
19ª Região (AL)	267	2.954	6.376	34.586	7,9%
20ª Região (SE)	132	3.135	3.791	21.319	13,0%
21ª Região (RN)	220	3.254	8.559	68.906	4,5%
22ª Região (PI)	48	1.651	6.196	19.219	6,7%
23ª Região (MT)	514	1.747	14.140	25.587	5,7%
24ª Região (MS)	150	1.321	7.202	18.869	5,6%
Justiça do Trabalho	51.715	113.624	920.426	1.870.380	5,9%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.29 - PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau



Glossário:

PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos de execução fiscal (em tramitação) em relação ao total de processos de execução (em tramitação) na Justiça do Trabalho de 1º grau no período-base (semestre).

Fórmula: $PExtFisc1º = ((CnExtFisc1º + CPExtFisc1º) / (CnEx1º + CpEx1º)) \times 100$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau: As execuções fiscais que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).
- CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau: Saldo residual de processos de execução fiscal (inclusive os recebidos da Justiça Comum) que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)
- $CnEx1º = CnExt1º + ExeJud1º$
- $CpEx1º = CpExt1º + ExeJudP1º$

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.16. PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

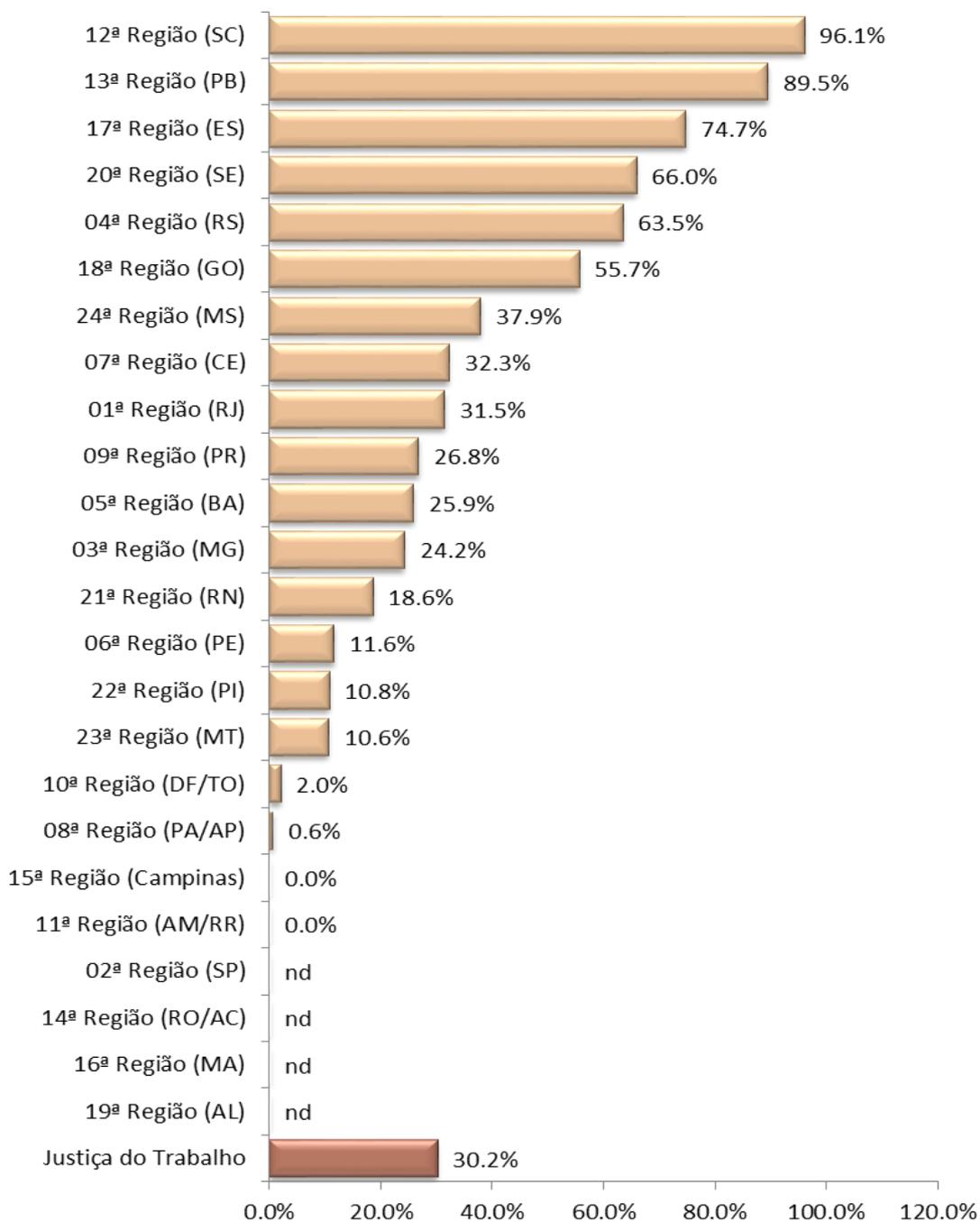
Tabela 2.30 - PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

Tribunal Regional do Trabalho	ExeSuSFisc1º - Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	TBaixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau
01ª Região (RJ)	1.571	1.747	4.238	995	31,5%
02ª Região (SP)	nd	35.113	22.823	36.838	nd
03ª Região (MG)	2.525	1.521	10.663	1.764	24,2%
04ª Região (RS)	2.294	548	3.711	644	63,5%
05ª Região (BA)	1.253	426	5.055	648	25,9%
06ª Região (PE)	154	345	1.450	464	11,6%
07ª Região (CE)	808	210	2.423	129	32,3%
08ª Região (PA/AP)	9	586	821	0	0,6%
09ª Região (PR)	4.289	4.857	12.057	883	26,8%
10ª Região (DF/TO)	175	348	9.617	1.351	2,0%
11ª Região (AM/RR)	0	1.129	1.944	1.903	0,0%
12ª Região (SC)	2.450	366	3.516	1.332	96,1%
13ª Região (PB)	1.247	8	1.662	277	89,5%
14ª Região (RO/AC)	508	130	938	nd	nd
15ª Região (Campinas)	0	1.900	6.749	1.640	0,0%
16ª Região (MA)	nd	457	2.278	352	nd
17ª Região (ES)	2.962	244	4.608	889	74,7%
18ª Região (GO)	2.771	449	5.009	479	55,7%
19ª Região (AL)	nd	267	2.954	43	nd
20ª Região (SE)	1.935	132	3.135	334	66,0%
21ª Região (RN)	554	220	3.254	497	18,6%
22ª Região (PI)	165	48	1.651	172	10,8%
23ª Região (MT)	211	514	1.747	271	10,6%
24ª Região (MS)	464	150	1.321	248	37,9%
Justiça do Trabalho	26.345	51.715	113.624	52.153	30,2%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.30 - PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos de execução fiscal que se encontram suspensos ou sobrestados ou em arquivo provisório em relação ao total de processos de execução fiscal no final do período-base (semestre).

Fórmula: $PexSFisc1º = (ExeSuSFisc1º / (CnExtFisc1º + CpExtFisc1º - TBaixExtFisc1º)) \times 100$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ExeSuSFisc1º - Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório: Os processos de execução fiscal ingressados na Justiça do Trabalho de 1º Grau que se encontram sobrestados ou suspensos ou em arquivo provisório no final do período-base.
- CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau: As execuções fiscais que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).
- CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau: Saldo residual de processos de execução fiscal (inclusive os recebidos da Justiça Comum) que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)
- TBaixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau: Os processos de execuções fiscais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.17. PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

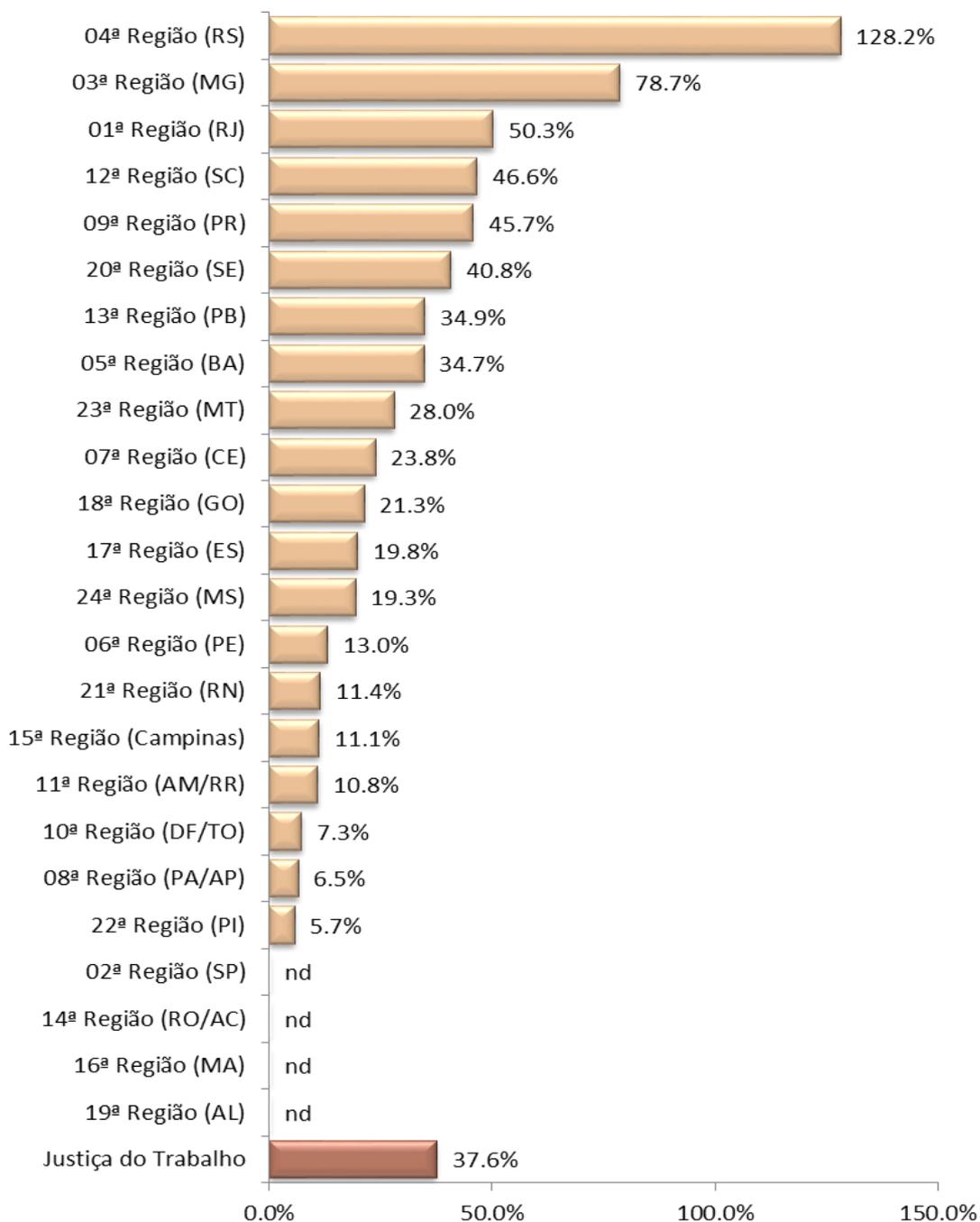
Tabela 2.31 - PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

Tribunal Regional do Trabalho	ExeSuSNfisc1º - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais	Total de casos novos no 1º grau com exceção das execuções fiscais.	Total de casos pendentes no 1º grau com exceção das execuções fiscais.	Total de processos baixados no 1º grau com exceção das execuções fiscais.	PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau
01ª Região (RJ)	43.277	50.238	119.988	84.104	50,3%
02ª Região (SP)	195.862	nd	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	86.121	59.407	83.010	32.985	78,7%
04ª Região (RS)	142.459	54.091	116.423	59.426	128,2%
05ª Região (BA)	47.869	38.302	122.452	22.907	34,7%
06ª Região (PE)	11.238	70.942	66.031	50.400	13,0%
07ª Região (CE)	12.453	15.359	49.237	12.287	23,8%
08ª Região (PA/AP)	1.055	17.534	23.438	24.739	6,5%
09ª Região (PR)	70.833	67.946	137.991	50.782	45,7%
10ª Região (DF/TO)	4.418	18.274	63.099	20.608	7,3%
11ª Região (AM/RR)	1.706	15.871	17.352	17.431	10,8%
12ª Região (SC)	25.845	22.093	65.800	32.393	46,6%
13ª Região (PB)	7.552	16.070	17.179	11.604	34,9%
14ª Região (RO/AC)	6.428	nd	nd	nd	nd
15ª Região (Campinas)	32.608	92.872	281.801	82.041	11,1%
16ª Região (MA)	3.849	9.351	nd	nd	nd
17ª Região (ES)	4.859	11.266	26.451	13.130	19,8%
18ª Região (GO)	8.782	23.178	35.767	17.644	21,3%
19ª Região (AL)	nd	6.109	31.632	7.514	nd
20ª Região (SE)	6.759	3.659	18.184	5.265	40,8%
21ª Região (RN)	6.641	8.339	65.652	15.759	11,4%
22ª Região (PI)	938	6.148	17.568	7.204	5,7%
23ª Região (MT)	6.499	13.626	23.840	14.247	28,0%
24ª Região (MS)	3.148	7.052	17.548	8.317	19,3%
Justiça do Trabalho	731.199	627.727	1.400.443	590.787	37,6%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.31 - PEXS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos de execução que se encontram suspensos ou sobrestados ou em arquivo provisório em relação ao total de processos de execução no final período-base (semestre). Não são consideradas as execuções fiscais.

Fórmula: $PexS1º = (ExeSuSNFisc1º / (CnExtNFisc1º + ExeJud1º + CpExtNFisc1º + ExeJudP1º - TbaixExtNFisc1º - TbaixJud1º)) \times 100$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ExeSuSNfisc1º - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais: Os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais ingressados na Justiça do Trabalho de 1º Grau que se encontram sobrestados ou suspensos ou em arquivo provisório no final do período-base (semestre). Excluem-se as execuções fiscais.

- $TcJud1º = 1 - TbaixJud1º / (ExeJud1º + ExeJudP1º)$

- $TcJud1º = 1 - TbaixJud1º / (ExeJud1º + ExeJudP1º)$

- $TcJud1º = 1 - TbaixJud1º / (ExeJud1º + ExeJudP1º)$

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.18. KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

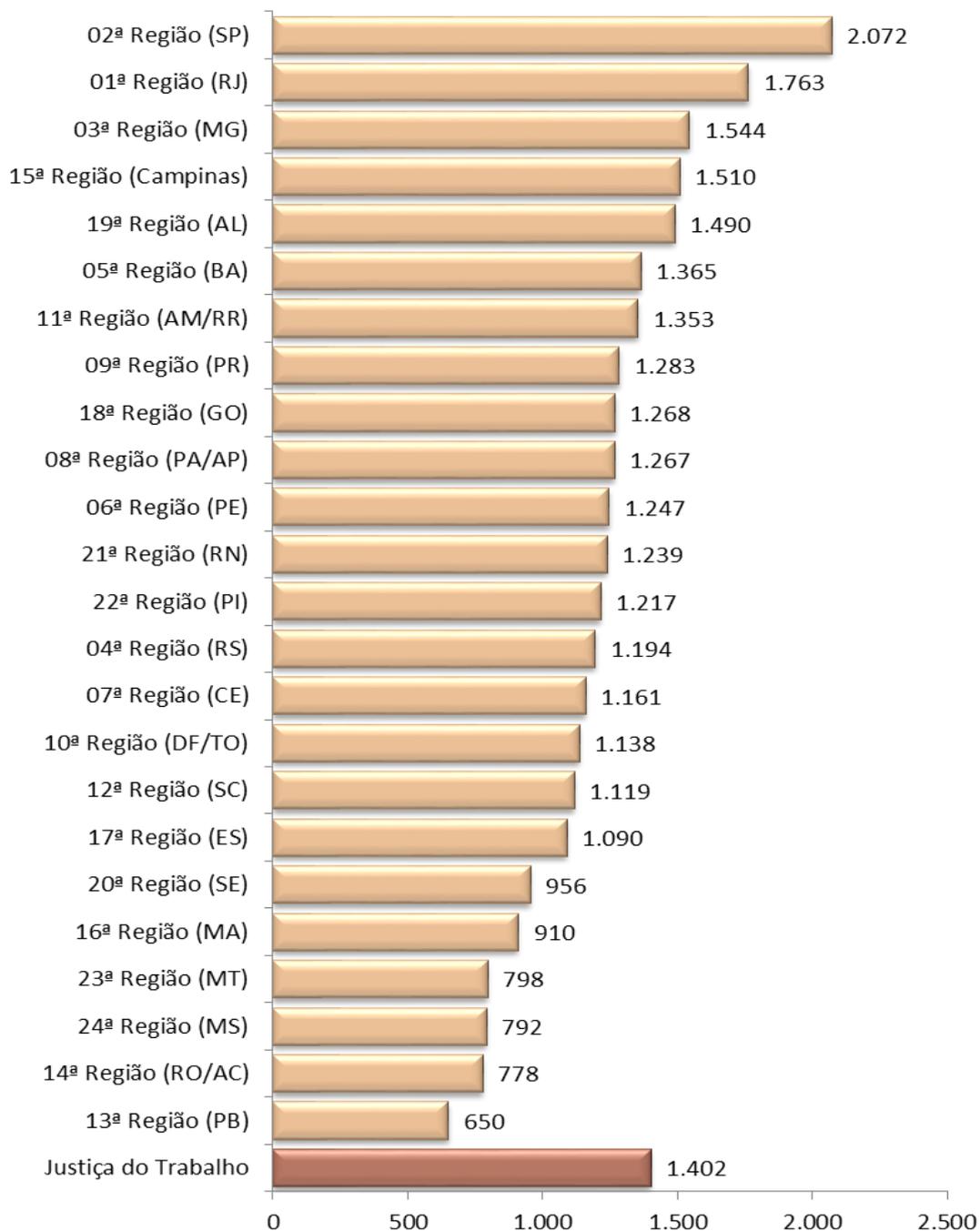
Tabela 2.32 - KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento em 1º Grau	RIntC1º - Recursos Internos da Fase de Conhecimento no 1º Grau	RIntCP1º - Recursos Internos Pendentes da Fase de Conhecimento no 1º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau
01ª Região (RJ)	218.331	133.740	39.653	13.858	230	1.763
02ª Região (SP)	376.497	258.543	59.418	3.820	337	2.072
03ª Região (MG)	260.249	93.924	30.577	1.195	250	1.544
04ª Região (RS)	154.901	85.306	32.565	11.484	238	1.194
05ª Região (BA)	112.953	83.222	24.323	19.736	176	1.365
06ª Região (PE)	103.776	39.868	11.647	3.137	127	1.247
07ª Região (CE)	49.427	15.934	2.207	950	59	1.161
08ª Região (PA/AP)	80.270	13.448	3.958	6.191	82	1.267
09ª Região (PR)	125.496	60.919	18.601	309	160	1.283
10ª Região (DF/TO)	59.233	16.831	7.350	762	74	1.138
11ª Região (AM/RR)	58.996	21.790	2.491	635	62	1.353
12ª Região (SC)	74.155	31.901	8.133	1.037	103	1.119
13ª Região (PB)	26.956	7.829	2.775	147	58	650
14ª Região (RO/AC)	28.903	3.465	1.023	61	43	778
15ª Região (Campinas)	262.577	186.439	27.278	5.543	319	1.510
16ª Região (MA)	30.507	10.928	1.919	326	48	910
17ª Região (ES)	32.859	12.238	5.903	1.340	48	1.090
18ª Região (GO)	75.141	12.133	5.024	302	73	1.268
19ª Região (AL)	32.876	28.493	2.700	nd	43	1.490
20ª Região (SE)	12.647	5.363	2.512	513	22	956
21ª Região (RN)	24.063	21.033	3.054	155	39	1.239
22ª Região (PI)	24.951	5.636	1.727	551	27	1.217
23ª Região (MT)	34.039	12.337	2.614	3.673	66	798
24ª Região (MS)	29.307	9.211	2.647	0	52	792
Justiça do Trabalho	2.289.110	1.170.531	300.099	75.725	2.736	1.402

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.32 - KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho na fase de conhecimento dos Magistrados de 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $KC1º = (CnC1º + CpC1º + RIntC1º + RIntCP1º) / Mag1º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento em 1º Grau: Saldo residual de processos de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial, e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações à sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração); as cartas precatórias de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- RIntC1º - Recursos Internos da Fase de Conhecimento no 1º Grau: Os embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau, no período-base (semestre).
- RIntCP1º - Recursos Internos Pendentes da Fase de Conhecimento no 1º Grau: Saldo residual de embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau opostos até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram decididos até o final do período anterior ao período-base (semestre).
- $Mag1º = MagP1º - MagAj1º$

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.19. KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

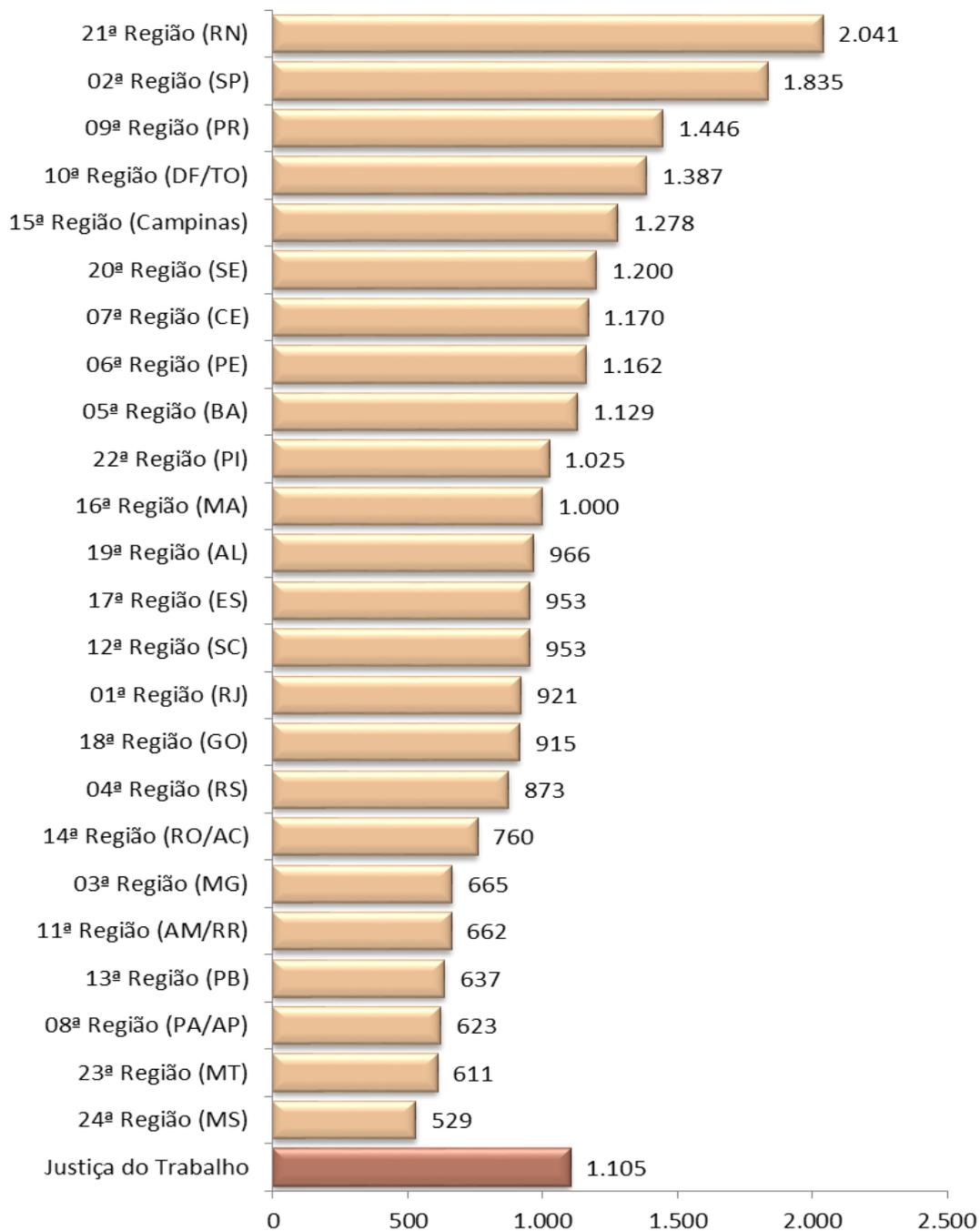
Tabela 2.33 - KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau	IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau
01ª Região (RJ)	51.985	124.226	19.047	16.510	230	921
02ª Região (SP)	264.045	327.482	24.289	2.441	337	1.835
03ª Região (MG)	60.928	93.673	10.439	1.223	250	665
04ª Região (RS)	54.639	120.134	22.459	10.576	238	873
05ª Região (BA)	38.728	127.507	13.742	18.804	176	1.129
06ª Região (PE)	71.287	67.481	5.752	3.017	127	1.162
07ª Região (CE)	15.569	51.660	945	861	59	1.170
08ª Região (PA/AP)	18.120	24.259	2.473	6.211	82	623
09ª Região (PR)	72.803	150.048	8.009	505	160	1.446
10ª Região (DF/TO)	18.622	72.716	3.724	7.542	74	1.387
11ª Região (AM/RR)	17.000	19.296	2.053	2.673	62	662
12ª Região (SC)	22.459	69.316	6.386	nd	103	953
13ª Região (PB)	16.078	18.841	1.825	209	58	637
14ª Região (RO/AC)	12.182	19.383	871	255	43	760
15ª Região (Campinas)	94.772	288.550	13.735	10.627	319	1.278
16ª Região (MA)	9.808	35.487	1.806	915	48	1.000
17ª Região (ES)	11.510	31.059	2.119	1.070	48	953
18ª Região (GO)	23.627	40.776	1.971	404	73	915
19ª Região (AL)	6.376	34.586	594	nd	43	966
20ª Região (SE)	3.791	21.319	582	714	22	1.200
21ª Região (RN)	8.559	68.906	1.378	748	39	2.041
22ª Região (PI)	6.196	19.219	1.804	449	27	1.025
23ª Região (MT)	14.140	25.587	448	175	66	611
24ª Região (MS)	7.202	18.869	1.444	0	52	529
Justiça do Trabalho	920.426	1.870.380	147.895	85.929	2.736	1.105

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.33 - KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho na fase de execução dos Magistrados de 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $KEx1º = (CnEx1º + CpEx1º + IncEx1º + IncExP1º) / Mag1º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CnEx1º = CnExt1º + ExeJud1º$
- $CpEx1º = CpExt1º + ExeJudP1º$
- $IncEx1º = IncExFisc1º + IncExNFisc1º$
- $IncExP1º = IncExPFisc1º + IncExPNFisc1º$
- $Mag1º = MagP1º - MagAj1º$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

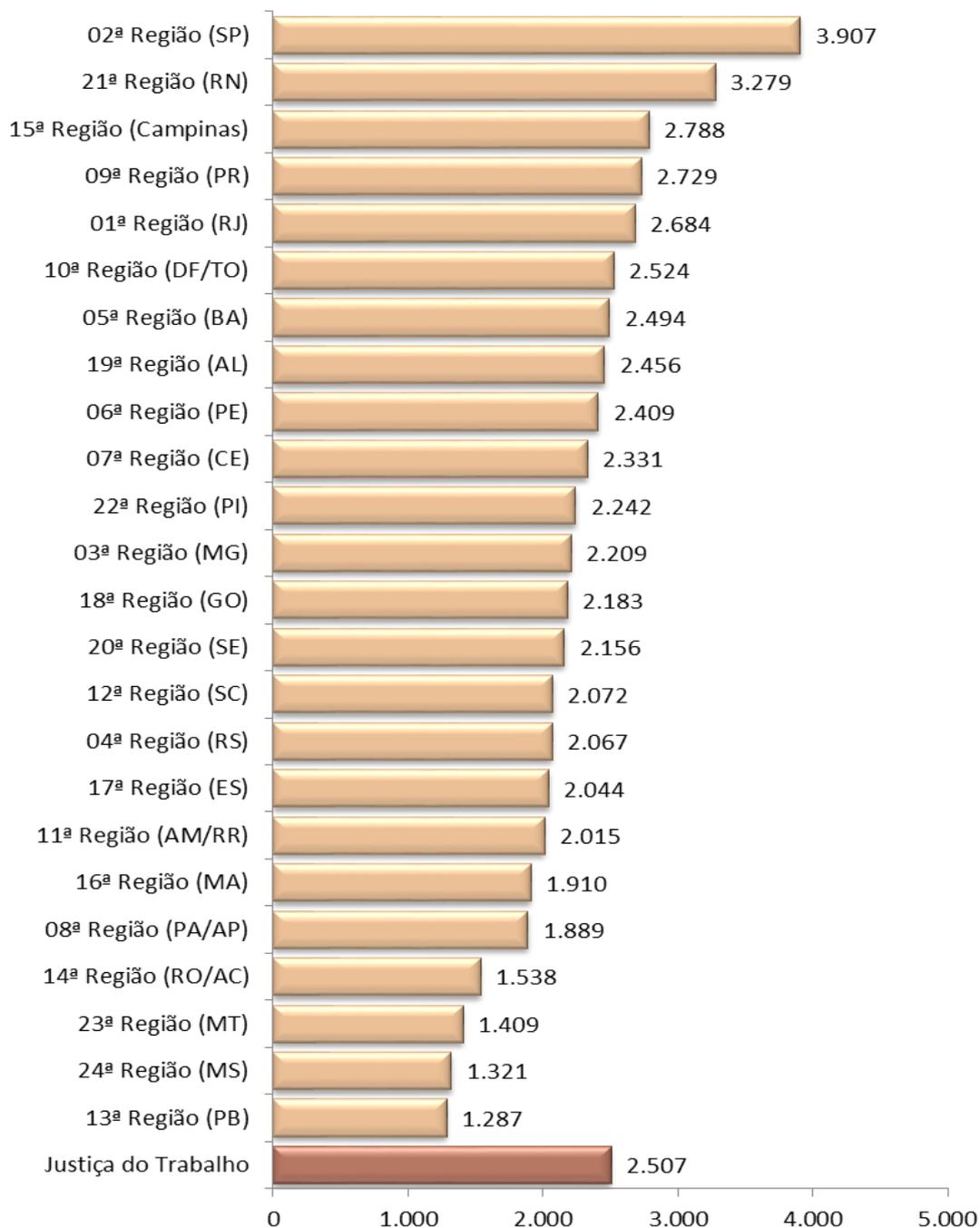
2.2.20. K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau

Tabela 2.34 - K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau	KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau	K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau
01ª Região (RJ)	1.763	921	2.684
02ª Região (SP)	2.072	1.835	3.907
03ª Região (MG)	1.544	665	2.209
04ª Região (RS)	1.194	873	2.067
05ª Região (BA)	1.365	1.129	2.494
06ª Região (PE)	1.247	1.162	2.409
07ª Região (CE)	1.161	1.170	2.331
08ª Região (PA/AP)	1.267	623	1.889
09ª Região (PR)	1.283	1.446	2.729
10ª Região (DF/TO)	1.138	1.387	2.524
11ª Região (AM/RR)	1.353	662	2.015
12ª Região (SC)	1.119	953	2.072
13ª Região (PB)	650	637	1.287
14ª Região (RO/AC)	778	760	1.538
15ª Região (Campinas)	1.510	1.278	2.788
16ª Região (MA)	910	1.000	1.910
17ª Região (ES)	1.090	953	2.044
18ª Região (GO)	1.268	915	2.183
19ª Região (AL)	1.490	966	2.456
20ª Região (SE)	956	1.200	2.156
21ª Região (RN)	1.239	2.041	3.279
22ª Região (PI)	1.217	1.025	2.242
23ª Região (MT)	798	611	1.409
24ª Região (MS)	792	529	1.321
Justiça do Trabalho	1.402	1.105	2.507

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.34 - K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau



Glossário:

K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos magistrados no 1º Grau.

Fórmula: $K1 = KC1 + KEx1$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $KC1^{\circ} = (CnC1^{\circ} + CpC1^{\circ} + RIntC1^{\circ} + RIntCP1^{\circ}) / Mag1^{\circ}$
- $KEx1^{\circ} = (CnEx1^{\circ} + CpEx1^{\circ} + IncEx1^{\circ} + IncExP1^{\circ}) / Mag1^{\circ}$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.21. TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau

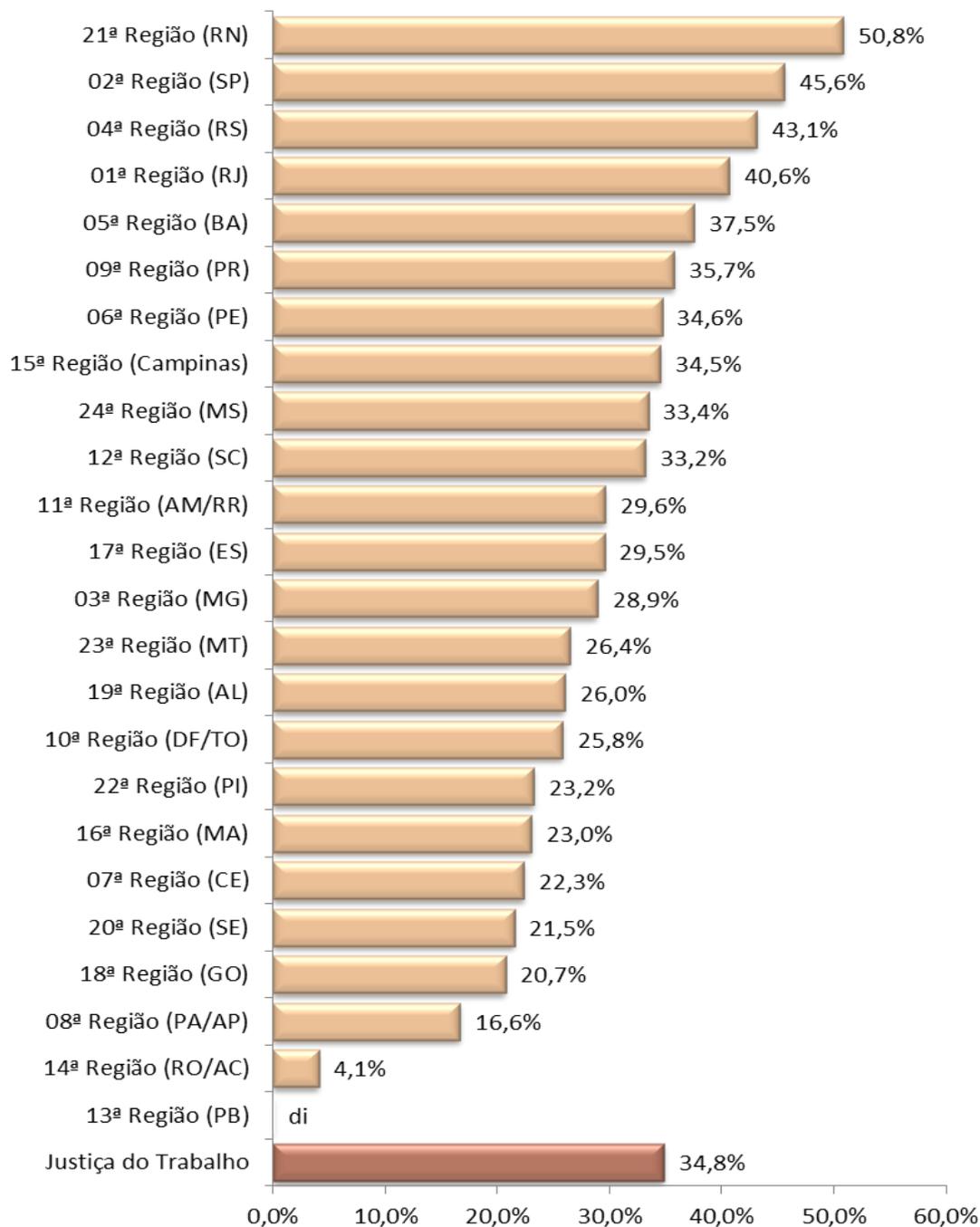
Tabela 2.35 - TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaixC1º - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento em 1º Grau	TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau
01ª Região (RJ)	208.980	218.331	133.740	40,6%
02ª Região (SP)	345.703	376.497	258.543	45,6%
03ª Região (MG)	251.903	260.249	93.924	28,9%
04ª Região (RS)	136.633	154.901	85.306	43,1%
05ª Região (BA)	122.669	112.953	83.222	37,5%
06ª Região (PE)	93.892	103.776	39.868	34,6%
07ª Região (CE)	50.764	49.427	15.934	22,3%
08ª Região (PA/AP)	78.120	80.270	13.448	16,6%
09ª Região (PR)	119.868	125.496	60.919	35,7%
10ª Região (DF/TO)	56.473	59.233	16.831	25,8%
11ª Região (AM/RR)	56.887	58.996	21.790	29,6%
12ª Região (SC)	70.888	74.155	31.901	33,2%
13ª Região (PB)	39.154	26.956	7.829	-13%(*)
14ª Região (RO/AC)	31.057	28.903	3.465	4,1%
15ª Região (Campinas)	294.131	262.577	186.439	34,5%
16ª Região (MA)	31.901	30.507	10.928	23,0%
17ª Região (ES)	31.778	32.859	12.238	29,5%
18ª Região (GO)	69.206	75.141	12.133	20,7%
19ª Região (AL)	45.436	32.876	28.493	26,0%
20ª Região (SE)	14.143	12.647	5.363	21,5%
21ª Região (RN)	22.195	24.063	21.033	50,8%
22ª Região (PI)	23.487	24.951	5.636	23,2%
23ª Região (MT)	34.126	34.039	12.337	26,4%
24ª Região (MS)	25.643	29.307	9.211	33,4%
Justiça do Trabalho	2.255.037	2.289.110	1.170.531	34,8%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Dado inconsistente (di): Valor apresentado não pode ser superior a 100%.

Gráfico 2.35 - TCC1^o - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau



Glossário:

TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento na fase de conhecimento no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $TCC1^\circ = 1 - (TBaixC1^\circ / (CnC1^\circ + CpC1^\circ))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **TBaixC1º** - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnC1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau.
- **CnC1º** - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- **CpC1º** - Casos Pendentes de Conhecimento em 1º Grau: Saldo residual de processos de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial, e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações à sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração); as cartas precatórias de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

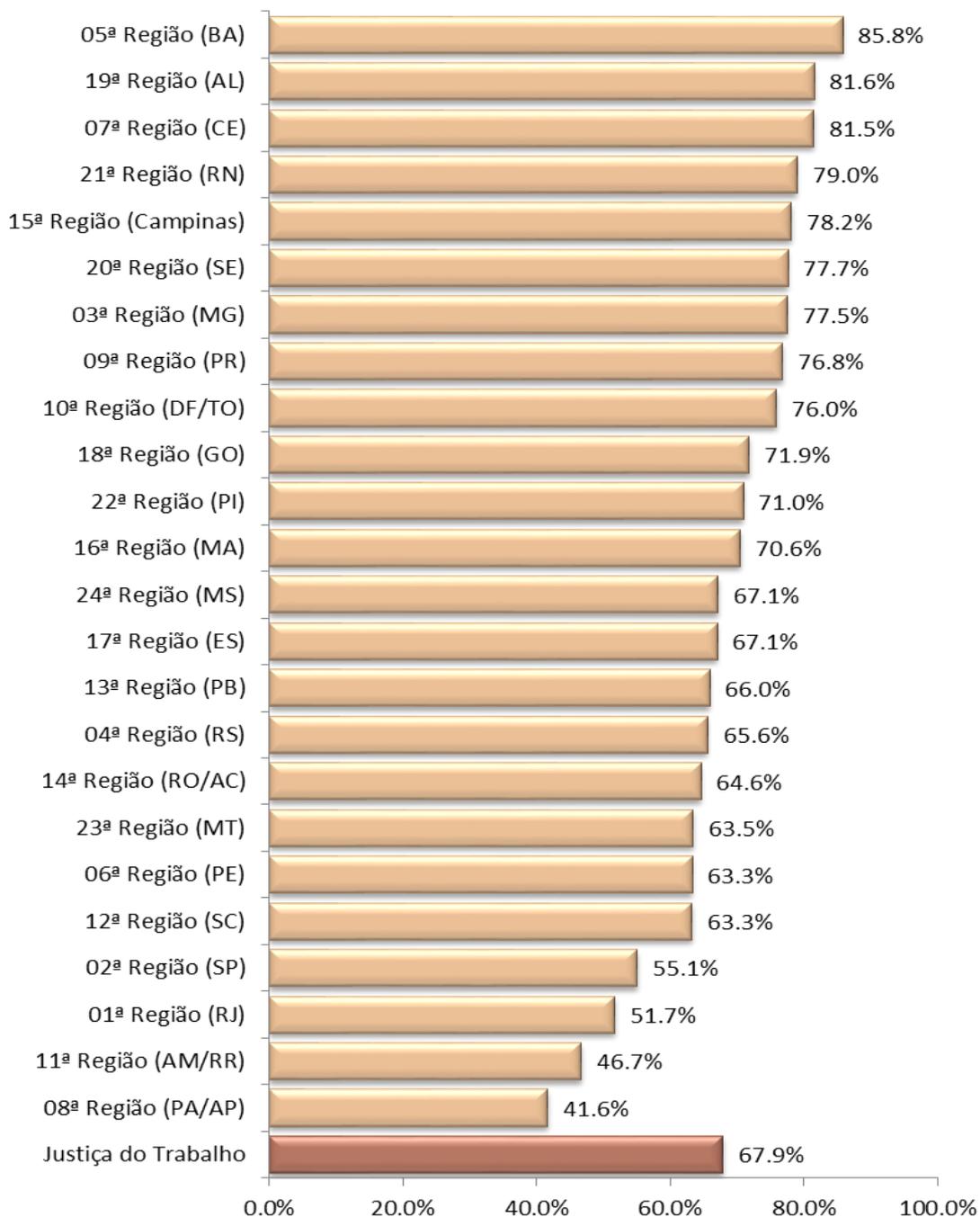
2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.22. TCEX1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau

Tabela 2.36 - TCEX1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	TCEX1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau
01ª Região (RJ)	85.099	51.985	124.226	51,7%
02ª Região (SP)	265.749	264.045	327.482	55,1%
03ª Região (MG)	34.749	60.928	93.673	77,5%
04ª Região (RS)	60.070	54.639	120.134	65,6%
05ª Região (BA)	23.555	38.728	127.507	85,8%
06ª Região (PE)	50.864	71.287	67.481	63,3%
07ª Região (CE)	12.416	15.569	51.660	81,5%
08ª Região (PA/AP)	24.739	18.120	24.259	41,6%
09ª Região (PR)	51.665	72.803	150.048	76,8%
10ª Região (DF/TO)	21.959	18.622	72.716	76,0%
11ª Região (AM/RR)	19.334	17.000	19.296	46,7%
12ª Região (SC)	33.725	22.459	69.316	63,3%
13ª Região (PB)	11.881	16.078	18.841	66,0%
14ª Região (RO/AC)	11.159	12.182	19.383	64,6%
15ª Região (Campinas)	83.681	94.772	288.550	78,2%
16ª Região (MA)	13.334	9.808	35.487	70,6%
17ª Região (ES)	14.019	11.510	31.059	67,1%
18ª Região (GO)	18.123	23.627	40.776	71,9%
19ª Região (AL)	7.557	6.376	34.586	81,6%
20ª Região (SE)	5.599	3.791	21.319	77,7%
21ª Região (RN)	16.256	8.559	68.906	79,0%
22ª Região (PI)	7.376	6.196	19.219	71,0%
23ª Região (MT)	14.518	14.140	25.587	63,5%
24ª Região (MS)	8.565	7.202	18.869	67,1%
Justiça do Trabalho	895.992	920.426	1.870.380	67,9%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.36 - TCEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau



Glossário:

TCEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento na fase de execução no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $TCEx1º = 1 - (T BaixEx1º / (CnEx1º + CpEx1º))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T BaixEx1º = T BaixExt1º + T BaixJud1º$
- $CnEx1º = CnExt1º + ExeJud1º$
- $CpEx1º = CpExt1º + ExeJudP1º$

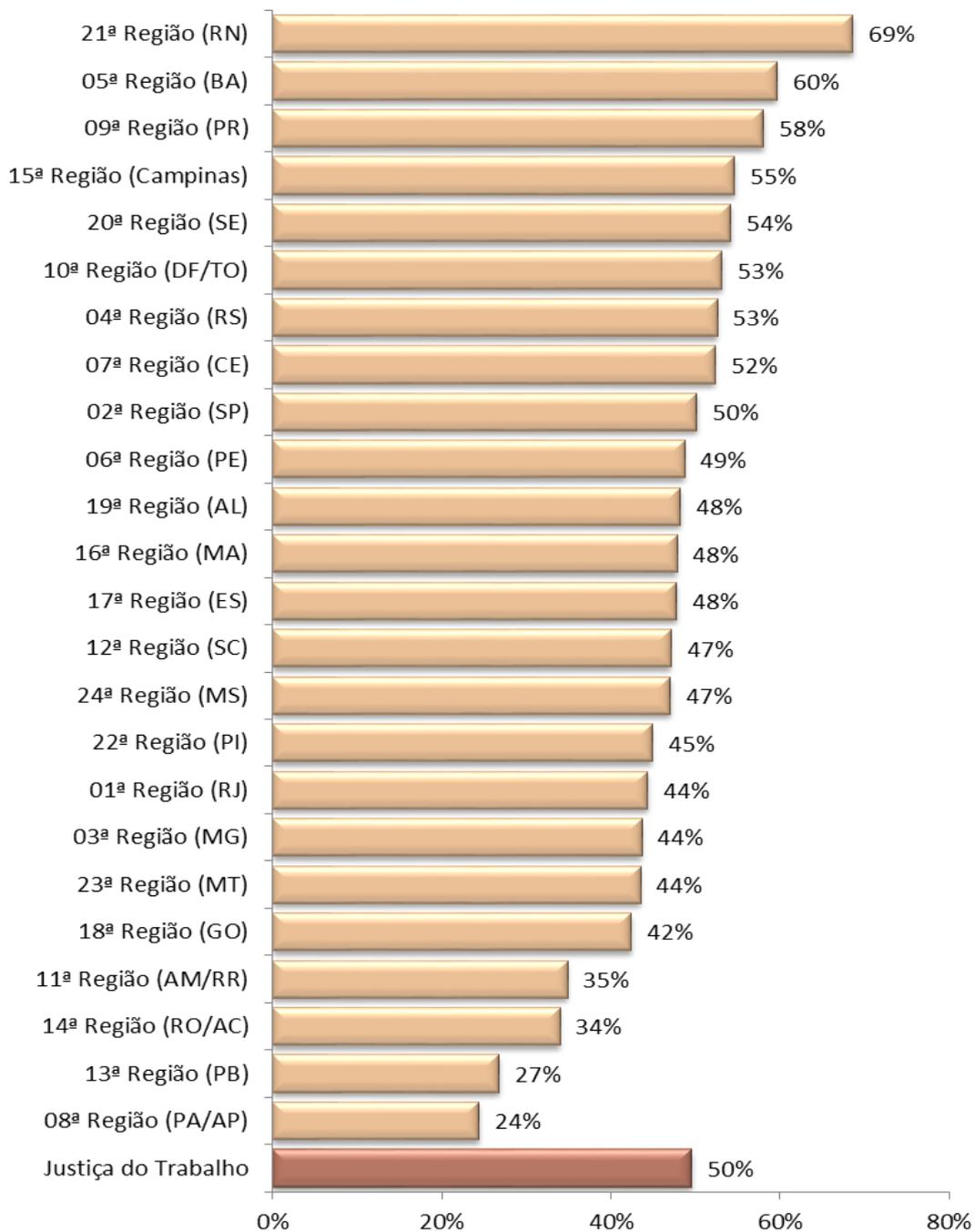
2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.23. TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau

Tabela 2.37 - TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau	Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau	TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau
01ª Região (RJ)	294.079	270.316	257.966	44%
02ª Região (SP)	611.452	640.542	586.025	50%
03ª Região (MG)	286.652	321.177	187.597	44%
04ª Região (RS)	196.703	209.540	205.440	53%
05ª Região (BA)	146.224	151.681	210.729	60%
06ª Região (PE)	144.756	175.063	107.349	49%
07ª Região (CE)	63.180	64.996	67.594	52%
08ª Região (PA/AP)	102.859	98.390	37.707	24%
09ª Região (PR)	171.533	198.299	210.967	58%
10ª Região (DF/TO)	78.432	77.855	89.547	53%
11ª Região (AM/RR)	76.221	75.996	41.086	35%
12ª Região (SC)	104.613	96.614	101.217	47%
13ª Região (PB)	51.035	43.034	26.670	27%
14ª Região (RO/AC)	42.216	41.085	22.848	34%
15ª Região (Campinas)	377.812	357.349	474.989	55%
16ª Região (MA)	45.235	40.315	46.415	48%
17ª Região (ES)	45.797	44.369	43.297	48%
18ª Região (GO)	87.329	98.768	52.909	42%
19ª Região (AL)	52.993	39.252	63.079	48%
20ª Região (SE)	19.742	16.438	26.682	54%
21ª Região (RN)	38.451	32.622	89.939	69%
22ª Região (PI)	30.863	31.147	24.855	45%
23ª Região (MT)	48.644	48.179	37.924	44%
24ª Região (MS)	34.208	36.509	28.080	47%
Justiça do Trabalho	3.151.029	3.209.536	3.040.911	50%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.37 - TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau



Glossário:

TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento no 1º Grau.

Fórmula: $TC1 = 1 - (T\text{Baix}1 / (Cn1 + Cp1))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T\text{Baix}1^\circ = T\text{Baix}C1^\circ + T\text{Baix}Ex1^\circ$
- $Cn1^\circ = CnC1^\circ + CnEx1^\circ$
- $Cp1^\circ = CpC1^\circ + CpEx1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

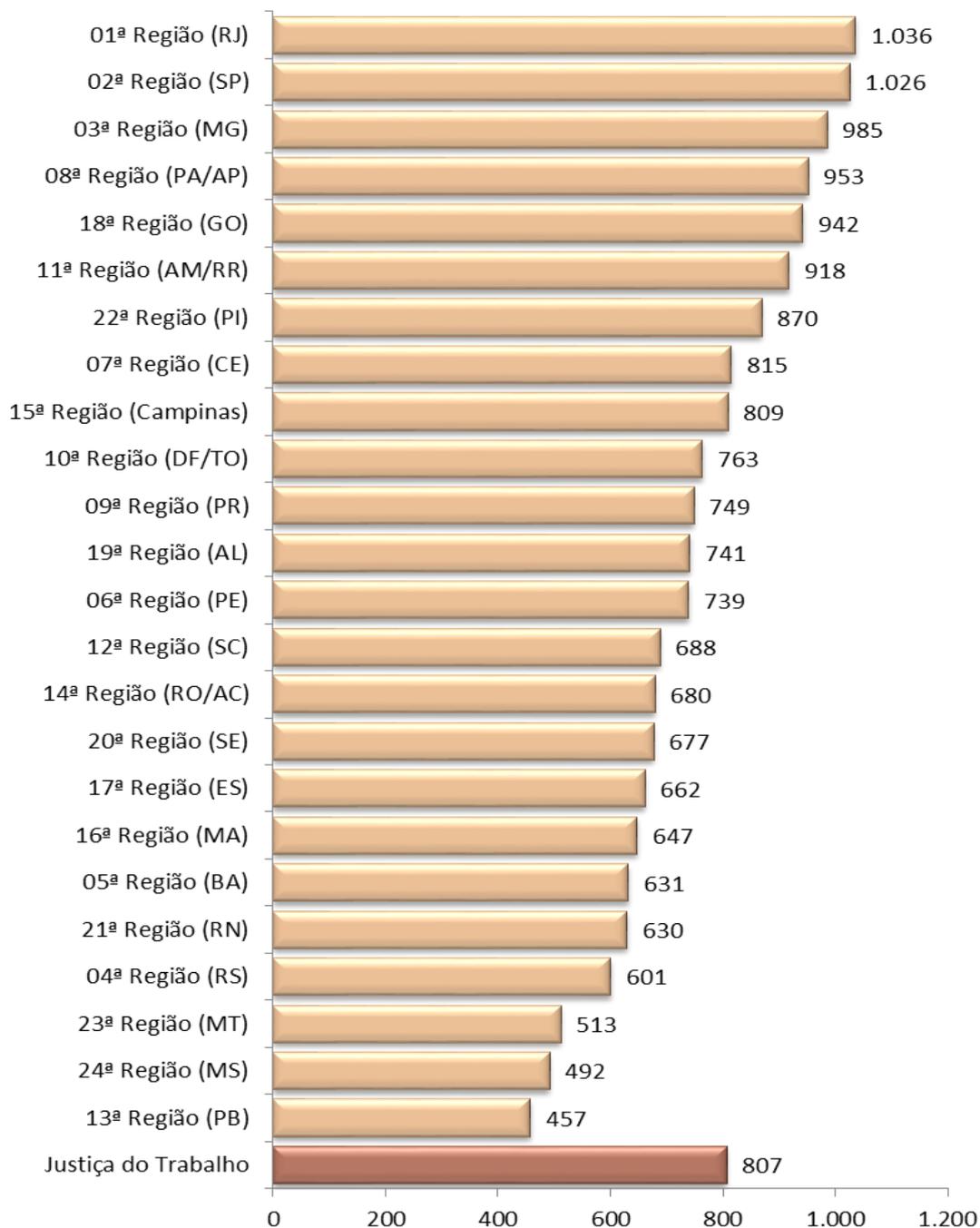
2.2.24. SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tabela 2.38 - SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau
01ª Região (RJ)	238.201	230	1.036
02ª Região (SP)	345.703	337	1.026
03ª Região (MG)	246.341	250	985
04ª Região (RS)	142.984	238	601
05ª Região (BA)	111.094	176	631
06ª Região (PE)	93.892	127	739
07ª Região (CE)	48.097	59	815
08ª Região (PA/AP)	78.108	82	953
09ª Região (PR)	119.868	160	749
10ª Região (DF/TO)	56.473	74	763
11ª Região (AM/RR)	56.887	62	918
12ª Região (SC)	70.888	103	688
13ª Região (PB)	26.526	58	457
14ª Região (RO/AC)	29.228	43	680
15ª Região (Campinas)	258.136	319	809
16ª Região (MA)	31.070	48	647
17ª Região (ES)	31.778	48	662
18ª Região (GO)	68.774	73	942
19ª Região (AL)	31.863	43	741
20ª Região (SE)	14.903	22	677
21ª Região (RN)	24.568	39	630
22ª Região (PI)	23.487	27	870
23ª Região (MT)	33.837	66	513
24ª Região (MS)	25.606	52	492
Justiça do Trabalho	2.208.312	2.736	807

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.38 - SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau



Glossário:

SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Finalidade: Indicar a média de sentenças por Magistrado de 1º Grau na fase de conhecimento da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $SMC1º = SentC1º / Mag1º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º grau: Todas as sentenças proferidas na fase de conhecimento no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnC1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau.

- $Mag1º = MagP1º - MagAj1º$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

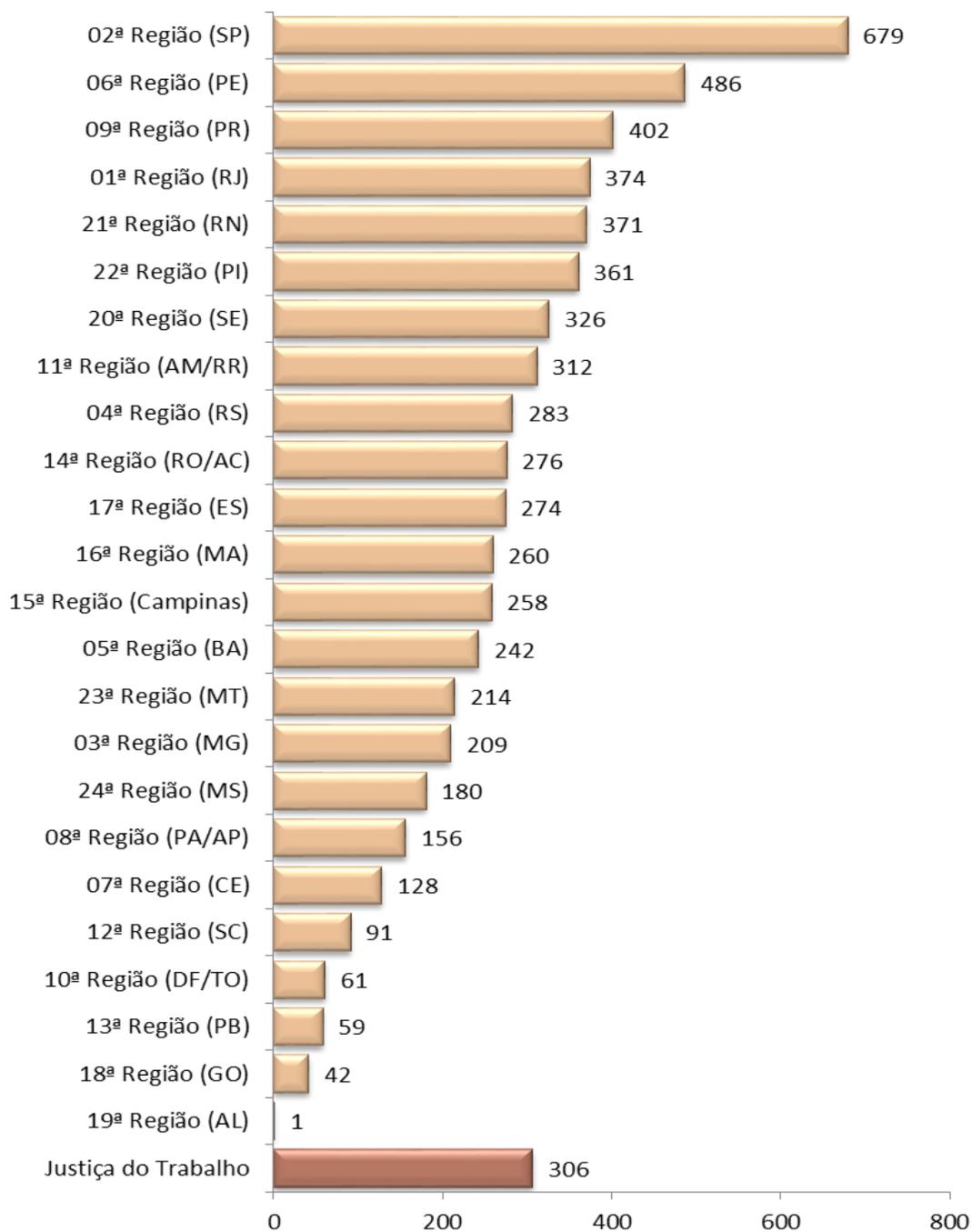
2.2.25. SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Tabela 2.39 - SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau
01ª Região (RJ)	86.116	230	374
02ª Região (SP)	228.911	337	679
03ª Região (MG)	52.324	250	209
04ª Região (RS)	67.268	238	283
05ª Região (BA)	42.665	176	242
06ª Região (PE)	61.774	127	486
07ª Região (CE)	7.556	59	128
08ª Região (PA/AP)	12.828	82	156
09ª Região (PR)	64.314	160	402
10ª Região (DF/TO)	4.522	74	61
11ª Região (AM/RR)	19.334	62	312
12ª Região (SC)	9.403	103	91
13ª Região (PB)	3.400	58	59
14ª Região (RO/AC)	11.862	43	276
15ª Região (Campinas)	82.297	319	258
16ª Região (MA)	12.460	48	260
17ª Região (ES)	13.166	48	274
18ª Região (GO)	3.040	73	42
19ª Região (AL)	60	43	1
20ª Região (SE)	7.172	22	326
21ª Região (RN)	14.465	39	371
22ª Região (PI)	9.751	27	361
23ª Região (MT)	14.124	66	214
24ª Região (MS)	9.377	52	180
Justiça do Trabalho	838.189	2.736	306

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.39 - SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau



Glossário:

SMEEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Finalidade: Indicar a média de sentenças por Magistrado de 1º Grau na fase de execução da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $SMEEx1^\circ = SentEx1^\circ / Mag1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $SentEx1^\circ = SentExt1^\circ + SentJud1^\circ$
- $Mag1^\circ = MagP1^\circ - MagAj1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

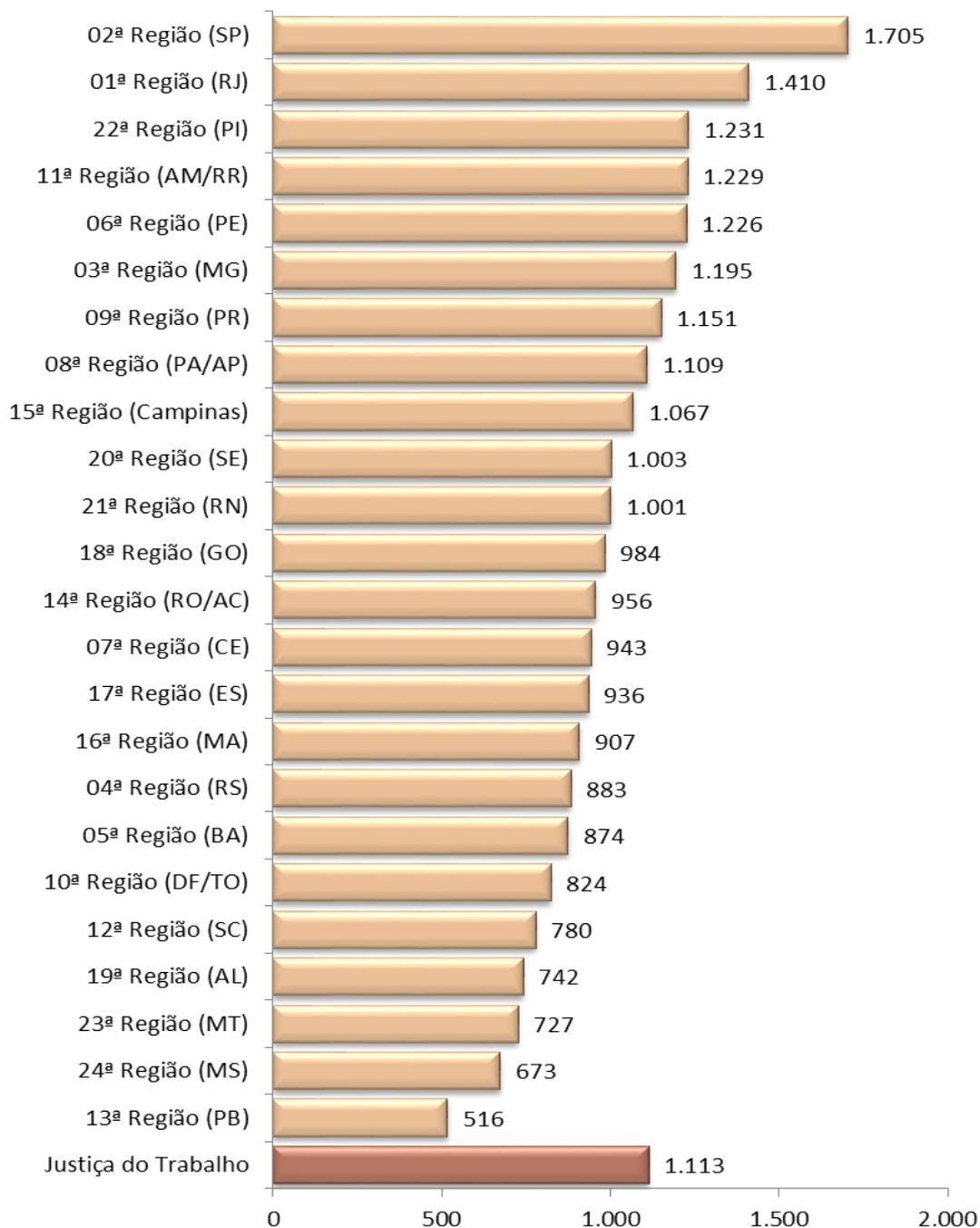
2.2.26. SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau

Tabela 2.40 - SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau	SMEEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau	SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau
01ª Região (RJ)	1.036	374	1.410
02ª Região (SP)	1.026	679	1.705
03ª Região (MG)	985	209	1.195
04ª Região (RS)	601	283	883
05ª Região (BA)	631	242	874
06ª Região (PE)	739	486	1.226
07ª Região (CE)	815	128	943
08ª Região (PA/AP)	953	156	1.109
09ª Região (PR)	749	402	1.151
10ª Região (DF/TO)	763	61	824
11ª Região (AM/RR)	918	312	1.229
12ª Região (SC)	688	91	780
13ª Região (PB)	457	59	516
14ª Região (RO/AC)	680	276	956
15ª Região (Campinas)	809	258	1.067
16ª Região (MA)	647	260	907
17ª Região (ES)	662	274	936
18ª Região (GO)	942	42	984
19ª Região (AL)	741	1	742
20ª Região (SE)	677	326	1.003
21ª Região (RN)	630	371	1.001
22ª Região (PI)	870	361	1.231
23ª Região (MT)	513	214	727
24ª Região (MS)	492	180	673
Justiça do Trabalho	807	306	1.113

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.40 - SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau



Glossário:

SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau

Finalidade: Indicar a média de sentenças por Magistrado no 1º Grau.

Fórmula: $SM1 = SMC1 + SMEx1$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $SMC1º = SentC1º / Mag1º$
- $SMEx1º = SentEx1º / Mag1º$

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.27. ProcElet1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau

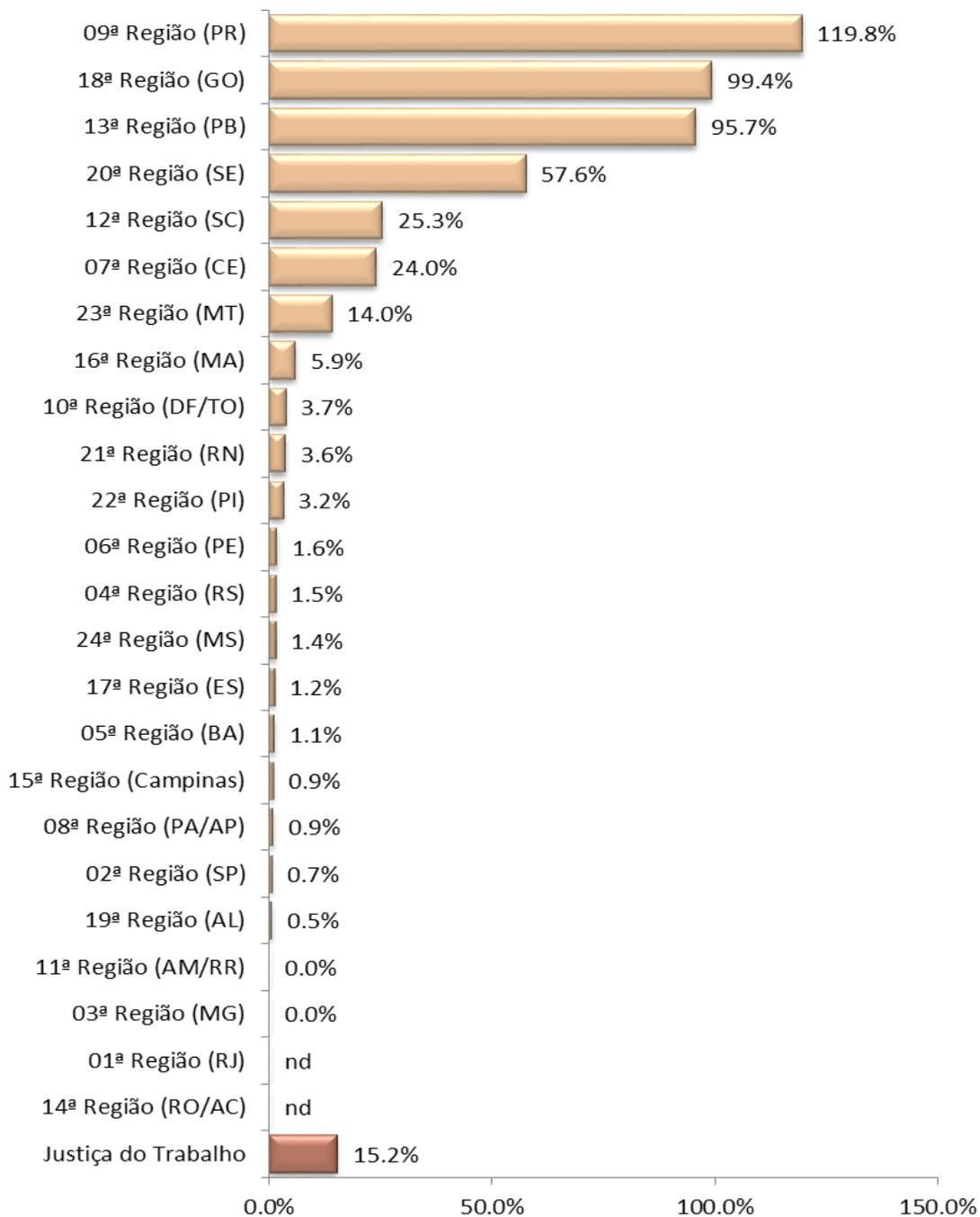
Tabela 2.41 - ProcElet1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnElet1º - Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	ProcElet1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau
01ª Região (RJ)	nd	218.331	2.107	nd
02ª Região (SP)	2.835	376.497	35.113	0,7%
03ª Região (MG)	0	260.249	1.789	0,0%
04ª Região (RS)	2.383	154.901	1.046	1,5%
05ª Região (BA)	1.237	112.953	505	1,1%
06ª Região (PE)	1.687	103.776	601	1,6%
07ª Região (CE)	11.899	49.427	216	24,0%
08ª Região (PA/AP)	690	80.270	661	0,9%
09ª Região (PR)	156.895	125.496	5.515	119,8%
10ª Região (DF/TO)	2.209	59.233	938	3,7%
11ª Região (AM/RR)	0	58.996	1.135	0,0%
12ª Região (SC)	19.023	74.155	954	25,3%
13ª Região (PB)	25.847	26.956	63	95,7%
14ª Região (RO/AC)	nd	28.903	130	nd
15ª Região (Campinas)	2.506	262.577	2.615	0,9%
16ª Região (MA)	1.813	30.507	461	5,9%
17ª Região (ES)	401	32.859	289	1,2%
18ª Região (GO)	75.141	75.141	486	99,4%
19ª Região (AL)	178	32.876	278	0,5%
20ª Região (SE)	7.371	12.647	143	57,6%
21ª Região (RN)	867	24.063	253	3,6%
22ª Região (PI)	800	24.951	55	3,2%
23ª Região (MT)	4.851	34.039	557	14,0%
24ª Região (MS)	418	29.307	202	1,4%
Justiça do Trabalho	319.051	2.289.110	56.112	15,2%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.41 - ProcE11º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ProcEI1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau

Finalidade: Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no 1º grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ProcEI1}^\circ = \text{CnElet1}^\circ / (\text{CnC1}^\circ + \text{CnExt1}^\circ)$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnElet1º - Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau: Os processos eletrônicos que ingressaram na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau; b) CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau; d) CnExtNFisc1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau.
- CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- $\text{CnExt1}^\circ = \text{CnExtFisc1}^\circ + \text{CnExtNFisc1}^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

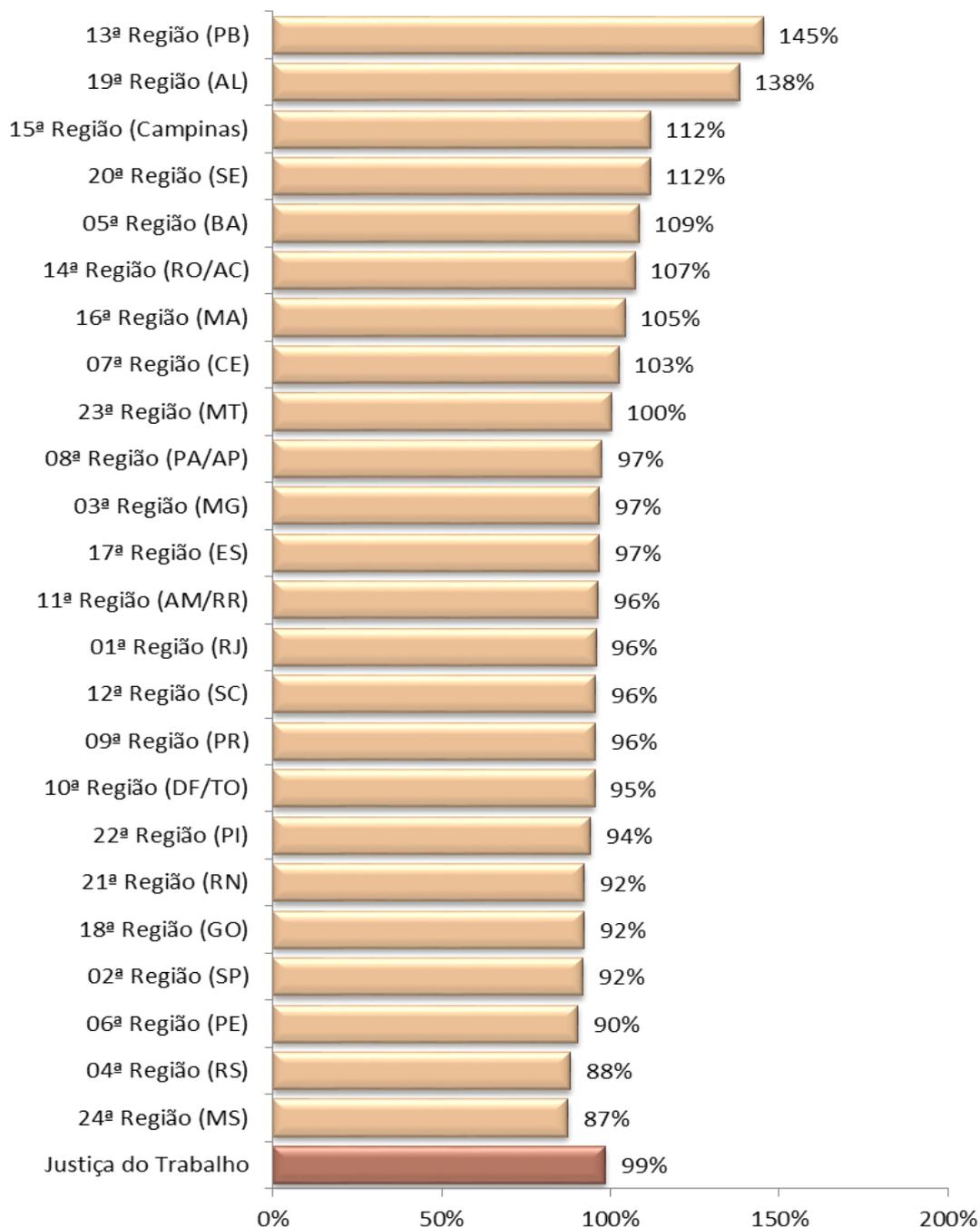
2.2.28. TbCnC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau

Tabela 2.42 - TbCnC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaixC1º - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	TbCnC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau
01ª Região (RJ)	208.980	218.331	96%
02ª Região (SP)	345.703	376.497	92%
03ª Região (MG)	251.903	260.249	97%
04ª Região (RS)	136.633	154.901	88%
05ª Região (BA)	122.669	112.953	109%
06ª Região (PE)	93.892	103.776	90%
07ª Região (CE)	50.764	49.427	103%
08ª Região (PA/AP)	78.120	80.270	97%
09ª Região (PR)	119.868	125.496	96%
10ª Região (DF/TO)	56.473	59.233	95%
11ª Região (AM/RR)	56.887	58.996	96%
12ª Região (SC)	70.888	74.155	96%
13ª Região (PB)	39.154	26.956	145%
14ª Região (RO/AC)	31.057	28.903	107%
15ª Região (Campinas)	294.131	262.577	112%
16ª Região (MA)	31.901	30.507	105%
17ª Região (ES)	31.778	32.859	97%
18ª Região (GO)	69.206	75.141	92%
19ª Região (AL)	45.436	32.876	138%
20ª Região (SE)	14.143	12.647	112%
21ª Região (RN)	22.195	24.063	92%
22ª Região (PI)	23.487	24.951	94%
23ª Região (MT)	34.126	34.039	100%
24ª Região (MS)	25.643	29.307	87%
Justiça do Trabalho	2.255.037	2.289.110	99%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.42 - TbCnC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau



Glossário:

TbCnC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau

Fórmula: $TbCnC1^\circ = T\text{Baix}C1^\circ / CnC1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· T_{Baix}C1º - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnC1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau.

· CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

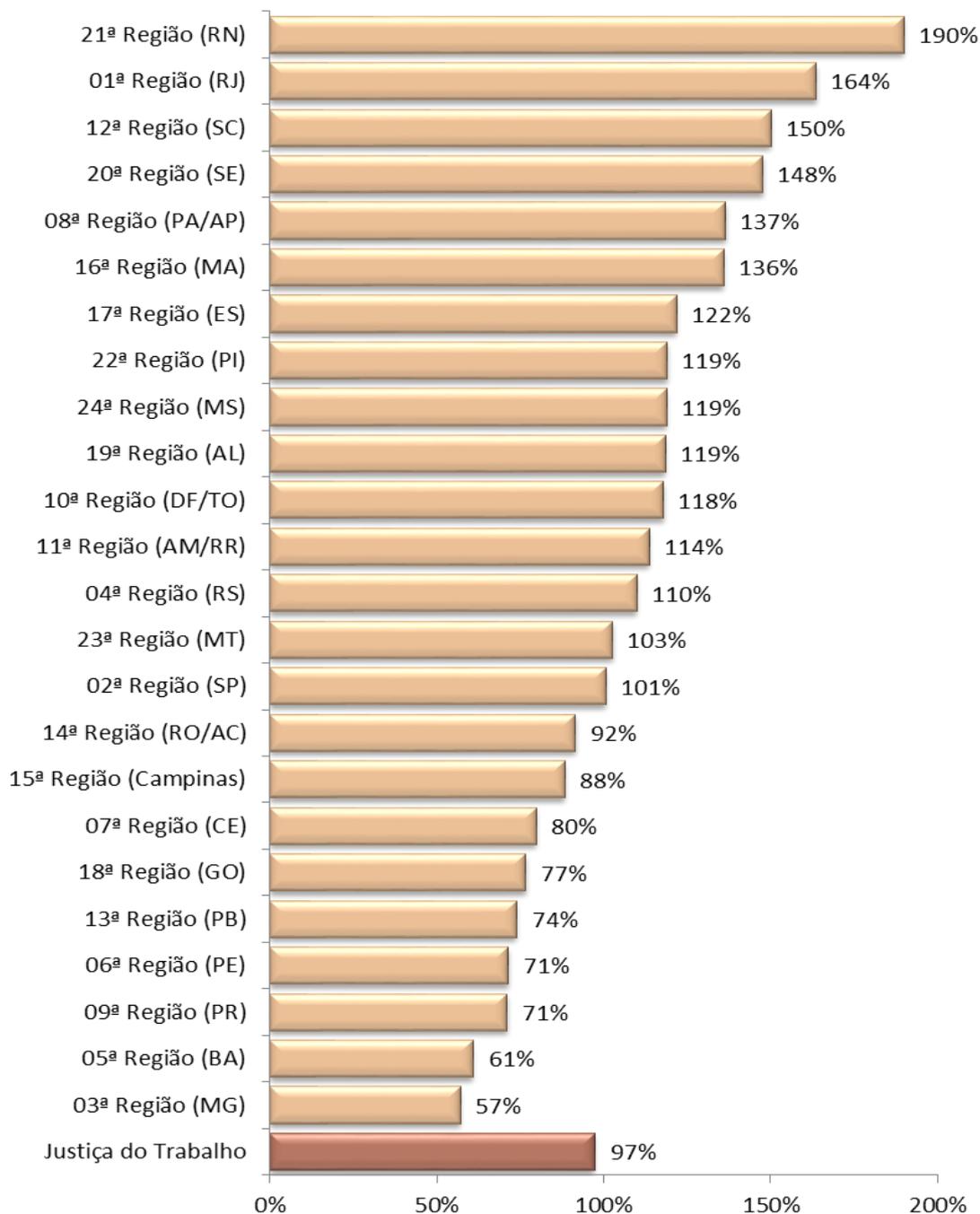
2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.29. TbCnEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau

Tabela 2.43 - TbCnEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	TbCnEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau
01ª Região (RJ)	85.099	51.985	164%
02ª Região (SP)	265.749	264.045	101%
03ª Região (MG)	34.749	60.928	57%
04ª Região (RS)	60.070	54.639	110%
05ª Região (BA)	23.555	38.728	61%
06ª Região (PE)	50.864	71.287	71%
07ª Região (CE)	12.416	15.569	80%
08ª Região (PA/AP)	24.739	18.120	137%
09ª Região (PR)	51.665	72.803	71%
10ª Região (DF/TO)	21.959	18.622	118%
11ª Região (AM/RR)	19.334	17.000	114%
12ª Região (SC)	33.725	22.459	150%
13ª Região (PB)	11.881	16.078	74%
14ª Região (RO/AC)	11.159	12.182	92%
15ª Região (Campinas)	83.681	94.772	88%
16ª Região (MA)	13.334	9.808	136%
17ª Região (ES)	14.019	11.510	122%
18ª Região (GO)	18.123	23.627	77%
19ª Região (AL)	7.557	6.376	119%
20ª Região (SE)	5.599	3.791	148%
21ª Região (RN)	16.256	8.559	190%
22ª Região (PI)	7.376	6.196	119%
23ª Região (MT)	14.518	14.140	103%
24ª Região (MS)	8.565	7.202	119%
Justiça do Trabalho	895.992	920.426	97%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.43 - TbCnEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau



Glossário:

TbCnEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau

Fórmula: $TbCnEx1^\circ = T_{BaixEx1^\circ} / CnEx1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T_{BaixEx1^\circ} = T_{BaixExt1^\circ} + T_{BaixJud1^\circ}$
- $CnEx1^\circ = CnExt1^\circ + ExeJud1^\circ$

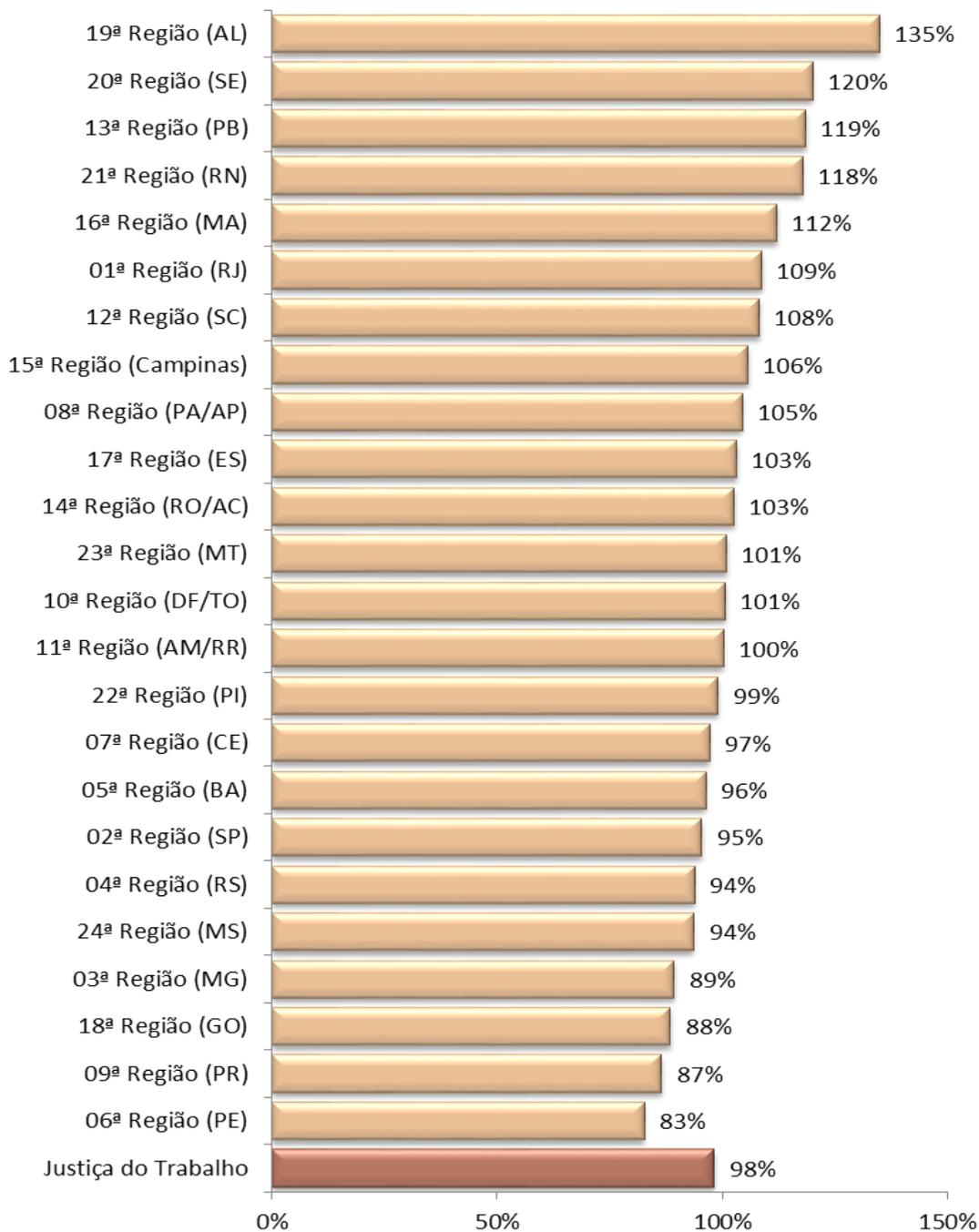
2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.30. TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau

Tabela 2.44 - TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaixC1º - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau
01ª Região (RJ)	208.980	85.099	218.331	51.985	109%
02ª Região (SP)	345.703	265.749	376.497	264.045	95%
03ª Região (MG)	251.903	34.749	260.249	60.928	89%
04ª Região (RS)	136.633	60.070	154.901	54.639	94%
05ª Região (BA)	122.669	23.555	112.953	38.728	96%
06ª Região (PE)	93.892	50.864	103.776	71.287	83%
07ª Região (CE)	50.764	12.416	49.427	15.569	97%
08ª Região (PA/AP)	78.120	24.739	80.270	18.120	105%
09ª Região (PR)	119.868	51.665	125.496	72.803	87%
10ª Região (DF/TO)	56.473	21.959	59.233	18.622	101%
11ª Região (AM/RR)	56.887	19.334	58.996	17.000	100%
12ª Região (SC)	70.888	33.725	74.155	22.459	108%
13ª Região (PB)	39.154	11.881	26.956	16.078	119%
14ª Região (RO/AC)	31.057	11.159	28.903	12.182	103%
15ª Região (Campinas)	294.131	83.681	262.577	94.772	106%
16ª Região (MA)	31.901	13.334	30.507	9.808	112%
17ª Região (ES)	31.778	14.019	32.859	11.510	103%
18ª Região (GO)	69.206	18.123	75.141	23.627	88%
19ª Região (AL)	45.436	7.557	32.876	6.376	135%
20ª Região (SE)	14.143	5.599	12.647	3.791	120%
21ª Região (RN)	22.195	16.256	24.063	8.559	118%
22ª Região (PI)	23.487	7.376	24.951	6.196	99%
23ª Região (MT)	34.126	14.518	34.039	14.140	101%
24ª Região (MS)	25.643	8.565	29.307	7.202	94%
Justiça do Trabalho	2.255.037	895.992	2.289.110	920.426	98%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.44 - TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau



Glossário:

TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau

Fórmula: $TbCn1º = (TbaixC1º + TbaixEx1º) / (CnC1º + CnEx1º)$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TbaixC1º - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnC1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau.
- $TbaixEx1º = TbaixExt1º + TbaixJud1º$
- CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- $CnEx1º = CnExt1º + ExeJud1º$

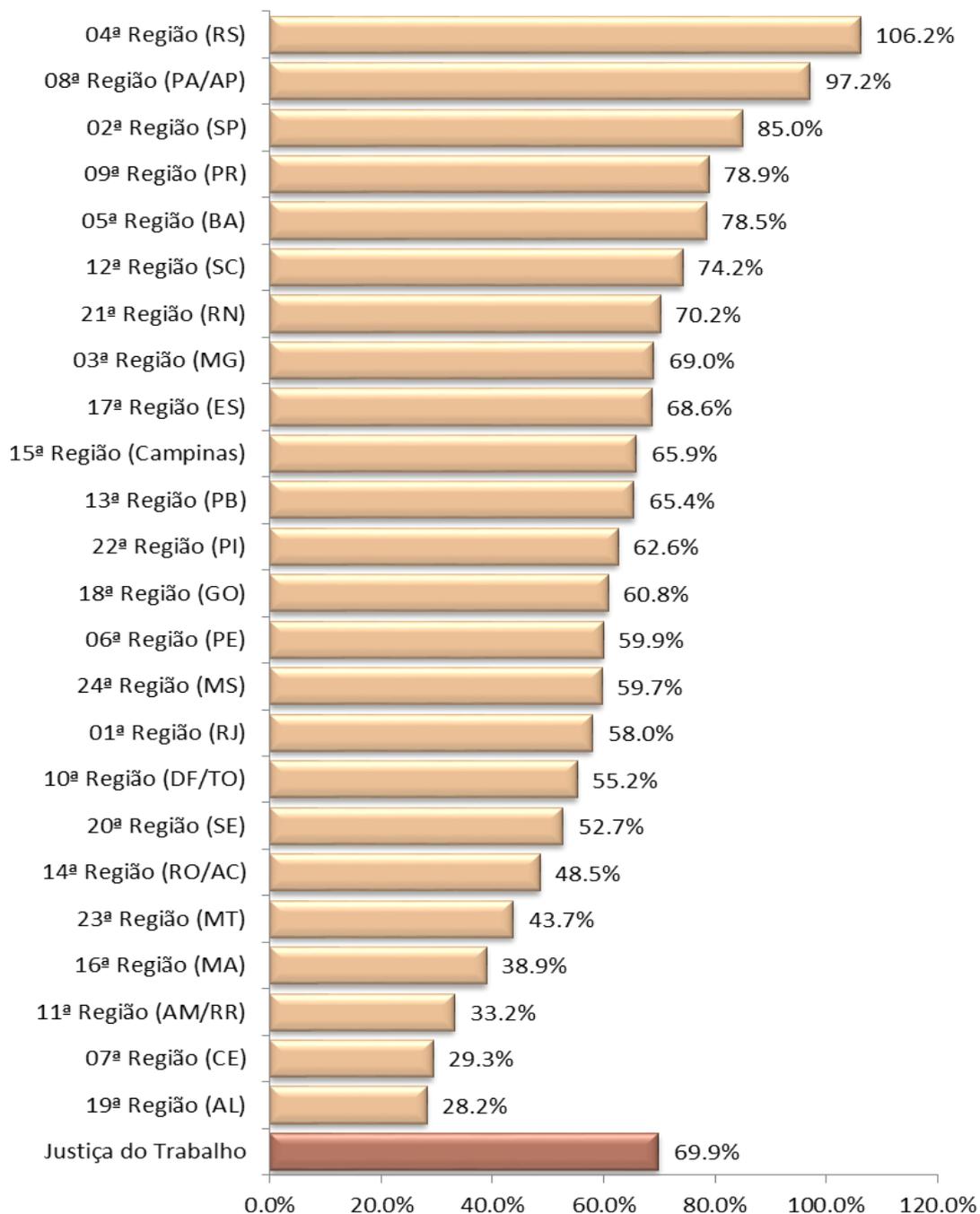
2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.31. RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau

Tabela 2.45 - RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	ROROPS1º - Recursos Ordinários no 1º Grau	SeReC1º - Sentenças de Conhecimento de 1º Grau Passíveis de Recurso Externo	RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau
01ª Região (RJ)	62.021	106.989	58,0%
02ª Região (SP)	111.019	130.645	85,0%
03ª Região (MG)	69.009	100.011	69,0%
04ª Região (RS)	89.607	84.395	106,2%
05ª Região (BA)	41.416	52.774	78,5%
06ª Região (PE)	22.865	38.169	59,9%
07ª Região (CE)	6.208	21.190	29,3%
08ª Região (PA/AP)	12.219	12.575	97,2%
09ª Região (PR)	41.057	52.022	78,9%
10ª Região (DF/TO)	14.897	26.992	55,2%
11ª Região (AM/RR)	8.110	24.446	33,2%
12ª Região (SC)	22.294	30.028	74,2%
13ª Região (PB)	7.511	11.489	65,4%
14ª Região (RO/AC)	5.587	11.509	48,5%
15ª Região (Campinas)	76.407	115.975	65,9%
16ª Região (MA)	5.725	14.705	38,9%
17ª Região (ES)	11.243	16.388	68,6%
18ª Região (GO)	13.234	21.758	60,8%
19ª Região (AL)	2.717	9.631	28,2%
20ª Região (SE)	4.289	8.145	52,7%
21ª Região (RN)	8.249	11.748	70,2%
22ª Região (PI)	7.703	12.300	62,6%
23ª Região (MT)	6.688	15.299	43,7%
24ª Região (MS)	5.736	9.607	59,7%
Justiça do Trabalho	655.811	938.790	69,9%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.45 - RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau



Glossário:

RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos interpostos ao Tribunal Regional do Trabalho na fase de conhecimento em relação ao número de sentenças que põem fim à relação processual de conhecimento no 1º Grau com ou sem a análise do mérito, excluídas as decisões de homologação de acordo, de extinção de processo por desistência ou renúncia ao direito sobre que se funda a ação e de arquivamento no período-base (semestre).

Fórmula: $RxRO1^\circ = (RO + ROPS) 1^\circ / SeReC1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ROROPS1º - Recursos Ordinários no 1º Grau: Os Recursos Ordinários e os Recursos Ordinários em Procedimento Sumaríssimo interpostos no 1º Grau no período-base (semestre).
- SeReC1º - Sentenças de Conhecimento de 1º Grau Passíveis de Recurso Externo: As decisões que põem fim à relação processual de conhecimento no 1º Grau com ou sem a análise do mérito, excluídas as decisões de homologação de acordo, de extinção de processo por desistência ou renúncia ao direito sobre que se funda a ação, de arquivamento e as decisões em Embargos de Terceiros no período-base (semestre).

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.32. RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau

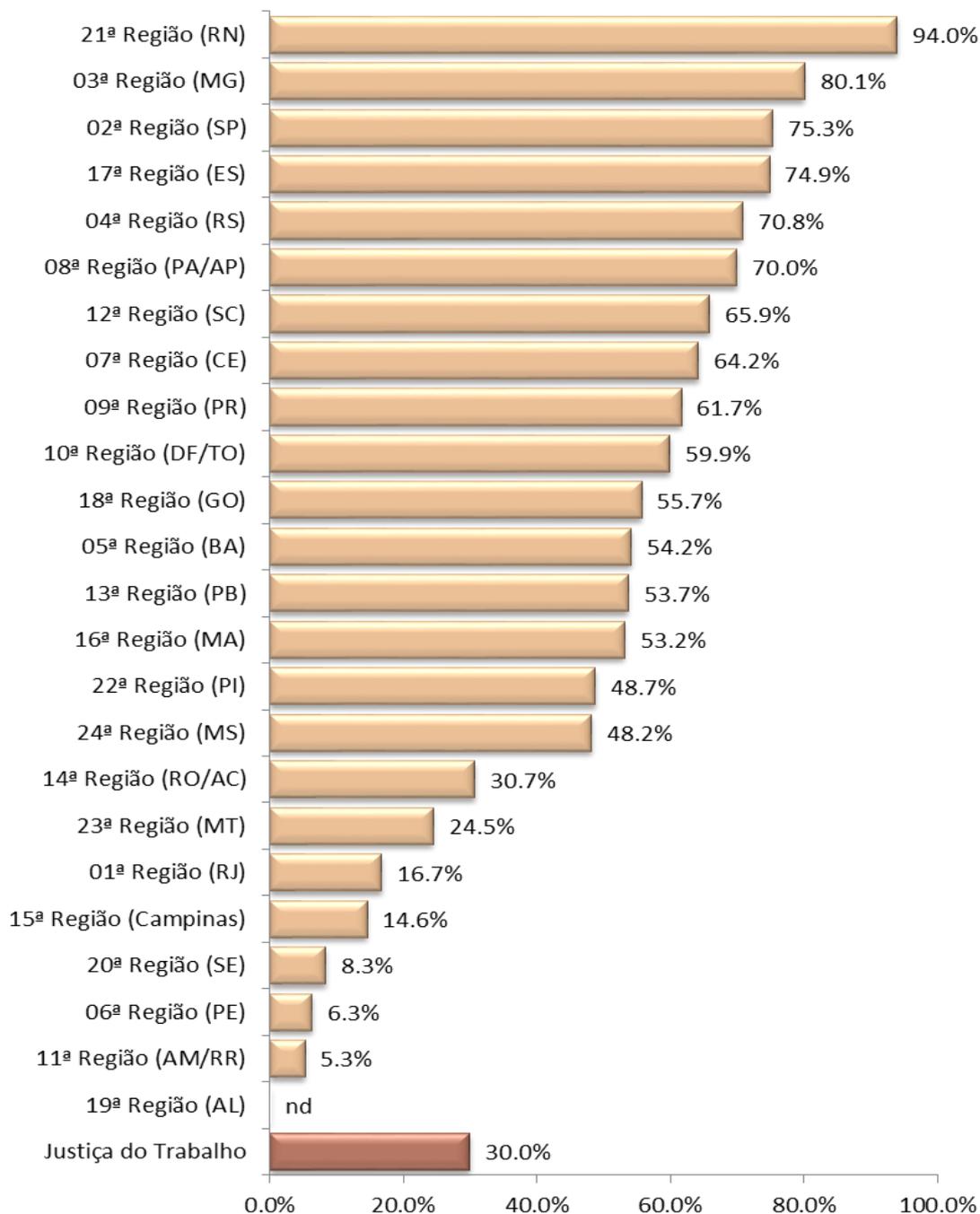
Tabela 2.46 - RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	AP1º - Agravos de Petição	SeReEx1º - Sentenças de Execução de 1º Grau Passíveis de Recurso Externo	RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau
01ª Região (RJ)	14.540	86.984	16,7%
02ª Região (SP)	21.656	28.763	75,3%
03ª Região (MG)	13.026	16.256	80,1%
04ª Região (RS)	16.093	22.720	70,8%
05ª Região (BA)	6.684	12.342	54,2%
06ª Região (PE)	4.326	68.799	6,3%
07ª Região (CE)	1.150	1.791	64,2%
08ª Região (PA/AP)	1.922	2.746	70,0%
09ª Região (PR)	8.181	13.266	61,7%
10ª Região (DF/TO)	2.384	3.981	59,9%
11ª Região (AM/RR)	1.024	19.394	5,3%
12ª Região (SC)	5.274	8.006	65,9%
13ª Região (PB)	1.174	2.186	53,7%
14ª Região (RO/AC)	317	1.034	30,7%
15ª Região (Campinas)	13.138	90.212	14,6%
16ª Região (MA)	1.120	2.107	53,2%
17ª Região (ES)	2.574	3.436	74,9%
18ª Região (GO)	1.525	2.736	55,7%
19ª Região (AL)	529	nd	nd
20ª Região (SE)	605	7.249	8,3%
21ª Região (RN)	1.372	1.460	94,0%
22ª Região (PI)	893	1.832	48,7%
23ª Região (MT)	932	3.807	24,5%
24ª Região (MS)	773	1.603	48,2%
Justiça do Trabalho	121.212	402.710	30,0%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.46 - RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos interpostos ao Tribunal Regional do Trabalho na fase de execução em relação ao número de decisões proferidas pelo 1º Grau da Justiça do Trabalho na fase de execução, abrangendo as decisões em embargos à execução, embargos de terceiros, impugnação aos cálculos, embargos à adjudicação, embargos à arrematação.

Fórmula: $RxAP1^\circ = AP1^\circ / SeReEx1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- AP1º - Agravos de Petição: Os recursos de agravo de petição interpostos no 1º Grau no período-base (semestre).
- SeReEx1º - Sentenças de Execução de 1º Grau Passíveis de Recurso Externo: As decisões proferidas na fase de execução, no período- base (semestre), pelo 1º Grau da Justiça do Trabalho, abrangendo as decisões em embargos à execução, embargos de terceiros, impugnação aos cálculos, embargos à adjudicação e embargos à arrematação.

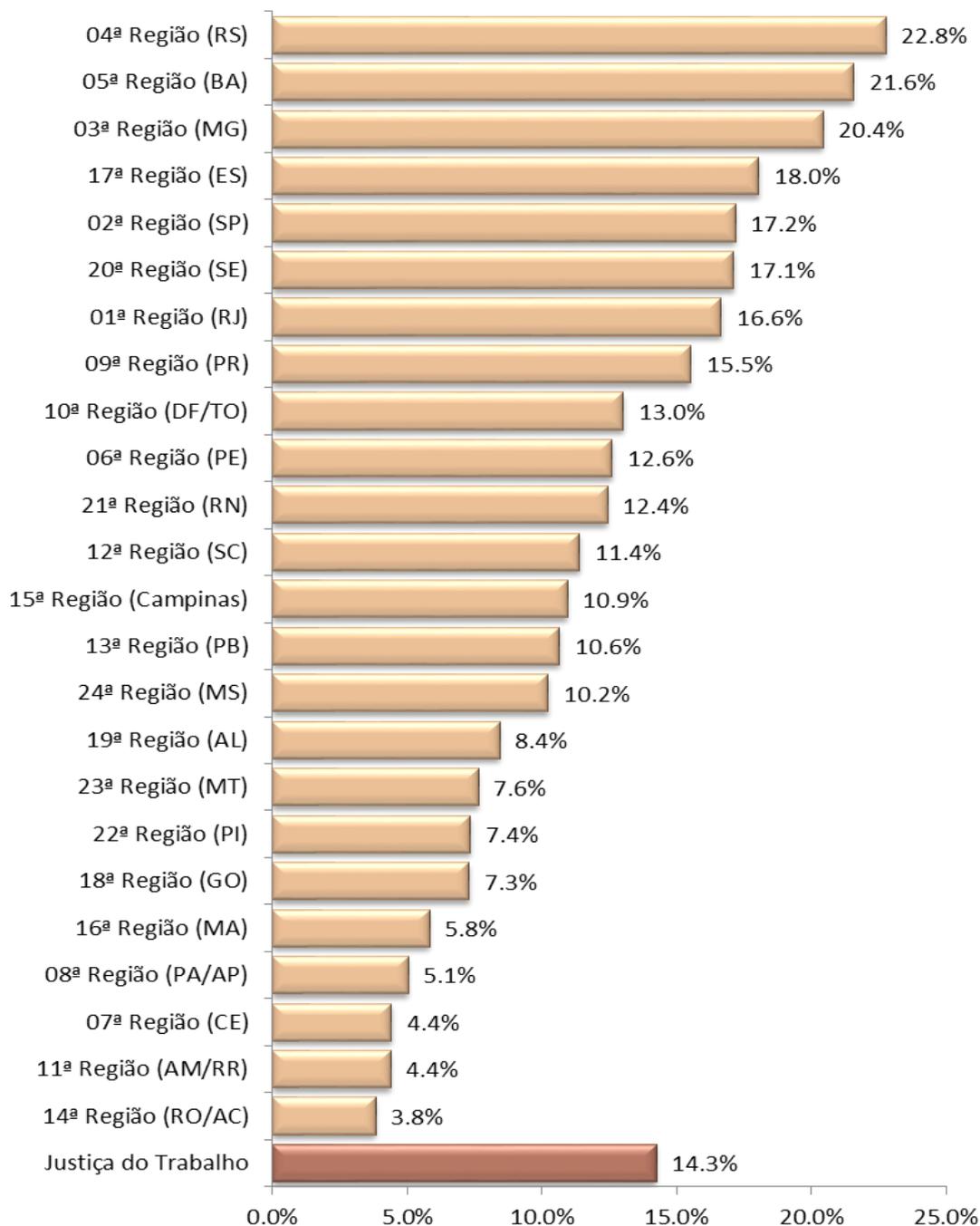
2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.33. Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau

Tabela 2.47 - Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	RIntC1º - Recursos Internos da Fase de Conhecimento no 1º Grau	SeRInC1º - Sentenças de Conhecimento de 1º Grau Passíveis de Recurso Interno	Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau
01ª Região (RJ)	39.653	238.201	16,6%
02ª Região (SP)	59.418	345.703	17,2%
03ª Região (MG)	30.577	149.529	20,4%
04ª Região (RS)	32.565	142.984	22,8%
05ª Região (BA)	24.323	112.758	21,6%
06ª Região (PE)	11.647	92.367	12,6%
07ª Região (CE)	2.207	50.061	4,4%
08ª Região (PA/AP)	3.958	78.365	5,1%
09ª Região (PR)	18.601	119.868	15,5%
10ª Região (DF/TO)	7.350	56.473	13,0%
11ª Região (AM/RR)	2.491	56.887	4,4%
12ª Região (SC)	8.133	71.312	11,4%
13ª Região (PB)	2.775	26.075	10,6%
14ª Região (RO/AC)	1.023	26.713	3,8%
15ª Região (Campinas)	27.278	249.172	10,9%
16ª Região (MA)	1.919	32.894	5,8%
17ª Região (ES)	5.903	32.721	18,0%
18ª Região (GO)	5.024	68.774	7,3%
19ª Região (AL)	2.700	31.971	8,4%
20ª Região (SE)	2.512	14.684	17,1%
21ª Região (RN)	3.054	24.542	12,4%
22ª Região (PI)	1.727	23.487	7,4%
23ª Região (MT)	2.614	34.191	7,6%
24ª Região (MS)	2.647	25.901	10,2%
Justiça do Trabalho	300.099	2.105.633	14,3%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.47 - Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau



Glossário:

Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau

Finalidade: Indicar a o número de recursos de embargos de declaração opostos no 1º Grau da Justiça do Trabalho em relação ao número de decisões proferidas no 1º Grau.

Fórmula: $Rin1^\circ = RIntC1^\circ / SeRInC1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RIntC1º - Recursos Internos da Fase de Conhecimento no 1º Grau: Os embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau, no período-base (semestre).
- SeRInC1º - Sentenças de Conhecimento de 1º Grau Passíveis de Recurso Interno: As decisões que põem fim à relação processual de conhecimento no 1º Grau com ou sem a análise do mérito, incluídas as decisões de homologação de acordo, de extinção de processo por desistência ou renúncia ao direito sobre que se funda a ação, de arquivamento e as decisões em Embargos de Terceiros no período-base (semestre).

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.34. Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

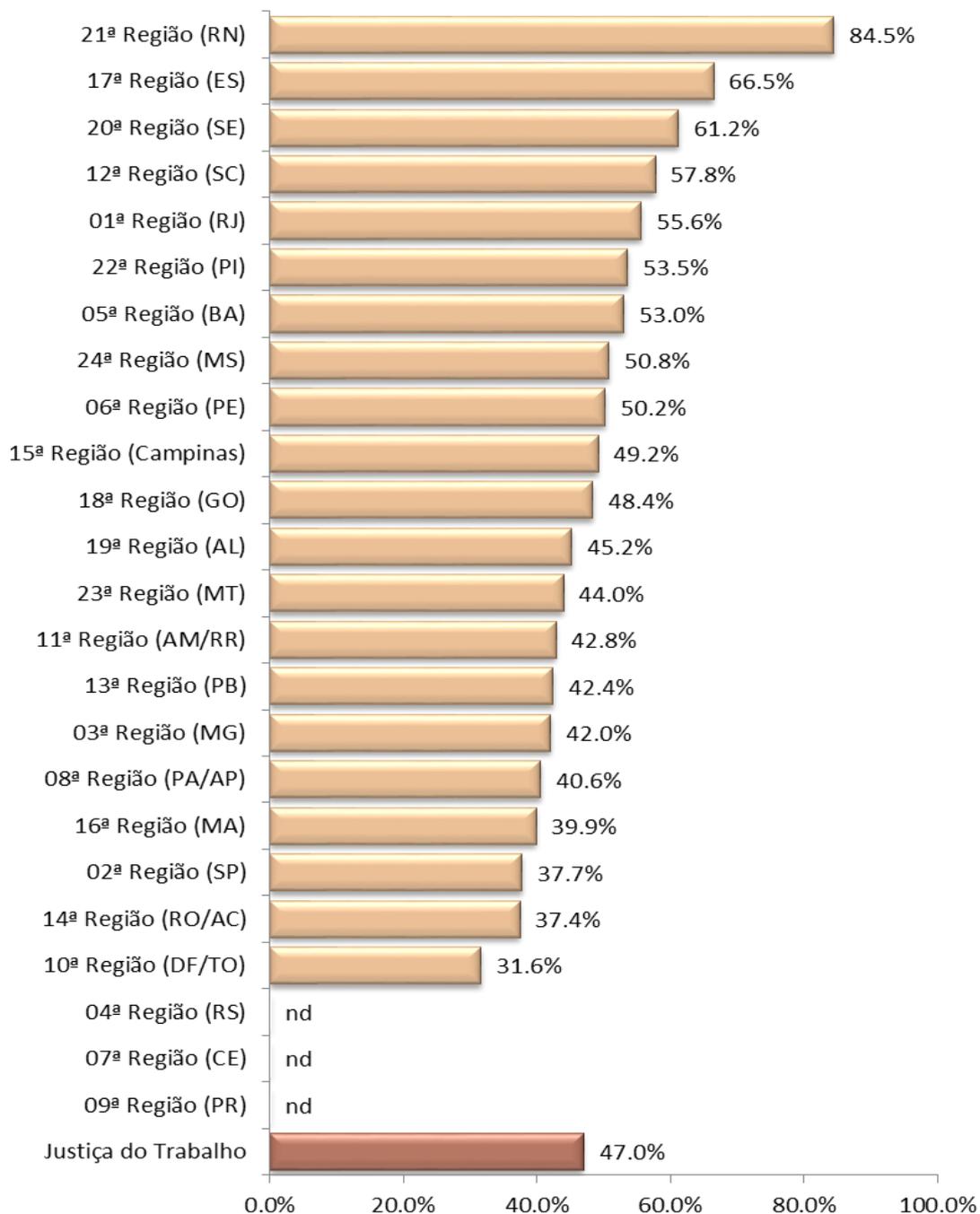
Tabela 2.48 - Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Rp1º - Recursos das decisões de 1º Grau providos pelo TRT (ainda que parcialmente)	Rj1º - Recursos julgados pelo TRT	Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau
01ª Região (RJ)	32.301	58.089	55,6%
02ª Região (SP)	41.524	110.056	37,7%
03ª Região (MG)	32.626	77.700	42,0%
04ª Região (RS)	37.606	51.094	nd
05ª Região (BA)	15.985	30.150	53,0%
06ª Região (PE)	10.244	20.395	50,2%
07ª Região (CE)	3.211	9.191	nd
08ª Região (PA/AP)	4.837	11.926	40,6%
09ª Região (PR)	27.117	51.465	nd
10ª Região (DF/TO)	4.451	14.091	31,6%
11ª Região (AM/RR)	2.686	6.270	42,8%
12ª Região (SC)	13.071	22.633	57,8%
13ª Região (PB)	2.999	7.071	42,4%
14ª Região (RO/AC)	2.044	5.458	37,4%
15ª Região (Campinas)	50.726	103.057	49,2%
16ª Região (MA)	2.460	6.167	39,9%
17ª Região (ES)	7.264	10.923	66,5%
18ª Região (GO)	5.849	12.096	48,4%
19ª Região (AL)	2.213	4.892	45,2%
20ª Região (SE)	2.861	4.677	61,2%
21ª Região (RN)	6.826	8.077	84,5%
22ª Região (PI)	3.652	6.820	53,5%
23ª Região (MT)	2.952	6.715	44,0%
24ª Região (MS)	3.387	6.668	50,8%
Justiça do Trabalho	318.892	645.681	47,0%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.48 - Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

Finalidade: Indicar a proporção de recursos interpostos contra decisões da Justiça do Trabalho de 1º Grau e providos pelo Tribunal Regional do Trabalho, ainda que parcialmente, em relação ao número de recursos interpostos contra decisões da Justiça do Trabalho de 1º Grau.

Fórmula: $Rd1^\circ = (RpAI1^\circ + RpRO1^\circ + RpROPS1^\circ + RpAP1^\circ) / (RjAI1^\circ + RjRO1^\circ + RjROPS1^\circ + RjAP1^\circ)$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· Rp1º - Recursos das decisões de 1º Grau providos pelo TRT (ainda que parcialmente): Os acórdãos e decisões monocráticas julgados providos pelo TRT, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).

$Rp1^\circ = (RpAI1^\circ + RpRO1^\circ + RpROPS1^\circ + RpAP1^\circ)$

· Rj1º - Recursos julgados pelo TRT: O número total de acórdãos e de decisões monocráticas proferidos pelo TRT no período-base (semestre).

$Rj1^\circ = (RjAI1^\circ + RjRO1^\circ + RjROPS1^\circ + RjAP1^\circ)$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

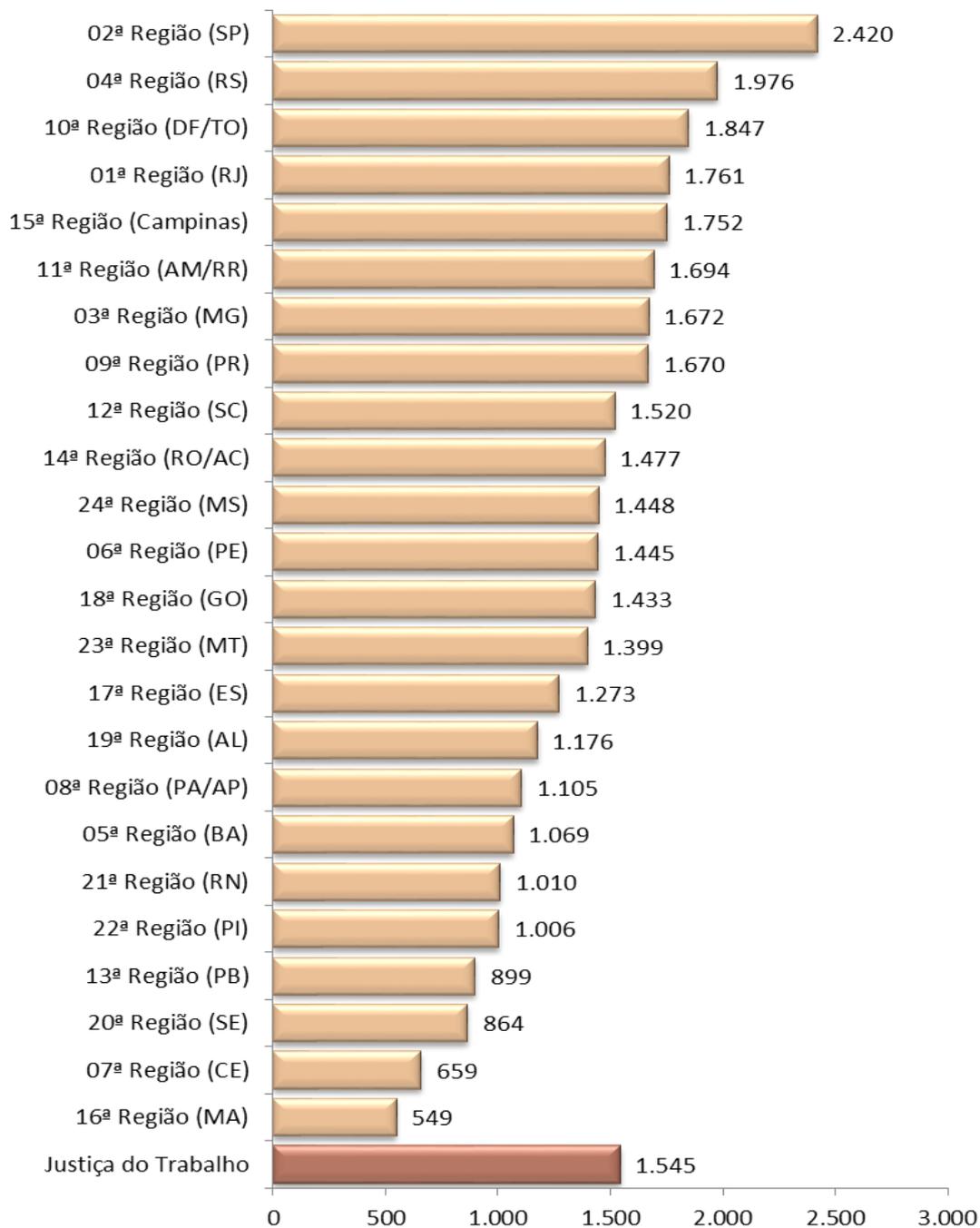
2.3.1. Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes

Tabela 2.49 - Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	Total de casos novos (exceto execuções judiciais)	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	285.884	162	1.761
02ª Região (SP)	517.229	214	2.420
03ª Região (MG)	331.996	199	1.672
04ª Região (RS)	212.806	108	1.976
05ª Região (BA)	151.518	142	1.069
06ª Região (PE)	129.025	89	1.445
07ª Região (CE)	56.701	86	659
08ª Região (PA/AP)	93.470	85	1.105
09ª Região (PR)	176.646	106	1.670
10ª Região (DF/TO)	75.115	41	1.847
11ª Região (AM/RR)	68.771	41	1.694
12ª Região (SC)	97.052	64	1.520
13ª Região (PB)	34.313	38	899
14ª Região (RO/AC)	34.680	23	1.477
15ª Região (Campinas)	359.706	205	1.752
16ª Região (MA)	36.891	67	549
17ª Região (ES)	45.551	36	1.273
18ª Região (GO)	88.229	62	1.433
19ª Região (AL)	37.229	32	1.176
20ª Região (SE)	18.246	21	864
21ª Região (RN)	32.604	32	1.010
22ª Região (PI)	31.784	32	1.006
23ª Região (MT)	43.591	31	1.399
24ª Região (MS)	36.270	25	1.448
Justiça do Trabalho	2.995.307	1.939	1.545

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.49 - Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes



Glossário:

Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados para cada 100.000 habitantes do estado no período-base (semestre).

Fórmula: $Ch = Cn / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Total de casos novos (exceto execuções judiciais) no período-base (semestre): É a soma de $Cn2^o + CnC1^o + CnExt1^o$
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

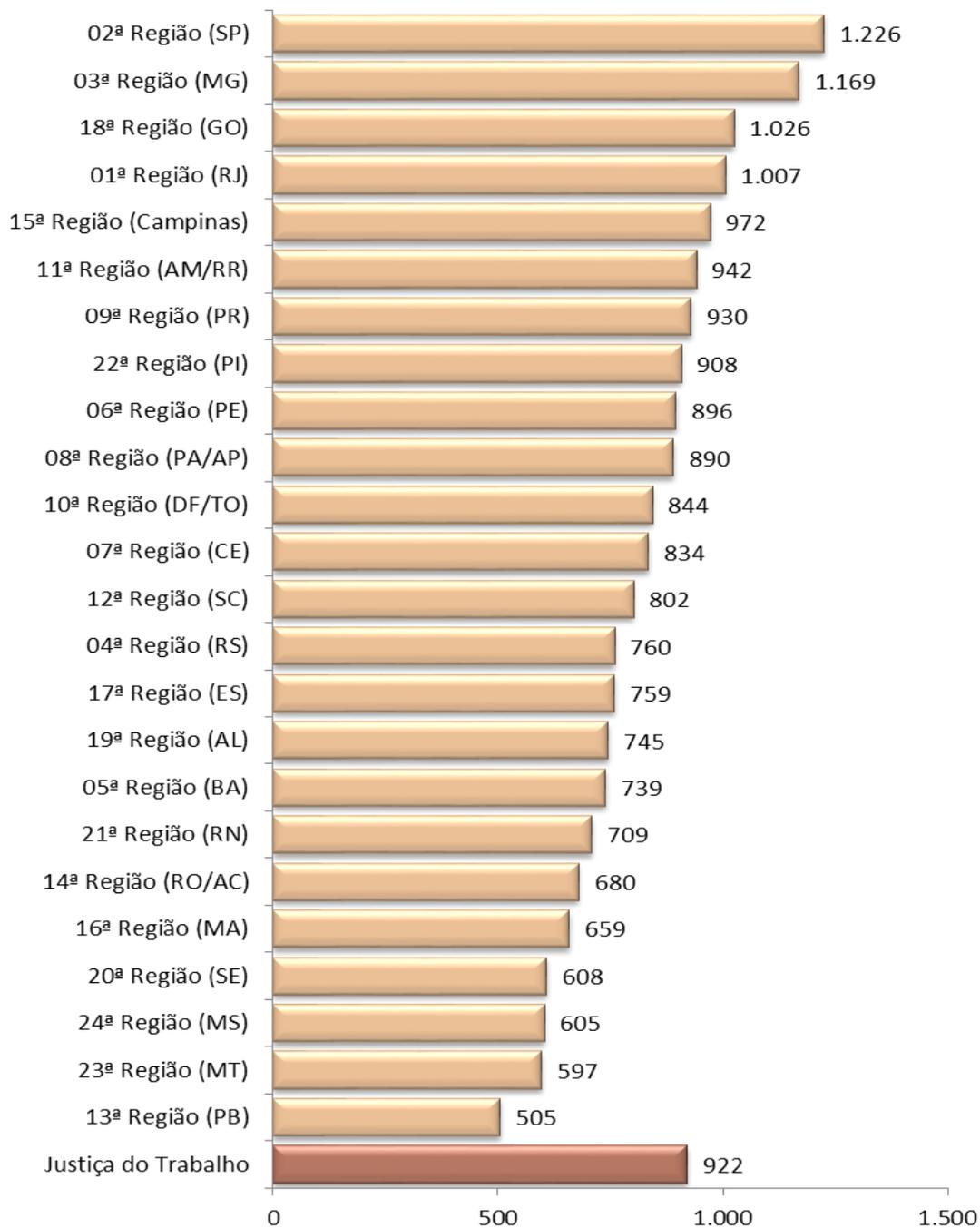
2.3.2. Cm - Casos Novos por Magistrado

Tabela 2.50 - Cm - Casos Novos por Magistrado

Tribunal Regional do Trabalho	Total de casos novos (exceto execuções judiciais)	Mag - Total de Magistrados	Cm - Casos Novos por Magistrado
01ª Região (RJ)	285.884	284	1.007
02ª Região (SP)	517.229	422	1.226
03ª Região (MG)	331.996	284	1.169
04ª Região (RS)	212.806	280	760
05ª Região (BA)	151.518	205	739
06ª Região (PE)	129.025	144	896
07ª Região (CE)	56.701	68	834
08ª Região (PA/AP)	93.470	105	890
09ª Região (PR)	176.646	190	930
10ª Região (DF/TO)	75.115	89	844
11ª Região (AM/RR)	68.771	73	942
12ª Região (SC)	97.052	121	802
13ª Região (PB)	34.313	68	505
14ª Região (RO/AC)	34.680	51	680
15ª Região (Campinas)	359.706	370	972
16ª Região (MA)	36.891	56	659
17ª Região (ES)	45.551	60	759
18ª Região (GO)	88.229	86	1.026
19ª Região (AL)	37.229	50	745
20ª Região (SE)	18.246	30	608
21ª Região (RN)	32.604	46	709
22ª Região (PI)	31.784	35	908
23ª Região (MT)	43.591	73	597
24ª Região (MS)	36.270	60	605
Justiça do Trabalho	2.995.307	3.250	922

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.50 - Cm - Casos Novos por Magistrado



Glossário:

Cm - Casos Novos por Magistrado

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados para cada magistrado no período-base (semestre).

Fórmula: $Cm = Cn / Mag$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Total de casos novos (exceto execuções judiciais) no período-base (semestre): É a soma de $Cn2^o + CnC1^o + CnExt1^o$
- $Mag = MagP2^o + MagP1^o - MagAJ1^o$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

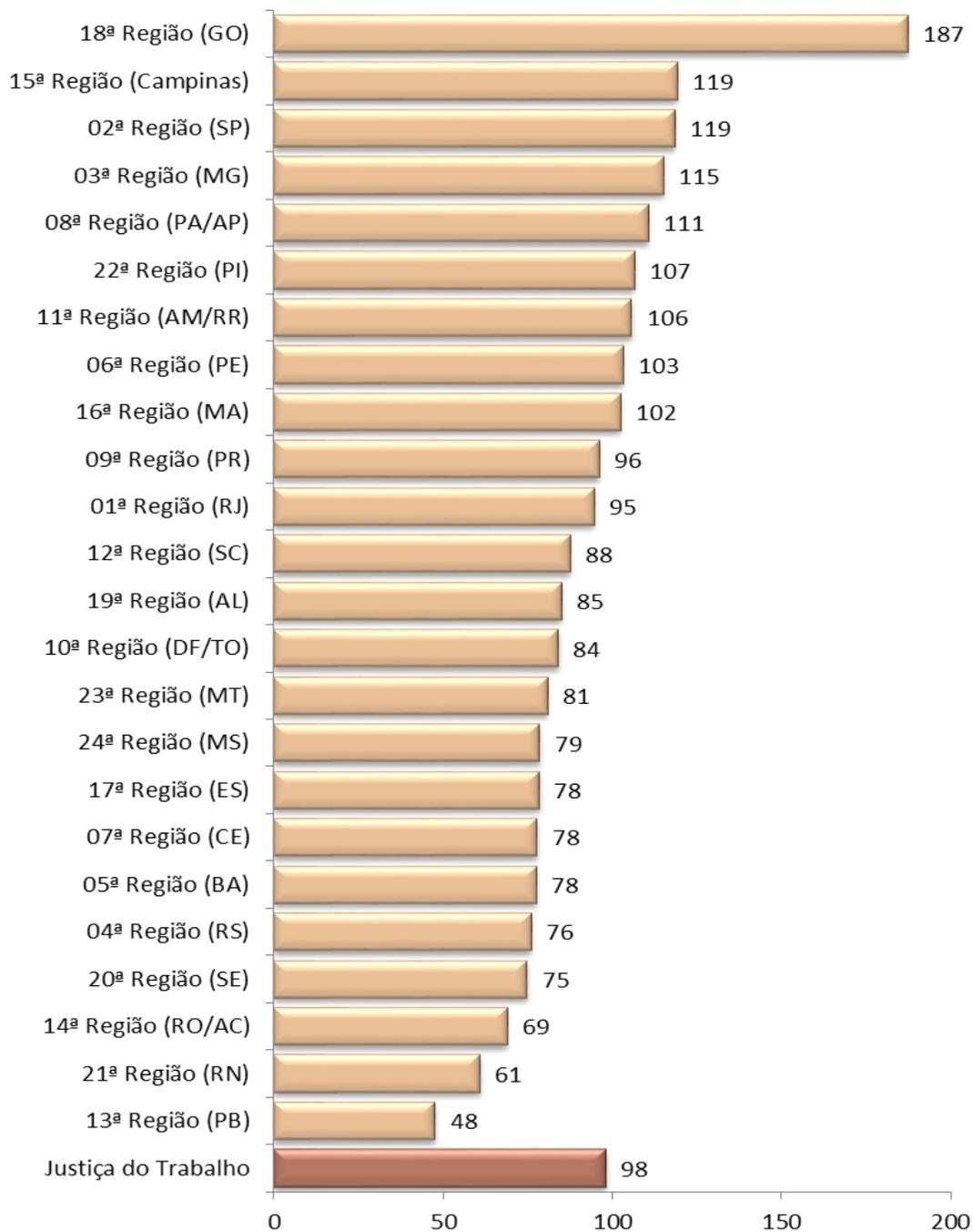
2.3.3. Cs - Casos Novos por Servidor

Tabela 2.51 - Cs - Casos Novos por Servidor

Tribunal Regional do Trabalho	Total de casos novos (exceto execuções judiciais)	SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária	Cs - Casos Novos por Servidor
01ª Região (RJ)	285.884	3.021	95
02ª Região (SP)	517.229	4.364	119
03ª Região (MG)	331.996	2.881	115
04ª Região (RS)	212.806	2.799	76
05ª Região (BA)	151.518	1.954	78
06ª Região (PE)	129.025	1.250	103
07ª Região (CE)	56.701	729	78
08ª Região (PA/AP)	93.470	845	111
09ª Região (PR)	176.646	1.835	96
10ª Região (DF/TO)	75.115	894	84
11ª Região (AM/RR)	68.771	651	106
12ª Região (SC)	97.052	1.108	88
13ª Região (PB)	34.313	721	48
14ª Região (RO/AC)	34.680	503	69
15ª Região (Campinas)	359.706	3.016	119
16ª Região (MA)	36.891	360	102
17ª Região (ES)	45.551	581	78
18ª Região (GO)	88.229	471	187
19ª Região (AL)	37.229	438	85
20ª Região (SE)	18.246	244	75
21ª Região (RN)	32.604	535	61
22ª Região (PI)	31.784	298	107
23ª Região (MT)	43.591	539	81
24ª Região (MS)	36.270	462	79
Justiça do Trabalho	2.995.307	30.499	98

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.51 - Cs - Casos Novos por Servidor



Glossário:

Cs - Casos Novos por Servidor

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados por servidor lotado na área judiciária no período-base (semestre).

Fórmula: $Cs = Cn / SaJud$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Total de casos novos (exceto execuções judiciais) no período-base (semestre): É a soma de $Cn2^o + CnC1^o + CnExt1^o$
- $SaJud = SaJud2 + SaJud1$

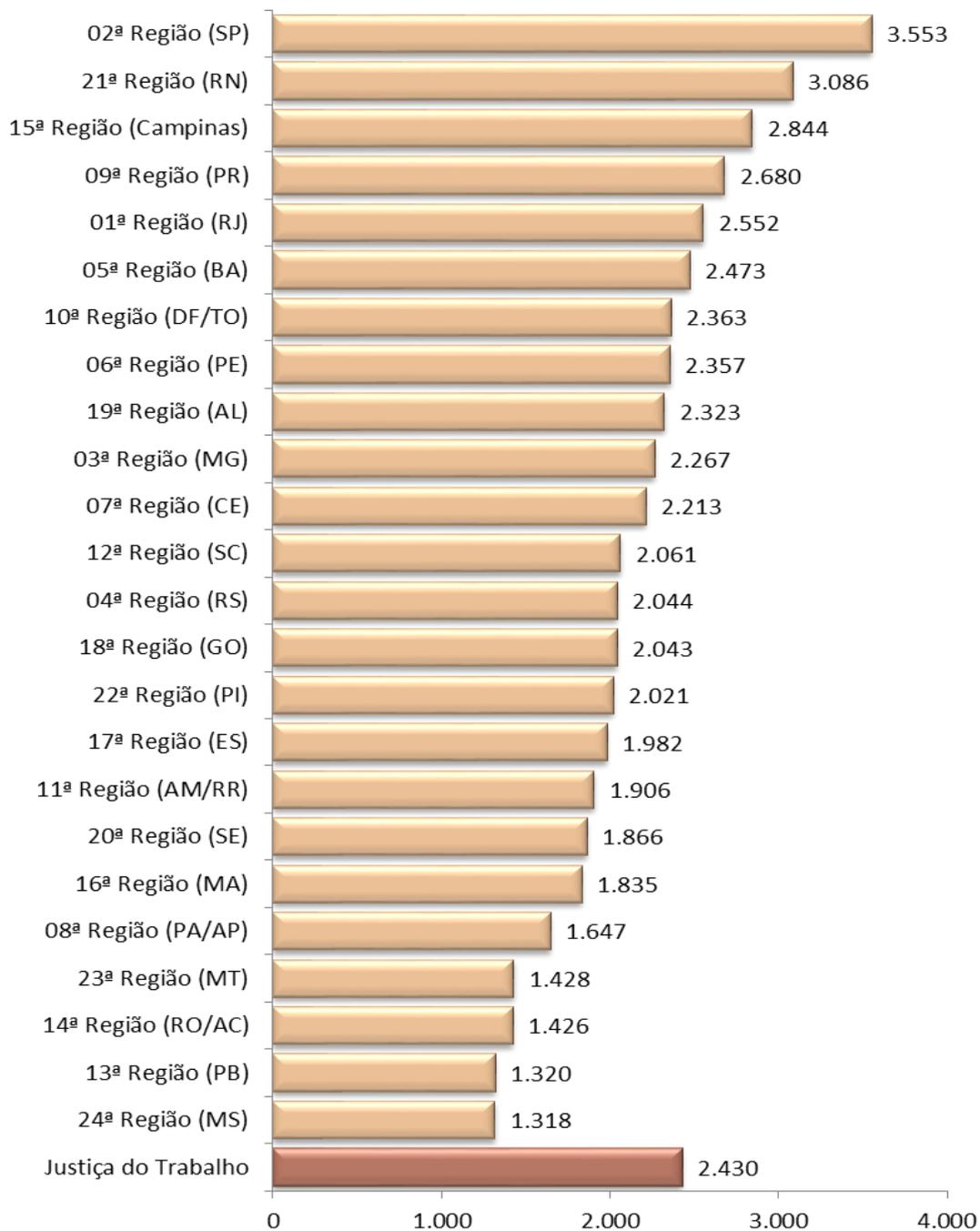
2. Litigiosidade.
2.3. Litigiosidade Total
2.3.4. K - Carga de Trabalho dos Magistrados

Tabela 2.52 - K - Carga de Trabalho dos Magistrados

Tribunal Regional do Trabalho	Cn - Casos Novos	Cp - Casos Pendentes	RIntInc - Recursos Internos e Incidentes de Execução	RIntIncP - Recursos Internos e Incidentes de Execução Pendentes	Mag - Total de Magistrados	K - Carga de Trabalho dos Magistrados
01ª Região (RJ)	335.762	280.788	75.825	32.434	284	2.552
02ª Região (SP)	746.161	623.365	115.248	14.779	422	3.553
03ª Região (MG)	391.135	192.854	56.815	2.962	284	2.267
04ª Região (RS)	266.399	216.034	67.276	22.612	280	2.044
05ª Região (BA)	189.741	230.954	46.880	39.431	205	2.473
06ª Região (PE)	199.711	111.760	21.526	6.451	144	2.357
07ª Região (CE)	72.054	71.685	4.702	2.017	68	2.213
08ª Região (PA/AP)	110.929	40.734	8.814	12.448	105	1.647
09ª Região (PR)	243.934	225.254	38.731	1.221	190	2.680
10ª Região (DF/TO)	92.799	92.514	16.140	8.842	89	2.363
11ª Região (AM/RR)	84.636	45.085	6.062	3.333	73	1.906
12ª Região (SC)	118.557	107.692	21.276	1.908	121	2.061
13ª Região (PB)	50.328	31.935	6.151	1.361	68	1.320
14ª Região (RO/AC)	46.732	22.881	2.807	316	51	1.426
15ª Região (Campinas)	451.863	521.839	61.071	17.691	370	2.844
16ª Região (MA)	46.238	50.809	4.390	1.333	56	1.835
17ª Região (ES)	56.772	45.706	12.393	4.071	60	1.982
18ª Região (GO)	111.370	54.480	9.084	782	86	2.043
19ª Região (AL)	43.327	68.453	4.349	15	50	2.323
20ª Região (SE)	21.894	28.097	4.691	1.283	30	1.866
21ª Região (RN)	40.910	94.196	5.623	1.231	46	3.086
22ª Região (PI)	37.925	26.657	5.069	1.085	35	2.021
23ª Região (MT)	57.174	39.054	3.840	4.146	73	1.428
24ª Região (MS)	43.270	30.272	5.420	112	60	1.318
Justiça do Trabalho	3.859.621	3.253.098	604.183	181.864	3.250	2.430

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.52 - K - Carga de Trabalho dos Magistrados



Glossário:

K - Carga de Trabalho dos Magistrados

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos Magistrados no período-base (semestre).

Fórmula: $K = (Cn + Cp + RInt + RIntP) / Mag$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn = Cn2 + Cn1$
- $Cp = Cp2 + Cp1$
- $RIntInc = RInt2 + RIntC1 + IncEx1$
- $RIntIncP = RIntP2 + RIntPC1 + IncExp1$
- $Mag = MagP2^o + MagP1^o - MagAJ1^o$

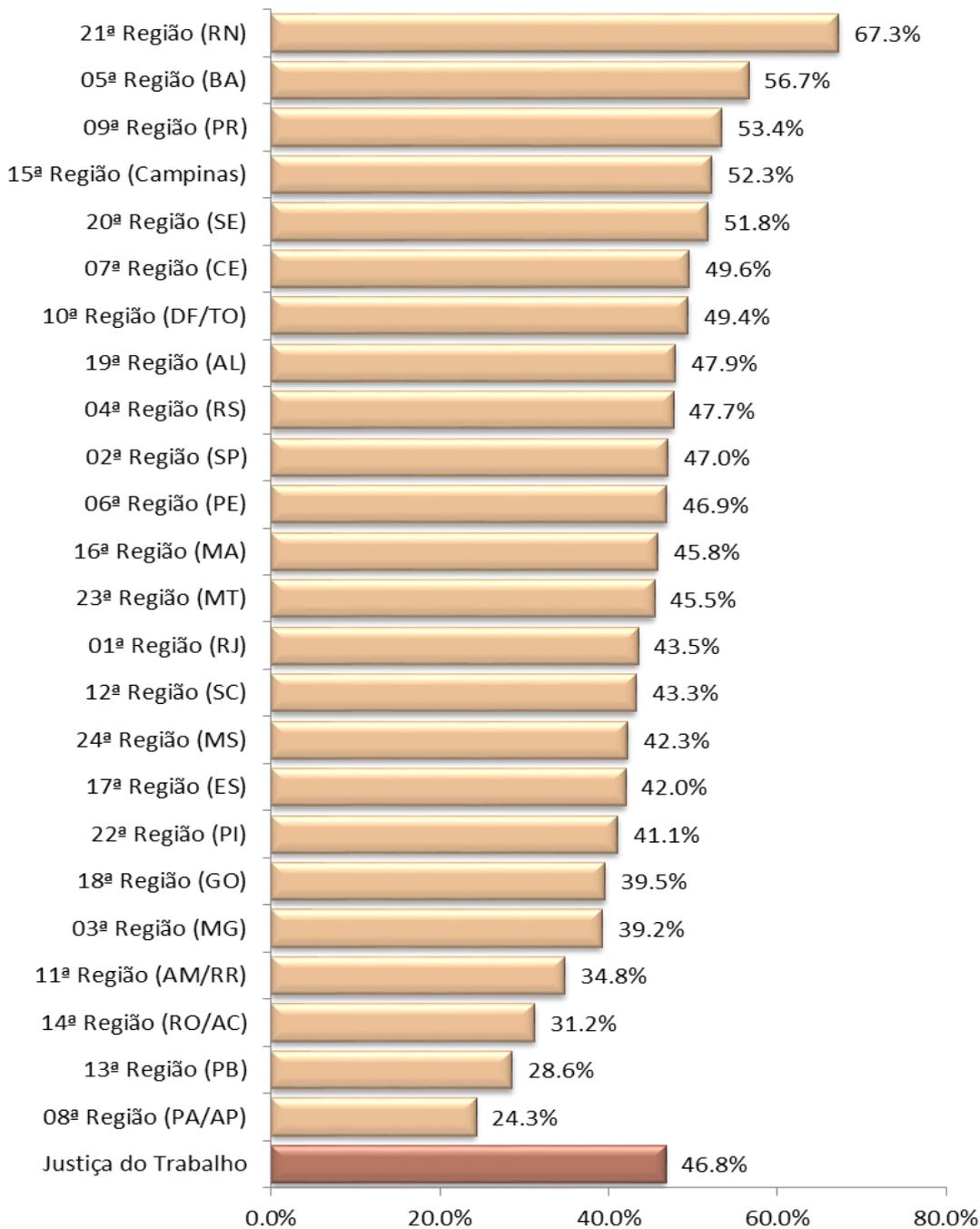
2. Litigiosidade.
2.3. Litigiosidade Total
2.3.5. TC - Taxa de Congestionamento

Tabela 2.53 - TC - Taxa de Congestionamento

Tribunal Regional do Trabalho	TBaix - Total de Processos Baixados	Cn - Casos Novos	Cp - Casos Pendentes	TC - Taxa de Congestionamento
01ª Região (RJ)	348.319	335.762	280.788	43,5%
02ª Região (SP)	725.401	746.161	623.365	47,0%
03ª Região (MG)	354.808	391.135	192.854	39,2%
04ª Região (RS)	252.351	266.399	216.034	47,7%
05ª Região (BA)	182.356	189.741	230.954	56,7%
06ª Região (PE)	165.369	199.711	111.760	46,9%
07ª Região (CE)	72.448	72.054	71.685	49,6%
08ª Região (PA/AP)	114.815	110.929	40.734	24,3%
09ª Região (PR)	218.719	243.934	225.254	53,4%
10ª Região (DF/TO)	93.722	92.799	92.514	49,4%
11ª Região (AM/RR)	84.535	84.636	45.085	34,8%
12ª Região (SC)	128.374	118.557	107.692	43,3%
13ª Região (PB)	58.761	50.328	31.935	28,6%
14ª Região (RO/AC)	47.866	46.732	22.881	31,2%
15ª Região (Campinas)	464.639	451.863	521.839	52,3%
16ª Região (MA)	52.607	46.238	50.809	45,8%
17ª Região (ES)	59.407	56.772	45.706	42,0%
18ª Região (GO)	100.257	111.370	54.480	39,5%
19ª Região (AL)	58.185	43.327	68.453	47,9%
20ª Região (SE)	24.114	21.894	28.097	51,8%
21ª Região (RN)	44.224	40.910	94.196	67,3%
22ª Região (PI)	38.065	37.925	26.657	41,1%
23ª Região (MT)	52.481	57.174	39.054	45,5%
24ª Região (MS)	42.463	43.270	30.272	42,3%
Justiça do Trabalho	3.784.286	3.859.621	3.253.098	46,8%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.53 - TC - Taxa de Congestionamento



Glossário:

TC - Taxa de Congestionamento

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento no período-base (semestre).

Fórmula: $TC = 1 - (T_{Baix} / (C_n + C_p))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T_{Baix} = T_{Baix2} + T_{Baix1}$
- $C_n = C_{n2} + C_{n1}$
- $C_p = C_{p2} + C_{p1}$

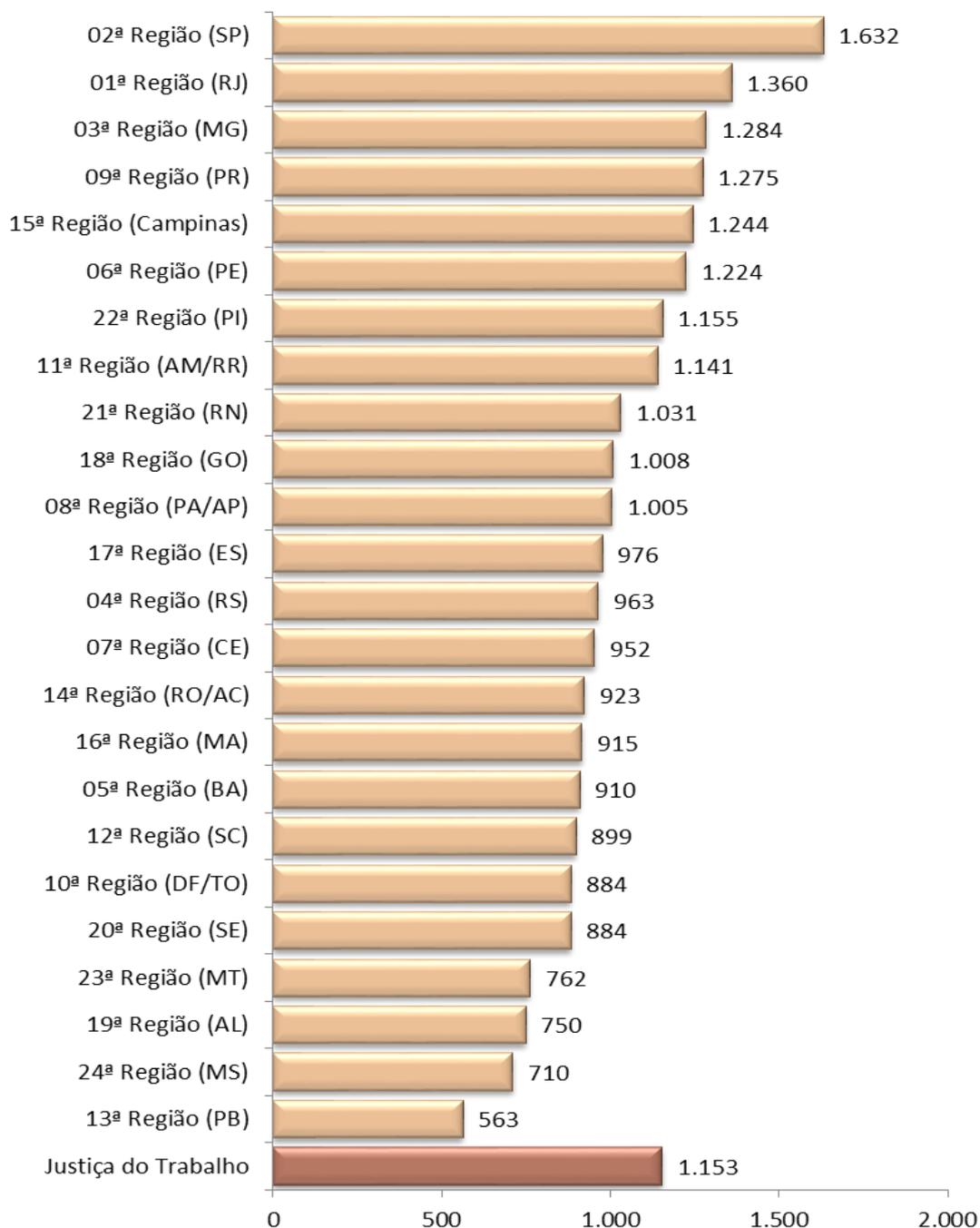
2. Litigiosidade.
2.3. Litigiosidade Total
2.3.6. SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado

Tabela 2.54 - SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado

Tribunal Regional do Trabalho	Sent - Total de Sentenças / Decisões	Mag - Total de Magistrados	SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado
01ª Região (RJ)	386.138	284	1.360
02ª Região (SP)	688.563	422	1.632
03ª Região (MG)	364.683	284	1.284
04ª Região (RS)	269.684	280	963
05ª Região (BA)	186.563	205	910
06ª Região (PE)	176.279	144	1.224
07ª Região (CE)	64.758	68	952
08ª Região (PA/AP)	105.485	105	1.005
09ª Região (PR)	242.226	190	1.275
10ª Região (DF/TO)	78.682	89	884
11ª Região (AM/RR)	83.257	73	1.141
12ª Região (SC)	108.794	121	899
13ª Região (PB)	38.253	68	563
14ª Região (RO/AC)	47.068	51	923
15ª Região (Campinas)	460.347	370	1.244
16ª Região (MA)	51.224	56	915
17ª Região (ES)	58.554	60	976
18ª Região (GO)	86.689	86	1.008
19ª Região (AL)	37.511	50	750
20ª Região (SE)	26.510	30	884
21ª Região (RN)	47.421	46	1.031
22ª Região (PI)	40.440	35	1.155
23ª Região (MT)	55.597	73	762
24ª Região (MS)	42.600	60	710
Justiça do Trabalho	3.747.326	3.250	1.153

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.54 - SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado



Glossário:

SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado

Finalidade: Indicar a média de sentenças / decisões terminativas de processo por Magistrado no período-base (semestre).

Fórmula: $SM = \text{Sent} / \text{Mag}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{Sent} = \text{Sent2} + \text{Sent1}$
- $\text{Mag} = \text{MagP2}^\circ + \text{MagP1}^\circ - \text{MagAJ1}^\circ$

2. Litigiosidade.
2.3. Litigiosidade Total
2.3.7. ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos

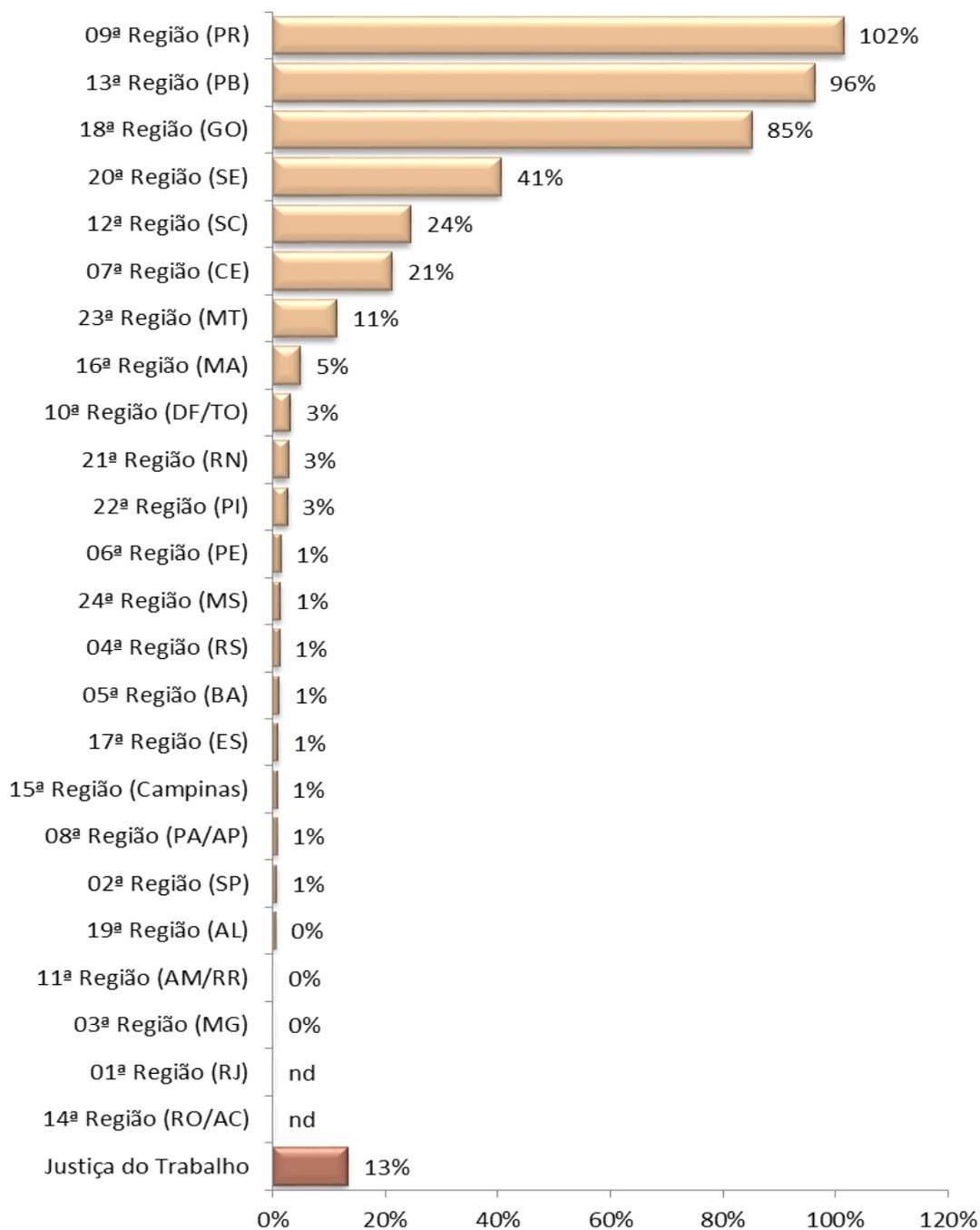
Tabela 2.55 - ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos

Tribunal Regional do Trabalho	CnElet - Casos Novos Eletrônicos	Total de casos novos (exceto execuções judiciais)	ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos
01ª Região (RJ)	nd	285.884	nd
02ª Região (SP)	3.305	517.229	1%
03ª Região (MG)	0	331.996	0%
04ª Região (RS)	2.599	212.806	1%
05ª Região (BA)	1.646	151.518	1%
06ª Região (PE)	1.768	129.025	1%
07ª Região (CE)	11.998	56.701	21%
08ª Região (PA/AP)	698	93.470	1%
09ª Região (PR)	179.428	176.646	102%
10ª Região (DF/TO)	2.323	75.115	3%
11ª Região (AM/RR)	0	68.771	0%
12ª Região (SC)	23.727	97.052	24%
13ª Região (PB)	33.052	34.313	96%
14ª Região (RO/AC)	nd	34.680	nd
15ª Região (Campinas)	2.830	359.706	1%
16ª Região (MA)	1.815	36.891	5%
17ª Região (ES)	410	45.551	1%
18ª Região (GO)	75.141	88.229	85%
19ª Região (AL)	179	37.229	0%
20ª Região (SE)	7.394	18.246	41%
21ª Região (RN)	890	32.604	3%
22ª Região (PI)	826	31.784	3%
23ª Região (MT)	4.919	43.591	11%
24ª Região (MS)	477	36.270	1%
Justiça do Trabalho	355.425	2.995.307	13%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.55 - ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos

Finalidade: Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ProcEI} = \text{CnElet} / \text{Cn}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{CnElet} = \text{CnElet2} + \text{CnElet1}$
- Total de casos novos (exceto execuções judiciais) no período-base (semestre): É a soma de $\text{Cn2}^\circ + \text{CnC1}^\circ + \text{CnExt1}^\circ$

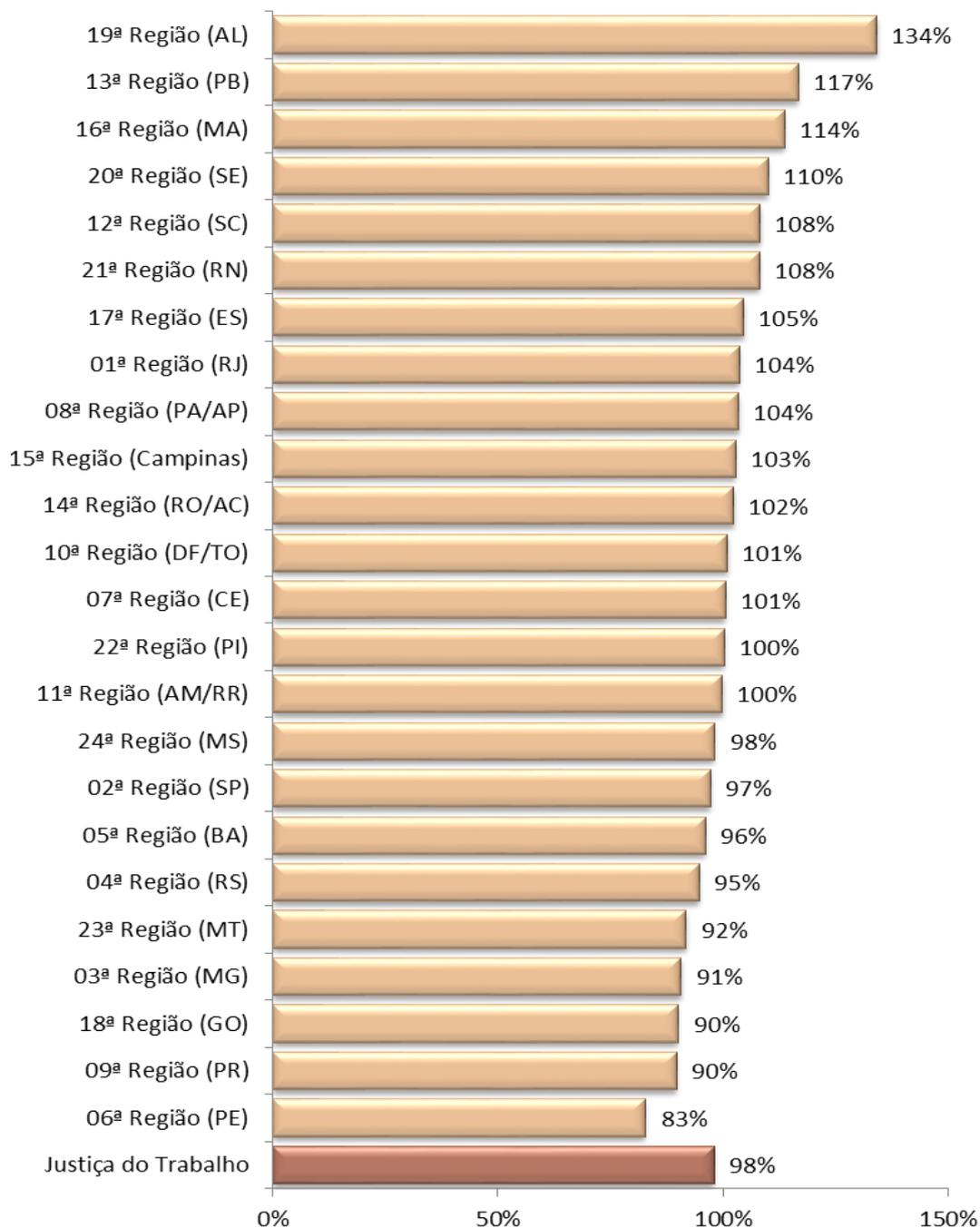
2. Litigiosidade.
2.3. Litigiosidade Total
2.3.8. TbCn - Processos Baixados por Caso Novo

Tabela 2.56 - TbCn - Processos Baixados por Caso Novo

Tribunal Regional do Trabalho	TBaix - Total de Processos Baixados	Cn - Casos Novos	TbCn - Processos Baixados por Caso Novo
01ª Região (RJ)	348.319	335.762	104%
02ª Região (SP)	725.401	746.161	97%
03ª Região (MG)	354.808	391.135	91%
04ª Região (RS)	252.351	266.399	95%
05ª Região (BA)	182.356	189.741	96%
06ª Região (PE)	165.369	199.711	83%
07ª Região (CE)	72.448	72.054	101%
08ª Região (PA/AP)	114.815	110.929	104%
09ª Região (PR)	218.719	243.934	90%
10ª Região (DF/TO)	93.722	92.799	101%
11ª Região (AM/RR)	84.535	84.636	100%
12ª Região (SC)	128.374	118.557	108%
13ª Região (PB)	58.761	50.328	117%
14ª Região (RO/AC)	47.866	46.732	102%
15ª Região (Campinas)	464.639	451.863	103%
16ª Região (MA)	52.607	46.238	114%
17ª Região (ES)	59.407	56.772	105%
18ª Região (GO)	100.257	111.370	90%
19ª Região (AL)	58.185	43.327	134%
20ª Região (SE)	24.114	21.894	110%
21ª Região (RN)	44.224	40.910	108%
22ª Região (PI)	38.065	37.925	100%
23ª Região (MT)	52.481	57.174	92%
24ª Região (MS)	42.463	43.270	98%
Justiça do Trabalho	3.784.286	3.859.621	98%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 2.56 - TbCn - Processos Baixados por Caso Novo



Glossário:

TbCn - Processos Baixados por Caso Novo

Finalidade: Indicar o percentual do total de processos baixados em relação ao número de casos novos no período-base (semestre).

Fórmula: $TbCn = T_{Baix} / Cn$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T_{Baix} = T_{Baix2} + T_{Baix1}$
- $Cn = Cn2 + Cn1$

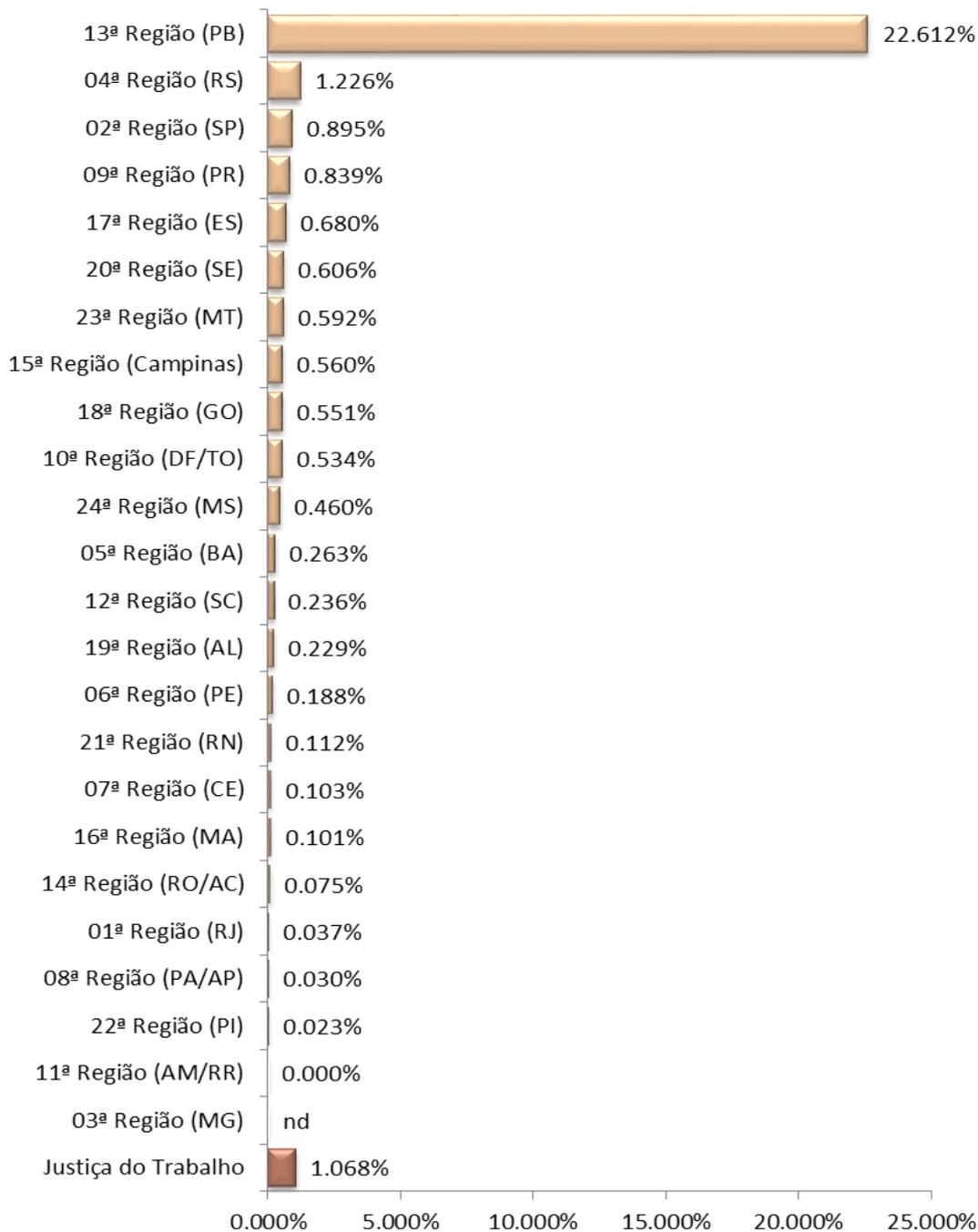
3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.
3.1 A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho
Tabela 3.1 A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho

Tribunal Regional do Trabalho	JG - Assistência Judiciária Gratuita	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho
01ª Região (RJ)	477.426	1.277.967.218	0,037%
02ª Região (SP)	14.152.448	1.581.117.836	0,895%
03ª Região (MG)	nd	1.137.201.029	nd
04ª Região (RS)	12.761.203	1.041.131.559	1,226%
05ª Região (BA)	1.911.747	726.006.900	0,263%
06ª Região (PE)	990.330	527.935.988	0,188%
07ª Região (CE)	300.000	292.229.922	0,103%
08ª Região (PA/AP)	113.654	377.815.895	0,030%
09ª Região (PR)	5.370.946	640.316.507	0,839%
10ª Região (DF/TO)	2.080.201	389.188.921	0,534%
11ª Região (AM/RR)	0	301.797.413	0,000%
12ª Região (SC)	1.090.000	462.149.811	0,236%
13ª Região (PB)	64.197.945	283.906.908	22,612%
14ª Região (RO/AC)	269.006	360.256.078	0,075%
15ª Região (Campinas)	6.243.144	1.114.494.868	0,560%
16ª Região (MA)	143.874	142.326.947	0,101%
17ª Região (ES)	1.455.075	214.078.810	0,680%
18ª Região (GO)	1.483.776	269.051.895	0,551%
19ª Região (AL)	346.635	151.104.926	0,229%
20ª Região (SE)	682.507	112.540.952	0,606%
21ª Região (RN)	188.439	167.963.920	0,112%
22ª Região (PI)	22.443	96.413.771	0,023%
23ª Região (MT)	1.108.817	187.322.964	0,592%
24ª Região (MS)	701.051	152.259.062	0,460%
Justiça do Trabalho	116.090.667	12.006.580.102	1,068%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.1 A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho

Finalidade: Indicar o que o gasto com assistência judiciária representa em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho no ano-base.

Fórmula: $A1 = JG / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- JG - Assistência Judiciária Gratuita: As despesas com assistência judiciária gratuita efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo remuneração de tradutor/intérprete e peritos. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.
3.2 A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)
Tabela 3.2 A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)

Tribunal Regional do Trabalho	JG - Assistência Judiciária Gratuita	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)
01ª Região (RJ)	477.426	162	2.941
02ª Região (SP)	14.152.448	214	66.229
03ª Região (MG)	nd	199	nd
04ª Região (RS)	12.761.203	108	118.482
05ª Região (BA)	1.911.747	142	13.486
06ª Região (PE)	990.330	89	11.089
07ª Região (CE)	300.000	86	3.486
08ª Região (PA/AP)	113.654	85	1.343
09ª Região (PR)	5.370.946	106	50.776
10ª Região (DF/TO)	2.080.201	41	51.158
11ª Região (AM/RR)	0	41	0
12ª Região (SC)	1.090.000	64	17.076
13ª Região (PB)	64.197.945	38	1.682.702
14ª Região (RO/AC)	269.006	23	11.453
15ª Região (Campinas)	6.243.144	205	30.407
16ª Região (MA)	143.874	67	2.143
17ª Região (ES)	1.455.075	36	40.667
18ª Região (GO)	1.483.776	62	24.107
19ª Região (AL)	346.635	32	10.950
20ª Região (SE)	682.507	21	32.333
21ª Região (RN)	188.439	32	5.837
22ª Região (PI)	22.443	32	710
23ª Região (MT)	1.108.817	31	35.592
24ª Região (MS)	701.051	25	27.985
Justiça do Trabalho	116.090.667	1.939	66.695

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.2 A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)

Finalidade: Indicar qual a despesa da Justiça do Trabalho com assistência judiciária para cada 100.000 habitantes no ano-base.

Fórmula: $A2 = JG / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

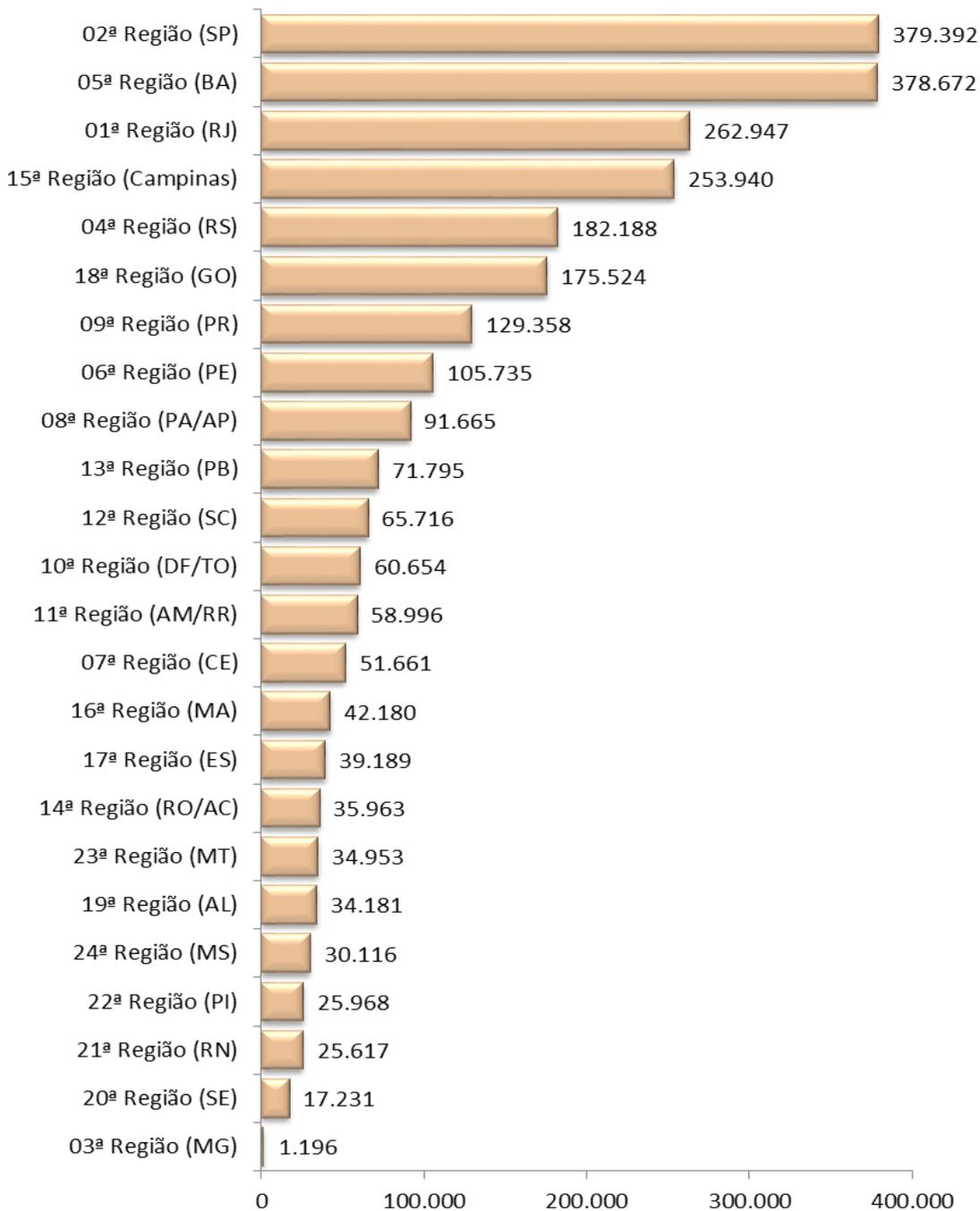
- JG - Assistência Judiciária Gratuita: As despesas com assistência judiciária gratuita efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo remuneração de tradutor/intérprete e peritos. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores.
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.
3.3 Dem - Demandantes
Tabela 3.3 Dem - Demandantes

Tribunal Regional do Trabalho	Dem - Demandantes
01ª Região (RJ)	262.947
02ª Região (SP)	379.392
03ª Região (MG)	1.196
04ª Região (RS)	182.188
05ª Região (BA)	378.672
06ª Região (PE)	105.735
07ª Região (CE)	51.661
08ª Região (PA/AP)	91.665
09ª Região (PR)	129.358
10ª Região (DF/TO)	60.654
11ª Região (AM/RR)	58.996
12ª Região (SC)	65.716
13ª Região (PB)	71.795
14ª Região (RO/AC)	35.963
15ª Região (Campinas)	253.940
16ª Região (MA)	42.180
17ª Região (ES)	39.189
18ª Região (GO)	175.524
19ª Região (AL)	34.181
20ª Região (SE)	17.231
21ª Região (RN)	25.617
22ª Região (PI)	25.968
23ª Região (MT)	34.953
24ª Região (MS)	30.116
Justiça do Trabalho	2.554.837

Fonte: Justiça em Números 2012.

Gráfico 3.3 Dem - Demandantes



Glossário:

Dem - Demandantes

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de demandantes que tiveram acesso à Justiça do Trabalho no ano-base.

Fórmula: Dem = Demandantes

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dem - Pessoas Demandantes: O número de pessoas que ingressaram com alguma ação judicial na Justiça no ano-base, considerando como partes demandantes (Autores) pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito privado não governamental. Nos tribunais devem ser incluídos apenas os demandantes de ações originárias.

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.
3.4. Poder Público como Demandante.
3.4.1. DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:

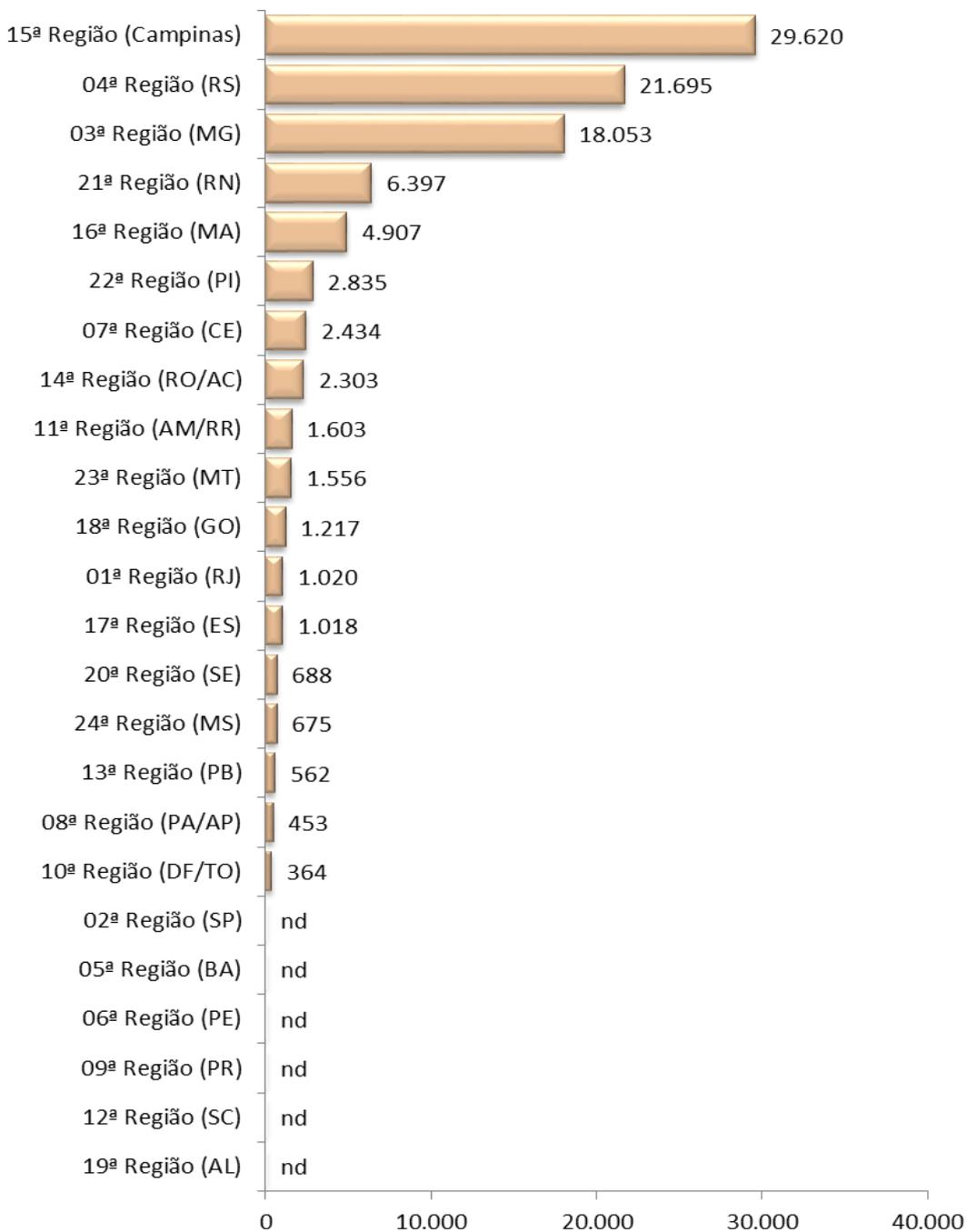
Tabela 3.4 DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:

Tribunal Regional do Trabalho	(CnPF2º + CpPF2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	(CnPE2º + CpPE2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	(CnPM2º + CpPM2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:
01ª Região (RJ)	301	90	629	1.020
02ª Região (SP)	nd	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	15.260	1.035	1.758	18.053
04ª Região (RS)	10.274	4.994	6.427	21.695
05ª Região (BA)	nd	nd	nd	nd
06ª Região (PE)	nd	nd	nd	nd
07ª Região (CE)	33	68	2.333	2.434
08ª Região (PA/AP)	189	176	88	453
09ª Região (PR)	nd	nd	nd	nd
10ª Região (DF/TO)	290	57	17	364
11ª Região (AM/RR)	391	421	791	1.603
12ª Região (SC)	nd	nd	nd	nd
13ª Região (PB)	263	22	277	562
14ª Região (RO/AC)	369	1.024	910	2.303
15ª Região (Campinas)	9.613	7.570	12.437	29.620
16ª Região (MA)	680	816	3.411	4.907
17ª Região (ES)	625	164	229	1.018
18ª Região (GO)	1.078	66	73	1.217
19ª Região (AL)	nd	nd	nd	nd
20ª Região (SE)	215	115	358	688
21ª Região (RN)	1.552	2.842	2.003	6.397
22ª Região (PI)	285	742	1.808	2.835
23ª Região (MT)	1.117	122	317	1.556
24ª Região (MS)	565	71	39	675
Justiça do Trabalho	43.100	20.395	33.905	97.400

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.4 DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas pelos entes públicos no âmbito da Justiça do Trabalho de 2º Grau no ano-base.

Fórmula: $DGovP2^\circ = CnPF2^\circ + CnPE2^\circ + CnPM2^\circ + CpPF2^\circ + CpPE2^\circ + CpPM2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- (CnPF2º + CpPF2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.
- (CnPE2º + CpPE2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.
- (CnPM2º + CpPM2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.
3.4. Poder Público como Demandante.
3.4.2. DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:

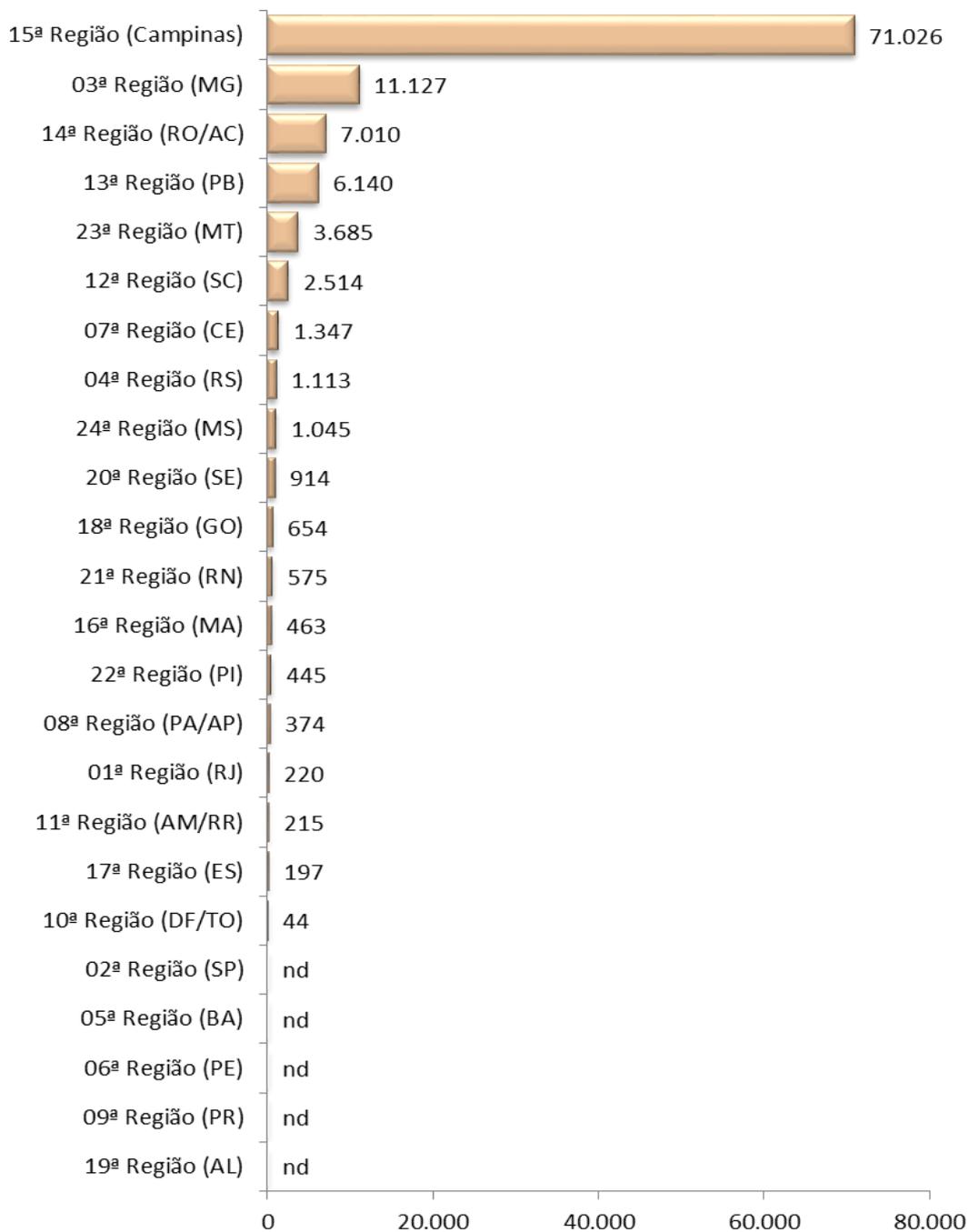
Tabela 3.5 DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:

Tribunal Regional do Trabalho	(CnPF1º + CpPF1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	(CnPE1º + CpPE1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	(CnPM1º + CpPM1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:
01ª Região (RJ)	214	0	6	220
02ª Região (SP)	nd	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	10.710	405	12	11.127
04ª Região (RS)	843	43	227	1.113
05ª Região (BA)	nd	nd	nd	nd
06ª Região (PE)	nd	nd	nd	nd
07ª Região (CE)	1.271	26	50	1.347
08ª Região (PA/AP)	283	32	59	374
09ª Região (PR)	nd	nd	nd	nd
10ª Região (DF/TO)	43	0	1	44
11ª Região (AM/RR)	187	12	16	215
12ª Região (SC)	2.456	44	14	2.514
13ª Região (PB)	6.042	14	84	6.140
14ª Região (RO/AC)	4.518	2.329	163	7.010
15ª Região (Campinas)	70.468	225	333	71.026
16ª Região (MA)	401	3	59	463
17ª Região (ES)	159	15	23	197
18ª Região (GO)	614	0	40	654
19ª Região (AL)	nd	nd	nd	nd
20ª Região (SE)	906	3	5	914
21ª Região (RN)	562	8	5	575
22ª Região (PI)	217	210	18	445
23ª Região (MT)	3.568	31	86	3.685
24ª Região (MS)	780	3	262	1.045
Justiça do Trabalho	104.242	3.403	1.463	109.108

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.5 DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas pelos entes públicos no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º Grau no ano-base.

Fórmula: $DGovP1^\circ = CnPF1^\circ + CnPE1^\circ + CnPM1^\circ + CpPF1^\circ + CpPE1^\circ + CpPM1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- (CnPF1º + CpPF1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- (CnPE1º + CpPE1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- (CnPM1º + CpPM1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.
3.5. Poder Público como Demandado.
3.5.1. DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:

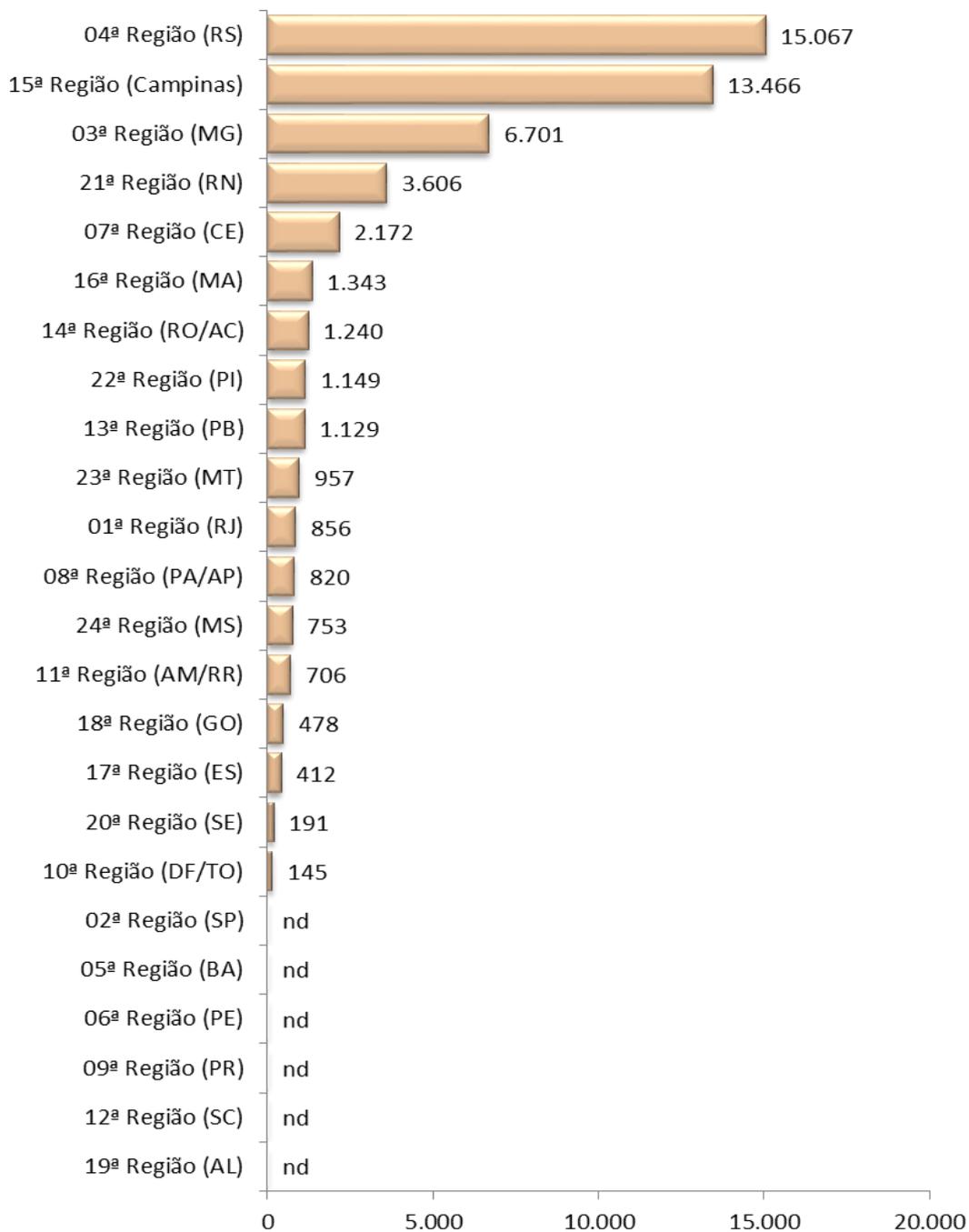
Tabela 3.6 DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:

Tribunal Regional do Trabalho	(CnCF2º + CpCF2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	(CnCE2º + CpCE2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	(CnCM2º + CpCM2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:
01ª Região (RJ)	240	72	544	856
02ª Região (SP)	nd	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	4.136	386	2.179	6.701
04ª Região (RS)	4.325	4.208	6.534	15.067
05ª Região (BA)	nd	nd	nd	nd
06ª Região (PE)	nd	nd	nd	nd
07ª Região (CE)	51	50	2.071	2.172
08ª Região (PA/AP)	707	61	52	820
09ª Região (PR)	nd	nd	nd	nd
10ª Região (DF/TO)	74	68	3	145
11ª Região (AM/RR)	180	200	326	706
12ª Região (SC)	nd	nd	nd	nd
13ª Região (PB)	925	43	161	1.129
14ª Região (RO/AC)	176	316	748	1.240
15ª Região (Campinas)	3.591	3.214	6.661	13.466
16ª Região (MA)	135	85	1.123	1.343
17ª Região (ES)	251	68	93	412
18ª Região (GO)	309	75	94	478
19ª Região (AL)	nd	nd	nd	nd
20ª Região (SE)	69	57	65	191
21ª Região (RN)	910	898	1.798	3.606
22ª Região (PI)	238	356	555	1.149
23ª Região (MT)	521	142	294	957
24ª Região (MS)	585	31	137	753
Justiça do Trabalho	17.423	10.330	23.438	51.191

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.6 DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas contra os entes públicos no âmbito da Justiça do Trabalho de 2º Grau no ano-base.

Fórmula: $DGovC2^\circ = CnCF2^\circ + CnCE2^\circ + CnCM2^\circ + CpCF2^\circ + CpCE2^\circ + CpCM2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- (CnCF2º + CpCF2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.
- (CnCE2º + CpCE2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.
- (CnCM2º + CpCM2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.
3.5. Poder Público como Demandado.
3.5.2. DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:

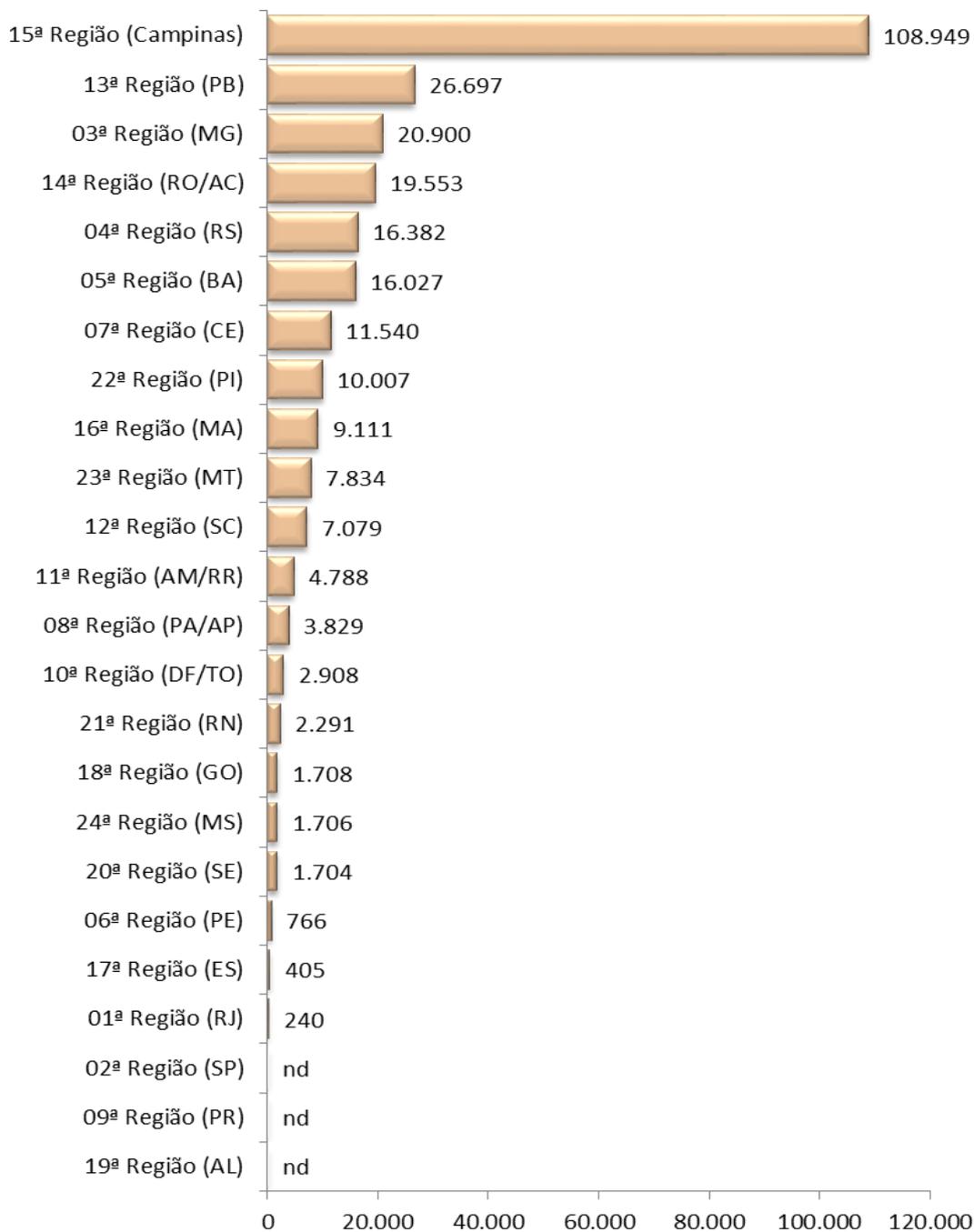
Tabela 3.7 DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:

Tribunal Regional do Trabalho	(CnCF1º + CpCF1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	(CnCE1º + CpCE1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	(CnCM1º + CpCM1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:
01ª Região (RJ)	50	11	179	240
02ª Região (SP)	nd	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	2.948	16.512	1.440	20.900
04ª Região (RS)	2.500	3.336	10.546	16.382
05ª Região (BA)	195	345	15.487	16.027
06ª Região (PE)	214	171	381	766
07ª Região (CE)	760	515	10.265	11.540
08ª Região (PA/AP)	850	1.235	1.744	3.829
09ª Região (PR)	nd	nd	nd	nd
10ª Região (DF/TO)	2.085	740	83	2.908
11ª Região (AM/RR)	537	2.533	1.718	4.788
12ª Região (SC)	1.431	1.086	4.562	7.079
13ª Região (PB)	5.727	1.960	19.010	26.697
14ª Região (RO/AC)	3.537	8.627	7.389	19.553
15ª Região (Campinas)	15.656	27.135	66.158	108.949
16ª Região (MA)	862	1.444	6.805	9.111
17ª Região (ES)	95	57	253	405
18ª Região (GO)	635	323	750	1.708
19ª Região (AL)	nd	nd	nd	nd
20ª Região (SE)	438	798	468	1.704
21ª Região (RN)	641	377	1.273	2.291
22ª Região (PI)	491	3.115	6.401	10.007
23ª Região (MT)	2.127	4.245	1.462	7.834
24ª Região (MS)	1.196	246	264	1.706
Justiça do Trabalho	42.975	74.811	156.638	274.424

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.7 DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas contra os entes públicos no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º Grau no ano-base.

Fórmula: $DGovC1^\circ = CnCF1^\circ + CnCE1^\circ + CnCM1^\circ + CpCF1^\circ + CpCE1^\circ + CpCM1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- (CnCF1º + CpCF1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- (CnCE1º + CpCE1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- (CnCM1º + CpCM1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.